



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOÃO LUCAS RODRIGUES**

**O CAFÉ NO SUDOESTE MINEIRO:  
TERRA, TRABALHO E ACUMULAÇÃO (1880-1930)**

Belo Horizonte  
2023

**JOÃO LUCAS RODRIGUES**

**O CAFÉ NO SUDOESTE MINEIRO:  
TERRA, TRABALHO E ACUMULAÇÃO (1880-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Marcelo Magalhães Godoy

Belo Horizonte  
2023

981.51      Rodrigues, João Lucas.  
R696c      O café no sudoeste mineiro [manuscrito] : terra, trabalho  
2023      e acumulação (1880-1930) / João Lucas Rodrigues. - 2023.  
267 f. : il.  
Orientador: Marcelo Magalhães Godoy.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. Café – Minas Gerais. 3. Trabalho – teses. . 3. Estrutura agrária - Teses. I. Godoy, Marcelo Magalhães. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

### FOLHA DE APROVAÇÃO

"O Café no Sudoeste Mineiro: Terra, Trabalho e Acumulação (1880-1930)"

João Lucas Rodrigues

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Marcelo Magalhães Godoy - Orientador  
UFMG

Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira  
UFJF

Profa. Dra. Luciana Suarez Galvão  
USP

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade  
UFSJ

Prof. Dr. Mario Marcos Sampaio Rodarte  
UFMG

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2023.

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=3040288&infra\\_sistema=10000100&infra\\_unidade\\_atual=110000299&infra\\_hash=c49a7c1d...](https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3040288&infra_sistema=10000100&infra_unidade_atual=110000299&infra_hash=c49a7c1d...) 1/2



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Magalhaes Godoy, Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2023, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Ribeiro de Oliveira, Usuário Externo**, em 04/12/2023, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Marcos Sampaio Rodarte, Professor do Magistério Superior**, em 05/12/2023, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Suarez Galvão, Usuária Externa**, em 07/12/2023, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ferreira de Andrade, Usuário Externo**, em 13/12/2023, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2815848** e o código CRC **B135633A**.

Aos meus tios, Benedito Rodrigues Garcia, José Rodrigues Borba e Rodrigo Garcia Borba, com muitas saudades.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não seria possível sem a colaboração de muitas pessoas que encontrei pelo caminho. A dívida que contraí com elas não é pequena. Ainda que correndo o risco de alguns esquecimentos, registro aqui a minha gratidão e reconhecimento por toda solidariedade e ajuda.

Ao professor Marcelo Magalhães Godoy, orientador desta pesquisa, agradeço pela leitura cuidadosa das várias versões do material e o rigor das análises. Sua grande competência e profundo conhecimento nos domínios da História fizeram de nossas reuniões momentos de muito aprendizado.

Ao professor Douglas Cole Libby, também agradeço pelos comentários, críticas e sugestões de leitura.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, professora Luciana Suarez Galvão e professor Renato Leite Marcondes, pelas críticas e valiosas sugestões que contribuíram sensivelmente para a evolução desse trabalho.

A maior parte dos documentos que deram origem ao presente estudo estão depositados nos arquivos do fórum de Muzambinho. Agradeço imensamente ao juiz de direito Flávio U. M. Schmidt por ter permitido o acesso aos documentos. Agradeço igualmente ao juiz de direito João Batista Mendes Filho, responsável pela comarca de Guaxupé, por ter me concedido a autorização para pesquisar nos inventários arquivados no fórum local. Agradeço também ao juiz de direito Hélio Marcos Miotto, diretor do Foro da comarca de Guaxupé, por ter autorizado a pesquisa nos cartórios do município. Estendo meus agradecimentos aos funcionários das duas instituições pela gentileza com que me receberam e por terem me proporcionado as condições de trabalho nas dependências dos arquivos.

Aproveito para agradecer ao Douglas, funcionário de um pequeno hotel, nas proximidades do fórum de Muzambinho, pela presteza no atendimento e pelas informações sobre a cidade.

Agradeço aos responsáveis pelos cartórios dos municípios de Guaranésia, Guaxupé e Muzambinho – 1º e 2º Tabelionato de Notas e Cartório de Registro Civil – por terem autorizado o acesso aos documentos e criado as condições para que eu realizasse o demorado e cansativo trabalho de folhear todos os livros em busca das escrituras de formação e trato de cafezais.

Agradeço imensamente ao Pedro Ribeiro do Valle, proprietário da fazenda Nova Floresta, pelas agradáveis conversas a respeito da história de sua família e por ter-me franqueado o acesso a uma rica documentação privada, sob sua guarda. Com esses documentos, pudemos conhecer certos aspectos da história regional que não seriam possíveis somente com a documentação cartorial.

Em julho de 2022, passei uma tarde na fazenda Santa Maria, em Guaxupé. Tendo em mente as informações dos inventários – de 1902 e 1921 –, foi uma experiência prazerosa caminhar pela unidade cafeeira e poder identificar as antigas e novas construções. A bela casa de morada, do século XIX, ainda muito conservada, os terreiros de café, nos mesmos pontos em que foram descritos nos inventários, o conjunto de construções nas proximidades da casa de vivenda, a antiga farmácia que atendia aos trabalhadores, as casas de colonos e muitas outras construções. Naquela tarde, ainda tive o prazer de conhecer os atuais proprietários da fazenda, Ana Tereza e Maurício, cujas histórias pessoais, e sobre os antepassados da família, fizeram daquela visita um momento ainda mais marcante. Agradeço ao casal por me receber na Santa Maria e pelas boas conversas.

Na Fafich, participei de disciplinas que contribuíram enormemente para a minha formação. Agradeço aos professores Douglas Cole Libby, Ana Paula Sampaio Caldeira e Kátia Gerab Baggio pelas ricas reflexões e debates. Do programa de pós-graduação, também registro os meus agradecimentos aos professores Adriana Romeiro e André Luís Pereira Miatello por todo o apoio e confiança no trabalho.

No primeiro semestre de 2019, tive a oportunidade de conhecer várias pessoas que tornaram as estadias em Belo Horizonte muito mais agradáveis. Graças ao João Marcos Veiga, pude conhecer um pouco mais sobre a vida cultural da cidade. No edifício Maletta, ou caminhando pela rua da Bahia, tivemos boas conversas sobre o Clube da Esquina e os poetas mineiros. Agradeço também ao Bernardo, ao João Vitor e ao Wagner, todos colegas de disciplinas, pelas conversas – e desabafos – sobre o trabalho na área da educação e os desafios e alegrias da pesquisa histórica.

No segundo semestre de 2019, frequentei duas disciplinas no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. Apreendi muito com os professores Lilia Moritz Schwarcz, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Flavio dos Santos Gomes e Rafael de Bivar Marquese. Agradeço imensamente a todos eles pela oportunidade de participar dos cursos ofertados.

Ainda sobre o período de estudos em São Paulo, registro a agradável convivência com o Janailson Macêdo Luiz e Victor Nakanishi, ambos, como eu, forasteiros em terras paulistas.

Agradeço ao Isaac Casseiro Ribeiro pela leitura de parte do material, pelos textos compartilhados e as conversas a respeito da pesquisa. Agradeço ao Pedro Belchior pela revisão cuidadosa de todo o texto da tese e a elaboração dos elementos pré-textuais. Agradeço também ao Mateus Pedro da Silva pelo trabalho com os mapas, e ao Fábio Carlos Vieira Pinto pelas sugestões e esclarecimentos a respeito da construção do banco de dados.

Em Guaxupé, contei com a colaboração do senhor Wilson Remédio Ferraz, competente pesquisador e profundo conhecedor da história regional. Sem ele, o trabalho de pesquisa teria sido muito mais complicado. Agradeço pelos documentos e textos, e por dividir comigo o seu enorme conhecimento sobre a história da região.

Aos amigos de longa data, Denis Almeida, Giovani Silva e Rodrigo Godoy, agradeço de coração por toda a ajuda, as boas risadas e as trocas de ideias.

À minha família, agradeço pela torcida, incentivo e apoio em todos os momentos. De forma especial, agradeço aos meus pais, João e Imaculada, e meus irmãos, Jonas e Mariana. Obrigado por todo o carinho, apoio incondicional e compreensão.

Por fim, agradeço a Milena, minha namorada e companheira. Obrigado por todo o amor, carinho, generosidade, compreensão e pela enorme paciência.



Não é o presente em grande parte a presa de um passado que se obstina em sobreviver, e o passado, por suas regras, diferenças e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão séria do tempo presente?

– FERNAND BRAUDEL. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, vol. 3, p. 10.

## RESUMO

Este trabalho dedica-se ao estudo da economia cafeeira no Sudoeste mineiro – municípios de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho – entre os anos de 1880 e 1930. Valendo-nos de um conjunto diversificado e abundante de fontes, analisamos o processo de montagem da cafeicultura regional, com especial atenção sobre a estrutura fundiária, a configuração interna das fazendas, os sistemas de trabalho e a distribuição de riquezas. Na primeira parte da pesquisa, examinamos o movimento de expansão dos plantios, os números da produção local e os impactos da nova dinâmica econômica sobre a distribuição da posse da terra e organização das fazendas. A partir dos inventários e de fontes auxiliares, foi possível identificar as principais unidades produtoras, conhecer a dimensão das lavouras, os investimentos em benfeitorias e equipamentos ligados ao beneficiamento das safras, e as formas de administrar os espaços das propriedades. Na segunda parte, apresentamos, de início, os regimes de trabalho empregados nas fazendas e os ganhos dos trabalhadores. Com base nos registros privados de propriedades, constatamos que, nas maiores unidades, o principal arranjo de trabalho era o colonato. Por fim, analisamos a composição das fortunas locais, a distribuição dos recursos e a capacidade de acumulação da nova organização econômica.

**Palavras-chave:** café; terra; trabalho; acumulação.

## ABSTRACT

This study is devoted to examining the coffee economy in the southwestern region of Minas Gerais, encompassing the municipalities of Guaxupé, Guaranésia, and Muzambinho, during the period from 1880 to 1930. Utilizing a diverse and extensive array of sources, we undertake an in-depth analysis of the evolution of the regional coffee industry, with particular emphasis on aspects such as land ownership structure, internal farm configurations, labor systems, and wealth distribution. In the first section of our research, we delve into the expansion of coffee cultivation, local production statistics, and the repercussions of the emerging economic dynamics on the distribution of land ownership and the organization of farms. Drawing from inventories and supplementary sources, we are able to identify the key production units, gain insights into the scale of coffee plantations, assess investments in farm improvements and equipment related to crop processing, and explore the methods employed in property management. Moving on to the second section, we commence by presenting the labor systems employed on these farms and the remuneration received by workers. Our investigation, based on private property records, reveals that on the larger estates, sharecropping emerged as the predominant labor arrangement. Finally, we turn our attention to an analysis of the composition of local fortunes, the distribution of resources, and the capacity for wealth accumulation within this newly organized economic framework.

**Keywords:** coffee; land; labor; accumulation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estação na cidade de Muzambinho (1925) .....	62
Figura 2: Estação Mocambo, município de Muzambinho (década de 1920) .....	62
Figura 3: Construção da ferrovia. Primeiro pontilhão em Muzambinho (década de 1910) .....	63
Figura 4: Construção da ferrovia (década de 1910) .....	63
Figura 5: Vitrine da loja “Café do Brasil”, Veneza, Itália, 1966.....	64
Figura 6: Estação na cidade de Guaxupé (década de 1910) .....	64
Figura 7: Sede da fazenda Jacuba (atual Morro Alto – Guaxupé).....	97
Figura 8: Fazenda Correnteza – Guaranésia.....	98
Figura 9: Fazenda da Barra – Guaxupé .....	98
Figura 10: Casa de morada da fazenda Santa Maria – Guaxupé .....	108
Figura 11: Fazenda Santa Maria – Guaxupé .....	108
Figura 12: Fazenda Santa Maria – Guaxupé .....	109
Figura 13: Escola na fazenda Santa Maria, década de 1920 .....	109
Figura 14: Sede da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1920 .....	162
Figura 15: Sede da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1950 .....	162
Figura 16: Vista do terreiro e casa de máquina da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1930 .....	163
Figura 17: Vista do terreiro da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1920.....	163
Figura 18: O conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, proprietário da fazenda Nova Floresta (1929).....	164
Figura 19: Vista do terreiro e do cafezal da fazenda Nova Floresta, década de 1920..	164
Figura 20: Curral da fazenda Nova Floresta, década de 1920.....	165
Figura 21: Vista do cafezal da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1920 .....	165
Figura 22: Filhos e netos do conde Ribeiro do Valle em um cafezal da fazenda Nova Floresta, década de 1940 .....	166
Figura 23: Trem da Mogyana cortando a fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1920 .....	167
Figura 24: Uma das colônias da fazenda Nova Floresta, década de 1940.....	169
Figura 25: Trabalhadores da fazenda Nova Floresta, década de 1920 .....	170
Figura 26: Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, o barão de Guaxupé, década de 1880 .	213
Figura 27: Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, década de 1920.....	224
Figura 28: Conde Ribeiro do Valle com filhos e netos na fazenda Nova Floresta, 1924 .....	225

Figura 29: Conde Ribeiro do Valle e família em frente à casa sede da fazenda Nova Floresta, 1924 .....	225
Figura 30: Cafezais da fazenda Nova Floresta, década de 1940 .....	226
Figura 31: Fazenda São Joaquim, em São Simão (SP), 1924 .....	226

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Regionalização da Província de Minas Gerais (século XIX).....	36
Mapa 2: Sul de Minas em 1920.....	57
Mapa 3: Município de Guaxupé (1939).....	58
Mapa 4: Município de Muzambinho (1939).....	59
Mapa 5: Fazenda São João (Muzambinho, 1919).....	101
Mapa 6: Reconstrução do mapa da Fazenda São João (Muzambinho, 1919).....	102
Mapa 7: Fazenda Monte Belo (Santa Maria), Guaxupé, 1893.....	104
Mapa 8: Reconstrução do mapa da Fazenda Monte Belo (Santa Maria), Guaxupé, 1893 .....	105
Mapa 9: Regionalização da província de Minas Gerais - Nível de desenvolvimento econômico (1872).....	139

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os maiores cafeicultores de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho I (1880-1930).....	47
Quadro 2: Os maiores cafeicultores de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho II (1880-1930).....	47
Quadro 3: Sócios do Ramal de Guaxupé.....	54
Quadro 4: Principais compradores de escravos (Guaxupé, 1861-1888) .....	131
Quadro 5: Trabalhadores livres da fazenda Bocaina, em Guaxupé (1869-1888).....	132
Quadro 6: Salário dos colonos da fazenda Nova Floresta, Guaxupé (1925/1926).....	173
Quadro 7: Serviços avulsos da fazenda Nova Floresta, Guaxupé (1925/1926) .....	179
Quadro 8: Ações listadas nos inventários (1880-1930).....	193
Quadro 9: Propriedades de Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, 1887 .....	216
Quadro 10: Propriedades de Joaquim Augusto Ribeiro do Valle em 1899 (Guaxupé) 219	
Quadro 11: Propriedades do conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle (1936) .....	223
Quadro 12: Produção de café vendida à casa Comissária Bueno, Valle & Cia. (Guaxupé, fazendas Nova Floresta e Santa Cruz, 1924).....	227
Quadro 13: Produção de café vendida à casa Comissária Bueno, Valle & Cia. (São Simão, fazenda Santa Maria, 1924).....	228
Quadro 14: Propriedades de Joaquim Costa Monteiro (1902) .....	234
Quadro 15: Propriedades de Antônio Costa Monteiro (1916).....	237

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportações brasileiras de café (1823-1910) .....	30
Gráfico 2: Importações norte-americanas de café (1823-1881) .....	33
Gráfico 3: Pés de café nos inventários ( Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 - 1930).....	49
Gráfico 4: Café embarcado no ramal de Guaxupé (1904-1917) .....	65
Gráfico 5: Café embarcado nas estações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1904-1917).....	67
Gráfico 6: Café embarcado nas estações de Franca, Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1912-1917 .....	68
Gráfico 7: Animais embarcados nas estações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1904-1917) .....	116
Gráfico 8: Cereais embarcados nas estações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1904-1919) .....	117
Gráfico 9: Contratos de formação de lavouras - Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1869-1930) .....	135
Gráfico 10: Presença de imigrantes nos registros de casamento de Guaxupé.....	137
Gráfico 11: Contratos de formação e trato de cafezais (1869-1930).....	145
Gráfico 12: Contratos de formação e trato de cafezais - Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1869-1930).....	147
Gráfico 13: Composição da riqueza (1880-1930) .....	190
Gráfico 14: Composição da riqueza (1880-1889) .....	195
Gráfico 15: Composição da riqueza (1890-1899) .....	196
Gráfico 16: Composição da riqueza (1900-1909) .....	196
Gráfico 17: Composição da riqueza (1910-1919) .....	197
Gráfico 18: Composição da riqueza (1920-1930) .....	197
Gráfico 19: Composição do patrimônio de Manuel Joaquim Ribeiro do Valle (1887) .....	215
Gráfico 20: Composição do patrimônio de Joaquim Costa Monteiro (1891) .....	233
Gráfico 21: Composição do patrimônio de Joaquim Costa Monteiro (1902) .....	236
Gráfico 22: Composição do patrimônio de Antônio Costa Monteiro (1916).....	238



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Populações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho em 1872 e 1890.....	38
Tabela 2: Populações de São Sebastião do Paraíso e Monte Santo de Minas em 1872 e 1890 .....	38
Tabela 3: Plantações de café nos inventários .....	45
Tabela 4: Café embarcado no ramal de Guaxupé (1904 -1917).....	65
Tabela 5: Café embarcado nas estações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1904-1917).....	67
Tabela 6: Café embarcado nas estações de Franca, Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1912-1917 .....	68
Tabela 7: Propriedades agrícolas e cafezais, 1920 .....	70
Tabela 8: Propriedades de terras na freguesia de São Carlos do Jacuí , 1856.....	80
Tabela 9: Distribuição da propriedade da terra na freguesia de São Carlos do Jacuí, 1856 .....	81
Tabela 10: Distribuição da propriedade da terra na freguesia de São Carlos do Jacuí, 1856 .....	82
Tabela 11: Proprietários de terras em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880-1930 .....	85
Tabela 12: Distribuição da propriedade da terra em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 .....	85
Tabela 13: Porcentagem do total de terras agrícolas por classe de tamanho, Nordeste de São Paulo, 1904-5.....	86
Tabela 14: Concentração de terras em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 .....	88
Tabela 15: Concentração de terras no Nordeste Paulista .....	89
Tabela 16: Distribuição da propriedade fundiária em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 .....	91
Tabela 17: Distribuição da terra em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 .....	92
Tabela 18: Benfeitorias das fazendas .....	99
Tabela 19: Benfeitorias das propriedades de Joaquim Costa Monteiro (1902).....	110
Tabela 20: Benfeitorias (Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880-1930).....	112
Tabela 21: Atividades produtivas na composição da riqueza.....	113
Tabela 22: Animais nos inventários (Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880-1930) .....	114
Tabela 23: Censo de 1872 – Guaxupé e Muzambinho .....	129
Tabela 24: Localidades do Sudoeste mineiro .....	141

Tabela 25: Localidades do Sudoeste mineiro .....	141
Tabela 26: Municípios Paulistas. População segundo a nacionalidade (1920) .....	142
Tabela 27: Faixas de salários dos colonos da fazenda Nova Floresta, Guaxupé (1925/1926) .....	176
Tabela 28: Composição da riqueza segundo os valores dos bens arrolados nos inventários (1880 -1930) .....	189
Tabela 29: Dados desagregados das benfeitorias, 1880-1930 .....	191
Tabela 30: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza- Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 (em libras esterlinas) .....	199
Tabela 31: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza- Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1889 (em libras esterlinas) .....	201
Tabela 32: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza- Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1890 a 1899 (em libras esterlinas) .....	201
Tabela 33: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza- Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1900 a 1909 (em libras esterlinas) .....	202
Tabela 34: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza- Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1910 a 1919 (em libras esterlinas) .....	202
Tabela 35: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza- Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1920 a 1930 (em libras esterlinas) .....	202

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**APM** – Arquivo Público Mineiro

**CEMEC-SM** - Centro de Memória Cultural do Sul de Minas

**FMG** – Fórum Municipal de Guaxupé

**FMM** – Fórum Municipal de Muzambinho

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
Capítulo 1 - O CAFÉ NO SUDOESTE MINEIRO.....	27
1.1 O mercado mundial .....	27
1.2 O Sudoeste mineiro .....	34
1.3 As fontes.....	40
1.4 A expansão cafeeira.....	43
Capítulo 2 –ORGANIZAÇÃO DAS FAZENDAS .....	72
2.1 A terra.....	72
2.2 Benfeitorias e atividades produtivas.....	96
Capítulo 3 – RELAÇÕES DE TRABALHO.....	120
3.1 Cafeicultura, escravidão e pós-abolição no Sudeste brasileiro.....	120
3.2 Cafeicultura e escravidão no Sudoeste mineiro.....	128
3.3 O pós-abolição no Sudoeste mineiro .....	135
3.4 Os contratos de trabalho .....	144
3.5 O colonato .....	158
Capítulo 4 - HIERARQUIA SOCIAL E ACUMULAÇÃO.....	188
4.1 Composição da riqueza inventariada .....	188
4.2 Distribuição da riqueza inventariada .....	199
4.3 A elite cafeeira do Sudoeste mineiro.....	207
4.3.1 Os Ribeiro do Valle .....	208
4.3.2 Os Costa Monteiro.....	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	241
FONTES.....	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	249
ANEXO - SALÁRIO DOS COLONOS DA FAZENDA NOVA FLORESTA (1925-1926).....	260

## INTRODUÇÃO

Este trabalho examina a economia cafeeira no Sudoeste mineiro – municípios de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho – entre os anos de 1880 e 1930. Estudamos o movimento de expansão dos cultivos, a organização dos sistemas de trabalho, a estrutura fundiária, a configuração interna das fazendas, a origem dos capitais que permitiram a montagem da cafeicultura regional e a capacidade de acumulação da nova organização econômica.

As balizas temporais – de 1880 a 1930 – demarcam um período importante na história do desenvolvimento da cultura cafeeira na área estudada. Na década de 1880, a cafeicultura local alcança um patamar mais significativo de produção e, ao mesmo tempo, o movimento de difusão dos cafeeiros intensifica-se. A data limite, 1930, marca o fim de um período de forte crescimento das plantações e de prosperidade na região. Nos anos seguintes, em razão da recessão mundial,<sup>1</sup> os investimentos em novas lavouras recuaram, parte dos cafezais foram abandonados, muitos fazendeiros enfrentaram sérias dificuldades financeiras e a economia regional como um todo foi afetada.<sup>2</sup> A delimitação cronológica, no entanto, não é fixa; em diversos momentos, recuamos ou avançamos no tempo, a fim de apresentar transformações importantes no quadro da economia mundial e nacional e de indicar certos aspectos da história da região que escapam ao recorte temporal estabelecido.

Em relação ao espaço, as referidas localidades foram selecionadas em razão da importância das produções locais no quadro das exportações dos municípios sul-mineiros no período recortado pela pesquisa, e também em função das possibilidades de acesso às fontes. Como veremos, encontramos na região uma volumosa documentação cartorial e registros privados de fazendas que foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Nas últimas décadas, as pesquisas sobre o Sul de Minas avançaram de forma significativa. Hoje sabemos, por exemplo, que nas áreas mais próximas à divisa com o Rio de Janeiro desenvolveu-se, na primeira metade do século XIX, uma economia diversificada, voltada para a produção de gêneros de subsistência e a criação de rebanhos, e intimamente conectada com as redes comerciais de abastecimento interno – mercados

---

<sup>1</sup> Sobre a crise de 1929 e a economia cafeeira, ver, entre outros: STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital*. (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>2</sup> A situação da lavoura cafeeira em Minas Gerais. *O Caldense*. Caldas, MG, 1930. Hemeroteca digital brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

regionais e interprovinciais. Nessas áreas, dada a importância das atividades produtivas, as grandes fazendas estavam articuladas com as artérias do tráfico de escravos e reuniam números expressivos de cativos. Inclusive, para algumas localidades, o percentual de cativos no conjunto da população era semelhante ao que foi encontrado, no mesmo período, em áreas de grande lavoura, articuladas ao mercado internacional. E mais: verificou-se também a atuação política de integrantes da elite escravista local no cenário da Corte em um período de construção do Estado brasileiro, no século XIX.<sup>3</sup>

No Sudoeste mineiro, área que integra o vasto território compreendido como Sul de Minas, temos, em contraste, poucas informações sobre o povoamento e as principais atividades econômicas no século XIX. Em relação à cafeicultura, dado o estágio inicial das investigações, os estudos são reduzidos e se limitam, na maioria dos casos, a explorar as informações do censo agrícola de 1920 e os dados das companhias ferroviárias e estabelecer comparações com outras áreas cafeeiras.<sup>4</sup> Os dados apresentados são importantes e nos ajudam a compreender as características da economia local no início do século XX. No entanto, faltam-nos pesquisas mais aprofundadas, baseadas em fontes locais, sobre o processo de montagem da cafeicultura regional. O presente estudo, ainda que restrito a três localidades, pretende contribuir nessa direção.

A investigação aqui apresentada insere-se no campo da história agrária. De acordo com o historiador Ciro Flamarion Cardoso, esse campo de investigação histórica nasceu nas primeiras décadas do século XX a partir do encontro entre a História e a Geografia Humana.<sup>5</sup> Na França, onde se desenvolveram as primeiras pesquisas,<sup>6</sup> os estudos

---

<sup>3</sup> Ver: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul-mineira. Itajubá – 1785-1850*. Dissertação (Mestrado) – ICH/UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009; DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)* – ICH/UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. Em relação às décadas finais do século XIX, ver: PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e Capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, duas obras, com artigos de vários pesquisadores, que foram publicadas recentemente sobre a região: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2012; SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato. GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs) *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

<sup>5</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979, pp. 35-36.

<sup>6</sup> Ver, sobretudo: BLOCH, Marc. *La História Rural Francesa: caracteres originales*. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.

estavam, *grosso modo*, preocupados em entender as mudanças nas paisagens e estruturas agrárias (formas de ocupação do solo e organização dos campos; sistemas de propriedade, distribuição da propriedade da terra e relações de produção), e na organização do espaço rural (distribuição dos núcleos de povoamento, dimensões, densidade populacional, e outros).<sup>7</sup> Para os historiadores, a questão central – diferentemente da preocupação dos geógrafos – era o entendimento de que esses elementos estavam inscritos no tempo; isto é, tinham uma história, marcada por continuidades, por estruturas de longa duração, e também por rupturas e transições.<sup>8</sup>

No decorrer dos anos, com o desenvolvimento dos estudos – e a incorporação, pelos historiadores, de conceitos e métodos de outras áreas – a preocupação com a economia e a demografia ganhou destaque. Para a historiadora Maria Yeda Linhares, uma abordagem profícua é o entendimento da história agrária como uma história social e econômica do mundo rural. Nessa perspectiva, além do estudo sobre os fatores que são combinados no processo produtivo na agricultura – terra, trabalho e técnicas agrícolas –, faz-se necessário analisar o sistema econômico abrangente, o ambiente natural (clima, relevo, solo), as formas de acesso à terra, a demografia, as vinculações comerciais e as hierarquias sociais.<sup>9</sup>

O desenvolvimento de pesquisas no Brasil, a partir da década de 1970, centradas sobretudo no final do período colonial e no século XIX, tem contribuído sensivelmente para a compreensão acerca do ambiente agrário de diversas regiões da colônia e, depois, território nacional. Em relação às províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – espaços onde as pesquisas são mais abundantes –, os trabalhos têm mostrado a diversidade das atividades produtivas, o desenvolvimento de mercados regionais e interprovinciais, os processos de acumulação endógena, a concentração das riquezas nas mãos de um pequeno grupo de comerciantes de grosso trato, a concentração da propriedade da terra em áreas de grande lavoura e de produção de alimentos, a importância do crédito pessoal para o desenvolvimento dos negócios e a presença

---

<sup>7</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S, op. cit., 1979, p. 36. Ver também: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A formação social da miséria: Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

<sup>8</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S, op. cit., 1979, p. 38.

<sup>9</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 170. Ver também: LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

marcante da força de trabalho escrava no setor de abastecimento, entre diversos outros elementos.<sup>10</sup>

Uma preocupação metodológica aqui é inserir a história regional em um quadro mais amplo de transformações que ocorreram no século XIX e no início do século XX – de modo geral, as alterações estruturais da economia mundial provocadas pelo desenvolvimento da indústria, bem como as mudanças que ocorreram na economia brasileira no período (forte inserção no mercado internacional com produções de café, expansão das linhas férreas, crise da escravidão, e outras), estas em grande parte associadas às mudanças globais. Essas transformações, como veremos, condicionaram profundamente os rumos da história regional. No entanto, o que de fato ocorreu na área de estudo, os contornos da história, dependeu de fatores locais – base demográfica, configuração fundiária, características ambientais (qualidade do solo, relevo, clima), acesso aos modernos meios de transporte, disponibilidade de capitais e as repostas da população às mudanças que se apresentavam. A análise procura articular, portanto, diferentes escalas de observação de modo a captar a intersecção entre processos globais e nacionais de mudanças e as manifestações locais. Em outros termos, procuramos compreender como transformações econômicas de longo alcance impactaram a região e, ao mesmo tempo, como os habitantes locais, fazendeiros e sitiantes, comerciantes e trabalhadores, reagiram ao processo de transformações.<sup>11</sup>

No decorrer da pesquisa, realizamos diversas viagens às localidades estudadas para coletar o maior número possível de fontes. No fórum de Muzambinho, além dos documentos referentes à população local, também estão depositados inventários e outros processos de proprietários de Guaxupé e Guaranésia. Em pesquisa no arquivo da instituição, fotografamos 660 inventários *post mortem*. No fórum de Guaxupé, localizamos 30 processos. Nas mesmas localidades e em Guaranésia, vistamos os cartórios locais, onde pudemos encontrar 200 escrituras de formação e trato de cafezais.

---

<sup>10</sup> A bibliografia é vasta; por isso, indicamos algumas obras: MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987; MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1990; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (século XVIII)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002; ANDRADE, Marcos Ferreira de, op. cit., 2008.

<sup>11</sup> Uma discussão esclarecedora a respeito da escala de observação pode ser encontrada em: CONRAD, Sebastian. *O que é História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019, pp. 158-171. Em relação às discussões sobre o procedimento no âmbito da micro-história, ver o importante trabalho organizado pelo historiador Jacques Revel: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.



Na fazenda Nova Floresta, localizada em Guaxupé, encontramos uma rica e volumosa documentação privada a respeito das atividades nas propriedades da família Ribeiro do Valle (mapas, livros de contabilidade, folhas de pagamento de trabalhadores, relatórios de fazendas, fotografias e outras). Nos museus de Muzambinho e Guaxupé e na Casa da Memória de Guaranésia localizamos jornais, registros fotográficos, livros de contabilidade de fazendas e outros documentos. Valemo-nos ainda de censos, registros paroquiais de terras e relatórios da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, esses acessados em sítios específicos na internet.

A documentação é diversa e exigiu diferentes metodologias no tratamento das informações. No decorrer do texto, nos momentos em que cada corpo documental for empregado, faremos esclarecimentos sobre a forma com que cada um deles foi analisado. Sobre os inventários, a principal base documental da pesquisa, reservamos um tópico no primeiro capítulo para descrever as características da documentação, indicar como ela tem sido utilizada pela historiografia e explicar os procedimentos metodológicos adotados na organização dos dados.

Por fim, vejamos como a tese foi estruturada. No primeiro capítulo, analisamos, de início, as mudanças da economia mundial na segunda metade do século XIX e a montagem de zonas cafeeiras no Sudeste brasileiro, transformações econômicas que, como veremos, estavam intimamente conectadas. Em seguida, descrevemos os traços gerais das mudanças econômicas que ocorreram no território que compreende a antiga Comarca do Rio das Mortes, na província de Minas Gerais, no século XIX e as características do Sudoeste mineiro. Na segunda parte do texto, centramos a atenção sobre o processo de incorporação produtiva da área em estudo à economia agroexportadora. Examinamos o movimento de expansão dos plantios, identificamos os principais produtores, discorremos sobre os impactos da chegada da ferrovia sobre a economia regional e os números da produção.

Estudamos, no segundo capítulo, a estrutura fundiária na região e a configuração interna das propriedades. Em um primeiro momento, valendo-nos dos registros paroquiais de terras, investigamos a distribuição da propriedade da terra na área em meados do século XIX. Depois, a partir dos inventários, realizamos a mesma análise para o período de 1880 a 1930. Em um segundo momento, examinamos a organização das fazendas – presença de benfeitorias e maquinários utilizados no beneficiamento do café, casas para abrigar trabalhadores, instalações ligadas ao beneficiamento e armazenamento de gêneros de subsistência, equipamentos acessórios às unidades (engenhos de serra e olarias) e as

formas de uso do solo e organização dos espaços dos estabelecimentos. Na última parte, descrevemos as principais atividades produtivas e analisamos, a partir dos relatórios da Companhia Mogyana, as exportações locais de artigos da subsistência.

O terceiro capítulo trata das relações de trabalho. No tópico inicial, analisamos as relações entre cafeicultura e escravidão no Sudeste brasileiro ao longo do século XIX, bem como as formas com que os produtores das diferentes zonas produtoras, cada uma com suas especificidades próprias em termos de disponibilidade de terras, mão de obra e trajetória dos plantios, enfrentaram o desafio da abolição. Avaliamos, na sequência, a presença da força de trabalho escrava nas propriedades do Sudoeste mineiro e a importância desse regime no primeiro arranque da produção cafeeira local. Com registros privados de fazendas também foi possível identificar o início das plantações em escala comercial na região. Fica claro que a expansão dos plantios na área ocorreu na esteira do movimento de construção das linhas férreas e de ampliação das lavouras no Oeste paulista. Exploramos a configuração dos sistemas de trabalho empregados nas fazendas locais no pós-abolição por meio das escrituras de formação e trato dos cafezais lavradas em cartório e de registros internos das fazendas. Constatou-se que nas grandes fazendas, tal como nas áreas paulistas, adotou-se o regime do colonato.

No último capítulo, estudamos a composição dos patrimônios que foram arrolados nos inventários e a distribuição das riquezas na sociedade regional. Em um primeiro momento, descrevemos todos os ativos que aparecem na documentação e a participação percentual de cada um deles no conjunto da riqueza inventariada. Analisamos também as mudanças nos investimentos no decorrer dos decênios recortados pela pesquisa. Em um segundo momento, examinamos a distribuição da riqueza entre os grupos de fortunas, bem como as mudanças nos padrões de distribuição entre as décadas. Apresentamos, na última parte do texto, as trajetórias de importantes fazendeiros, integrantes de duas famílias locais, que se destacaram pelo volume de riquezas que conseguiram acumular.

## Capítulo 1 - O CAFÉ NO SUDOESTE MINEIRO

### 1.1 O mercado mundial

Na segunda metade do século XIX ocorreu um extraordinário crescimento da economia capitalista. Foi uma nova fase de industrialização, centrada em bens de capital, e que lançou novas bases para o desenvolvimento econômico. Na Inglaterra, além do setor têxtil, ramo mais importante da primeira fase de arranque da produção de bens manufaturados, ganhou força a produção de ferro, aço, carvão e maquinarias. As mudanças, no entanto, ultrapassavam as fronteiras da Inglaterra. A produção industrial cresceu de modo expressivo na Alemanha e, em ritmo menos acentuado, na França e em outros países europeus, e avançou de forma acelerada nos Estados Unidos. Dado o intenso crescimento das economias alemã e norte-americana, em pouco tempo elas se tornaram comparáveis à britânica.<sup>12</sup>

Um dos resultados dessa expansão econômica foi a geração de muitos postos de trabalho. Cresceu o número de trabalhadores na construção de máquinas, na produção de ferro e aço, nas minas de carvão e em outros setores. Para parte importante da classe trabalhadora, esses anos foram de aumento da renda. Não à toa, para frustração dos agitadores políticos, houve uma diminuição da tensão social, em comparação com os turbulentos anos da primeira metade do século.<sup>13</sup>

Para atender às demandas crescentes de matérias-primas e alimentos nos centros da economia mundial, ocorreu uma expressiva ampliação das atividades produtivas em áreas periféricas da economia capitalista. A expansão da fronteira agrícola foi, portanto, a outra face desse movimento de crescimento econômico. Imensas áreas, antes quase intocadas, nos mais remotos lugares do mundo, começaram a ser exploradas com o fim de se atender, com algum produto, à sede insaciável do mercado internacional. Desse modo, essas regiões foram integradas – de forma desigual, obviamente – no fluxo de mercadorias global.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, pp. 101-122; HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, pp. 59-116.

<sup>13</sup> HOBBSAWM, Eric J, op. cit., 2014, pp. 62-64

<sup>14</sup> Idem, pp. 59-116.

De 1800 a 1850, as importações britânicas cresceram mais de quatro vezes. Entre os anos de 1850 e 1913, mais de oito. Nos portos europeus, navios vindos de diferentes continentes chegavam abarrotados de mercadorias. O algodão, um dos principais produtos, vinha sobretudo do sul dos Estados Unidos, o maior produtor mundial. A lã, outro item importante, era importada da Austrália, Nova Zelândia, Argentina e África do Sul. O trigo, cujas importações cresceram de modo expressivo após 1850, era proveniente da Austrália, da Argentina, da Índia, do Meio-Oeste americano, do Canadá e da Rússia. Em relação às carnes, imensas quantidades do produto eram importadas sobretudo das fazendas do Texas, das propriedades de Rosário na Argentina, da Austrália e da Nova Zelândia. O aumento das importações de mercadorias decorre, além do processo de industrialização e urbanização, do crescimento demográfico, da melhora dos níveis de vida da população e da queda dos preços dos produtos agrícolas.<sup>15</sup> A população da Grã-Bretanha saltou de 20,8 milhões de habitantes em 1850 para 40,8 milhões em 1910. Na Alemanha, a população passou de 34 milhões em 1850 para 64,9 milhões em 1910. Na França, o crescimento foi menor: com 35,8 milhões de habitantes em 1850, o país passou a ter 39,6 milhões em 1910.<sup>16</sup>

Os novos meios de transporte e de comunicação, grandes criações do século, contribuíram de forma decisiva para esse processo de multiplicação dos espaços geográficos da economia capitalista e crescimento acelerado da movimentação de mercadorias, homens e capital. Os navios a vapor passaram a disputar o domínio sobre os mares com os barcos a vela;<sup>17</sup> e as ferrovias se estenderam por vastas áreas do globo, ligando as antigas e as novas áreas de produção aos portos, que, por sua vez, se ligavam aos centros industriais.<sup>18</sup> O telégrafo, também criação da época, permitiu a comunicação entre centros comerciais situados em diferentes continentes, facilitando, assim, o acesso às informações e às trocas de mercadorias. As distâncias foram, portanto, encurtadas, e diversas regiões dispersas pelo globo passaram a estar estreitamente conectadas.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> WOODRUFF, Wiliam. La aparición de una economía internacional, 1700 -1914. In: CIPOLLA, Carlo M (ed.). *Historia económica de Europa: el nacimiento de las sociedades industriales*. (Parte 2). Barcelona: Ariel, 1982, pp. 302-387.

<sup>16</sup> MITCHELL, B. R. Apéndice estadístico, 1700 -1914. In: CIPOLLA, Carlo M (ed.). *Historia económica de Europa: el nacimiento de las sociedades industriales*. (Parte 2). Barcelona: Ariel, 1982, p. 397.

<sup>17</sup> De acordo com Hobsbawm, os navios a vapor ganharam maior importância do que os transportes marítimos a vela no decorrer da década de 1870. Ver: HOBBSAWM, Eric J., op. cit., 2014, p. 101.

<sup>18</sup> HOBBSAWM, Eric J, op. cit., 2014, p. 101.

<sup>19</sup> HOBBSAWM, Eric J, op. cit., 2014, pp. 101-104.

Nesse contexto de expansão da indústria moderna, crescimento das cidades, ampliação da população e fortalecimento do operariado, o consumo do café, tal como de outros produtos tropicais, como o açúcar e o fumo, cresceu de forma significativa. Estimulante poderoso e de valor não proibitivo para o consumo, o produto passou a ser incorporado pelas camadas populares e a classe média de modo geral como parte integrante das refeições diárias.<sup>20</sup>

O grande volume de café importado pelos europeus e, especialmente, pelos norte-americanos vinha, sobretudo, do Brasil – de longe, à época, o maior produtor mundial. O primeiro surto cafeeiro em terras brasileiras começou ainda nas primeiras décadas do século XIX, quando os cafezais tomaram vastas áreas no Centro-Sul – o Vale do rio Paraíba do Sul. A proximidade com os portos – o do Rio de Janeiro e seus satélites –, a existência de estradas que cortavam a região até o litoral, a abundância de terras virgens e a farta oferta de mão de obra escrava via tráfico permitiram que os fazendeiros da região expandissem suas plantações e atravessassem, sem grandes abalos, os períodos de queda dos preços. Em pouco tempo, o “mar de montanhas”, como era descrito o relevo local, foi tomado por cafezais.<sup>21</sup> No avançar do século, as exportações cresceram de forma espantosa, de modo a impactar a própria natureza do mercado mundial de café. Em uma época de transformações estruturais em sociedades que abraçavam a indústria como principal eixo econômico, o que acarretou um aumento da demanda por alimentos, o grande volume da produção brasileira – leia-se: do Vale –, contribuiu para que o produto deixasse de ser um artigo de luxo, de consumo restrito, para se tornar um produto de consumo de massa.<sup>22</sup>

Na década de 1850, segundo Stanley Stein, os cafeicultores da região viveram o período de maior riqueza. As fazendas estavam supridas com muitos trabalhadores, comprados em grande quantidade nas últimas décadas, e as plantações dobravam os morros. Com as possibilidades de crédito abundante na praça carioca, os fazendeiros

---

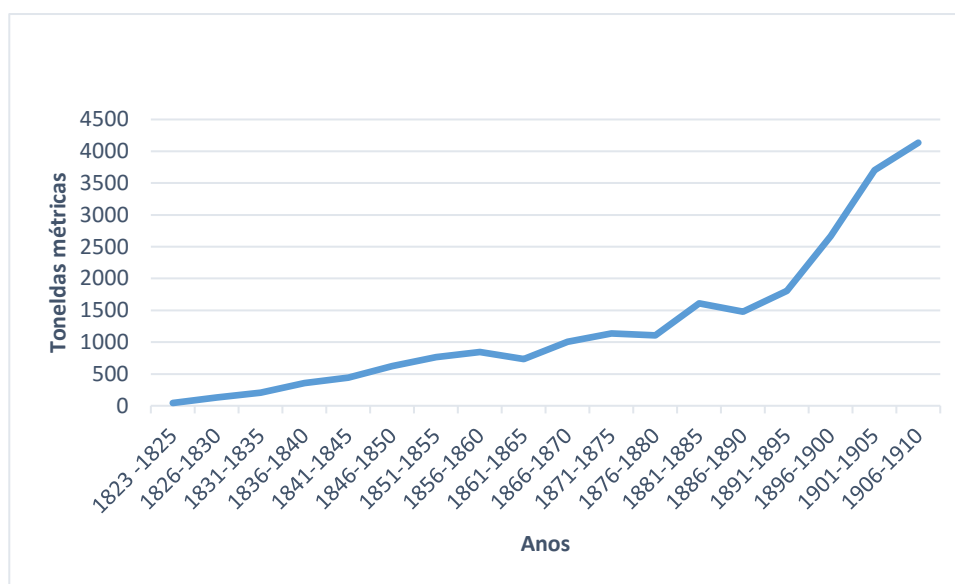
<sup>20</sup> MINTZ, Sidney W. *Produção Tropical e Consumo de Massa: um Comentário Histórico* In: MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletariados*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

<sup>21</sup> STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961, p. 36. A respeito da expansão cafeeira no Vale do Paraíba, ver também: COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998, pp. 63-68.

<sup>22</sup> MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, vol. II, p. 342.

embelezaram suas casas de morada, realizaram melhoramentos nas demais instalações das propriedades – terreiros, tulhas, armazéns e engenhos – e avançaram, ainda com mais gana, sobre as grandes florestas para expandir as plantações. Um círculo de ferro, diz o autor, envolvia a economia local: obtinham-se empréstimos, cortavam-se as matas, plantava-se café, compravam-se mais escravos, e reiniciava-se o ciclo. Uma fé cega na prosperidade constante animava a todos.<sup>23</sup>

**Gráfico 1: Exportações brasileiras de café (1823-1910)**



Fonte: SAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Appendix: Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960. In: CALRENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 432.

Na década de 1870, no entanto, em razão de uma exaustão ecológica – diminuição progressiva das matas virgens e esgotamento do solo –, a economia cafeeira do Vale estacionou; nas décadas seguintes, com o agravamento da crise, entrou em declínio. Em contraste, o período foi marcado pela alta dos preços do café e o aumento crescente da demanda internacional pelo produto. Nos Estados Unidos, o consumo quase dobrou entre os anos de 1869 e 1881, passando de 105 mil para quase 205 mil toneladas por ano.<sup>24</sup> Nesse contexto, outras duas zonas produtoras despontaram: a primeira, a Zona da Mata

<sup>23</sup> STEIN, Stanley J., op. cit., 1961, p. 36.

<sup>24</sup> YOUSSEF, Alain El. *O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 211.

mineira; e a segunda, que logo ocuparia o posto de maior zona cafeeira do globo, o Oeste paulista.

A produção da Mata mineira, região na divisa com a província do Rio de Janeiro, ganhou maior importância a partir de 1850, quando as exportações atingiram o montante de 900.597 arrobas.<sup>25</sup> Nas quatro décadas seguintes, com a conclusão, em 1861, da estrada União e Indústria, que ligava Juiz de Fora a Petrópolis, e a instalação das linhas férreas – a Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1869, e a Estrada de Ferro Leopoldina, em 1874 –, o crescimento da produção foi contínuo.<sup>26</sup> De acordo com Anderson Pires, a partir da década de 1870, com a expansão dos trilhos, consolidou-se o processo de incorporação produtiva da região à economia agroexportadora.<sup>27</sup>

Os cafezais penetraram na região, em um primeiro momento, nos municípios mais próximos da divisa com a província do Rio de Janeiro – Leopoldina, Cataguases, Mar de Espanha, Juiz de Fora, Além Paraíba e outros. Nesse contexto – início do século XIX até 1860 –, a precariedade do sistema viário prejudicou a penetração dos cafezais para áreas mais distantes da divisa com a província vizinha. Em um segundo momento, a partir de 1860, com a melhora do sistema de transporte, ocorreu uma expansão dos plantios em localidades situadas mais ao norte e nordeste – Carangola, Ponte Nova, Muriaé, Manhuaçu e outras. A primeira área de produção foi, durante o século XIX, o núcleo mais dinâmico da cafeicultura na Mata mineira. A maior parte dos grãos exportados pela região nesse período – e pela província de Minas como um todo – era proveniente desse espaço. Lá estavam localizados grandes contingentes de escravos e extensas fazendas cafeeiras. Na virada do século, em meio à crise dos preços do café, os antigos municípios produtores perderam a primazia da produção, e a segunda área, de ocupação mais recente, assumiu a dianteira, quadro que se manteve no decorrer das décadas seguintes.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1810*. Bauru-SP: EDUSC, 2005, p. 61.

<sup>26</sup> GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930*. Juiz de Fora-MG: EDUF JF, 1988, pp. 33-35.

<sup>27</sup> PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. 1993. Dissertação (Mestrado) – ICHF/ UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993, pp. 73-109. Em relação à cafeicultura na Zona da Mata mineira, ver também: LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais – 1870-1920*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981; LANNA, Ana L. Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira – 1870/1920*. 1988. Dissertação (Mestrado) – IE/UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988; GIROLETTI, Domingos, op. cit., 1988; SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru, SP: EDUSC, 2007; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, op. cit., 2005.

<sup>28</sup> PIRES, Anderson José, op. cit., 1993. pp. 73-109.

Em São Paulo, nas últimas décadas do século XIX, os cafeeiros avançaram ainda com mais força nas áreas de ocupação mais antiga – Oeste Velho –, e adentraram, a passos largos, em direção às zonas de fronteira, o Oeste Novo (isto é, para além da região de Campinas). Na última região indicada, o clima favorável, a presença de grandes extensões de terras cobertas de matas, a alta produtividade do solo e os preços módicos dos terrenos logo atraíram a migração de muitos produtores. A chegada dos trilhos – a Companhia Paulista em 1869 e a Companhia Mogiana em 1872, empresas construídas com capitais dos próprios fazendeiros e investidores – potencializou o movimento de ocupação e, em pouco tempo, grandes empreendimentos agrícolas foram montados.<sup>29</sup>

Por toda a província, e de forma especial nas áreas mais distantes dos portos, os trilhos tiveram um papel essencial na expansão da fronteira agrícola – montagem de fazendas e ampliação das lavouras. Em 1880, a malha ferroviária paulista atingiu a marca dos 1.212 quilômetros de trilhos, quase dez vezes mais do que em 1870.<sup>30</sup> Em um curto espaço de tempo, portanto, imensas áreas, que antes se ligavam aos centros comerciais somente por meio de picadas de mulas, passaram a estar conectadas aos portos e, por meio desses, aos consumidores do além-mar. Usufruindo dessa imensa rede de transportes e de terras livres para o plantio, os fazendeiros avançaram, com grande rapidez, a marcha do café pelo planalto. Segundo Holloway, “a capacidade total da indústria cafeeira do oeste de São Paulo duplicou desde meados da década de 1880 ao início da década de 1890 e dobrou de novo até o início do século”.<sup>31</sup>

Esse novo surto cafeeiro teve íntima relação com transformações que ocorreram com o maior consumidor de café do globo: os Estados Unidos. Após a Guerra Civil, com a vitória dos nortistas, acelerou-se a consolidação do mercado interno americano, impulsionando o crescimento econômico. Destacam-se as seguintes mudanças: acentuado crescimento demográfico – entre 1870 e 1881, o país passou de 40 milhões para 50 milhões de habitantes –; ampliação da agricultura comercial em vastas áreas a oeste do Mississippi; e o fortalecimento da indústria na faixa da Nova Inglaterra ao Meio-Oeste. Com essas mudanças, ampliou-se fortemente a base de consumidores no país, o que

---

<sup>29</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Apogeu cafeeiro na Alta Mogiana. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (org.). *Na Estrada do Anhanguera*. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: CERU-Humanitas, 1999, pp. 118-163.

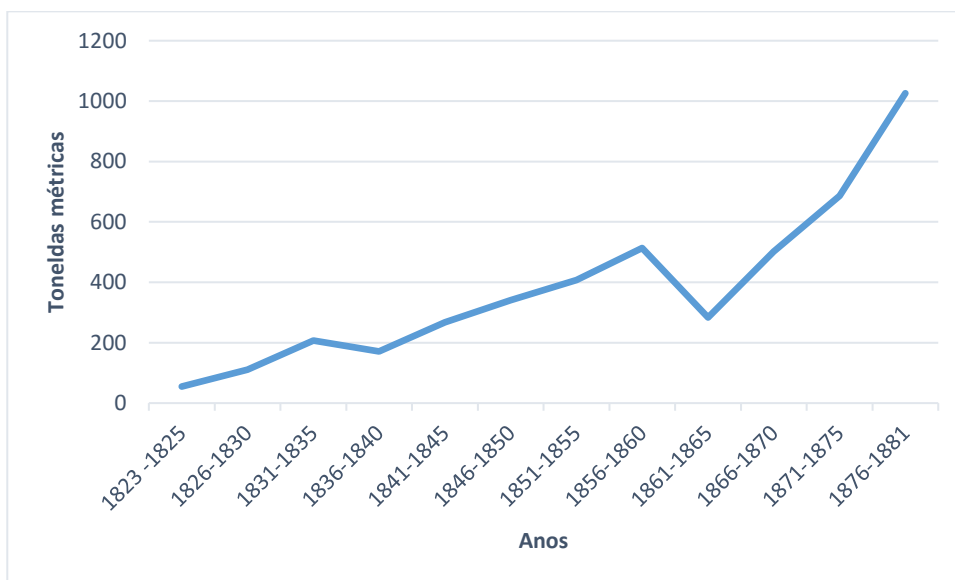
<sup>30</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. (2ª ed. revista). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1974, pp. 49-72.

<sup>31</sup> HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984, p. 50.



impactou de forma significativa as importações. Entre 1875 e 1895, o volume de café adquirido pelos Estados Unidos mais que triplicou, e o consumo *per capita* passou de 6 libras para 13.<sup>32</sup>

**Gráfico 2: Importações norte-americanas de café (1823-1881)**



Fonte: SAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Appendix: Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 442.

Dois outros fatores, acrescenta-se, ajudam a explicar o salto no consumo: o primeiro diz respeito ao restabelecimento, pelo governo estadunidense, da taxa livre para a entrada de café nos portos do país. Implementada na década de 1830, a medida foi suspensa durante a guerra, sendo retomada em 1872.<sup>33</sup> O segundo fator, também relevante, refere-se às mudanças nas estratégias comerciais e de beneficiamento das empresas ligadas ao mercado cafeeiro. Durante boa parte do século XIX, as famílias norte-americanas torravam o café em casa ou adquiriam os grãos em mercados locais e nas muitas pequenas empresas de torrefação, que os torravam ainda de maneira tradicional. Esse cenário começou a mudar com o surgimento das grandes empresas de torrefação, que, ao descobrirem um modo de evitar a perda de qualidade do produto após

<sup>32</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Os legados da Segunda Escravidão: as economias algodoeira e cafeeira dos Estados Unidos e do Brasil durante a Reconstrução norte-americana, 1867-1903. In: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e Historiografia*. São Paulo: Intermeios: 2020, p. 187.

<sup>33</sup> Idem, p. 179.

o processamento, passaram a vender os grãos torrados e moídos em pacotes. Além disso, essas grandes empresas criaram marcas, desenvolveram estratégias de marketing e passaram a atuar nos negócios de importação e distribuição em escala nacional.<sup>34</sup>

Registra-se, ainda, que as exportações brasileiras também foram beneficiadas pelo aumento das importações dos países europeus, de forma especial a Alemanha. Contando com um volumoso mercado interno e uma economia pujante, as importações do referido país quadruplicaram na década de 1870, passando de cerca de 13.300 para mais de 54.500 toneladas por ano. Na década de 1880, as compras dos alemães chegaram a 40% do que era remetido para os EUA e três vezes mais do que era adquirido pelos ingleses. Superando a Inglaterra, a Alemanha tornou-se, então, o segundo maior mercado consumidor do grão brasileiro.<sup>35</sup>

A combinação dos elementos mencionados – aumento da demanda, alta dos preços e ampliação da malha ferroviária – permitiu, como já afirmamos, que a fronteira agrícola fosse empurrada cada vez mais para o interior. A sede por café, podemos dizer, produziu uma busca frenética por novas terras; nesse processo, a cafeicultura atravessou a divisa entre São Paulo e Minas e deitou raízes nos municípios do Sudoeste mineiro. Ainda que pequenas plantações de café já estivessem presentes em sítios e fazendas da região desde meados do século, foi somente no período aqui abordado, nas décadas finais do dezenove, que a produção ganhou um patamar significativo, o que mostra, portanto, a expansão da fronteira agrícola das zonas paulistas para a província mineira.

## 1.2 O Sudoeste mineiro

Nas últimas décadas do século XVIII, a produção aurífera na capitania de Minas Gerais entrou em crise. Ao mesmo tempo, ganhou relevo, especialmente na porção sul da capitania – comarca do Rio das Mortes –, o desenvolvimento de atividades produtivas que se orientavam para o mercado interno – produção de alimentos e a criação de

---

<sup>34</sup> TOPIK, Steven; SAMPER, Mario. La cadena de mercancías del café Latinoamericano: Brasil y Costa Rica. In: MARICHAL, Carlos; TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr. *De la plata a la cocaína*. Cinco siglos de historia económica de América Latina, 1500-2000. México: Fondo de Cultura Económica-El Colegio de México, 2017, p. 198; JIMÉNEZ, Michael F. From Plantation to Cup: Coffee and Capitalism in the United States, 1830-1930. In: ROSEBERRY, William (ed). *Coffee, Society, and Power in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

<sup>35</sup> YOUSSEF, Alain El, op. cit., 2019, p. 213.

rebanhos. A diversificação econômica, marca das fazendas mineiras, ainda no período de auge do ouro, acentuou-se.<sup>36</sup>

No início do século XIX, com a dilatação do mercado carioca em razão da chegada da Corte, esse movimento de ampliação da produção de artigos que se destinavam ao abastecimento ganhou um novo impulso. Observa-se, nas principais áreas de produção, a formação de grandes fazendas, o aumento do número de escravos e a expansão do comércio.<sup>37</sup> Pelas estradas que ligavam a comarca do Rio das Mortes ao Rio de Janeiro, os fazendeiros tocavam boiadas e levavam toucinho, porcos, galinhas, carneiros, queijos, cereais, aguardente e outros produtos.<sup>38</sup> A vila de São João del-Rei, cabeça da comarca, tornou-se a principal praça comercial entre a região e o Rio. A localidade concentrava a comercialização de diversos produtos e reunia a presença de vários agentes comerciais, tais como tropeiros, vendeiros, mascates e comerciantes de grosso trato.<sup>39</sup> Mais ao sul, as vilas de Campanha e Baependi também alcançaram certo destaque nos circuitos mercantis de abastecimento.<sup>40</sup>

Nesse contexto, ganhou força o povoamento do Sudoeste mineiro. Em busca de terras, sesmeiros, compradores e posseiros, vindos sobretudo das antigas áreas de mineração, instalaram-se na região. Aos poucos, formaram-se sítios e fazendas que produziam para o autoconsumo e mercados locais e interprovinciais. Para podermos caracterizar melhor a região, recorreremos à proposta de regionalização do território mineiro, no século XIX, elaborada pelos historiadores Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy. Nessa proposta, os referidos autores, apoiados em extensa base documental, buscaram levar em consideração fatores de diversas naturezas – físicos,

---

<sup>36</sup> Ver: MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n.2, jun. 1986; MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980; MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n.1, jan-abr. 1983; SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH UNICAMP*, v. 17, jun. 1985; LIBBY, Douglas. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; CHAVES, C. M. G, op. cit., 1999.

<sup>37</sup> Ver, especialmente: LENHARO, Alcir, op. cit., 1979; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op. cit., 2002; ANDRADE, Marcos Ferreira de, op. cit., 2008.

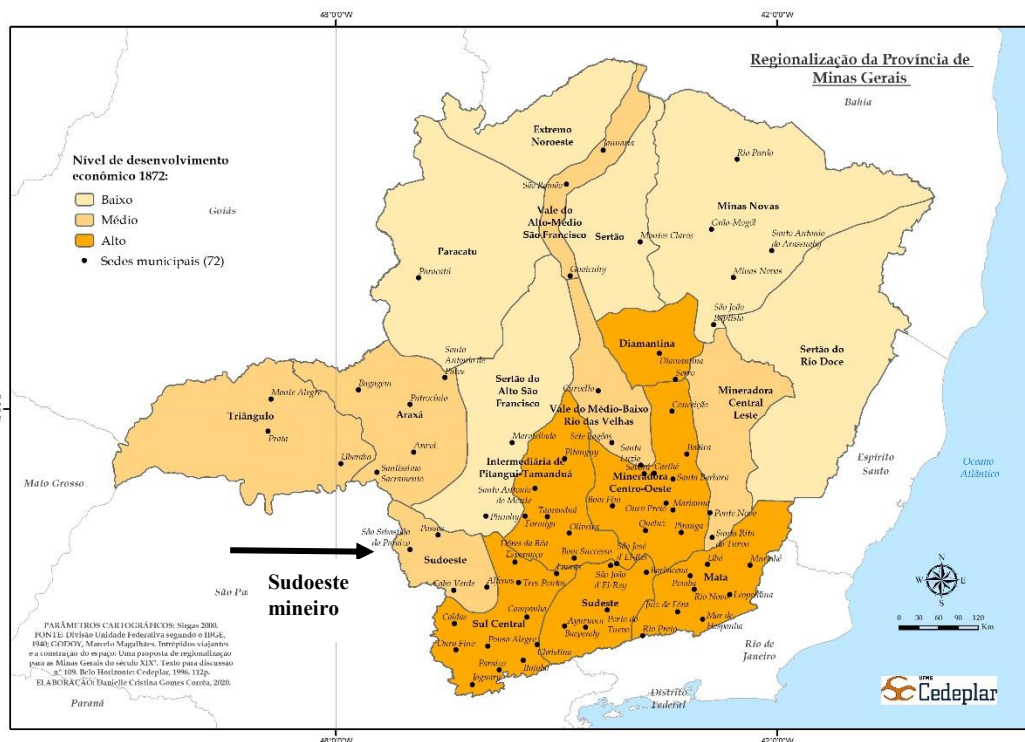
<sup>38</sup> A respeito dos caminhos que ligavam o Sul de Minas à cidade do Rio de Janeiro, ver: LENHARO, Alcir, op. cit., 1979, pp. 57-70.

<sup>39</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op. cit., 2002, pp. 53-95.

<sup>40</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de, op. cit., 2008, pp 27-56.

administrativos, históricos, econômicos e demográficos – de modo a se captar, a partir do inter-relacionamento desses elementos, as diferenças regionais.<sup>41</sup>

**Mapa 1: Regionalização da Província de Minas Gerais (século XIX)**



Fonte: PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do Século XIX. *X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2002.

O mapa 1 – mapa esse que reproduz a regionalização referida – indica as diferentes regiões da província, bem como o índice de desenvolvimento econômico de cada uma delas. Embora o material cartográfico seja referente ao ano de 1872, as divisões regionais são as mesmas para todo o século. Como se observa, o Sudoeste apresentava um nível de desenvolvimento médio, a mesma classificação que recebeu na primeira metade do século. A classificação foi fundamentada a partir da quantidade de casas comerciais encontradas na área.<sup>42</sup> Outro fator a indicar o nível de desenvolvimento é o número de escravos presentes na área. Para o Sudoeste, conforme os dados das listas nominativas de 1831, os cativos representavam 24,6% da população. No Sul Central eles eram 31%, e no Sudeste, 38,1%. Em números absolutos, as fazendas e sítios do Sudoeste reuniam 5.132

<sup>41</sup> PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do Século XIX. *X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2002, p. 11.

<sup>42</sup> Idem, p. 17.

cativos, no Sul Central eles eram 14.602, e no Sudeste, 14.609. Percebe-se pelos números que a escravidão na região não tinha o mesmo vigor das áreas vizinhas. Por conseguinte, pode-se presumir que o grau de envolvimento dos fazendeiros locais com o comércio interprovincial também era menor, ainda que houvesse localidades em que os produtores estivessem mais atrelados às dinâmicas comerciais.

Possivelmente, a maior parte dos escravos do Sudoeste nesse período estavam concentrados mais ao norte, nos arredores dos atuais municípios de Jacuí e Passos. Nessas áreas, servidas de grandes campos naturais, a pecuária tornou-se uma atividade importante. Surgiram grandes fazendas que se ligavam ao mercado de carnes com a Corte. Além das criações locais, os grandes fazendeiros – que eram também atravessadores de gado – recebiam boiadas do Triângulo Mineiro, Goiás e norte de Mato Grosso que ficavam nas invernadas na região e, depois, eram levadas para o Rio de Janeiro. De acordo com o pesquisador Cristiano Restitutti, “os campos do Sudoeste mineiro faziam parte do sistema de mercantilização do gado dos sertões do Brasil central para o Rio de Janeiro”.<sup>43</sup>

Em relação ao território que compreende os atuais municípios de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, a julgar pelo lento processo de adensamento demográfico na área no decorrer do século XIX, foi limitado o movimento de formação de unidades agrícolas, de montagem de escravarias e de ampliação do comércio. Distante dos espaços que receberam de forma mais intensa os influxos do mercado carioca, o povoamento do território em estudo ganhou importância somente nas décadas finais do século XIX e no início do século XX. Muzambinho ganhou o *status* de distrito em 1866, e tornou-se município autônomo em 1878; Guaxupé passou pelo mesmo processo nos anos de 1853 e 1911; e Guaranésia, por fim, em 1873 e 1901.<sup>44</sup> Vê-se assim que, em comparação com os núcleos de povoamento do Sul de Minas mais próximos da principal praça comercial do Sudeste, o crescimento populacional das localidades foi tardio, e atrelado, podemos dizer, a um movimento de transformação econômica diferente, no tempo e no espaço. O espaço regional em estudo recebeu a poderosa influência da economia cafeeira do interior paulista, no final do século XIX, e dela dependeu o seu adensamento populacional e relativo crescimento econômico.

---

<sup>43</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial* (Minas Gerais, 1839-1884). Dissertação (Mestrado) – UNESP, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006, p. 199.

<sup>44</sup> FERRAZ, Wilson Remédio. *A Comarca de Guaxupé e suas origens*. Belo Horizonte: Editora Líder, 2017, pp. 79 e 99.

**Tabela 1: Populações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho em 1872 e 1890**

<b>Localidades</b>	<b>Censo de 1872</b>	<b>Censo de 1890</b>
Muzambinho	4.919	5.764
Guaxupé	4.451	6.453
Guaranésia <sup>45</sup>	-	4.179

Fonte: Censo Geral do Império de 1872, censo geral da República de 1890.

Como se observa, as localidades, em 1872, formavam pequenos povoados; mas o contexto, o que podemos inferir pelas mudanças administrativas, era de ampliação do quantitativo populacional. Embora o censo de 1890, o primeiro da República, apresente problemas de sub-registro, a comparação de seus dados com os de 1872 revela um crescimento demográfico significativo em Guaxupé – de 44,9%. Em relação a Muzambinho, o incremento é mais modesto, apenas 17,1%. De maneira geral, esse movimento parece abarcar a maior parte do Sudoeste mineiro, ou, pelo menos, as localidades que nos anos seguintes iriam se destacar como importantes polos cafeeiros. Os dados para São Sebastião do Paraíso e Monte Santo de Minas, municípios também situados na divisa com São Paulo, chamam a atenção (Tabela 2).

**Tabela 2: Populações de São Sebastião do Paraíso e Monte Santo de Minas em 1872 e 1890**

<b>Localidades</b>	<b>Censo de 1872</b>	<b>Censo de 1890</b>
São Sebastião do Paraíso	7.616	9.353
Monte Santo de Minas	7.361	10.673

Fonte: Censo geral do Império de 1872, censo geral da República de 1890.

Para o primeiro município, o crescimento populacional entre os dois censos foi de 22,8%; para o segundo, de 44,9%. Como veremos, o crescimento populacional nas localidades citadas teve relação com a expansão da fronteira agrícola; isto é, a penetração dos cafezais, a formação de novas fazendas e a movimentação de trabalhadores. Ou, dito de outro modo, nos termos de José de Souza Martins, o aumento do contingente populacional ocorreu mediante o movimento da frente pioneira – incorporação de uma determinada região pela economia de mercado.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> Em relação a Guaranésia, não há dados em separado no censo de 1872.

<sup>46</sup> MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975, pp. 43-50.

Um ponto importante é que a rápida expansão dos plantios, na área em estudo, foi facilitada por fatores ambientais: a presença de matas virgens, as condições adequadas do clima e do relevo para o plantio da rubiácea. Em Guaranésia, o relevo é formado por morros alongados, com pouca inclinação, vertentes côncavo-convexas e topos arredondados. Em Guaxupé e Muzambinho, embora o terreno seja um pouco mais movimentado, com a presença de morros altos, predominam as colinas com pequenas inclinações.<sup>47</sup> Desse modo, a topografia das localidades aqui referidas não exigia pesados esforços para o amanho do solo.

Entre as classes de solos na região, verificasse o *latossolo vermelho* e o *argiloso*. O primeiro apresenta pouca fertilidade. Trata-se de um solo que sofreu um longo processo de intemperismo e, por isso, perdeu grande parte dos minerais primários e secundários.<sup>48</sup> No entanto, em compensação, esse tipo de solo retém menos umidade, o que contribui para a formação de grãos menos ácidos.<sup>49</sup> O segundo tipo de solo, em razão da presença significativa de argila, apresenta, em comparação com o primeiro, uma maior capacidade de retenção de água e de nutrientes.<sup>50</sup> Acrescentam-se dois elementos que contribuíram para a cafeicultura regional: o clima mais ameno, em decorrência da elevada altitude – Muzambinho está a 1.036 metros do nível do mar, Guaranésia a 822 e Guaxupé a 800 metros –, e os adequados índices pluviométricos.<sup>51</sup>

Além desses elementos, a área contava, no final do século XIX, com terras ainda inexploradas. Em 1884, Bernardino Saturnino da Veiga, jornalista campanhense, descreveu, ao passar por Muzambinho, que “os terrenos são geralmente muito

---

<sup>47</sup> GIOVANINI, Rafael Rangel. *Regiões em movimento: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira*. Dissertação (Mestrado) – IGC/UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 50.

<sup>48</sup> Idem, p. 64.

<sup>49</sup> FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café: Franca, 1880-1920*. Ribeirão Preto, SP: Holos Editora, 2008, p. 130.

<sup>50</sup> GIOVANINI, Rafael Rangel, op. cit., 2006, p. 64.

<sup>51</sup> A conjugação desses elementos permitiu que o Sul de Minas produzisse grãos de elevada qualidade. Nas primeiras décadas do século, os cafés da região e da Alta Mogiana eram, conforme classificação nacional de qualidade dos grãos, os melhores do país. “São produtoras de cafés finíssimos, os melhores cafés de terreiro do mundo, a Alta Mogiana e o Sul de Minas. Produzem grãos de classificação estritamente mole, o máximo para o paladar. O gosto é suave, adocicado, ou com acidez suave, muito agradável (...). A escala de classificação regional segue a seguinte ordem: I - Alta Mogiana e Sul de Minas; 2 - São Paulo-Goiás, Araraquarense, Douradense; 3 - Paulista e Bragantina; 4 - Alta Paulista e Noroeste; 5 - Sorocabana; 6 - Central do Brasil (São Paulo e Rio) e Zona da Mata (Minas); 7 - Espírito Santo (Tipo Vitória)”. (GRANER, E.A. GODOY JR., c. (ett all). *Manual do Cafeicultor*. São Paulo: Edusp. Editora Melhoramentos, 1967, p. 299).

montanhosos, cobertos de mattas, e sujeitos a pouca geada”.<sup>52</sup> Em Guaxupé, no mesmo ano, ele apontou que “tem a freguezia 3 léguas de extensão e sendo a maior parte do terreno coberta de mattas e sujeita a alguma geada”.<sup>53</sup> Sobre Guaranésia, também em 1884, o jornalista escreveu que, “em geral, são planos os terrenos, sujeitos à pouca geada e cobertos de mattas, em que com abundância se encontra bálsamo, peroba, cedro, guarita, etc.”.<sup>54</sup>

Como em outras áreas cafeeiras, os fazendeiros não plantavam o café em qualquer terreno. Acreditava-se que apenas os solos de florestas eram adequados. Como diz um ditado local, “planta-se café em terras onde a onça mia e o inhambu pia”;<sup>55</sup> isto é, somente em áreas selvagens, de florestas ainda intocadas pela agricultura ou formadas a partir de longos períodos de pousio. Desse modo, a economia agroexportadora – e não só ela – requeria a incorporação constante de áreas cobertas de vegetação primitiva para se reproduzir ao longo do tempo. As terras de matas, nesse sentido, não seriam terras incultas, mas constituíam-se como elementos essenciais para a manutenção e a ampliação da produção no interior das unidades agrícolas.<sup>56</sup>

### 1.3 As fontes

Antes da apresentação dos dados sobre a expansão cafeeira na região em estudo, é importante fazer alguns apontamentos sobre as fontes que serão utilizadas nesta pesquisa. Ao longo do trabalho, recorreremos a um conjunto diversificado de documentos, tais como censos, livros de contabilidade de fazendas, contratos de trabalho, processos-crimes, jornais e, especialmente, inventários *post mortem*.<sup>57</sup> A respeito dessa última fonte – principal base documental da investigação –, reunimos, a partir de

---

<sup>52</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884, p. 353.

<sup>53</sup> Idem, p. 363.

<sup>54</sup> Idem, p. 359.

<sup>55</sup> FERRAZ, Wilson Remédio. *Escravidão, uma libertação que não aconteceu*. Guaxupé, 2004, p. 46.

<sup>56</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Dissertação (Mestrado) – IFCS/UF RJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983, p. 22.

<sup>57</sup> Discorreremos aqui sobre o uso dos inventários *post mortem*. Em relação às demais fontes, a metodologia empregada será apresentada no decorrer do texto, ao longo dos capítulos.



pesquisas nos fóruns das cidades de Guaxupé e Muzambinho, 690 processos,<sup>58</sup> que foram elaborados entre os anos de 1880 e 1930.<sup>59</sup>

O inventário é um documento elaborado pelo poder judiciário e visa relacionar, avaliar e dividir os bens deixados por alguém que faleceu. De maneira geral, os referidos documentos possuem duas partes: na primeira, apresentam-se os dados do inventariado (nome, data de falecimento e a relação dos herdeiros), designa-se o inventariante, nomeiam-se os avaliadores e, depois, arrolam-se os bens, divididos nas seguintes categorias: os bens móveis (móveis, louças, utensílios domésticos, roupas, ferramentas e alimentos); os semoventes (escravos e rebanhos, estes subdivididos em bovinos, suínos, equinos, ovinos e muares); os bens de raiz (casas urbanas e rurais, terras e plantações); e, por fim, descrevem-se as dívidas: as ativas, que são os valores a receber, e as passivas, que se referem aos valores a serem pagos. Na segunda parte, temos o auto da partilha. Somam-se, de início, os valores dos bens e das dívidas ativas que foram anteriormente descritos para se apurar o monte-mor – riqueza bruta. Descontados, desse montante, as dívidas passivas e as custas do processo, obtém-se o monte-partível – riqueza líquida. A partir desse valor, dava-se a partilha entre os herdeiros.

Como se observa, o corpo documental em análise é pródigo em informações – muito embora se constatem variações, entre os processos, no nível de detalhamento dos itens avaliados. Como observou Sheila de Castro Faria, esses documentos, como fotografias, nos permitem observar um momento particular da vida material de determinadas pessoas.<sup>60</sup> De acordo com Beatriz Ricardina de Magalhães, ler os inventários é como se pudéssemos, por meio de uma câmera indiscreta, vasculhar “os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e sobretudo a mão-de-obra.”<sup>61</sup>

<sup>58</sup> O número de documentos compulsados é significativo. No entanto, como outros autores já alertaram, os inventários possuíam uma abrangência limitada frente ao conjunto populacional. Isso porque somente o segmento da população cujos patrimônios eram suficientes para arcar com custos do processo procuravam a Justiça para arrolar e partilhar os bens. Ver, a respeito: MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Vale do Paraíba, Século XIX. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998, p. 304.

<sup>59</sup> Somente um dos processos ultrapassa o limite temporal de 1930. Trata-se do inventário, de 1936, de Genoveva Junqueira Valle, esposa do conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle. Decidimos inserir esse processo por arrolar os bens de um dos mais destacados cafeicultores da região no período abordado pela pesquisa (Ver capítulos 3 e 4).

<sup>60</sup> FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (século XVIII)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 227.

<sup>61</sup> MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e Sequestros: fontes para a História Social. *Revista do Departamento de História*, v. 9, (1989), p. 31. No que toca ao uso dos inventários nas pesquisas históricas, ver também: BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo. Contexto, 2005, pp. 23-79; NUNES, Francivaldo Alves. Inventários e

Diante desse conjunto de elementos, abrem-se variadas possibilidades para se estudar o passado. E não somente de casos individuais. Quando tratados de modo agregado, os documentos em destaque nos revelam a estrutura econômica de determinada região. E mais: o exame de uma série de processos no decorrer de um dado recorte temporal nos permite observar o movimento dessa estrutura econômica,<sup>62</sup> isto é, podemos examinar mudanças nas atividades produtivas, nos investimentos, na distribuição da terra, nas formas de organização das propriedades, nos níveis de concentração de riquezas, nos sistemas de trabalho e outros elementos.

No Brasil, o uso de inventários em pesquisas históricas é de longa data. Basta lembrar o famoso estudo de Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, publicado pela primeira vez em 1929.<sup>63</sup> No entanto, é só com a criação dos programas de pós-graduação, a partir da década de 1970, que se verifica um maior impulso na renovação das pesquisas e o emprego de variados tipos de bases documentais. Nos campos da história social e história agrária, os trabalhos têm explorado, a partir dos inventários, questões variadas: além dos temas citados acima, investigam-se as hierarquias sociais, a cultura material, as formas de concessão de crédito, a estrutura de posse de escravos, as características da população escrava (sexo, idade, naturalidade), os arranjos familiares dos cativos e a estabilidade desses arranjos no tempo, e muitos outros temas.<sup>64</sup>

Escusado dizer que os trabalhos citados, e muitos outros, foram essenciais, tanto do ponto de vista da temática explorada quanto dos métodos de investigação, para a pesquisa que ora se apresenta.

O trabalho de tratamento dos dados disponíveis na documentação deu-se da seguinte maneira: organizamos uma estrutura de coleta, no software Access, de modo que

---

partilhas. In: MOTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (orgs.). *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*. Niterói-RJ: EDUFF, 2011, pp. 57-60.

<sup>62</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 46.

<sup>63</sup> MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1929.

<sup>64</sup>Ver, dentre outros: FARIA, Sheila Siqueira de Castro, op. cit., 1998; FRAGOSO, João Luís Ribeiro, op. cit., 1998; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto, *A paz das senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Tese (Doutorado) – IFCH/UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009; MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no Vale do Paraopeba/MG*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Belo Horizonte- MG: Fino Traço, 2010; RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Morada de casas: cultura material, domesticidades e mudanças sociais (Minas Gerais, Sabará -século XVIII)*. Tese (Doutorado) – FAFICH/UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

podéssemos segmentar e fracionar as informações. A intenção foi selecionar um conjunto de dados que nos permitisse examinar a estrutura econômica da região. Afora os dados cadastrais – nomes dos inventariados e inventariantes, ano e referências sobre a localização do processo no arquivo –, estabelecemos 68 campos de entrada, que reúnem elementos quantitativos e monetários de todos os ativos descritos nos documentos. Para certas categorias de bens – como os de raiz –, construímos diversos campos para coletarmos informações sobre vários itens; para outras, como no caso dos bens móveis, que para os objetivos da pesquisa não precisam ser esmiuçados, os ativos foram agrupados em um único campo.

Ao longo do texto, em determinados momentos, faremos esclarecimentos adicionais sobre a metodologia empregada na análise dessa fonte e de outras que serão utilizadas. Passa-se, agora, tendo-se por base os dados extraídos dos inventários e de outros registros, à exposição sobre a economia cafeeira no Sudoeste mineiro.

#### **1.4 A expansão cafeeira**

Nas décadas finais do século XIX, como dissemos, na medida em que, no interior paulista, as estradas de ferro e os cafezais avançavam, os plantios no Sul de Minas, antes inexpressivos, também ganharam força. Em 1875, foi inaugurado o primeiro trecho da Companhia Mogiana – de Campinas até Jaguariúna –, e em 1878 os trilhos da empresa chegaram até Casa Branca, a 73 quilômetros de Guaxupé. Em dois dias de viagem, no lombo de burros, era possível chegar à estação. Em 1884, a Cia. Ramal Férreo do Rio Pardo estendeu seus trilhos de Casa Branca até São José do Rio Pardo, cidade localizada a menos de 50 quilômetros da divisa com Minas. Essa empresa foi adquirida pela Mogiana em 1888, e em 1890 os trilhos chegaram até Mococa. Diante da proximidade das estações ferroviárias, a resposta dos cafeicultores foi imediata, e por toda a área – municípios paulistas na divisa com Minas, e Sudoeste mineiro – ocorreu uma expansão nas plantações.

Saturnino da Veiga, como vimos, passou pela região na década de 1880, período de avanço dos cafezais. Sobre a freguesia de Dolores de Guaxupé, ele escreveu que “cultiva-se muito café, o principal produto da freguesia”.<sup>65</sup> Em Muzambinho, segundo o escritor, “são ubérrimas as terras da freguezia e próprias para todos os gêneros da nossa

---

<sup>65</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino da, op. cit., 1884, p. 363.

lavouira, particularmente o café, que é cultivado em 350 alqueires, produzindo a colheita de 1882 cerca de 25.000 a 30.000 arrobas”.<sup>66</sup> De modo semelhante, Veiga informou, para Guaranésia, que “a cultura do café é a mais usada, contando-se cerca de 600.000 pés plantados”.<sup>67</sup>

Entre 1859 e 1884, das mercadorias que passaram pela recebedoria de Guaxupé, as exportações de café representavam 70,1% do valor dos produtos. Em Monte Santo de Minas, localidade vizinha que também contava com uma recebedoria, as produções de café representavam, entre 1866 e 1884, 80,1% da soma dos valores das mercadorias que foram registradas.<sup>68</sup> Considerando-se todas as recebedorias da fronteira Sudoeste de Minas,<sup>69</sup> nos anos de 1852-1860 saíram da região 1.528 quilos de café; vinte anos depois, entre os anos de 1881-1884, a exportação saltou para 2.203.589 quilos.<sup>70</sup> O impressionante crescimento do volume das exportações revela que nas últimas décadas do século XIX ocorreu uma explosão de plantios em toda a área.

A principal base documental da pesquisa, como informamos, são os inventários *post mortem*. Em um total de 690 processos, 321 apresentam informações sobre plantações de café. Destes, 180 indicam a quantidade de pés de café das lavouras, 99 apresentam informações sobre a extensão das áreas cobertas de cafeeiros nas propriedades, e outros 42 documentos apresentam somente os valores em que as árvores foram avaliadas.

Para todo o período estudado, 1880 a 1930, apuramos, a partir da documentação, a presença de 4.308.174 de pés de café e, também, 1.146,72 hectares plantados com cafezais. A média de cafeeiros por propriedade é de 23.934, e a média de hectares, 11,5 (Tabela 3).

Para a primeira década, 1880 a 1889, em um total de 84 inventários, 34 referem-se a produtores de café. Desse montante, infelizmente, nenhum apresenta indicações sobre a quantidade de arbustos, e nove deles trazem dados sobre as áreas de plantio. A extensão das lavouras soma 91,52 hectares, e a média é de 10,1.

Na década seguinte, 1890 a 1899, o quadro é bem diferente em termos de informações disponíveis nas fontes. Os cafezais para esse período somam 219.171 pés, e

---

<sup>66</sup> Idem, p. 353.

<sup>67</sup> Idem, p. 359.

<sup>68</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte, op. cit., 2006, p. 200.

<sup>69</sup> Conforme a regionalização realizada por Restitutti, as recebedorias da fronteira Sudoeste eram as seguintes: Monte Santo, Jacuí, Dolores de Guaxupé, Cabo Verde, Caldas, Ouro Fino e Campanha de Toledo. Ver: RESTITUTTI, Cristiano Corte, op. cit., 2006, p. 144.

<sup>70</sup> Idem, p. 202.

as áreas plantadas, 853,37 hectares. A média de pés por proprietário é de 27.396, e a média de hectares, 13,1.

Entre os anos de 1900 e 1909, percebe-se um salto em relação à quantidade de pés de café registrados nos inventários – de 219.117 unidades para 1.821.091. Ao mesmo tempo, ocorreu uma diminuição das áreas plantadas – de 853,37 hectares para 135,91. Como explicação devemos considerar o aumento dos plantios e a mudança na forma de apresentação do ativo na documentação. Com o avançar dos anos, os avaliadores deixaram de registrar as extensões das lavouras e passaram a indicar somente o número de arbustos plantados. A média de cafeeiros nesses anos é de 53.561, e a de hectares, 8,4.

No decênio posterior, 1910 a 1919, as fontes registram 1.067.740 pés de café. Uma queda, portanto, em relação à década anterior. Em relação à média de arbustos por propriedade, a quantidade apurada é de 16.177. Foram registrados somente 65,92 hectares de área plantada, sendo a média de 6,5 hectares.

Por fim, no último decênio, 1920 a 1930, o número de cafeeiros registrados soma 1.200.172. Verifica-se um pequeno aumento em relação à década anterior, mas com um total ainda inferior à primeira década do século. Não há indicação de áreas plantadas, somente da quantidade de arbustos. A média apurada é de 16.669 unidades por propriedade (Tabela 3).

***Tabela 3: Plantações de café nos inventários***

<b>Décadas</b>	<b>Pés de café</b>	<b>Média</b>	<b>Áreas de plantio (hectares)</b>	<b>Média</b>
1880 - 1889	-	-	91,52	10,1
1890 - 1899	219.171	27.396	853,37	13,1
1900 - 1909	1.821.091	53.561	135,91	8,4
1910 - 1919	1.067.740	16.177	65,92	6,5
1920 - 1930	1.200.172	16.669	-	-
<b>Total</b>	<b>4.308.174</b>	<b>23.934</b>	<b>1.146,72</b>	<b>11,5</b>

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

Conforme os dados, 71,1% dos cafeicultores possuíam até 10.000 pés de café. Entre esses agricultores, a maior parte era constituída por pequenos proprietários de terras – com menos de 60 hectares –, e se dedicava, além do trato dos cafezais, à produção de alimentos e à criação de alguns animais. Eles concentravam, entretanto, uma pequena fração dos arbustos – somente 10,6%. A maior parte das lavouras pertencia aos grandes produtores. Esse grupo reduzido, que reunia apenas dez pessoas, formado por

cafeicultores que possuíam mais de 100 mil árvores, dominava mais de 60% dos cafeeiros (61,8%). O grande número de pequenos produtores não significa, portanto, que a cafeicultura, na região, tivesse uma feição mais “democrática”. Verifica-se, ao contrário disso, uma intensa concentração da propriedade dos cafeeiros, padrão comum, aliás, a outros centros produtores do Sudeste. No município de Juiz de Fora, por exemplo, entre os anos de 1870 a 1888, os cafeicultores de maior porte concentravam 64,71% dos cafezais.<sup>71</sup> Em 1905, em Sertãozinho, na região mogiana, conforme o censo realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, os 5% fazendeiros mais ricos controlavam 64,3% dos cafeeiros.<sup>72</sup>

Um pequeno grupo de produtores, 33 deles, possuía lavouras entre 10.001 e 50.000 pés. No conjunto, eles concentravam uma fração de 16,2% dos cafezais – 701.095 arbustos. Em um patamar acima, com lavouras entre 50.001 e 100.000, um grupo ainda mais reduzido, quatro agricultores, controlava cerca de 8% das plantações – 347.526 árvores.

O maior produtor que localizamos na região é o fazendeiro Joaquim Costa Monteiro.<sup>73</sup> Em suas diversas propriedades, que somavam quase três mil hectares de terras, todas situadas em Guaxupé, o referido senhor cultivava mais de meio milhão de pés de café – 663.220 pés. Para tocar a produção, as propriedades contavam com terreiros, tulhas, tanques, máquinas de beneficiamento, casas para empregados, dezenas de casas de colonos e outras instalações.

Antônio Costa Monteiro, irmão de Joaquim, ficava em segundo lugar.<sup>74</sup> Conforme o inventário de 1916, as propriedades do fazendeiro somavam 1.860,98 hectares de terras. Elas eram equipadas com terreiros de secagem, tulhas de armazenamento, colônias de trabalhadores, máquinas de beneficiamento e instalações acessórias, tais como olarias, engenhos de serra, moinhos e outras. Os cafezais somavam 402.300 pés.

No Quadro 1, indicamos, a partir das informações disponíveis nos inventários, os dez maiores cafeicultores da região estudada. No Quadro 2, que tem a mesma proposta,

---

<sup>71</sup> SARAIVA, Luiz Fernando. *Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900*. Dissertação (Mestrado) – ICHF/UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001, p. 93.

<sup>72</sup> COLISTETE, Renato P; LAMOUNIER, Maria Lucia. The end of plantation? Coffee and land inequality in early twentieth century São Paulo. *MPRA Paper* n. 31833, posted 25 Jun 2011, p. 20

<sup>73</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Joaquim Costa Monteiro, 1902, 2º ofício, caixa 17.

<sup>74</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Antônio Costa Monteiro, 1916, 1º ofício, caixa 5.

aumentamos a lista, inserindo dados coletados pela câmara municipal de Guaranésia sobre as lavouras de café na localidade.<sup>75</sup>

**Quadro 1: Os maiores cafeicultores de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho I (1880-1930)**

<b>Cafeicultores</b>	<b>Localidade</b>	<b>Pés de café</b>
Joaquim da Costa Monteiro	Guaxupé	663.220
Antônio Costa Monteiro	Guaxupé	402.300
Maria Theobaldina d' Anunciação	Guaxupé	234.250
Joaquim Augusto Ribeiro do Valle	Guaxupé	230.000
Custódio Leite Ribeiro Sobrinho	Guaxupé	216.250
Geraldo Ribeiro do Valle	Guaxupé	140.000
Francisco Custódio Pinheiro	Guaranésia	138.713
João Carlos de Magalhães Gomes	Guaxupé	138.000
Jeremias José Barboza	Muzambinho	102.600
José Luiz de Figueiredo Junior	Muzambinho	92.700

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

**Quadro 2: Os maiores cafeicultores de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho II (1880-1930)**

<b>Cafeicultores</b>	<b>Localidade</b>	<b>Pés de café</b>
Joaquim da Costa Monteiro	Guaxupé	663.220
Antônio Costa Monteiro	Guaxupé	402.300
Irmãos Ribeiro	Guaranésia	315.000
Francisco Bueno	Guaranésia	300.000
Alcino Ribeiro Lima	Guaranésia	300.000
José Costa Monteiro	Guaranésia	300.000
Mario Ribeiro Lima	Guaranésia	257.500
Arnaldo Pereira da Silva Lima	Guaranésia	217.500
Maria Theobaldina d' Anunciação	Guaxupé	234.250
Joaquim Augusto Ribeiro do Valle	Guaxupé	230.000

<sup>75</sup> Uma das fontes de renda dos municípios em zonas de produção de café era a cobrança de um imposto sobre os cafeeiros. Para o município de Guaranésia, a câmara municipal publicava, no início do ano, em um jornal local – *Monitor Mineiro* –, uma relação dos cafeicultores com o número de cafeeiros que cada um possuía e os valores a serem pagos em impostos. Encontramos essa relação para os anos de 1908, 1909, 1910, 1925, 1927, 1929 e 1930.

Custódio Leite Ribeiro Sobrinho	Guaxupé	216.250
Alberto José Alves	Guaranésia	201.000
José Gabriel Pinheiro	Guaranésia	200.000
Benedito José Lima	Guaranésia	200.000
Custódio José Dias	Guaranésia	190.000
Francisco de Paula Ribeiro	Guaranésia	150.000
Plácido Borges Campos	Guaranésia	150.000
Ubaldo Ferraz de Siqueira	Guaranésia	150.000
Geraldo Ribeiro do Valle	Guaxupé	140.000
Francisco Custódio Pinheiro	Guaranésia	138.713
João Carlos de Magalhães Gomes	Guaxupé	138.000
Jeremias José Barboza	Muzambinho	102.600
Máximo Ferreira de Moraes	Guaranésia	100.000
Afonso Pereira da Silva Lima	Guaranésia	100.000
Cristóvão Pedro da Silva Ramos	Guaranésia	100.000
Custodio Ribeiro do Valle	Guaranésia	100.000
José A. Pereira Lima	Guaranésia	100.000
José Ferreira de Araújo Arantes	Guaranésia	100.000
José Gabriel Pinheiro Filho	Guaranésia	100.000
Laudelino Carlos Seixas	Guaranésia	100.000
José Procópio da Silva	Guaranésia	100.000
Francisco Monteiro Dias	Guaranésia	100.000
José Nardi	Guaranésia	100.000
Vital Costa	Guaranésia	100.000

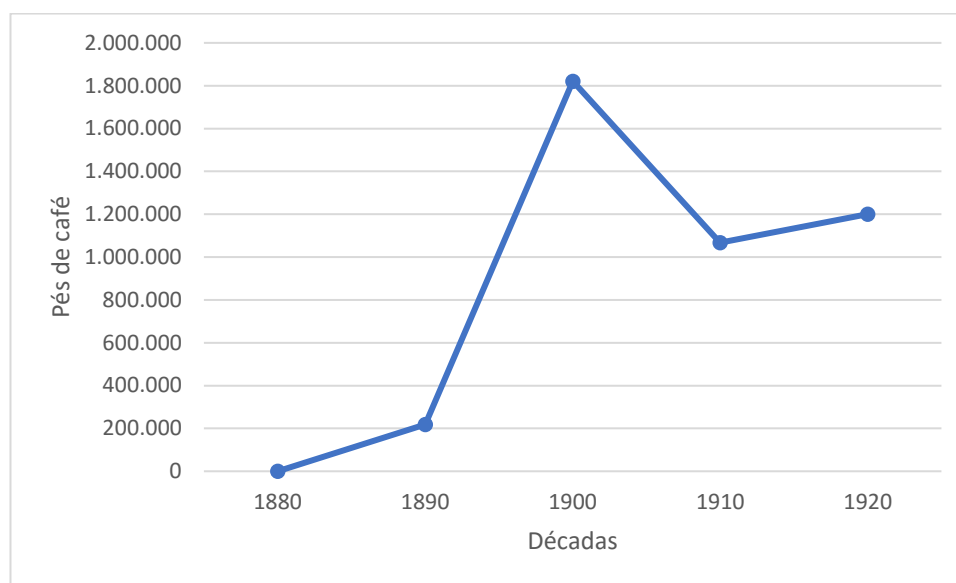
Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*. Casa da Cultura de Guaranésia, jornal *Monitor Mineiro*.

O Quadro 2, como afirmamos, reúne os maiores produtores da região – com mais de 100 mil pés – a partir de dados dos inventários e da Câmara Municipal de Guaranésia. A soma das lavouras descritas nos mostra uma imensa estrutura produtiva – 6.402.330 de pés de café. Estrutura essa que foi montada a partir de grandes investimentos e que exigia o trabalho contínuo de muitos trabalhadores.

Os dados de que dispomos, extraídos dos inventários, por não apresentarem as idades das plantas, não são os mais adequados para se analisar o processo de formação de lavouras. No entanto, eles mostram um movimento ascendente da cafeicultura local, que chega ao seu ápice na primeira década do século XX.



**Gráfico 3: Pés de café nos inventários (Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 - 1930)**



Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

Na região Mogiana, no estado de São Paulo, verifica-se o mesmo movimento. De acordo com Rogério Faleiros, em Franca nos anos finais do século XIX ocorreu uma expressiva ampliação do número de contratos de formação de novas lavouras em todo o município, o que indica um crescimento das áreas de plantio.<sup>76</sup> Em Ribeirão Preto, no mesmo período, os cafezais avançaram de forma intensa pelas terras, e no primeiro ano do século XX, segundo Luciana Lopes, a produção local chegou a seu ápice, com quase 3.500.000 arrobas.<sup>77</sup> De maneira geral, considerando-se toda a região indicada, o número de cafeeiros saltou de 57.380 milhões de pés, em 1886, para 202.174 milhões em 1900.<sup>78</sup>

Além dos fatores ligados ao processo produtivo – terra e trabalho –, dois elementos, de forma especial, condicionaram essa expansão: primeiro, como já vimos, o crescimento da rede ferroviária, que tornou possível a exploração dos recursos naturais de vastas áreas distantes dos portos; o segundo foi a alta dos preços das sacas de café no mercado internacional no período entre 1886 a 1894. No porto de Santos, em 1885, a saca de 10 kg era vendida por 1,50 dólares, e em 1893 passou a ser comercializada por 3,79.

<sup>76</sup> FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2008, p. 78.

<sup>77</sup> LOPES, Luciana Suarez. *Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011, p. 50.

<sup>78</sup> HOLLOWAY, Thomas H, op. cit., 1984, p. 264.

Em moeda nacional, com o câmbio depreciado, o que favorecia o exportador brasileiro, os valores oscilaram entre 3\$950 a 15\$800 nos mesmos anos.<sup>79</sup>

De acordo com Delfim Netto, a partir de 1886 o mercado mundial apresenta um extraordinário crescimento – de modo especial, o mercado norte-americano. Nesse cenário, verifica-se um aumento da renda dos consumidores e, por conseguinte, do nível do consumo. Assim, com o crescimento da demanda, o preço do café subiu de forma expressiva. Além disso, entre 1887 e 1890, em razão do ciclo dos cafeeiros, assiste-se a enormes flutuações da produção brasileira. A safra de 1886-87 alcançou 6,2 milhões de sacas, a de 1887-88 foi de apenas 3,3 milhões, e a do ano seguinte, 6,5 milhões. Na safra de 1889-90, a produção recuou para 4,6 milhões de sacas.<sup>80</sup>

A conjuntura favorável, em termos de cotação do produto, estendeu-se, embora com preços declinantes, até a safra de 1895-96; desse ano em diante, os preços caíram significativamente. Na grande safra de 1896-97, que já refletia a produção das novas lavouras que foram plantadas nos anos anteriores, os preços recuaram à metade.<sup>81</sup> Contudo, com a desvalorização cambial –, o mil-réis, em 1890, valia 46 centavos de dólar, e em 1899 apenas 15 centavos<sup>82</sup> –, a queda foi atenuada, e os plantios continuaram a todo vapor nos centros produtores, especialmente no planalto paulista.<sup>83</sup> Em 1886, havia, no estado de São Paulo, 154,292 milhões de cafeeiros plantados; em 1905, eles eram 613,686 milhões.<sup>84</sup> No Sudoeste mineiro – território que compreende os municípios de Guaxupé, Muzambinho, Guaranésia, Monte Santo de Minas, Jacuí, Passos e São Sebastião do Paraíso –, a base produtiva alcançava, em 1899, 19,7 milhões de pés plantados.<sup>85</sup>

O resultado dessa ampliação das lavouras foi uma superprodução. A produção brasileira abarrotou o mercado. Os preços, como vimos, despencaram. Além disso, a partir de 1898, um novo componente contribuiu para que a crise se tornasse ainda mais aguda: visando valorizar o mil-réis, Joaquim Murtinho, ministro do governo Campos

---

<sup>79</sup> Idem, p. 263.

<sup>80</sup> DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp: 2009, pp. 27-28.

<sup>81</sup> Idem, p. 33.

<sup>82</sup> FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2008, p. 101.

<sup>83</sup> Segundo Delfim Netto, “a coincidência de uma queda mais rápida do câmbio do que dos preços do café criou condições para a expansão da cultura cafeeira quando o mercado já não podia absorver a quantidade produzida a não ser a níveis ínfimos de preços” (DELFIM NETTO, Antônio, op. cit., 2009, pp. 34-35).

<sup>84</sup> HOLLOWAY, Thomas H, op. cit., 1984, p. 264.

<sup>85</sup> Carta encaminhada pela Câmara Municipal de Monte Santo ao secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, Wenceslau Braz Pereira Gomes, e publicada pelo jornal *O Estado de Minas*, em 11/1/1899. Apud DIAS, Lia Ribeiro; CORNILS, Patrícia. *Júlio Tavares: café, Mogiana e PRM (1863 - 1906)*. São Paulo: Momento Editorial, 2009, p. 24.

Salles, implementou uma política econômica deflacionista, o que impactou, negativamente, os preços domésticos do café. Avesso às intervenções do Estado, Murtinho considerava que o “desajustamento proporcionaria uma seleção natural, retirando do mercado aquelas lavouras formadas na década de 1890 sem o mínimo de planejamento e potencialidades, postas em prática simplesmente pela pressão da abundância de moedas”.<sup>86</sup>

A situação era dramática – queda nos preços internacionais e aumento da taxa de câmbio, o que produziu uma redução nos preços internos. Diante desse cenário, e da expectativa de uma safra recorde em 1906, os Estados produtores tomaram iniciativa para conter a crise. Era urgente, para os cafeicultores, o estabelecimento de preços mínimos que assegurassem a manutenção da lucratividade do setor. Um conjunto de medidas foi firmado entre os três principais Estados produtores – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – no conhecido Convênio de Taubaté, em 1906.<sup>87</sup> Entre as várias ações acordadas, a principal previa um volumoso empréstimo no exterior para viabilizar a retenção de partes das safras e, assim, garantir o equilíbrio dos preços. Embora somente o estado de São Paulo (e com ajuda do governo federal a partir de 1907<sup>88</sup>) tenha tocado adiante o projeto, no final da década, como resultado da intervenção estatal, os preços começaram a melhorar.

Acrescenta-se que três anos antes, em 1903, o estado de São Paulo, na busca de conter o movimento de expansão da base produtiva, proibiu novos plantios por cinco anos. Mais tarde, a medida foi renovada por igual período, estendendo-se até 1912.<sup>89</sup>

A crise, naturalmente, produziu efeitos na economia da região. Para muitos produtores, geralmente envolvidos em dívidas com casas comissárias, esses anos foram de prejuízos e perdas de patrimônio. A ligação direta do Sudoeste mineiro com o mercado global de café permitiu a formação de importantes propriedades cafeeiras e a construção de grandes fortunas. No entanto, esse mesmo processo tornou os agentes econômicos vulneráveis às flutuações da demanda e dos preços.

---

<sup>86</sup> FALEIROS, R. Naques, op. cit., 2008, p. 102.

<sup>87</sup> Sobre o Convênio, ver, entre outros: HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Local: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; MENDONÇA, Sônia Regina de. O convênio de Taubaté e a economia agrícola fluminense. *Locus*, 5 (1), 1999. Em relação à participação de Minas Gerais, ver: WIRTH, J. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira - 1889/1937*. 1ª ed., Paz e Terra, São Paulo, 1982.

<sup>88</sup> Segundo Delfim Netto, “resolveu-se então que o Banco do Brasil emprestaria recursos ao Estado de São Paulo para a aquisição de cafés inferiores e que o governo federal daria sua garantia ao empréstimo externo destinado ao cumprimento do Convênio de Taubaté” (DELFIN NETTO, Antônio, op. cit., 2009, p. 66).

<sup>89</sup> HOLLOWAY, Thomas H, op. cit., 1984, p. 144.

Joaquim Pedro Leite Ribeiro era um cafeicultor de destaque em Guaxupé. Suas propriedades somavam 2.449,04 hectares, e o cafezais, 234.250 pés. As fazendas eram equipadas com colônias de trabalhadores, terreiros de secagem, tulhas para o armazenamento, maquinários para o beneficiamento da produção e instalações acessórias, tais como engenhos de serra, moinhos, monjolos e outras. Conforme o inventário de 1904 da esposa de Joaquim, Maria Theobaldina da Anunciação, os bens foram avaliados em 260:141\$000. Entretanto, o documento também descreve uma imensa dívida contraída com a casa comissária Marques Valle & Cia., sediada em Santos.<sup>90</sup>

Em 1902, conforme escritura lavrada em cartório e anexada ao inventário, Joaquim Pedro havia hipotecado a fazenda Bocaina, local de sede da família, à firma indicada acima. Vencida a hipoteca em 1904, e sem condições de resgatá-la, não houve outra saída senão vender o imóvel. O passivo somava 232:932\$000, e a propriedade foi avaliada em 108:995\$000. Após um acordo, os credores receberam o montante e deram por quitados os débitos.<sup>91</sup>

Manoel Francisco de Souza, cafeicultor, também residente Guaxupé, possuía um patrimônio de 21:770\$000.<sup>92</sup> Era um produtor de nível médio, possuía 50 mil pés de café. Em caso semelhante ao anterior, os bens do espólio encontravam-se, segundo documentos anexos ao inventário, hipotecados como garantia de uma dívida de 13:384\$256 contraída com duas casas comissárias: A. Nápoles & Cia. e a Valle Bastos & Cia., ambas localizadas em Santos. Para saldar a dívida, as terras, as benfeitorias e os cafezais foram levados a leilão.<sup>93</sup>

No entanto, apesar da “crise”, foi nesses anos, com a chegada dos trilhos, que se consolidou o processo de incorporação da região à economia agroexportadora. Na virada do século, grandes produtores da região, sobretudo de Guaxupé, se mobilizaram para construir um ramal ferroviário. O projeto era estabelecer uma linha férrea do ponto mais apropriado do ramal de Mococa até a divisa com Minas. Em 1900, sob a liderança de Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, obteve-se a licença do governo paulista para a execução da obra e formou-se um consórcio de investidores de modo a se reunir o capital necessário. A Companhia Mogyana, mediante contrato assinado no mesmo ano, assumiu

---

<sup>90</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Maria Theobaldina da Anunciação, 1904, solto.

<sup>91</sup> *Idem*.

<sup>92</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Manoel Francisco de Souza., 1909, 1º ofício, caixa 66.

<sup>93</sup> *Idem*.

a responsabilidade pela obra.<sup>94</sup> Em 1901, com os trabalhos em andamento, o projeto foi ampliado: os fazendeiros locais obtiveram do governo mineiro a concessão para a construção de uma linha da divisa de Minas até o arraial de Guaxupé e, assim, conectar a localidade com a rede ferroviária. Em 1902, aprovado o traçado da segunda obra, os subscritores do capital para a construção do ramal consideraram conveniente transferir à Mogyana a parte paulista da linha, por essa época com as obras bastante adiantadas, e com esses recursos construir a parte que ficava em território mineiro. A Companhia, julgando a proposta vantajosa, em vista da possibilidade de escoar a produção mineira, acertou a compra, e, sob as mesmas condições do primeiro contrato, responsabilizou-se pela execução do segundo projeto.<sup>95</sup> Em meados de 1903, conforme relatório da empresa, estavam concluídas todas as obras no território do estado de São Paulo e, em relação à parte mineira, estavam finalizados os trabalhos de preparação do leito, como roçadas e terraplanagem.<sup>96</sup> Em pouco tempo, toda a estrada foi concluída. Considerando-se a extensão total da linha, partes paulista e mineira, eram 45 km. A primeira estação, Itaiquara, em Caconde, foi inaugurada em junho de 1903; a última, em Guaxupé, em maio de 1904.<sup>97</sup>

De acordo com a documentação privada da fazenda Nova Floresta,<sup>98</sup> entre os investidores que mobilizaram recursos para a construção do ramal, o conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle era responsável pela maior parte do capital, 55,6% do montante. Havia mais sete investidores (Quadro 3).

---

<sup>94</sup> Diz o relatório da empresa: “Tendo o Sr. Coronel Joaquim Ribeiro do Valle, com outros interessados, se proposto a concorrer com o capital para a construção de um ramal do ponto conveniente da linha de Mococa até a divisa do Estado de Minas Gerais com direção a Dores de Guaxupé, sem fusão de interesses com as da Mogyana, esta Directoria julgando vantajosa a proposta, resolveu promover a realização do projeto mediante clausulas contractuais garantidoras dos interesses da Companhia. E obtida a licença do Governo do Estado, mandou proceder os estudos que brevemente apresentará à aprovação do Governo”. (Relatório da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro, Campinas, 16 de junho de 1901, p. 15).

<sup>95</sup> Relatório da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro (Relatório CMEF), Campinas, 21 de junho de 1903, p. 12.

<sup>96</sup> Relatório da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro (Relatório CMEF), Campinas, 22 de junho de 1904, pp. 228-229.

<sup>97</sup> VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: memória história (a terra e a gente)*. São Paulo, 1984, pp. 369-372; Relatório da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro (Relatório CMEF), Campinas, 25 de junho de 1905, p. 14.

<sup>98</sup> Na fazenda Nova Floresta, em Guaxupé, de propriedade de Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, encontramos uma rica documentação a respeito das atividades do fazendeiro e também de seu pai, o barão de Guaxupé. Esse material será examinado nos capítulos 3 e 4.

**Quadro 3: Sócios do Ramal de Guaxupé**

Nomes dos investidores	Capital investido
Custódio Leite Ribeiro Sobrinho	60:000\$000
Manoel Antônio de A.	60:000\$000
Vicente Teixeira Marques	64:000\$000
Antônio Marques de Souza e Silva	24:000\$000
Joaquim Costa Monteiro	60:000\$000
Coronel Francisco Navarro de Marques Salles	12:800\$000
Conego Esaú dos Santos	3:200\$000
Joaquim Augusto Ribeiro do Valle	356:000\$000
<b>Total:</b>	<b>640:000\$000</b>

Fonte: Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, livro 7 (1904-1940).

A maioria deles, seis de oito, eram cafeicultores e moradores de Guaxupé. Vê-se que o capital cafeeiro “transborda” para fora das plantações e passa a financiar outras atividades econômicas, nesse caso uma empresa de transporte ferroviário. Como veremos no último capítulo, além do ramal indicado, os fazendeiros locais realizaram pesados investimentos em diferentes ferrovias e em outros empreendimentos econômicos.

Com a ferrovia já em funcionamento, a Companhia de Estrada de Ferro de Muzambinho<sup>99</sup> entrou com uma ação contra os investidores alegando invasão de zona privilegiada. O processo se arrastou por alguns anos e, ao final, a sentença foi favorável ao grupo de sócios do ramal.<sup>100</sup> Em 1908, quatro anos após a inauguração, o trecho mineiro do Ramal de Guaxupé também foi vendido à Companhia Mogyana pelo preço de 675:262\$959, como se verifica no trecho do relatório da empresa transcrito abaixo.

<sup>99</sup> A Estrada de Ferro Muzambinho não chegou a atuar na região recortada pela pesquisa. A linha tronco começava em Três Corações, passava por Varginha, Três Pontas, Campos Gerais, Alfenas e, por fim, Cabo Verde. A empresa também foi responsável pela criação do ramal de Campanha. Esse percorria seis municípios: Caxambu, Santa Rita do Sapucaí, Lambari, Águas Virtuosas, Cambuquira e Campanha. Ver: SILVA, Marcel Pereira da. *De Gado a Cafê: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)* – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 133.

<sup>100</sup> VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do., op. cit., 1984, p. 372.

Em 3 de Dezembro de 1908, foi adquirida pela Companhia Mogyana o trecho mineiro do ramal de Guaxupé, tendo sido assignado em 31 do mesmo mês, na Secretaria das Finanças do Estado de Minas Gerais, o termo de responsabilidade, acceitação e observancia pela Companhia Mogyana, do contrato de 5 de janeiro de 1901, celebrado com o Coronel Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, para uso e gosto deste ramal – de Guaxupé às divisas do Estado de S. Paulo. Este ramal foi adquirido pela somma de Rs 675:262\$959, inclusive os gastos com impostos de transmissão ao Estado de Minas, sellos escritura e mais despesas.<sup>101</sup>

Um ano antes, mais precisamente em 30 de julho de 1907, a assembleia de acionistas da Companhia Mogyana havia aprovado a proposta de compra da Estrada de Ferro Muzambinho pelo valor de 12:000:000\$00. Com o negócio, a diretoria da companhia paulista almejava estender os trilhos da empresa pelo Sul de Minas e captar a produção cafeeira e de outros artigos da região. Um contrato provisório chegou a ser assinado entre os presidentes das empresas em 17 de junho de 1907. A transação, no entanto, não foi concretizada.<sup>102</sup> Em 1908, a Muzambinho, bem como a Estrada de Ferro Minas e Rio, empresa que também atuava na área, passaram a ser administradas pela União. Para a companhia paulista, uma nova possibilidade de adentrar em território sul-mineiro apresentou-se em 1909. Nesse ano, o governo federal publicou um edital que concedia, por meio de concorrência pública, o arrendamento das duas companhias referidas até o ano de 1921.<sup>103</sup> A Mogyana participou do processo, mas foi vencida pela Cia. Viação Férrea Sapucaí, empresa cujos trilhos também percorriam os municípios do Sul de Minas.<sup>104</sup>

Apesar do revés, o decreto federal de 7.704 de 1909 autorizava a Estrada de Ferro Sapucaí a transferir à empresa paulista o direito de estabelecer no Sudoeste mineiro as novas linhas férreas previstas. No mesmo ano, o relatório da Mogyana registra que a “companhia já está de posse dessas concessões em virtude de transferência que lhe foi feita pela Sapucaí por escritura de 16 de Fevereiro findo, e poderá desde logo agir no

---

<sup>101</sup> Relatório da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro (Relatório CMEF), Campinas, 20 de junho de 1909, p. 9.

<sup>102</sup> Relatório da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro (Relatório CMEF), Campinas, 20 de junho de 1908, p. 271.

<sup>103</sup> SILVA, Marcel Pereira da, op. cit., 2012, p. 113.

<sup>104</sup> Com a união das três companhias, surgiu nos anos seguintes a empresa Rede Sul Mineira. A respeito do tema, ver: SILVA, Marcel Pereira da, 2012, p. 176; SILVA, Marcel Pereira da. *Nos Trilhos Da Incerteza: A Rede Sul Mineira no contexto ferroviário brasileiro (1910-1934)*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, pp. 104-135.

sentido de desdobrar a sua vasta rede de viação férrea”.<sup>105</sup> Nos anos seguintes, os trilhos alcançaram os principais municípios cafeeiros do Sudoeste mineiro: em 1912, foram inauguradas estações nos municípios de Guaranésia e Monte Santo de Minas; em 1913, os trilhos da Mogyana chegaram em Muzambinho; e, em 1914, a ferrovia alcançou São Sebastião do Paraíso. Um ramal se estendeu, embora com ritmo mais lento, até Passos, onde foi inaugurada uma estação em 1921 (ver Mapa 2).

A chegada dos trilhos trouxe imensos benefícios para a economia cafeeira regional: liberação de recursos antes investidos na formação e manutenção de tropas; trabalhadores, antes envolvidos com o transporte das safras, poderiam agora ser mobilizados para as atividades nas fazendas; sensível redução dos gastos com frete; maior rapidez na movimentação e comunicação; superior capacidade de transporte de mercadorias; e melhor conservação dos grãos. Os cafeicultores puderam, portanto, aumentar significativamente os seus ganhos.<sup>106</sup> Além disso, com a chegada dos trilhos e a construção de estações nas cidades, as atividades econômicas nos núcleos urbanos ganharam um novo impulso: cresceu o número de estabelecimentos comerciais; surgiram empresas que ofereciam serviços de beneficiamento e armazenamento dos grãos; e grandes fazendeiros ergueram construções nas proximidades das estações para armazenar as safras. Ademais, os trilhos impulsionaram a produção de artigos ligados ao mercado interno e facilitaram a chegada de trabalhadores para as fazendas da região (ver capítulos 2, 3 e 4).

---

<sup>105</sup> Relatório da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro (Relatório CMEF), Campinas, 26 de junho de 1910, p. 16.

<sup>106</sup> COSTA, Emília Viotti da., op. cit., 1998, p. 219.



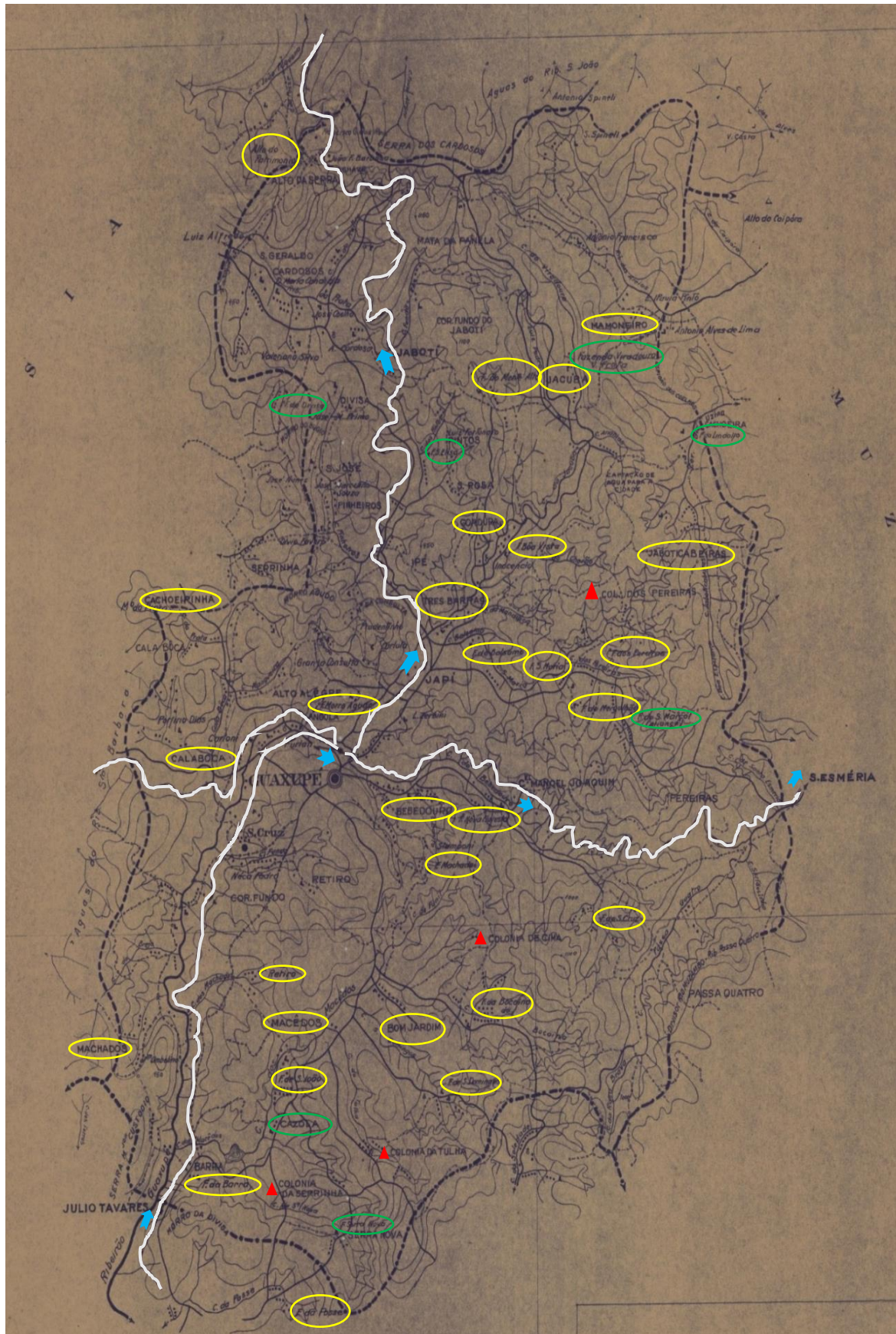
*Mapa 2: Sul de Minas em 1920*



Fonte: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 40.

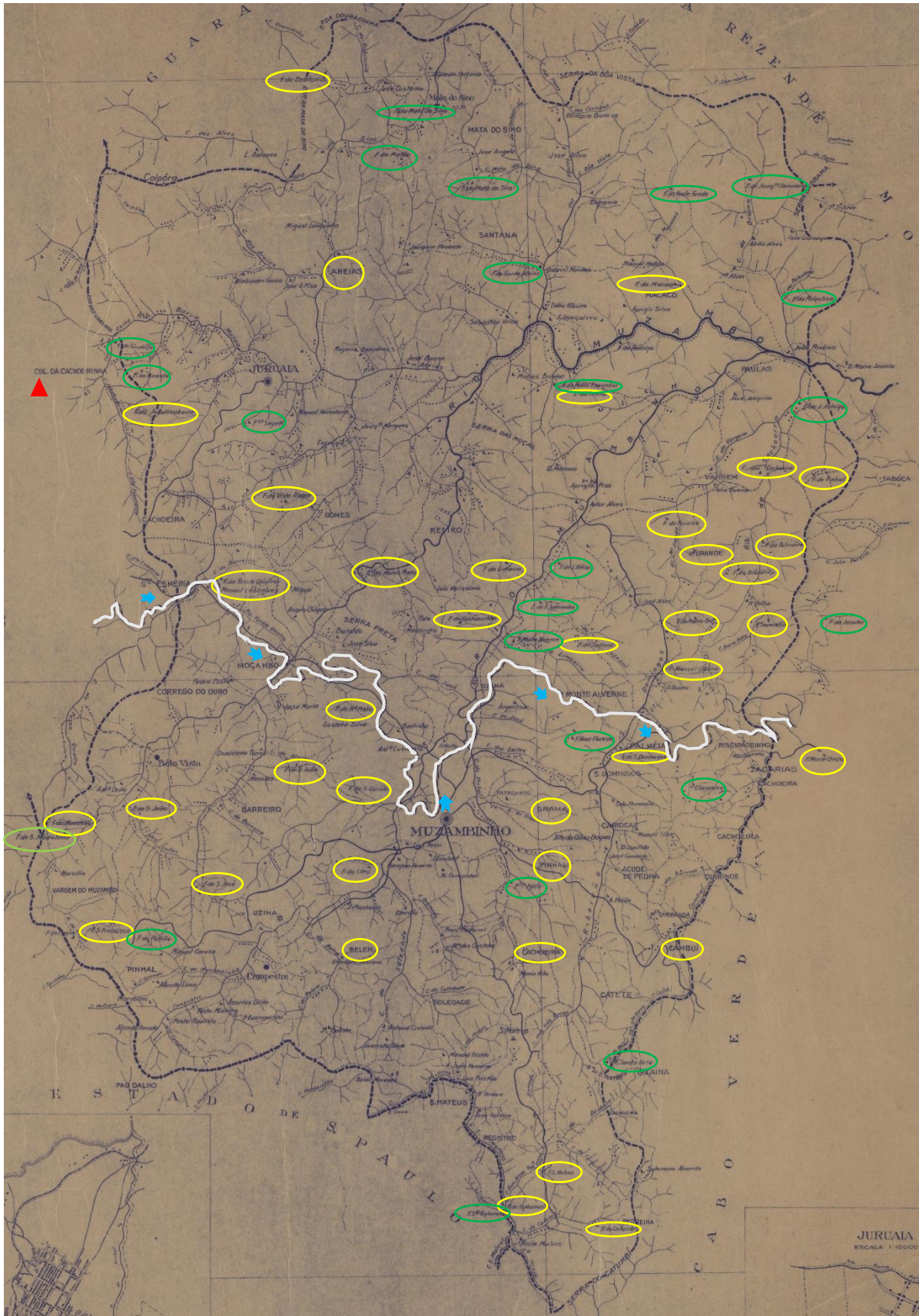
Em mapas da década de 1930 (Mapa 3 e Mapa 4), produzidos pelo Serviço Geográfico do Estado de Minas Gerais, podemos observar os traçados da Companhia Mogiana nos municípios de Guaxupé e Muzambinho – unidades administrativas cujos documentos estão disponíveis. Além da ferrovia e suas estações, os mapas também mostram as principais fazendas, algumas colônias de trabalhadores, as estradas carroçáveis e os caminhos de tropas.

Mapa 3: Município de Guaxupé (1939)



Fonte: APM – Fundo secretaria de viação e obras públicas (SVOP-095)

**Mapa 4: Município de Muzambinho (1939)**



Fonte: APM - Fundo secretaria de viação e obras públicas (SVOP-244)

Para facilitar a visualização desse conjunto de informações, realizamos intervenções nos mapas: as linhas férreas foram realçadas em cor branca e as estações indicadas por sinais em azul; as fazendas que conseguimos localizar na base de dados organizada a partir dos inventários foram circuladas em amarelo; os estabelecimentos cujos inventários não puderam ser encontrados foram marcados em verde; e as colônias de trabalhadores, todas elas identificadas em outras fontes, foram sinalizadas em vermelho.

Verifica-se, com o cruzamento de informações, que a grande maioria das fazendas indicadas nos mapas também estão presentes no banco de dados de inventários. Levando em consideração que a documentação cartográfica em exame apresenta os nomes das principais unidades agrícolas, podemos dizer que o conjunto de dados coletados da documentação cartorial nos oferece uma importante cobertura acerca da produção econômica e organização do espaço agrário regional.

No Mapa 3, observa-se que a ferrovia cortava o município de Guaxupé em dois traçados – um que atravessa o território no sentido sul-norte, e outro, no sentido oeste-leste, que cruzava o território ao meio. A estação na referida cidade servia como ponto de distribuição de vários ramais – de Guaxupé, Biguatinga, Passos e Tuiuti. Em razão das várias linhas e do tamanho relativamente pequeno do município,<sup>107</sup> nenhuma fazenda ficava muito distante das estações. Certos estabelecimentos, no entanto, foram mais beneficiados com o traçado da ferrovia. A fazenda Nova Floresta, por exemplo, de propriedade do conde Ribeiro do Valle, foi cortada pela linha férrea e recebeu uma estação – cujo nome, Estação Coronel Manuel Joaquim, é uma homenagem ao pai do proprietário, o barão de Guaxupé. O complexo de fazendas dos irmãos Costa Monteiro – fazendas Santa Maria, Três Barras, Morro Agudo e outras – foi, igualmente, favorecido pela proximidade das estações.

Em relação a outras áreas cafeeiras, os estudos têm mostrado que os grandes cafeicultores, homens com poder econômico e político nas áreas em que residiam, interferiam na definição dos desenhos das linhas. Usando da influência que possuíam,

---

<sup>107</sup> Em 1920, segundo o censo agrícola, a área total dos estabelecimentos agrícolas no município era de 33.017 hectares. Em Muzambinho, a superfície total dos estabelecimentos somava 86.303 hectares. Ver: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1924

eles pressionavam as empresas e autoridades para que os trilhos e as estações ficassem próximos de suas terras.<sup>108</sup> Não deve ter sido diferente na região em estudo.

Em Muzambinho (Mapa 4), os trilhos da Mogyana cortavam o município em um único traçado e seguiam para Monte Belo, onde se conectavam, na estação de Tuiuti (que mais tarde passou-se a chamar Jureia), com a Rede Sul Mineira.<sup>109</sup> Como no caso anterior, as estações ficavam próximas de importantes fazendas,<sup>110</sup> tais como a fazenda Passa Quatro, de propriedade de Joaquim Costa Monteiro – o maior cafeicultor da região –, Morro Preto, de José Vicente de Lima, Cachoeirinha, que pertencia ao Joaquim Antônio Bueno, Cafezal e São Domingos, de José Alexandre da Cruz, e a fazenda Montalverne – que recebeu uma estação com o mesmo nome –, cujo proprietário era Antônio Fachad Junqueira.<sup>111</sup>

Como dissemos, os mapas também indicam as estradas carroçáveis existentes nos municípios. Em Guaxupé, somente nas margens da ferrovia, havia 20 estradas; em Muzambinho, também considerando-se somente as vias que davam acesso aos trilhos, elas somam onze. A chegada da Mogyana exigiu, portanto, toda uma infraestrutura de estradas para garantir que os produtores pudessem conduzir suas safras, da forma mais rápida possível, a alguma estação ferroviária. Em alguns casos, os antigos caminhos foram aproveitados e melhorados para o tráfego das carroças; em outros, novas vias tiveram que ser construídas.

---

<sup>108</sup> Ver: WIRTH, J., op. cit., 1982, p. 103; DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 55.

<sup>109</sup> A Rede Sul Mineira foi criada entre 1909 e 1910 e reunia três companhias ferroviárias: a Estrada de Ferro Minas e Rio, a Cia. Viação Férrea Sapucaí e a Cia. Estrada de Ferro Muzambinho. Entre 1922 e 1931, a empresa teve o nome alterado para Rede de Viação Sul Mineira e, partir de 1931, passou a fazer parte da Rede Mineira de Viação. Ver: SILVA, Marcel Pereira da, op. cit., 2012, p. 176; SILVA, Marcel Pereira da, op. cit., 2018, pp. 104-135.

<sup>110</sup> É importante esclarecer que essas fazendas controlavam grandes extensões de terras e pertenciam a vários proprietários. Citamos aqui os fazendeiros que possuíam as extensões mais significativas.

<sup>111</sup> FMM – Inventários *post mortem*.

*Figura 1: Estação na cidade de Muzambinho (1925)*



Fonte: Museu de Muzambinho.

*Figura 2: Estação Mocambo, município de Muzambinho (década de 1920)*



Fonte: Museu de Muzambinho.

*Figura 3: Construção da ferrovia. Primeiro pontilhão em Muzambinho (década de 1910)*



Fonte: Museu de Muzambinho.

*Figura 4: Construção da ferrovia (década de 1910)*



Fonte: Museu de Muzambinho.

**Figura 5: Vitrine da loja “Café do Brasil”, Veneza, Itália, 1966**



Fonte: Museu de Muzambinho. Observa-se, na vitrine, amostras de grãos de diferentes zonas produtoras do Brasil; dentre elas, duas de Muzambinho (Sul de Minas).

**Figura 6: Estação na cidade de Guaxupé (década de 1910)**



Fonte: Museu de Guaxupé



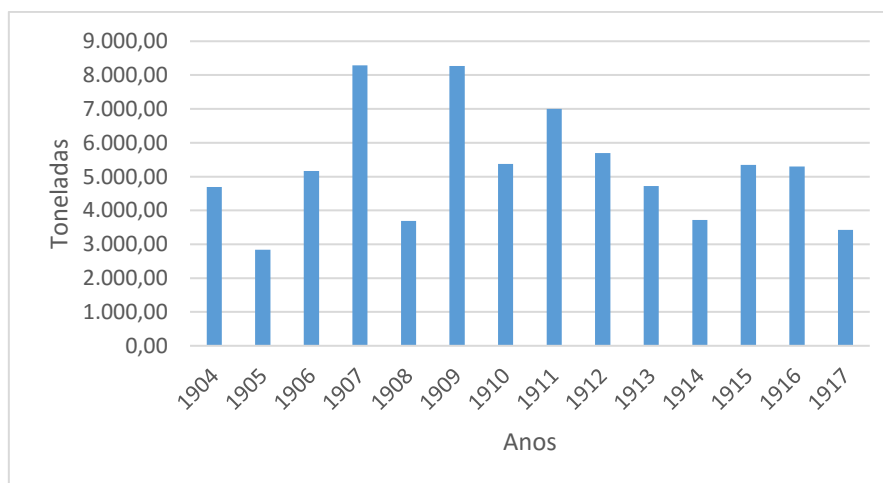
A companhia Mogyana elaborava ano a ano um relatório detalhado sobre o volume de mercadorias e o número de pessoas transportadas pela empresa.<sup>112</sup> Por meio desses documentos, podemos examinar a quantidade de café – e também de outros produtos – que saía das estações. Para o caso do Ramal de Guaxupé, os dados cobrem um período de 14 anos, de 1904 a 1917.

**Tabela 4: Café embarcado no Ramal de Guaxupé (1904 -1917)**

Anos	Toneladas	Anos	Toneladas
1904	4.692,17	1911	7.005,59
1905	2.834,75	1912	5.699,51
1906	5.167,63	1913	4.717,47
1907	8.283,79	1914	3.720,86
1908	3.692,16	1915	5.349,31
1909	8.270,34	1916	5.302,94
1910	5.376,19	1917	3.427,24

Fonte: Relatórios da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e navegação.

**Gráfico 4: Café embarcado no Ramal de Guaxupé (1904-1917)**



Fonte: Relatórios da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e navegação

<sup>112</sup> Todo esse material já foi digitalizado pela equipe do projeto *Memória Ferroviária*, da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), e encontra-se disponível no seguinte endereço: [https://memoriaferroviaria.rosana.unesp.br/?page\\_id=40](https://memoriaferroviaria.rosana.unesp.br/?page_id=40)

Em 1904, no primeiro ano de funcionamento do trecho da ferrovia, 4.692,16 toneladas de café foram embarcadas em Guaxupé; três anos mais tarde, em 1907, a produção chegou à marca de 8.283,79 toneladas. O crescimento é de 76,5%. No entanto, como se observa no Gráfico 4, o volume da produção apresentou muitas oscilações entre os anos. Como explicação, devemos considerar o próprio ciclo de produção dos cafeeiros e também os fenômenos naturais – as chuvas de granizo e, especialmente, as geadas.

Os dados acima se referem, sobretudo em relação aos anos de 1904 a 1911, à produção de Guaxupé e seu entorno – Muzambinho e Guaranésia –, e, em menor medida, aos grãos produzidos em Monte Santo de Minas e São Sebastião do Paraíso. Possivelmente, parte das safras das duas últimas localidades era enviada para outras estações ferroviárias. Para os produtores de Monte Santo, além da estação de Guaxupé, havia a possibilidade de embarcar os grãos na estação de Canoas, fim da linha do ramal de Mococa; os agricultores de São Sebastião, por sua vez, poderiam conduzir as sacas de café para as estações de Batatais, Franca e Mococa. Além disso, em relação a São Sebastião do Paraíso, em 1911, antes da chegada Mogyana na localidade, os trilhos da empresa São Paulo-Minas, que partiam de São Simão, no estado de São Paulo, chegaram até o município.<sup>113</sup>

A partir de 1912, com o início das inaugurações de outras estações ferroviárias da Mogyana no Sudoeste mineiro, parte do café que antes saía pelo ramal de Guaxupé passou a ser embarcado em outras cidades. Isso explica o movimento de queda dos embarques desse ano em diante, como pode ser visto no Gráfico 4. A própria produção do município de Guaxupé, até 1912 concentrada em duas estações, passou a ser dividida para várias outras – estações Coronel Manuel Joaquim, Japi e Jaboti (ver o Mapa 3).

Os dados da Tabela 4 e do Gráfico 4 nos oferecem, portanto, uma visão parcial acerca do volume de café embarcado pela Mogyana na área em estudo. Para termos uma noção mais precisa desse volume, reunimos os dados das demais estações que foram criadas a partir de 1912<sup>114</sup> e os somamos aos do ramal de Guaxupé (Tabela 5 e Gráfico 5).

---

<sup>113</sup> STEFANI, Celia Regina Baider. *O Sistema Ferroviário Paulista: um estudo sobre evolução do transporte de passageiros sobre trilhos*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, pp. 59-62.

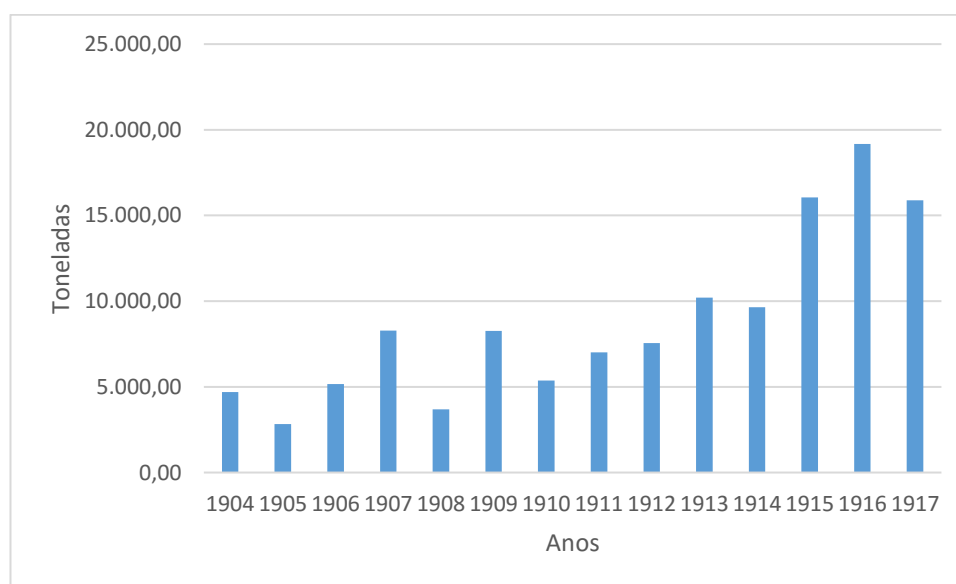
<sup>114</sup> As estações são as seguintes: Coronel Manuel Joaquim, Japi e Jaboti, no município de Guaxupé; Santa Esméria, Moçambo, Muzambinho, Montalverne, Palmeia, Monte Cristo, Monte Belo e Tuiuti, no município de Muzambinho; e, por fim, Guaranésia e Biguatinga, no município de Guaranésia. Ver: relatórios da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e navegação.

**Tabela 5: Café embarcado nas estações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1904-1917)**

Anos	Toneladas	Anos	Toneladas
1904	4.692,17	1911	7.005,59
1905	2.834,75	1912	7.556,17
1906	5.167,63	1913	10.200,02
1907	8.283,79	1914	9.641,35
1908	3.692,16	1915	16.057,26
1909	8.270,34	1916	19.169,91
1910	5.376,19	1917	15.890,15

Fonte: Relatórios da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e navegação.

**Gráfico 5: Café embarcado nas estações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1904-1917)**



Fonte: Relatórios da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e navegação.

Como afirmamos, os dados de 1904 a 1911 se referem às produções da área aqui em estudo, e também de parte das produções dos municípios de Monte Santo e São Sebastião do Paraíso. Os números de 1912 a 1917, devido ao processo de expansão dos trilhos, dizem respeito, na sua grande maioria, às safras das fazendas de Guaxupé,

Guaranésia e Muzambinho. Considerando-se essas informações, ganha força o que está expresso no Gráfico 5 – o processo ascendente da produção local. Em 1904, foram embarcadas 4.692,17 toneladas de café no Ramal de Guaxupé; em 1916, 12 anos depois, 19.169,91 toneladas saíram da região.

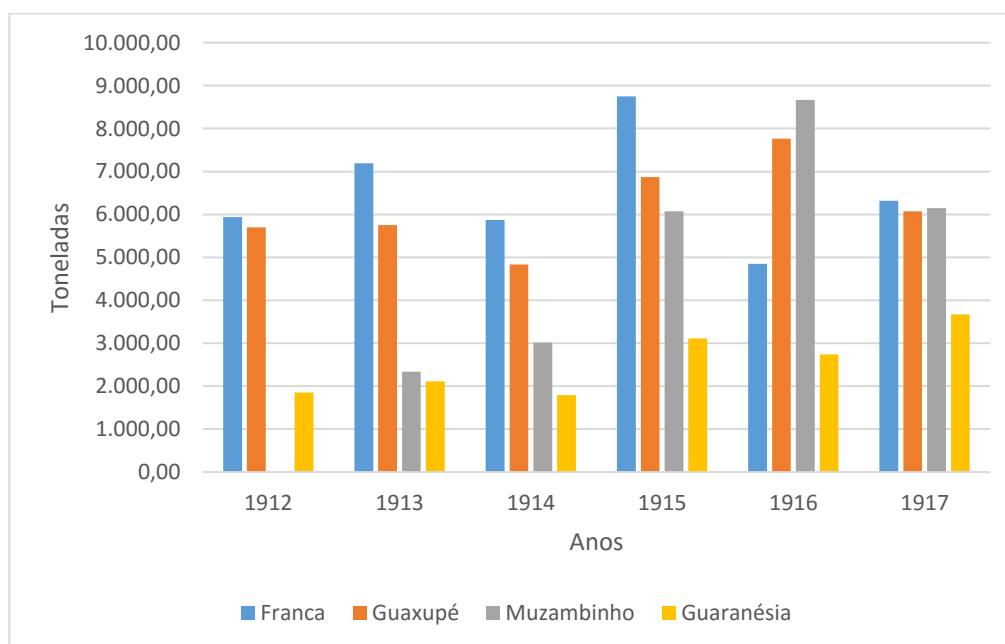
Na Tabela 6 e no Gráfico 6, comparamos os embarques de café dos municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho e Franca (município paulista) entre os anos de 1912 e 1917.

**Tabela 6: Café embarcado nas estações de Franca, Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1912-1917 (em toneladas)**

Anos	Franca	Guaxupé	Muzambinho	Guaranésia
1912	5.935,37	5.703,34	0,00	1.852,83
1913	7.188,41	5.748,39	2.339,17	2.112,46
1914	5.873,35	4.836,28	3.013,39	1.791,68
1915	8.745,98	6.868,93	6.073,95	3.114,38
1916	4.852,44	7.761,51	8.670,22	2.737,37
1917	6.315,16	6.073,95	6.145,86	3.670,34

Fonte: Relatórios da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e navegação. Dados sobre Franca: OLIVEIRA, Lélío. L. *Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 39.

**Gráfico 6: Café embarcado nas estações de Franca, Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1912-1917 (em toneladas)**



Fonte: Relatórios da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação. Dados sobre Franca: OLIVEIRA, Lélío. L. *Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 39.

Antes de analisarmos os dados, vale destacar as diferenças em termos de dimensões territoriais dos municípios em comparação. Segundo o censo agrícola de 1920, a superfície territorial total dos estabelecimentos rurais do município de Franca era de 150.214 hectares; os estabelecimentos de Guaxupé somavam 33.017 hectares; os de Guaraniésia, 67.993 hectares; e os de Muzambinho, 86.303 hectares.<sup>115</sup> Percebe-se que os municípios mineiros eram bem menores do que o paulista. A diferença em relação a Guaxupé é marcante: o espaço total das unidades agrícolas de Franca era mais de quatro vezes superior ao do município do Sudoeste mineiro. O tamanho reduzido do município de Guaxupé fica também evidente em comparação com as localidades vizinhas: era menos da metade de Guaraniésia e quase três vezes menor do que Muzambinho.

Levando essas informações em consideração, chama atenção a proximidade entre os volumes de café embarcados em Franca e nos municípios mineiros. No primeiro ano, 1912, a produção embarcada em Franca e em Guaxupé foi praticamente a mesma; nos três anos seguintes, a produção de Franca foi um pouco superior à das localidades mineiras; em 1916, a produção mineira – a de Muzambinho e de Guaxupé – chegou a seu pico e superou a de Franca; e, no último ano, 1917, os volumes de café embarcados nas três localidades referidas foram semelhantes, e em Guaraniésia, como nos anos anteriores, o volume de grãos embarcado foi inferior.

Outro ponto importante é a expressividade da produção do município de Guaxupé – como destacamos, o de menor tamanho entre os analisados. Foi em Guaxupé que localizamos as maiores unidades de produção – e que, talvez, tenham sido, no período, as maiores fazendas de café de todo o Sudoeste mineiro. Observando-se as fontes disponíveis, fica claro que, na localidade, as grandes fazendas se tornaram os principais núcleos de produção; eram desses estabelecimentos que saíam a maior parte dos grãos que chegavam às estações; e essa característica certamente contribuiu para alavancar a produção local. Afinal, nos grandes estabelecimentos, diversos elementos concorriam para uma maior produtividade em relação às unidades de menor porte – eles dominavam as melhores terras, concentravam a maior parte das reservas de matas, tinham condições de colocar em prática medidas de refertilização do solo e possuíam uma melhor

---

<sup>115</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1924.

infraestrutura (estradas, maquinários de beneficiamento e instalações para secagem e armazenamento).<sup>116</sup>

Em relação ao volume inferior de grãos embarcado em Guaranésia, dado o grande número de cafezais que havia no município, é bem provável que parte importante das safras locais tenham sido enviadas para a estação de Catitó, em Monte Santo de Minas. A referida estação ficava praticamente na divisa entre os dois municípios e, para muitos cafeicultores, era mais fácil conduzir as produções até lá do que se dirigir à cidade de Guaranésia, onde ficava a principal estação da localidade.

Em 1920, de acordo com o censo agrícola, havia em Guaranésia 7.510.800 de pés de café; em Guaxupé eram 5.309.333; e em Muzambinho, 4.037.733 (Tabela 7).<sup>117</sup> Nos dois primeiros municípios, os cafezais dominavam a maior parte das terras cultivadas: quase 80% em Guaranésia e 65,3% em Guaxupé. Nessas duas áreas, em especial, é possível dizer que se desenvolveu uma especialização no cultivo do café. A produção de outros artigos perdeu espaço e a maior parte dos recursos naturais e dos investimentos foi canalizada para essa cultura. Em relação a Muzambinho, 44,7% das terras em uso pela agricultura eram ocupadas com cafeeiros. Nesse caso, ainda que os cafezais ocupassem uma porção significativa dos estabelecimentos, espaços importantes eram destinados a outras atividades – produção de alimentos e pecuária.

*Tabela 7: Propriedades agrícolas e cafezais, 1920*

<b>Municípios</b>	<b>Área total das propriedades (em hect.)</b>	<b>Área total cultivada (em hect.)</b>	<b>Área com cafezais</b>	<b>Número de pés de café</b>	<b>% das áreas com cafezais em relação à área total cultivada</b>
Guaranésia	67.993	12.724	10.014	7.510.800	78,9
Guaxupé	33.017	10.845	7.079	5.309.333	65,3
Muzambinho	86.303	12.043	5.384	4.037.733	44,7

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1924.

<sup>116</sup> O historiador Warren Dean observou, em relação a Rio Claro, no Oeste paulista, que “as pequenas propriedades, com maior probabilidade de contar com árvores velhas, ou plantas em terras menos boas, tinham uma produtividade muito inferior à das grandes fazendas” (DEAN, Warren, op. cit., 1977, p. 157).

<sup>117</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1924.

Em alguns municípios do Nordeste paulista, próximos da divisa com Minas, os percentuais de terras com cafezais eram os seguintes: em Mococa, 72,3% das áreas cultivadas eram ocupadas com cafeeiros; em São José do Rio Pardo, 61,3%; em Batatais, 64,6%; em Franca, 67,6%; e em Santo Antônio da Alegria, 43,1%. Neste, tal como em Muzambinho, as lavouras de café não chegaram a dominar a maior parte das terras empregadas na agricultura. Em relação às demais localidades, como verificamos em Guaxupé e Guaranésia, mais de 60% das terras eram ocupadas com cafezais. Ou seja, a cultura cafeeira passou a dominar a paisagem das propriedades e tornou-se o motor das economias locais.

Indo além, tendo em conta muitas outras semelhanças entre as localidades paulistas indicadas e os municípios situados no Sudoeste mineiro no que toca à cafeicultura, tais como organização das propriedades, sistema de trabalho empregado, transporte e rota de comércio, podemos considerar a região em estudo – e, também, Monte Santo e São Sebastião do Paraíso – como extensões do Nordeste paulista – sem esquecer, no entanto, a diversidade, em termos de dinâmica econômica, dessa imensa área no estado de São Paulo. Se, por um lado, as localidades mineiras se afastavam, em termos de dinamismo econômico, dos núcleos de ponta da cafeicultura paulista – Ribeirão Preto, São Simão, Cravinhos e Sertãozinho –, por outro, elas possuíam vários traços comuns a importantes municípios produtores localizados na mesma região considerada, tais como Franca, Batatais e outros.

Na década de 1920, Minas Gerais mantinha-se na posição de segunda maior zona produtora de café do país, e dentro do estado, o Sul de Minas, de forma especial os municípios localizados na divisa Sudoeste, se consolidou como importante centro cafeeiro. A Zona da Mata, na sua porção norte e nordeste, ainda era a maior área produtora, mas parte importante dos grãos produzidos em Minas – cerca de 30% – tinha como origem as fazendas e sítios situados na região Sul.<sup>118</sup>

Nas páginas seguintes, voltamos a atenção a um elemento crucial para se entender as características de uma economia que se assentava na produção agrícola – a estrutura fundiária.

---

<sup>118</sup> GIROLETTI, D. A Industrialização de Juiz de Fora. *Fundação João Pinheiro*. Belo Horizonte, 10(3): 144-202 mai. 1980, p. 156.

## Capítulo 2 – ORGANIZAÇÃO DAS FAZENDAS

Neste capítulo, centramos a atenção sobre as unidades de produção – fazendas e sítios. Buscamos analisar os diversos meios de produção – terra, construções e maquinários – que constituíam os estabelecimentos rurais, bem como as atividades produtivas que eram desenvolvidas. Para tanto, nos valemos de diversos tipos de fontes: os registros paroquiais de terras, inventários e os relatórios da Companhia Mogyana. Em um primeiro momento, a partir dos registros de terras, de meados do século XIX, avaliamos a estrutura fundiária da região antes da chegada dos cafezais. Em seguida, mediante dados extraídos dos inventários, realizamos a mesma análise para o período em que a cultura cafeeira já dominava o Sudoeste mineiro, de 1880 a 1930. Os dois conjuntos de dados, para momentos distintos, nos permitiram avaliar os impactos decorrentes do desenvolvimento de uma economia agroexportadora sobre a distribuição do solo entre as diversas categorias de proprietários. Na segunda parte do texto, examinamos, no interior das unidades, a presença de benfeitorias e maquinários ligados ao armazenamento e beneficiamento do café, e aquelas que davam suporte à produção de artigos de subsistência. Fechamos o capítulo com a análise sobre a estrutura produtiva. Com os dados reunidos, pudemos identificar as principais atividades que eram desenvolvidas e avaliar a importância de cada uma delas para a economia regional.

### 2.1 A terra

Ao longo do período colonial, a Coroa portuguesa, visando garantir a ocupação do território e a produção em larga escala de artigos de exportação, concedia grandes extensões de terras – as sesmarias – aos colonos que mostrassem ter condições de montar unidades produtivas – adquirir trabalhadores, erguer benfeitorias e explorar o solo.<sup>119</sup> De início, a extensão das doações não tinha limites fixos; foi somente no final do século XVII, em razão do aumento da demanda, que a Coroa passou a recomendar que não se concedessem terras com mais de quatro léguas de comprimento e uma de largura. Mais

---

<sup>119</sup> A respeito do sistema de sesmaria em Portugal e sua função na colônia, ver: FERLINI, Vera Lúcia. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 162-170.



tarde, esses limites foram rebaixados para três léguas, depois duas e, por fim, uma légua de comprimento e meia de largura. Aos requerentes não se exigiam títulos de nobreza, e nem mesmo atestado de limpeza de sangue. Exigia-se a efetiva ocupação das terras e o registro das datas. O objetivo não era uma colonização aristocrática. Buscava-se o povoamento do território e a produção econômica.<sup>120</sup>

Paralelamente a essa via de apropriação do solo, o simples apossamento era largamente empregado como meio de obtenção de terras. E com a revogação do instituto da sesmaria, em 1822, essa segunda via tornar-se-ia, por várias décadas, a única forma de constituição de propriedades fundiárias no país. A formação de grandes fazendas e a posterior expansão cafeeira no Vale do Paraíba fluminense ocorreram, vale destacar, mediante tal procedimento.

Em 1850, após quase três décadas de ausência de uma legislação fundiária, o Estado brasileiro aprovou a Lei de Terras. Embora, como sustentam os historiadores, os resultados práticos da lei tivessem sido limitados, não há dúvidas de que se trata de um marco na constituição da propriedade privada da terra no país e sua transformação em mercadoria. O projeto original, elaborado em 1842, estava estreitamente associado ao problema da mão de obra. A forte pressão inglesa para que se encerrasse o tráfico transatlântico de escravos exigia um plano de transição para a mão de obra livre. A inspiração para a proposta vinha das ideias de E. G. Wakefield, expostas em um trabalho de 1829, *Letters from Sydney*.<sup>121</sup> Diante do problema de como conduzir a colonização da Austrália de modo a não fragmentar a propriedade e garantir o trabalho coletivo, o autor propunha que as terras devolutas deveriam ser concedidas somente pela compra, e a um preço que forçasse os colonos a se empregarem nas fazendas por um certo tempo, antes que obtivessem as somas necessárias para se tornarem proprietários. Desse modo, preservavam-se as grandes fazendas, e com os recursos obtidos nas vendas dos lotes de terras o Estado poderia financiar a introdução de novas levas de imigrantes.<sup>122</sup>

Além desse ponto, procurava-se resolver os problemas de longa data concernentes às ocupações de terras. O estado era caótico. Desde muito tempo predominava o simples apossamento, em muitos casos de imensas glebas de terras devolutas. Quanto às sesmarias, não obstante as tentativas da Coroa de estabelecer regras para organizar o

---

<sup>120</sup> Idem, pp. 167-168.

<sup>121</sup> WAKEFIELD, Edward Gibbon. *Letters from Sydney: The Principal Town of Australasia*, 1829.

<sup>122</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 82-83.

sistema, nas áreas coloniais dificilmente elas eram cumpridas. Além do desrespeito aos limites estabelecidos para as doações e o não cumprimento da exigência de cultivo do solo, a maioria delas não havia sido revalidada e demarcada.<sup>123</sup>

Para enfrentar essas questões, o projeto estabelecia que a compra seria a única forma de aquisição de terras devolutas; o tamanho mínimo do terreno a ser vendido seria um quarto de légua em quadra; as sesmarias caídas em comisso (sem validade) deveriam ser revalidadas dentro de um prazo a ser estabelecido pelo governo, sob a pena de serem consideradas terras devolutas; quantos às posses, seriam legitimadas a parte cultivada e mais quatro tantos; criava uma taxa de revalidação das sesmarias; estabelecia um imposto territorial; e exigia o registro das terras em um período de seis meses, sob a pena de perda da propriedade caso o documento não fosse realizado em seis anos.<sup>124</sup>

No decorrer de dois meses de intensos debates, o texto passou por algumas alterações e foi aprovado pela Câmara. No Senado, por sua vez, o projeto “sofreu toda sorte de obstrução, como adiamentos, apresentação de substitutos, nomeação de comissões especiais, comissões externas”,<sup>125</sup> sendo aprovado somente em 1850, e com várias mudanças. Considerando-se as alterações nas duas casas, as principais medidas foram as seguintes: eliminou-se o imposto territorial; suprimiu-se a medida de perda da terra para quem não efetuasse o registro, sendo substituída pela obrigação de pagamento de multa; ampliou-se o tamanho das áreas de posses que poderiam ser legitimadas; e o tamanho mínimo das terras que poderiam ser vendidas foi rebaixado.

Aprovada a lei, em 1854 ela foi regulamentada. No mesmo ano criou-se a Repartição de Terras Públicas, órgão responsável por dirigir a medição e indicação das terras devolutas, organizar os registros de terras possuídas e os trabalhos de validação das sesmarias e legitimação das posses.<sup>126</sup>

Os vigários das freguesias foram encarregados de fazer os registros de terras possuídas e enviar os livros ao governo. Esses documentos forneceriam as informações para o trabalho posterior de medição e titulação das propriedades. Os proprietários deveriam comparecer diante do pároco local e indicar os confrontantes do terreno, as

---

<sup>123</sup> MOTTA, Márcia Mendes. *Nas Fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996, capítulo 4.

<sup>124</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 333-343.

<sup>125</sup> Idem, p. 339.

<sup>126</sup> MOTTA, Márcia Mendes, op. cit., 1996, p. 203.

extensões, quando conhecidas, a forma de aquisição e o nome dos donos das situações, se houvessem. Essa etapa inicial foi realizada em número razoável de paróquias – pelo menos no que diz respeito à província de Minas Gerais<sup>127</sup> –; a subsequente, no entanto, não foi adiante. Poucas concessões e posses foram revalidadas e legitimadas.<sup>128</sup>

Segundo José Murilo de Carvalho, a proposta original tinha o potencial de provocar “repercussões profundas na estrutura agrária do país”.<sup>129</sup> No entanto, no processo de tramitação, dispositivos importantes foram alterados ou excluídos, e de modo geral o projeto foi amaciado. Ainda assim, o texto final guardava elementos que provocaram resistência dos proprietários de terras. Os relatórios do Ministério da Agricultura demonstram ano a ano as imensas dificuldades que se colocavam para que a lei fosse aplicada. Muitas províncias não informavam sobre a existência de terras devolutas e não esclareciam sobre as sesmarias e posses que exigiam medição, revalidação e legitimação. As Câmaras municipais, de modo a impedir a regularização da estrutura fundiária, informavam que na localidade não havia terras devolutas. No relatório de 1871, diante da ineficiência da lei em impedir as invasões de terras públicas, se pedia que ela fosse reformada. Em 1877, as autoridades reconheciam que a lei era inócua.<sup>130</sup>

Para os fazendeiros, especialmente em áreas de fronteira, era mais vantajoso que as terras devolutas não fossem discriminadas, de modo que novas incorporações pudessem ser feitas. Demarcar os limites entre as terras públicas e privadas seria, na ótica dos grandes donos de terras, colocar obstáculos às suas pretensões de aumentar as extensões de suas posses.

Nas décadas seguintes, raramente se vendeu alguma terra pública, e as usurpações, especialmente em área de produção de artigos de exportação, continuaram ocorrendo. No Oeste paulista, por exemplo, um dos principais polos cafeeiros do país, as apropriações ilegais constituíram o principal meio de aquisição de terras ao longo do século XIX e o início da centúria seguinte.<sup>131</sup>

---

<sup>127</sup> GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os registros paroquiais de terras na história e na historiografia – estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *História econômica & história de empresas XIII*. 1 (2010), 95-132, p. 120.

<sup>128</sup> DEAN, Warren. Latifundios y Política Agrária en el Brasil del Siglo XIX. In: FLORESCANO, Enrique. *Haciendas, Latifundios y Plantaciones*. Madri: Siglo Veintiuno editores, 1978, p. 428.

<sup>129</sup> CARVALHO, José Murilo de, op. cit., 2013, p. 338.

<sup>130</sup> Idem, p. 342.

<sup>131</sup> SALLUM JR., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura*. Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982, p. 19.

No que toca especificamente aos registros paroquiais de terras, vários pesquisadores já destacaram suas limitações e potencialidades. Destacou-se a falta de informações importantes – dimensões e forma de aquisição – em parte dos documentos e as imprecisões das medidas e divisas dos terrenos, quando mencionadas. Por outro lado, afirmou-se a importância desse corpo documental por se tratar do único cadastro fundiário disponível para o século XIX; a boa cobertura deles, considerando-se o número de paróquias que realizaram os registros, bem como pelo conjunto de informações que apresentam. Informações essas que, se tratadas com os devidos cuidados, revelam elementos importantes a respeito da estrutura fundiária – aspecto fundamental do passado do país que ainda carece ser melhor elucidado.<sup>132</sup>

Para a área em estudo, localizamos os registros de Guaxupé e Guaranésia – curados de Dores de Guaxupé e Santa Bárbara das Canoas, respectivamente –, que à época pertenciam à freguesia de São Carlos do Jacuí, povoação mais antiga do Sudoeste mineiro. Não encontramos dados para Muzambinho – curado de São José da Boa Vista. Naqueles anos, o pequeno povoado estava ligado à paróquia de Cabo Verde e, infelizmente, não há registros para tal localidade.

A freguesia de Jacuí abrangia uma grande área em meados do século XIX. Incluía o núcleo da paróquia, as localidades acima referidas e o curado de São Francisco do Monte Santo. Analisamos aqui os registros de terras de toda a freguesia. Ao todo, para esse território, foram confeccionados 823 registros. Como indicamos, os referidos documentos apresentam informações variadas e que permitem diferentes tipos de abordagens. Optamos, no entanto, com o intuito de facilitar a coleta de dados, por trabalhar somente com registros cujas dimensões dos terrenos foram mencionadas. Eles representam mais de um terço do total, 302 registros; em termos percentuais, 36,6%. Sobre esse conjunto de documentos, extraímos outras informações: nome do proprietário, localidade, nome da unidade agrícola e forma de aquisição. Em relação a esses itens, 50% trazem informações sobre as formas de aquisição e 47% indicam o nome das propriedades. As demais informações aparecem em todos os documentos compulsados.

Antes de analisarmos os dados, vale ressaltar, como já indicamos acima, que as extensões informadas nos registros não são precisas. Portanto, ainda que os números nos apresentem dados importantes sobre a apropriação de terras na freguesia de Jacuí, em meados do século XIX, é preciso ter em mente que se trata de dados aproximados.

---

<sup>132</sup> GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes, op. cit., 2010, p. 97.

A estrutura fundiária do Sudoeste mineiro, em meados do século XIX, era resultado de um processo de ocupação relativamente recente – entre as décadas finais do século XVIII e o início do século XIX.<sup>133</sup> Em busca de terras para o plantio de alimentos e áreas de pastagens naturais para a criação de animais, sesmeiros, compradores e posseiros, vindos sobretudo dos antigos núcleos de povoamento da comarca do Rio das Mortes, se instalaram na região. As unidades agrícolas tinham, geralmente, dimensões alargadas. As posses, em alguns casos, superando as dimensões permitidas para as sesmarias, eram de imensas glebas, cujas divisas se estendiam até o limite que a visão alcançava. Como afirmou um autor do século XIX, “sesmarias são verdadeiros latifúndios, mais extensas, porém, ainda eram as posses de terras, cujas divisas os posseiros marcavam de olhos, nas vertentes, ou onde bem lhes aprazia”.<sup>134</sup> A fazenda Ribeirão Fundo, por exemplo, localizada entre as freguesias de São Sebastião do Paraíso e Jacuí, tinha uma extensão de 43.560 hectares.<sup>135</sup> É a maior unidade agrícola que localizamos. O declarante, Antônio de Pádua da Silva Leite, natural de Lavras do Funil, informou que possuía uma parte da fazenda em sociedade com Leandro Pimenta Neves e outros sócios. O fazendeiro informou ainda, em outros registros, que possuía mais duas fazendas: uma delas, intitulada Repasso, com a extensão de 3.267 hectares; e outra, com o nome de Barra Mansa, descrita no livro de registros da freguesia de São Sebastião do Paraíso, com 5.445 hectares.<sup>136</sup>

Como essas posses primitivas eram por demais dilatadas, o domínio sobre elas era quase impossível. Por isso, novos posseiros, sedentos por terras, entravam e ocupavam uma parte. Com o passar do tempo, em razão da chegada desses novos entrantes e em decorrência de processos de vendas e partilhas de herança, as fazendas tendiam a se fragmentar. Em meados do século XIX, quando foi feito o registro de terras, apesar do processo de ocupação ser ainda recente, as maiores glebas do Sudoeste mineiro estavam ocupadas por vários proprietários, como aconteceu também em áreas adjacentes.<sup>137</sup>

---

<sup>133</sup> Os primeiros registros de colonização da região são do início do século XVIII, mas foi somente no final desse século e, sobretudo, no século XIX, no contexto de crise da exploração aurífera nas áreas centrais da capitania mineira, de movimentação de pessoas em busca de novas terras e de expansão de uma economia de abastecimento interno, que o Sudoeste mineiro conheceu um adensamento populacional mais significativo.

<sup>134</sup> RIBAS, Antônio Joaquim. *Da posse e as das ações possessórias*. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1883, p. VIII. Apud SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, p. 60, nota 7.

<sup>135</sup> APM - Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Carlos de Jacuí.

<sup>136</sup> APM – Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Sebastião do Paraíso.

<sup>137</sup> Para o Nordeste paulista, ver: BACELLAR, Carlos de A. P., op. cit., 1999, p. 96.

Embora as maiores fazendas ainda dominassem a paisagem, nota-se um processo de parcelamento das primitivas unidades.

Um dado interessante é que, entre os registros que mencionaram a forma de aquisição, a maioria traz a informação de que as propriedades foram adquiridas por compra. A constatação, na verdade, não surpreende. A historiografia tem mostrado que desde o período colonial existiu um comércio de terras no Brasil, fossem elas formalizadas por doação de sesmarias ou por simples posse – forma de aquisição que no período colonial podia gerar, conforme determinações das Ordenações Filipinas, direitos de domínio.<sup>138</sup>

Para o caso em análise, a comercialização permitiu, em um contexto de movimentação de pessoas em busca de terras, que muitas propriedades, ou partes delas, mudassem de mão. Serviu, em muitas ocasiões, para o parcelamento das grandes unidades; em outros, para aglutinar propriedades e formar grandes fazendas. Em 1856, Francisco Ribeiro do Valle declarou ao pároco de São Carlos do Jacuí que possuía, por meio de diversas compras, uma fazenda em Guaxupé de nome Barra Grande, cujas extensões eram de uma légua e meia de comprimento e uma légua de largura – 6.534 hectares.<sup>139</sup> Declarou, ainda, em outros três registros, que possuía, também por meio de compra, mais 1.413 hectares. Ao todo eram 7.947 hectares de terras.<sup>140</sup> O tenente José Dias Avelar, morador de Santa Bárbara das Canoas, também possuía, de acordo com os registros, diversas propriedades, todas adquiridas por compra de várias partes de fazendas. Somavam 5.783,8 hectares.<sup>141</sup>

Antes de apresentarmos os dados encontrados sobre os diferentes tamanhos de propriedades, é importante explicar como realizamos a classificação dessas unidades. Decidimos empregar as classificações propostas por Caio Prado Junior em um trabalho sobre a rede fundiária paulista no início do século XX<sup>142</sup> – forma de divisão das propriedades que mais tarde foi parcialmente reelaborada por Sérgio Milliet. Na proposta original, apresentada em 1935, as unidades seriam diferenciadas, em um primeiro momento, por um critério socioeconômico: nas pequenas posses, o trabalho era conduzido pela própria família, sem envolver trabalhadores externos; nas médias

---

<sup>138</sup> MATTOS, Hebe Maria, op. cit., 1998, p. 74.

<sup>139</sup> APM – Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Carlos de Jacuí.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> PRADO JR., Caio. Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo. *Boletim Geográfico* 29, 1945, pp. 692-700. Publicado originalmente em: Revista *Geografia*, ano 1, nº 1, 1935.

unidades, as atividades eram realizadas com mão de obra contratada, embora os proprietários também se envolvessem, de forma ocasional ou rotineira, com a lida da terra; nas grandes propriedades, por sua vez, as tarefas eram realizadas exclusivamente por trabalhadores contratados. Feitas essas divisões, Caio Prado procurou relacioná-las, em um segundo momento, a uma classificação quantitativa das propriedades. As pequenas unidades teriam até 25 alqueires; as médias, entre 26 e 100; e as grandes, mais de 100 alqueires. Os limites entre as categorias – especialmente para a primeira delas – são elevados; mas, dadas as características particulares do estado de São Paulo à época, marcado por grande extensão territorial e baixa densidade demográfica, não seria aconselhável, argumenta o historiador, reduzir as medidas. Por outro lado, aumentar o limite mínimo da área da grande propriedade – o que implica em também aumentar o limite máximo da média propriedade – não lhe parecia adequado, visto que 100 alqueires era um marco mínimo aceitável para a grande propriedade paulista.<sup>143</sup>

Sérgio Milliet, em texto posterior, observou que a última faixa de classificação, acima de 100 alqueires, reunia propriedades com características diferentes e, por isso, era mais adequado adicionar uma nova categoria. Fazendas com extensões territoriais entre 101 e 500 alqueires poderiam ser classificadas como grandes, enquanto aquelas superiores à medida de 500 alqueires poderiam ser definidas como latifúndios.<sup>144</sup>

A tipologia proposta pelos autores referidos apresenta problemas, como observaram Maria Lúcia Lamounier e Renato Colistete.<sup>145</sup> A pequena propriedade, tal como definida por Caio Prado, nem sempre era conduzida somente com o trabalho familiar. Não raro, proprietários desse porte empregavam jornaleiros para tarefas ocasionais ou nos períodos de safra das lavouras. Além disso, Milliet não deixa claro o que diferencia a grande propriedade do latifúndio.

No entanto, apesar desses problemas, a classificação indicada permanece útil, servindo como base para novas pesquisas, como avaliaram Lamounier e Colistete.<sup>146</sup> No nosso caso, ela nos ajudará a compreender e descrever a rede fundiária da região em estudo e, desse modo, nos servirá de base para comparações com padrões fundiários de outras áreas cafeeiras.

---

<sup>143</sup> Idem, p. 693.

<sup>144</sup> MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e Outros Ensaios*. Contribuição para o Estudo da História Econômica e Social do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1941, p. 76.

<sup>145</sup> COLISTETE, Renato P; LAMOUNIER, Maria Lucia. The end of plantation? Coffee and land inequality in early twentieth century São Paulo. *MPRA Paper* n. 31833, posted 25 Jun 2011, p. 11.

<sup>146</sup> Idem.

**Tabela 8: Propriedades de terras na freguesia de São Carlos do Jacuí, 1856**

<b>Extensões</b>	<b>Número de propriedades</b>	<b>%</b>
Pequenas propriedades (Entre 1 e 60,5 hectares)	116	40,2
Médias propriedades (Entre 61,5 e 243 hectares)	85	29,5
Grandes propriedades (Entre 244 e 1.210 hectares)	68	23,6
Latifúndios (Mais de 1.210 hectares)	18	6,2

Fonte: APM - Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Carlos do Jacuí. Para a conversão das áreas em hectares, usamos como referência o alqueire paulista, cuja medida é cinco mil braças quadradas (100 X 50 braças), 2,42 hectares ou 24.200 m<sup>2</sup>.

As pequenas unidades, como fica claro, eram a grande maioria; representavam 40,2% das unidades (Tabela 8). Num contexto em que poucos possuíam títulos de propriedade, parte importante dos donos de pequenas glebas de terras devem ter entendido que o registro feito pelo pároco seria um importante instrumento para assegurar o domínio sobre a terra ocupada. Embora esses cadastros, conforme a lei de 1850, não tivessem tal poder, em termos práticos, como mostram as pesquisas em história agrária, foi isso que de fato ocorreu; os registros passaram a ser mobilizados como documentos comprobatórios de propriedade.<sup>147</sup> Foi por esta razão, podemos presumir, que a ex-escrava Rosa de Nação procurou o padre para declarar que possuía uma parte de terras no sítio chamado David. Mathias de Nação e Simão de Nação, ex-escravos e possuidores de pequenas extensões de terras no mesmo sítio, fizeram o mesmo.<sup>148</sup>

Conforme a Tabela 8, também havia um número expressivo de médias propriedades; correspondiam a 29,5% do total. As grandes unidades, embora fossem em menor número, representavam um percentual considerável – 23,6%. Os latifúndios eram poucos, apenas 18 estabelecimentos; em termos percentuais, 6,2%. Quando consideramos a divisão do solo entre essas diversas categorias de propriedade, os números se invertem. De acordo com a Tabela 9, os donos de pequenas glebas, embora fossem a maioria entre

<sup>147</sup> MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 19.

<sup>148</sup> APM - Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Carlos de Jacuí.



os proprietários, controlavam apenas 2,4% da área total analisada. A categoria seguinte, de médios proprietários, também dominava uma área reduzida, cerca de 7,8% do território. O restante, ou seja, a maior parte das terras, pertencia aos grandes proprietários e latifundiários – que dominavam nada menos que 24,6% e 65%, respectivamente. Somando as extensões de terras das duas categorias, chegava-se ao percentual de 89,6%. A concentração é brutal.

***Tabela 9: Distribuição da propriedade da terra na freguesia de São Carlos do Jacuí, 1856 (em hectares)***

<b>Extensões</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
Pequenas propriedades (Entre 1 e 60,5 hectares)	3.340,77	2,4
Médias propriedades (Entre 61,5 e 243 hectares)	10.502,14	7,8
Grandes propriedades (Entre 244 e 1.210 hectares)	33.131,32	24,6
Latifúndios (Mais de 1.210 hectares)	87.359,58	65
<b>Área total</b>	<b>134.333,81</b>	<b>100</b>

Fonte: APM - Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Carlos do Jacuí.

Na Tabela 10, realizamos a mesma apresentação da Tabela 9, mas considerando outras faixas de tamanho de terras. Usamos, aqui, as referências que aparecem em trabalhos que se dedicam a estudar a propriedade fundiária no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.<sup>149</sup> Os limites entre as categorias, de acordo com essa classificação, são mais alargados. As pequenas posses teriam até 49 alqueires; as médias, entre 50 e 199; e as grandes, mais de 200 alqueires. Seguindo essas referências, adaptamos nossos dados e apuramos os seguintes resultados:

<sup>149</sup> FRAGOSO, João Luís, op. cit., 1983; PIRES, Anderson José, op. cit., 1993.

**Tabela 10: Distribuição da propriedade da terra na freguesia de São Carlos do Jacuí, 1856 (em hectares)**

<b>Extensões</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
Pequenas propriedades (Entre 1 e 118,5 hectares)	7.351,39	5,4
Médias propriedades (Entre 119,5 e 483 hectares)	18.833,58	14
Grandes propriedades (Mais de 484 hectares)	108.148,84	80,5
<b>Área total</b>	<b>134.333,81</b>	<b>100</b>

Fonte: APM - Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Carlos do Jacuí.

Observa-se, em razão do aumento da faixa de tamanho das terras, um crescimento nos percentuais das duas primeiras categorias de propriedades, pequenas e médias – passaram a controlar 5,4% e 14% das terras, respectivamente. A terceira categoria – proprietários com mais de 484 hectares ou 200 alqueires – agrupa menos propriedades em comparação com as duas últimas faixas de tamanho da Tabela 9 – grandes propriedades e latifúndios. Naturalmente, ela apresenta um percentual inferior, o que não altera, no entanto, a constatação principal – a posse da terra, na região, era extremamente concentrada, visto que, conforme essa última classificação adotada, mais de 80% da área era controlada por um grupo de 50 proprietários, 17,1% do total.

Recorrendo ao mesmo tipo de fonte, Anderson Pires encontrou percentuais semelhantes para Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, que à época, vale destacar, era uma região de intensa expansão da cultura cafeeira. Segundo o autor, os proprietários com mais de 200 alqueires de terras controlavam, na localidade, cerca de 74,29% da área. Os demais, com áreas inferiores a essa medida, dominavam apenas 25,71%.<sup>150</sup>

Breno Servidone Moreno, em pesquisa sobre a estrutura fundiária de Bananal, importante município cafeeiro do Vale do Paraíba paulista, constatou, a partir das mesmas fontes, que os grandes proprietários – com mais de 200 alqueires – dominavam 68,6%

<sup>150</sup> PIRES, Anderson José, op. cit., 1993.

das terras, ao passo que pequenas e médias unidades controlavam 31,3% da superfície analisada.<sup>151</sup>

Para São João del-Rei, destacado entreposto comercial da comarca do Rio das Mortes, Afonso de Alencastro constatou, tendo por base os registros paroquiais, uma intensa concentração. Apenas 17 declarantes, cujas terras ultrapassavam 400 hectares, dominavam 86,9% da área total contida nos 93 registros analisados. Restavam apenas 13,1% para os pequenos e médios proprietários.<sup>152</sup>

De acordo com Hebe Mattos, em Capivari, na província do Rio de Janeiro, área de produção de alimentos e com plantações de café, os grandes proprietários – com extensões de terras superiores a 400 hectares – detinham 75% da área total dos registros. Os donos de extensões inferiores a 400 hectares possuíam apenas 25%.<sup>153</sup>

Como se observa, a estrutura fundiária em São Carlos do Jacuí, em 1855/1856, era semelhante à de diversas áreas do Sudeste – algumas, produtoras de café, e outras, envolvidas na produção de gêneros de subsistência. Além dos aspectos particulares de cada localidade, um elemento comum, que certamente impactou na distribuição da terra, era a forma de uso do solo. Como veremos, a agricultura e a pecuária extensivas, empregadas em todas as regiões do país desde o período colonial, condicionaram a forte concentração de terras.

No decorrer das décadas seguintes, devido às partilhas de heranças, ao comércio de terrenos ou mesmo à ocupação por novos entrantes, é possível que tenha avançado o processo de parcelamento das propriedades no Sudoeste mineiro. Algumas divisões de fazendas no final do século XIX sugerem esse processo de fragmentação. Em 1882, os proprietários da fazenda Bom Jardim, em Guaxupé, requisitaram uma divisão judicial da unidade agrícola.<sup>154</sup> Ao todo eram 16 sócios, e a fazenda possuía 473 hectares. Em 1886, em Guaranésia, foi feita a divisão da fazenda Serrinha.<sup>155</sup> O imóvel possuía 321 hectares e foi dividido para 12 proprietários. Em 1888, em Guaxupé, dividiu-se a fazenda Cala Boca.<sup>156</sup> Ela possuía 217 hectares e foi repartida entre dez sócios.

Percebe-se que, na década de 1880, essas unidades já tinham um tamanho reduzido, e as divisões acabaram por reduzi-las ainda mais. Certamente muitas

---

<sup>151</sup> MORENO, Breno A. Servidone. A evolução da estrutura fundiária no médio vale do paraíba (bananal, c. 1800-1860). *7ª Conferência Internacional de História Econômica*, 2018, p. 20.

<sup>152</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op. cit., 2002, p. 116.

<sup>153</sup> MATTOS, Hebe, op. cit., 2009, p. 19.

<sup>154</sup> FMM – Divisão da fazenda Bom Jardim, 1882, 2º ofício, caixa 4.

<sup>155</sup> FMM – Divisão da fazenda Serrinha, 1886, 2º ofício, caixa 6.

<sup>156</sup> FMM – Divisão da fazenda Cala Boca, 1888, 2º ofício, caixa 8.

propriedades passaram pelo mesmo processo, e com graus ainda mais intensos de fragmentação. Contudo, quando recorremos aos inventários, para o período de 1880 a 1930, verifica-se que esse processo não foi linear. Os dados mostram, para esses anos subsequentes, a manutenção da principal característica que observamos nos registros paroquiais de meados do século XIX: uma intensa concentração da propriedade fundiária. Uma explicação possível é que transformações econômicas importantes operaram em sentido contrário à fragmentação, de forma a permitir a aglutinação de propriedades e a formação de grandes fazendas.

Em relação aos dados dos inventários, começamos pela identificação dos grupos de proprietários. Como se observa na Tabela 11, os pequenos lavradores formavam o grupo mais representativo de proprietários, sendo superiores a 50% do total. Os agricultores médios, em número de 142, alcançavam 30,6%. Em relação aos grandes agricultores e latifundiários, a participação deles no conjunto dos proprietários é pequena, 11,2% e 2,5%, respectivamente. Por esses números, fica claro que o avanço dos cafezais não inibiu a pequena e a média propriedades. Elas não foram sucumbidas mediante a intensa penetração do capital no campo e a dinamização da economia local. Aliás, esse quadro também pode ser observado no interior paulista no início do século XX. Em 1904/1905, no Nordeste do estado de São Paulo – região Mogiana –, os pequenos e médios agricultores representavam, respectivamente, 43,8% e 28,8% do total de proprietários.<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> COLISTETE, Renato P; LAMOUNIER, Maria Lucia, op. cit., 2011, p. 12.

**Tabela 11: Proprietários de terras em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880-1930**

<b>Extensões</b>	<b>Número de propriedades</b>	<b>%</b>
Pequenas propriedades (Entre 1 e 60,5 hectares)	258	55,7
Médias propriedades (Entre 61,5 e 243 hectares)	142	30,6
Grandes propriedades (Entre 244 e 1.210 hectares)	52	11,2
Latifúndios (Mais de 1.210 hectares)	12	2,5

Fonte: FMM e FMG. Inventários *post mortem*.

Os dados são relevantes, mas, para uma análise sobre a distribuição da posse da terra, o ponto central ainda não é esse. Como observou Caio Prado Junior, a principal questão é saber como o solo era repartido entre esses grupos. Em outros termos, qual a participação relativa de cada classe de proprietário na área global analisada.<sup>158</sup> Na Tabela 12, seguindo a tipologia de Prado-Milliet, apresentamos como o solo da área era apropriado pelas diferentes categorias de proprietários.

**Tabela 12: Distribuição da propriedade da terra em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 (em hectares)**

<b>Extensões</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
Pequenas propriedades (Entre 1 e 60,5 hectares)	6.632,56	8,5
Médias propriedades (Entre 61,5 e 243 hectares)	16.350,8	21
Grandes propriedades (Entre 244 e 1.210 hectares)	26.694,61	34,3

<sup>158</sup> PRADO JR., Caio, op. cit., 1945, p. 693.

Latifúndios (Mais de 1.210 hectares)	28.146	36,1
<b>Área total</b>	<b>77.823,97</b>	<b>100</b>

Fonte: FMM e FMG. Inventários *post mortem*.

Se na primeira tabela chama atenção a presença majoritária dos pequenos proprietários, aqui, no entanto, percebe-se que eles controlavam uma pequena parte das terras, apenas 8,5%. Um grande número de pequenos lavradores não significa, portanto, uma apropriação menos desigual do solo disponível. A área de posse dos proprietários médios era mais significativa, na casa dos 21%. Em relação aos maiores proprietários, salta aos olhos a expressiva participação deles no controle da área inventariada. Os grandes fazendeiros controlavam 34,3% das terras; os latifundiários – mesmo sendo um reduzido grupo de apenas 12 pessoas – possuíam 36,1% delas. Juntos eles dominavam 70,7% de todo o solo.

Na Tabela 13, apresentamos os dados organizados pelos historiadores Maria Lúcia Lamounier e Renato Colistete, a partir de um material censitário de 1904/1905, sobre a distribuição das terras na principal área cafeeira do país no início do século XX, o Nordeste paulista. Cerca de 20,1% de todo o café produzido no estado de São Paulo saía dessa região.<sup>159</sup> Como se observa, há informações para cada município, bem como para as sub-regiões (grafadas em itálico).

**Tabela 13: Porcentagem do total de terras agrícolas por classe de tamanho, Nordeste de São Paulo, 1904-5**

<b>Regiões e Municípios</b>	<b>Pequenas propriedades</b>	<b>Médias propriedades</b>	<b>Grandes propriedades</b>	<b>Latifúndios</b>	<b>Total</b>
<i>Ribeirão Preto</i>	3.0	8.0	24.0	64.6	100
Ribeirão Preto	2.5	5.7	16.1	75.8	100
Cravinhos	1.3	9.9	40.1	48.7	100
São Simão	5.7	13.9	44.5	35.9	100
Sertãozinho	3.5	5.8	14.1	76.5	100
<i>Cajuru</i>	13.2	25.1	17.2	51.1	100
Cajuru	10.7	21.1	17.2	51.1	100
Santo Antônio d'Alegria	25.7	44.5	29.8	0	100

<sup>159</sup> COLISTETE, Renato P; LAMOUNIER, Maria Lúcia, op. cit., 2011, p. 8.

<i>Batatais</i>	1.5	7.5	36.6	54.4	100
Batatais	3.6	7.4	35.3	53.8	100
Nuporanga	0.2	7.1	39.4	53.4	100
Jardinópolis	5.9	10.5	20.6	63.0	100
<i>Franca</i>	2.1	17.5	38.9	41.6	100
Franca	1.2	19.7	44.4	34.7	100
Ituverava	1.5	19.2	30.7	48.6	100
Patrocínio do Sapucaí	1.6	9.6	50.3	38.6	100
Santa Rita do Paraíso	4.3	16.3	34.2	45.3	100
<b>Total</b>	<b>2.8</b>	<b>11.4</b>	<b>33.1</b>	<b>52.8</b>	<b>100</b>

Fonte: COLISTETE, Renato P; LAMOUNIER, Maria Lucia. The end of plantation? Coffee and land inequality in early twentieth century São Paulo. *MPRA* Paper n. 31833, posted 25 Jun 2011, p. 13.

Na organização dos dados, os autores também se valeram da tipologia elaborada por Caio Prado Junior e Sérgio Milliet. Em relação à área como um todo, os números mostram que as grandes fazendas e os latifúndios concentravam, respectivamente, entre 33,1% e 52,8% das terras; as pequenas e médias unidades ocupavam apenas 2,8% e 11,4% do território. Os municípios de Ribeirão Preto e Sertãozinho exibiam os maiores índices de concentração: os latifúndios detinham nesses locais, respectivamente, 75,8% e 76,5% das áreas. Em outros espaços, nota-se um maior equilíbrio entre percentuais relativos aos latifúndios e aqueles referentes às grandes unidades, como é caso da região de Franca e do município de Cravinhos. Em algumas localidades, como São Simão, Franca, Patrocínio do Sapucaí e Santo Antônio d'Alegria, as grandes fazendas superavam os latifúndios.

As pequenas unidades tinham uma presença mais significativa na sub-região de Cajuru, com destaque para o município de Santo Antônio d'Alegria, onde as pequenas posses ocupavam 25,7% das terras. Nas demais localidades – para todas as sub-regiões – os percentuais relativos às pequenas posses eram bem inferiores, abaixo de 4%, com exceção de Jardinópolis (5,9%), São Simão (5,7%) e Santa Rita do Paraíso (4,3%). Em relação às propriedades médias, destacam-se as localidades de Santo Antônio d'Alegria (44,5), Cajuru (21,1%), Franca (19,7%), Ituverava (19,2%) e Santa Rita do Paraíso (16,3%). Em áreas de maior concentração, como Ribeirão Preto e Sertãozinho, as unidades médias ocupavam os menores espaços, 5,7% e 5,8% da área, respectivamente.

Ainda que a fonte documental por nós analisada seja diferente da utilizada por Lamounier e Colistete – valemo-nos de inventários, e eles de um material censitário –, a comparação dos dados nos ajuda a refletir sobre o grau de concentração de terras no

espaço em estudo. Sobre os dados totais, verifica-se que os percentuais, relativos às grandes fazendas, eram ligeiramente superiores no Sudoeste mineiro. Também eram superiores, nessa área, os números referentes às pequenas e médias unidades. Em relação aos latifúndios, a relação se inverte: os percentuais referentes a essa categoria de propriedade eram bem mais elevados no Nordeste paulista. Consta-se, portanto, que no Nordeste de São Paulo a concentração de terras era mais acentuada do que em Minas.

É preciso considerar, no entanto, que o Nordeste paulista apresentava, no período recortado, uma variedade de estruturadas fundiárias – embora se constate, para todas as localidades, a centralidade da “grande unidade agrícola”. Se, por um lado, Ribeirão Preto e Sertãozinho apresentavam índices extremamente elevados de concentração fundiária, por outro, várias localidades, como vimos, tinham percentuais menos acentuados, como nos casos dos municípios de Franca, Ituverava, Santa Rita do Paraíso, Santo Antônio d’Alegria e São Simão; percentuais esses que eram similares aos apurados para o Sudoeste mineiro.

Na Tabela 14, seguindo o roteiro de análise de Lamounier e Colistete,<sup>160</sup> apresentamos alguns dados adicionais: verificamos, a partir da área global analisada, a extensão que era controlada pelos 50% menores proprietários – ou seja, em uma organização crescente das informações, a metade inferior dos donos de terras –, bem como as partes ocupadas pelos 5% e 20 % maiores proprietários.

**Tabela 14: Concentração de terras em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 (em hectare)**

Proprietários	Área	%
5% maiores proprietários	38.430,79	49,3
20% maiores proprietários	57.505,04	73,8
50% menores proprietários	5.193,74	6,6

Fonte: FMM e FMG - Inventários *post mortem*.

As estimativas reforçam, mais uma vez, o domínio da grande fazenda na rede fundiária local. O universo dos 5% fazendeiros controlava quase a metade das terras, ao

<sup>160</sup> Idem, p. 15.



passo que a metade inferior dos proprietários detinha apenas 6,6%. Os 20% maiores, por sua vez, dominavam quase três quartos do território.

Os dados gerais sobre o Nordeste paulista apontam que os 5% e 20% maiores donos de terras dominavam, respectivamente, 52% e 79,5% do solo, e os 50% menores, 4,1% (Tabela 15). Como se observa, o grau de concentração aferido por esses percentuais era ligeiramente superior em São Paulo. Conforme a Tabela 14, entretanto, em sete municípios paulistas – Cravinhos, São Simão, Santo Antônio d’Alegria, Nuporanga, Franca, Ituverava e Patrocínio do Sapucaí – as estimativas apuradas eram inferiores às encontradas em Minas.

Em síntese, diante desse conjunto de dados, podemos afirmar que a estrutura fundiária da área em estudo não se distanciava dos padrões de distribuição de terras do planalto paulista; pelo contrário, tinha muitas semelhanças. Embora os dados mostrem, em relação ao grau de concentração, variações importantes entre as localidades, observa-se nitidamente, tanto em São Paulo como em Minas, um quadro de marcante desigualdade na distribuição do solo.

**Tabela 15: Concentração de terras no Nordeste Paulista**

<b>Regiões e Municípios</b>	<b>Participação dos 5% maiores proprietários</b>	<b>Participação dos 20% maiores proprietários</b>	<b>Participação dos 50% menores proprietários</b>
<i>Ribeirão Preto</i>	66.3	86.4	3.0
Ribeirão Preto	65.3	87.9	2.1
Cravinhos	45.1	70.7	7.9
São Simão	42.6	73.3	5.4
Sertãozinho	80.5	88.8	1.8
<i>Cajuru</i>	57.5	79.2	5.7
Cajuru	62.5	82.2	4.9
Santo Antônio d’Alegria	29.8	62.2	9.8
<i>Batatais</i>	50.9	75.1	5.8
Batatais	47.4	81.3	3.0
Nuporanga	46.5	65.2	14.5
Jardinópolis	75.1	90.7	3.3
<i>Franca</i>	41.6	70.5	10.1
Franca	36.4	61.6	15.2
Ituverava	43.3	66.1	10.4

Patrocínio do Sapucaí	28.9	62.8	11.2
Santa Rita do Paraíso	51.6	79.4	4.3
<b>Total</b>	<b>52.7</b>	<b>79.5</b>	<b>4.1</b>

Fonte: COLISTETE, Renato P; LAMOUNIER, Maria Lúcia. The end of plantation? Coffee and land inequality in early twentieth century São Paulo. *MPRA* Paper n. 31833, posted 25 Jun 2011, p. 15.

Para ampliar a comparação, vale citar os dados disponíveis para a Zona da Mata mineira.<sup>161</sup> De acordo com Bruno Novelino Vittoretto – em estudo, a partir de 1.586 inventários, sobre a economia cafeeira na microbacia hidrográfica dos rios Paraibuna e Peixe (antigo município de Juiz de Fora)<sup>162</sup> no recorte temporal de 1870 a 1940 –, a estrutura fundiária local apresentava-se, entre os anos de 1870 e 1929, da seguinte maneira: os pequenos proprietários, cujas dimensões das unidades agrícolas variavam entre um e 49 alqueires, controlavam 14% das terras; os médios, com terrenos entre 50 e 199 alqueires, dominavam 39%; e os grandes proprietários, que possuíam mais de 200 alqueires, controlavam 46,8% das terras inventariadas.<sup>163</sup>

Após uma adaptação dos nossos dados, apuramos os seguintes resultados:

<sup>161</sup> De acordo com alguns pesquisadores, na Zona da Mata, ao contrário do que aconteceu nas duas principais zonas produtivas do país – Rio de Janeiro e São Paulo –, predominava a pequena e média propriedade, o que dificultava a manutenção da produtividade média das unidades agrícolas e a expansão dos plantios. Essa característica também impedia, pela pulverização dos lucros, a concentração de capital, impondo obstáculos à dinamização da própria cafeicultura e à diversificação das atividades econômicas. Desse modo, a estrutura fundiária da área colocava entraves à ampliação da estrutura produtiva e à acumulação capitalista. Estudos recentes, no entanto, têm questionado tal visão. Anderson Pires, por exemplo, amparado em um conjunto diversificado de fontes, mostrou, para o período entre 1870 e 1920, que a estrutura fundiária de Juiz de Fora – principal município cafeeiro da região – era bastante concentrada. As grandes propriedades – com mais de 200 alqueires – controlavam a maior parte das terras, tal como em outras áreas de economia agroexportadora. Questiona-se, assim, o argumento de que, naquela área, a estrutura fundiária teria impedido, pela pulverização do excedente, o processo de concentração de capitais. Ver: PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação (Mestrado) – ICH/UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1993.

<sup>162</sup> Conforme o autor, essa área hoje abarca oito municípios: Juiz de Fora, Belmiro Braga, Chácara, Coronel Pacheco, Ewbank da Câmara, Matias Barbosa, Santana do Deserto e Simão Pereira. VITTORETTO, Bruno Novelino. *Fronteiras do café na Zona da Mata mineira (1870-1940)*. Tese (Doutorado) – ICH/UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016, p. 42.

<sup>163</sup> O autor emprega oito faixas de tamanho de terras para apresentar os dados. Para facilitar a exposição, somamos os dados e reduzimos esse número para três. VITTORETTO, Bruno Novelino, op. cit., 2016, p. 122, tabela 22.

**Tabela 16: Distribuição da propriedade fundiária em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 (em hectare)**

<b>Extensões</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
Pequenas propriedades (Entre 1 e 118,5 hectares)	14.024,92	18,02
Médias propriedades (Entre 119,5 e 483)	19.00,51	24,4%
Grandes propriedades (Mais de 484 hectares)	44.678,14	57,4
<b>Área total</b>	<b>77.823,97</b>	<b>100</b>

Fonte: FMM e FMG. Inventários *post mortem*.

Com a mudança da classificação, observa-se uma elevação da área ocupada pelas pequenas unidades, o que também se constata em relação às médias propriedades. A comparação entre as áreas revela que os menores estabelecimentos eram mais representativos no Sudoeste mineiro, enquanto os médios dominavam uma área proporcionalmente maior na Zona da Mata. O que chama mais atenção, no entanto, é que no Sudoeste mineiro o grau de concentração da propriedade da terra era superior ao que foi constatado para a Mata. Nesta, as grandes unidades dominavam 46,8% das terras; nos municípios estudados, as maiores fazendas controlavam mais da metade de todo o solo, 57,4%.

Para Franca, no Nordeste paulista, Lélío Luiz de Oliveira, valendo-se de inventários e escrituras de compra e venda de terras, investigou a estrutura fundiária entre os anos de 1890 a 1920.<sup>164</sup> Os resultados apurados pelo autor foram os seguintes: as pequenas propriedades, com menos de 41 hectares, controlavam 10,1% das terras; as unidades entre 41 e 100 hectares concentravam 8,7%; as propriedades cujas extensões das terras eram de 101 a 200 hectares retinham 8,6%; as fazendas com terrenos entre 201 e 400 hectares dominavam 9%; as propriedades cujas dimensões estavam entre 401 e 1.000 hectares concentravam 34%; e, por fim, as maiores fazendas, com terras com mais de 1.000 hectares, respondiam por 29,3% de toda a área analisada.

Adaptamos, mais uma vez, os dados e encontramos os seguintes números:

<sup>164</sup> OLIVEIRA, Lélío L., op. cit., 2016, pp. 98-123.

**Tabela 17: Distribuição da terra em Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 (em hectare)**

<b>Faixas de terras</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
Menos de 41	4.268,62	5,4
Entre 41 e 100	7.788,56	10
Entre 101 e 200	9199,26	11,8
Entre 201 e 400	8.351,35	10,7
Entre 401 e 1000	15.644,58	20,1
Mais de 1.000	32.571,6	41,8
<b>Área total</b>	<b>77.823,97</b>	<b>100</b>

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

Como se observa, a área ocupada pelas menores propriedades, com menos de 41 hectares, era mais representativa em Franca do que em Minas. Quanto às três faixas seguintes, os percentuais apurados nas duas áreas eram semelhantes. Em relação à quinta faixa, propriedades com extensões entre 401 e 1000 hectares, os percentuais eram superiores em Franca. No que toca às maiores unidades, com mais de 1.000 hectares, os percentuais encontrados em Minas eram mais elevados. Os dados mostram que, enquanto em Franca as menores posses e as fazendas de tamanho médio eram mais representativas, no Sudoeste mineiro as grandes fazendas dominavam um percentual maior das terras. A concentração de terras era, portanto, mais acentuada na região em estudo. Vale citar que, em Franca, a maior propriedade encontrada na documentação possuía uma extensão de 1.573 hectares;<sup>165</sup> em Minas, a maior unidade tinha mais que o dobro desse tamanho, 3.947 hectares.<sup>166</sup> Além disso, na localidade paulista o autor encontrou oito propriedades cujas extensões eram superiores a 1.000 hectares;<sup>167</sup> no Sudoeste mineiro elas somavam 16.<sup>168</sup>

A formação de grandes estabelecimentos agrícolas é fruto do processo de incorporação da região à economia agroexportadora. Com a expansão das lavouras de café, os produtores com maiores recursos ampliaram suas propriedades e formaram

<sup>165</sup> Idem, p. 98.

<sup>166</sup> FMM – Inventário *post mortem* de José Antônio da Silva Mathias, 1902, 1º ofício, caixa 43.

<sup>167</sup> OLIVEIRA, Lélío. L., op. cit., 2016, p. 107.

<sup>168</sup> FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

importantes unidades de produção (ver Capítulo 4). Das 16 propriedades indicadas acima, 15 pertenciam a cafeicultores. No entanto, além disso, devemos lembrar que a forma de uso do solo na agricultura brasileira exigia – e não só em áreas que se orientavam para o mercado internacional – abundância de terras.

Desde muito cedo, como notavam os viajantes, praticava-se no Brasil uma agricultura altamente predatória, que consistia em deitar as florestas ao chão, fazer um aceiro, atear fogo, realizar o plantio em meio às cinzas, retirar as ervas daninhas e as brotas da antiga vegetação e, depois, esperar pela colheita. Após alguns anos de plantação, a área ficava em descanso, formando as capoeiras finas, que eram reutilizadas passados cinco a sete anos. Nesse intervalo de tempo, o agricultor partia para a derrubada de novas matas, em busca da fertilidade dos solos frescos.<sup>169</sup>

O historiador Warren Dean descreve como os agricultores em Rio Claro, na província de São Paulo, realizavam as plantações:

Os agricultores perto do final do inverno, que era a estação mais seca, cortavam a machado e foice as lianas e o sub-bosque, e os deixavam secar por algumas semanas. No dia em que o vento era propício, punham fogo à mata, que ardia intensamente; a fumaça era visível a quilômetros de distância. A clareira resultante, com a extensão de dois a três hectares, não consistia num campo limpo, pois nela restavam os restos de troncos enegrecidos e de raízes desenterradas – mas era fertilíssima. O lavrador fazia alguns furos no solo com um pedaço de pau, punha algumas sementes em cada cova e aplicava muito pouco trato cultural daí em diante, exceto uma ou duas capinas e o espaçamento das mudinhas. Por uns cinco ou seis anos repetia-se a queimada antes da plantação, até que o lugar era abandonado e o mato tornava a crescer.<sup>170</sup>

Essa forma de uso do solo na agricultura de alimentos também era empregada nas lavouras cuja produção destinava-se ao mercado externo. No caso do café, as plantações eram formadas em terras virgens ou em terrenos que tinham passado por um longo período de pousio, mais de 30 anos, tempo suficiente para formar as capoeiras grossas ou capoeirões.<sup>171</sup>

Segundo João Fragoso, essas práticas devem ser entendidas como parte integrante de um sistema próprio de organização da agricultura (tanto a de subsistência como a de

---

<sup>169</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

<sup>170</sup> DEAN, Warren, op. cit., 1977, p. 24.

<sup>171</sup> FRAGOSO, João Luís, op. cit., 1983, pp. 12-25. Ver também: LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981

exportação). Na base desse sistema estava uma baixa relação homem-terra, o que permitia um processo constante de incorporação de novas áreas de plantio. A contínua derrubada de matas, no interior das propriedades, substituía o trabalho de recuperação dos solos já utilizados – prática comum, por exemplo, nos países europeus –, conformando um modelo de agricultura de plantio extensivo, de reduzida inversão de trabalho por alqueire.<sup>172</sup>

Daí então o emprego, tanto na agricultura de alimentos quanto nas plantações de café, das mesmas ferramentas de trabalho: enxadas, foices, machados e cavadeiras. Os métodos de cultivo empregados e os instrumentos correspondentes possibilitavam a execução das atividades mediante um pequeno dispêndio de trabalho. Seguindo a lógica do sistema agrário, procurava-se poupar trabalho por alqueire e ampliar as áreas de plantações. A expansão ocorre por meio da incorporação de mais terras e força de trabalho, e não pelo aprimoramento técnico.<sup>173</sup>

Assim, dadas as características desse sistema agrário, a incorporação de largas extensões de terras pelos agentes econômicos era indispensável para a reprodução simples e ampliada das fazendas. Isto é, a manutenção, ao longo do tempo, dos níveis de produção, bem como a sua ampliação. Do contrário, como é o caso do pequeno proprietário, em pouco tempo se esgotavam as matas e a produção definhava.<sup>174</sup>

Na região em estudo, no que toca ao uso do solo, introduziu-se uma mudança importante na cafeicultura. Como veremos no Capítulo 3, nas grandes fazendas, como medida para aumentar a fertilidade dos solos, aplicava-se nas lavouras adubo orgânico de origem animal. O material era aplicado nas covas para plantio e também entre as fileiras dos cafezais maduros. Trata-se de uma alteração em relação aos métodos de uso do solo adotados na cafeicultura do Vale do Paraíba no século XIX. No entanto, como a economia cafeeira local no período aqui em estudo ainda era altamente dependente da incorporação das matas para se reproduzir ao longo dos anos, não se pode dizer que ocorreu uma mudança drástica no sistema agrário. Isso ocorrerá somente na segunda metade do século XX com a introdução de adubos químicos, de novas técnicas de cultivo e do emprego generalizado de maquinários.

Uma análise importante seria verificar, a partir da quantidade de matas identificadas nos inventários, a capacidade de reprodução da lavoura cafeeira ao longo do

---

<sup>172</sup> FRAGOSO, João Luís, op. cit., 1983, p. 25.

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> FRAGOSO, João Luís, op. cit., 1983, pp. 12-25; MATTOS, Hebe, 2009, pp. 39-49.

tempo. Infelizmente, para o nosso caso, são poucos os documentos que apresentam essas informações. Vale citar, no entanto, alguns exemplos. Maria Theobaldina d' Anunciação possuía, em 1904, várias propriedades agrícolas. Juntas elas somavam 2.449 hectares de terras.<sup>175</sup> De acordo com o inventário da proprietária, 35,1% da área total eram constituídos de terras de culturas, 11,4% de pasto, 41,3% de capoeiras grossas, 8,5% de capoeiras finas e apenas 2,8% de matas virgens. Verifica-se que, para os herdeiros da fazendeira, embora a quantidade de matas virgens fosse bem pequena – apenas 70,1 hectares –, o “estoque” de capoeiras grossas ou capoeirões era expressivo e permitia a expansão dos plantios nos anos seguintes; isto é, a reprodução ampliada da fazenda.

No caso da propriedade de José Antônio da Silva Mathias, a situação era ainda mais confortável.<sup>176</sup> Em 1902, o seu imenso latifúndio de 3.947 hectares era constituído de 66,5% de área de matas e capoeiras grossas (no inventário, elas foram apresentadas juntas), 10,5% de capoeiras finas, 12,3% de pastos e 7,6% de cerrado, e 2,3% de terras de cultura.

Para um pequeno ou médio proprietário, se a área ocupada com cafezais fosse reduzida e houvesse alguma reserva com matas, era possível, por um certo período, manter a produção. Esse é o caso da unidade agrícola que pertencia a Joaquim Antônio da Silva. Eram 80,7 hectares de extensão, com apenas dois hectares com cafeeiros. As áreas de matas e capoeiras representavam 35,7% das terras.<sup>177</sup>

A situação dessas unidades não pode ser generalizada, obviamente, para os demais estabelecimentos agrícolas da região. As condições para a reprodução da lavoura cafeeira variavam conforme a intensidade das plantações e os “estoques” de mata de cada unidade. Contudo, os exemplos citados nos ajudam a compreender o funcionamento das unidades de produção.

Pelos dados apresentados, podemos afirmar que, ao contrário do que foi observado pela historiografia, a estrutura fundiária da região não era dominada pela pequena e média propriedade.<sup>178</sup> Como vimos, em meados do século XIX, na área em estudo, havia uma intensa concentração fundiária. Embora se observe a presença majoritária das pequenas e médias unidades, a maior parte das terras era dominada por poucos proprietários. Em

---

<sup>175</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Maria Theobaldina da Anunciação, 1904, solto.

<sup>176</sup> FMM – Inventário *post mortem* de José Antônio da Silva Mathias, 1902, 1º ofício, caixa 43.

<sup>177</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Joaquim Antônio da Silva, 1898, 2º ofício, caixa 13-14.

<sup>178</sup> CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*. 15(2): 291-306, maio/agosto, 1985, p. 296; OLIVEIRA, Lélío Luiz; MARCONDES, Renato Leite de. Outro modo de financiar o café: Hipotecas no Sudoeste de Minas Gerais (1890-1914). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 34, n. 64, p. 227-260, jan/abr 2018, pp. 253-254.

relação ao período subsequente – de 1880 a 1930 –, anos de expansão da cafeicultura na região, observa-se o mesmo padrão de distribuição do solo. Ainda que se identifique uma grande presença de pequenas e médias unidades, as maiores fazendas concentravam parte expressiva da área analisada. A comparação dos dados encontrados com os disponíveis para outras regiões revela que a distribuição de terras no Sudoeste mineiro era semelhante ao que foi verificado para vários municípios cafeeiros dos estados de São Paulo e Minas. Em alguns casos, a concentração apurada na região em estudo era até superior à encontrada em outras áreas produtoras. Como argumentamos, a incorporação da área ao mercado mundial do café dinamizou a economia local e permitiu, por conseguinte, a manutenção dos latifúndios e a formação de novas fazendas com dimensões dilatadas (ver também Capítulo 4).

Nas páginas seguintes, seguimos na análise sobre os estabelecimentos agrícolas. A partir dos inventários, buscamos examinar os demais elementos que, em conjunto com a terra, davam forma às unidades de produção cafeeira.

## **2.2 Beneficórias e atividades produtivas**

Durante a maior parte do século XIX, as fazendas da região eram organizadas de modo semelhante: as casas de morada, sedes das unidades, eram construídas na meia encosta – nem no topo do terreno, nem na vargem – e próximas de cursos de água. Estes serviam para suprir as necessidades cotidianas da casa e dos animais, bem como para fornecer força hidráulica para os engenhos, moinhos e monjolos.<sup>179</sup> Bem próximo à casa de morada, ficava um conjunto de beneficórias ligadas ao beneficiamento e armazenamento da produção de artigos de subsistência, e mais as instalações acessórias às propriedades. Esse complexo de edificações formava o núcleo central das fazendas. As pequenas e médias propriedades, sítios e chácaras, não tinham, obviamente, a mesma estrutura. As casas eram menores e havia poucas beneficórias.

Nas décadas finais do século XIX, com a expansão do cultivo do café, as propriedades – de forma especial, as grandes – sofreram modificações. Na medida em que os trilhos se aproximavam de Minas, a região passou a atrair trabalhadores especializados – carpinteiros, pedreiros, marceneiros, mestres de obras –, muitos deles

---

<sup>179</sup> CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas Gerais*. Arquitetura Rural nos Séculos XVIII e XIX. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2008, p.53.



estrangeiros, que passaram a trabalhar nas fazendas, prestando serviços para os grandes cafeicultores, e nos pequenos núcleos urbanos.<sup>180</sup> Imponentes casarões foram construídos nas propriedades rurais das famílias abastadas, bem como nas cidades.

***Figura 7: Sede da fazenda Jacuba (atual Morro Alto – Guaxupé)***



Fonte: <https://www.montealtocoffees.com/internas/fotos.php> (acesso em setembro de 2022)

---

<sup>180</sup> CYRINO FILHO, Moacyr A. de Almeida. *Edifícios tombados na cidade de Guaxupé - MG*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2008, p.88.

*Figura 8: Fazenda Correnteza – Guaranésia*



Fonte: OLIVEIRA, José Geraldo R.; GRINBERG, Lúcia. A saga dos cafeicultores do Sul de Minas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p. 35.

*Figura 9: Fazenda da Barra – Guaxupé*



Fonte: <https://historiafamiabuscape.wordpress.com/2018/04/20/guaxupe-mg-fazenda-da-barra-cafe/> (acessado em setembro de 2022)

Os estabelecimentos rurais, organizados para produzir gêneros de subsistência e criar animais, receberam novas benfeitorias: terreiros para secagem do café, tulhas para a armazenagem, máquinas de beneficiamento e casas para os trabalhadores. Na Tabela 18,

apresentamos a quantidade dessas benfeitorias que foram mencionadas nos inventários. Infelizmente, em muitos casos, os avaliadores realizaram descrições genéricas e não indicaram as instalações e equipamentos individualmente. Ainda assim, como se vê, a quantidade encontrada é expressiva.

**Tabela 18: Benfeitorias das fazendas**

<b>Benfeitorias</b>	<b>1880-1889</b>	<b>1890-1899</b>	<b>1900-1909</b>	<b>1910-1919</b>	<b>1920-1929</b>	<b>Total</b>
Terreiros	2	13	20	12	13	60
Tulhas	2	12	23	22	37	96
Máquinas de beneficiamento	6	22	26	9	17	80
Casas para trabalhadores*	-	112	438	263	476	1.417

Fonte: FMM, FMG - Inventários *post mortem*.

\* A categoria inclui as casas de colonos, as casas de empregados e as casas de “moradores”.

Os terreiros, as tulhas e as casas das máquinas (edificações onde eram instaladas as máquinas de beneficiamento) ficavam, geralmente, tais como as instalações ligadas ao beneficiamento e armazenamento dos gêneros de subsistência, em lugares próximos à casa de morada. A estrutura dessas construções variava a depender do volume da produção da unidade cafeeira. Em algumas propriedades, os terreiros eram extensos, contavam com canais, tanques, eficientes sistemas de drenagens, e as tulhas podiam abrigar muitas sacas de grãos.

Em relação às máquinas, os estudos mostram que elas trouxeram inovações importantes ao processo de beneficiamento da produção. No entanto, de acordo com a pesquisa da historiadora Emília Viotti da Costa, a introdução de maquinários nas fazendas cafeeiras ocorreu lentamente.<sup>181</sup> Embora desde meados do século XIX várias autoridades destacassem as muitas vantagens decorrentes do uso de tais equipamentos, na década de 1870 elas eram encontradas em poucas propriedades. No decênio seguinte, o quadro se altera sobretudo no Oeste paulista. Com a expansão dos cultivos e a crise da escravidão, os fazendeiros despenderam grandes somas em maquinarias com o intuito de poupar mão de obra. “Despolpadores, ventiladores, classificadores movidos a vapor, multiplicaram-

<sup>181</sup> COSTA, Emília Viotti, op. cit., 1998, pp. 223-232.

se nas fazendas”<sup>182</sup> paulistas. As máquinas possibilitavam uma grande economia de trabalho, as safras poderiam ser mais bem aproveitadas, e o produto final era mais valorizado no mercado internacional. Segundo Taunay, os ganhos nos preços do café beneficiado poderiam chegar a 33%.<sup>183</sup> Aumentava-se, portanto, a rentabilidade da lavoura. Como a aquisição desses equipamentos exigia, entretanto, a mobilização de grandes somas de recursos, somente os grandes fazendeiros tinham condições de introduzi-los em suas propriedades. Os pequenos produtores pagavam pelo serviço nas fazendas vizinhas ou nas empresas de beneficiamento nas cidades.

Na região em estudo, como mostra a Tabela 18, encontramos nos inventários 80 maquinários. A quantidade é significativa e oferece uma amostra dos pesados investimentos feitos nas fazendas locais no período analisado. Eles estavam localizados nas grandes unidades produtoras. Somente nas propriedades dos irmãos Costa Monteiro havia 12 deles. Ao todo, 59 fazendeiros possuíam esse tipo de equipamento agrícola. Em relação ao município de Franca, no Oeste paulista, Lélío Luiz de Oliveira encontrou, para os anos de 1890 a 1920, uma quantidade bem menor de implementos de beneficiamento: apenas 18.<sup>184</sup>

Para analisar a organização das unidades cafeeiras, contamos também com dois mapas de fazendas. No primeiro deles (Mapa 5), podemos visualizar uma unidade cafeeira de médio porte.<sup>185</sup> A extensão da área era de 314,6 hectares, e os cafezais somavam 54 mil pés. A propriedade contava com um terreiro, uma tulha, uma máquina de beneficiamento, duas casas para empregados e 13 casas de colonos.

---

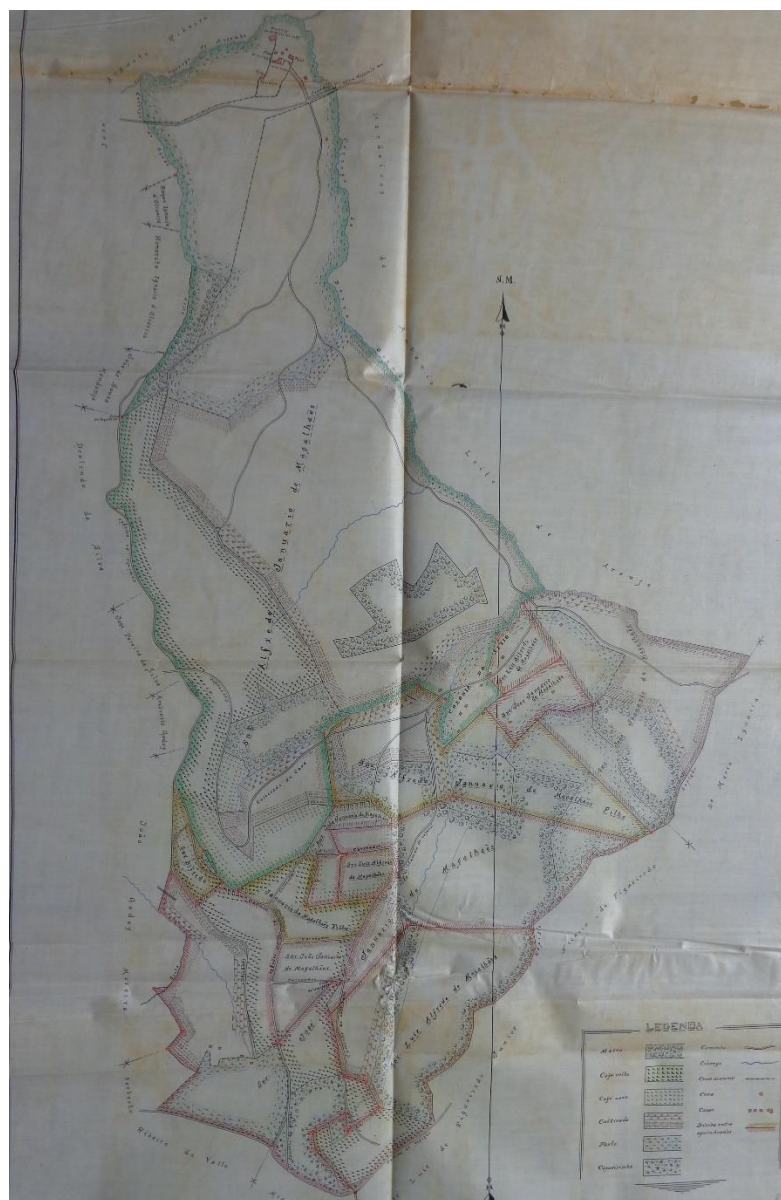
<sup>182</sup> Idem, p. 231.

<sup>183</sup> TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943, v. 7, p. 238. Apud CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007, p. 41.

<sup>184</sup> OLIVEIRA, Lélío Luiz, op. cit., 2016, p.70.

<sup>185</sup> FMM - Inventários *post mortem* de Alfredo Januário de Magalhães, 1919, 2º ofício, caixa 42.

**Mapa 5: Fazenda São João (Muzambinho, 1919)**

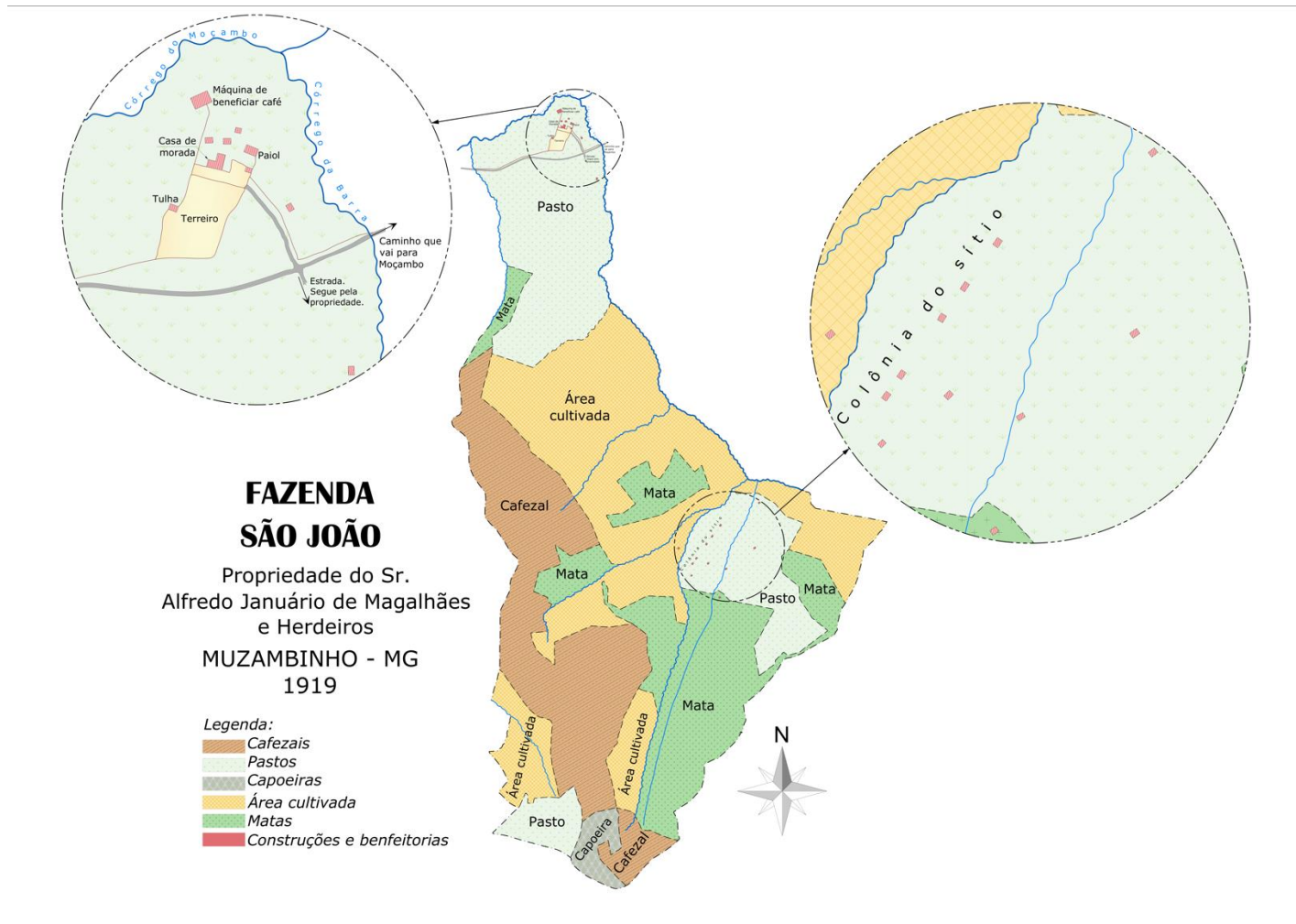


Fonte: FMM - Inventários *post mortem* de Alfredo Januário de Magalhães, 1919, 2ºofício, caixa 42.

De modo a facilitar a visualização, reconstruímos o mapa utilizando o *software* AutoCAD.<sup>186</sup> Com tal procedimento, conseguimos obter uma melhor visão de conjunto da propriedade e foi possível identificar de forma clara as divisões das terras da fazenda, os recursos hídricos, as estradas e as benfeitorias. Em relação aos traçados que marcavam as glebas dos herdeiros, como não se tratava de uma informação relevante no momento, eles não foram incluídos na nova versão do material.

<sup>186</sup> O trabalho de reconstrução foi realizado pelo engenheiro civil Mateus Pedro da Silva, sócio proprietário da empresa Avanti Engenharia, localizada na cidade de Cambuí, estado de Minas Gerais. Agradeço imensamente ao Mateus pela disponibilidade em ajudar com o material.

**Mapa 6: Reconstrução do mapa da Fazenda São João (Muzambinho, 1919)**



Fonte: FMM - Inventários *post mortem* de Alfredo Januário de Magalhães, 1919, 2º ofício, caixa 42.

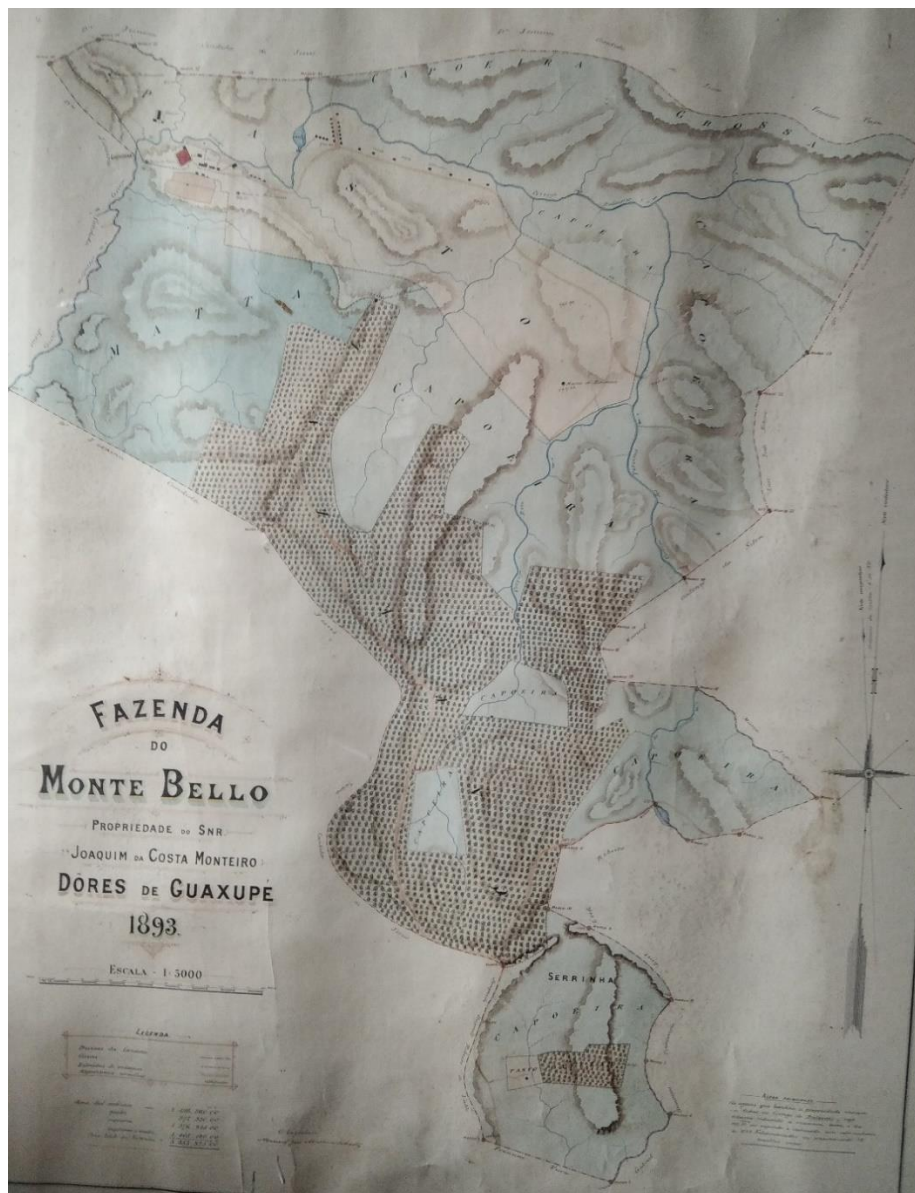
De forma destacada, no primeiro círculo, observa-se a sede da fazenda. Além da casa de morada, indica-se o paiol, o terreiro, a tulha e a casa de máquina. Esse conjunto de edificações, o núcleo central da fazenda, localizava-se nas proximidades do cruzamento de dois córregos importantes que cortavam o município de Muzambinho, Moçambo e Barra. Como mencionamos, os cursos de água eram essenciais para o funcionamento das unidades produtivas. Além de abastecer as casas e servir para os animais, eles forneciam força hidráulica para moinhos, monjolos e serrarias e eram utilizadas no processo de beneficiamento do café. Outro elemento importante indicado nesse recorte do mapa é que a sede do estabelecimento ficava próxima de uma estrada carroçável que cortava a propriedade e seguia para o bairro rural mais próximo, um pequeno arraial que levava o mesmo nome do primeiro córrego mencionado, Moçambo – arraial esse que contava, desde 1913, com uma estação ferroviária da Mogyana (ver Capítulo 1, Mapa 4). Prosseguindo pelo caminho, chegava-se a Guaxupé, cidade que possuía uma estação ferroviária desde 1904. Pelas informações, fica claro que o núcleo central da unidade foi construído em um lugar estratégico – espaço com fácil acesso a recursos hídricos em abundância e nas proximidades de uma via de comunicação que permitia o escoamento da produção.

Na segunda área em destaque, verifica-se a colônia de trabalhadores. De modo a facilitar a movimentação dos trabalhadores pela lavoura, ela ficava a meio caminho entre as duas extremidades do cafezal. A proximidade com a área de mata também poderia facilitar o trato de novas plantações. Em relação às terras, infelizmente os avaliadores não informaram as extensões de cada parte discriminada no mapa. Indicaram somente a extensão total da propriedade – 314,6 hectares. De todo modo, é possível observar que, no ano em que foi realizado o inventário, 1919, a maior parte da propriedade já havia sido dominada por plantações e áreas de pastagens. As matas ocupavam um espaço menor em relação às áreas já devastadas. Ainda assim, com a vegetação nativa remanescente, a expansão das plantações não estava impossibilitada. Nas áreas em tom mais escuro, em marrom, observam-se os cafezais; nas partes em tom mais claro, em laranja, verificam-se as plantações de cereais e cana de açúcar; nas áreas em azul claro, os terrenos cobertos de pastagens; e na pequena parte em cinza, no final da propriedade, uma área de capoeira.

Um segundo material cartográfico refere-se a uma das mais importantes unidades cafeeiras da região, a fazenda Santa Maria, que pertencia a Joaquim Costa Monteiro. Ainda nos dias atuais, na sede da propriedade, em Guaxupé, o mapa, exposto em uma das

paredes da casa de morada, mostra a extensão da propriedade em 1893.<sup>187</sup> A unidade agrícola começou a ser formada na década de 1860 e, em 1893, o fazendeiro concluiu a compra de partes de terras da antiga fazenda do Bálamo que deram origem ao novo estabelecimento. De início, a propriedade foi nomeada fazenda Monte Belo, mas logo recebeu o nome de Santa Maria.

**Mapa 7: Fazenda Monte Belo (Santa Maria), Guaxupé, 1893**

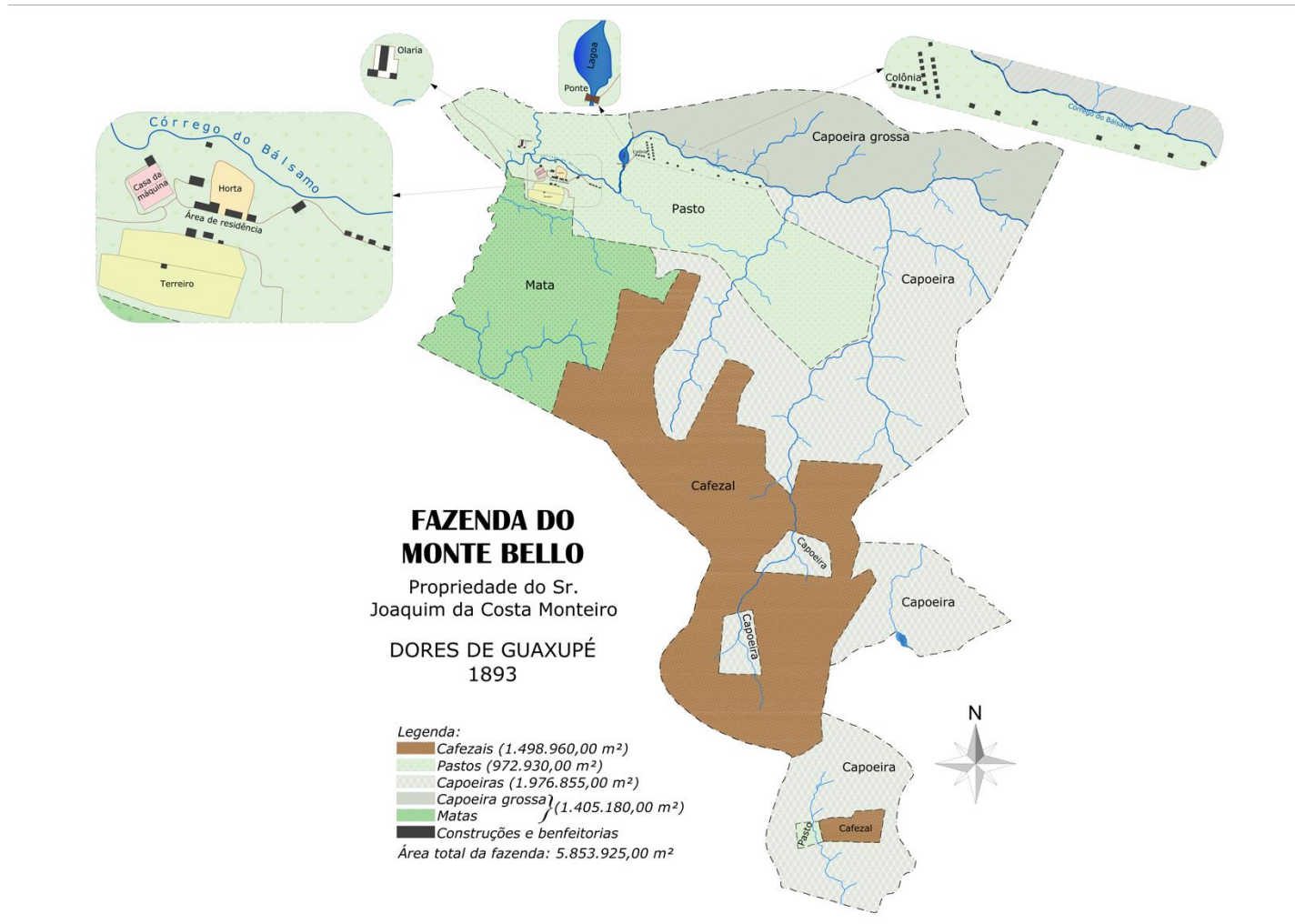


Fonte: Arquivo particular da fazenda Santa Maria.

<sup>187</sup> Agradeço imensamente a senhora Teresa Arouche Magalhães Costa que gentilmente me recebeu na propriedade e me apresentou vários documentos a respeito da história da fazenda e de sua família.



**Mapa 8: Reconstrução do mapa da Fazenda Monte Belo (Santa Maria), Guaxupé, 1893**



Fonte: Arquivo particular da fazenda Santa Maria

Como no documento anterior, reconstruímos o mapa utilizando o *software* AutoCAD.<sup>188</sup> No primeiro recorte em destaque, observa-se a núcleo central da fazenda. Verifica-se a área de residência (casa de morada, horta e construções acessórias) e um conjunto de benfeitorias – casa da máquina, terreiro e várias outras edificações. Nota-se que, tal como na fazenda São João, a sede da propriedade estava localizada na proximidade de cursos de água. No caso em análise, o principal deles era o córrego do Bálsamo. Ele fornecia água para a casa de morada e benfeitorias próximas, e também para a colônia de trabalhadores. O terreiro, situado em frente à casa de morada, possuía dois planos, e contava, conforme o inventário de 1902 do fazendeiro, com canais e tanques.<sup>189</sup> No desenho, as pequenas figuras quadradas em preto também indicam os tanques. Embora não apareça na reconstrução, nas proximidades da sede uma estrada de rodagem cortava a propriedade. Seguindo pela via, em direção oeste, chegava-se a Guaxupé, cidade a menos de oito quilômetros da fazenda (ver Capítulo 1, Mapa 3).

A fazenda possuía uma extensão total de 585,39 hectares. Os cafezais se estendiam por uma área de 149,89 hectares; as partes de pastagens, por 97,29; as capoeiras, por 197,68; e as matas e capoeiras grossas, por 140,51 hectares. Nota-se que não há indicação de espaços ocupados com plantações de gêneros de subsistência. Para a formação dessas lavouras, o fazendeiro deveria utilizar outras propriedades. A Santa Maria era uma fazenda cujas terras se destinavam sobretudo à atividade cafeeira.

Considerando-se as áreas tomadas com lavouras de café e as partes com capoeiras e pastagens (espaços que, no passado, foram devastados para a agricultura), verifica-se que no ano de elaboração do mapa a maior parte da fazenda já tinha sido ocupada, em algum momento, com plantações. As terras de matas ocupavam um espaço pequeno em relação à área total do estabelecimento. Desse modo, caso a formação de novas lavouras de café dependesse unicamente das matas virgens, o futuro da cafeicultura na fazenda era limitado. No entanto, observando-se as diferentes classificações de terras, constata-se uma forma de administrar a paisagem da propriedade. Enquanto os cafezais avançavam pela mata, ao norte da propriedade em uma grande área, há muito tempo em pousio, a vegetação primitiva já tinha sido reconstituída, o que possibilitava a formação de novas lavouras. As capoeiras finas dominavam um grande espaço da fazenda. Era uma área que estava em repouso por um certo tempo e no futuro, quando se convertesse em capoeiras grossas, poderia ser novamente utilizada para novas plantações. O mapa mostra, portanto,

---

<sup>188</sup> Sobre o trabalho de reconstrução, ver a nota 186.

<sup>189</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Joaquim Costa Monteiro, 1902, 2º ofício, caixa 17.

uma organização do espaço de modo a permitir a reprodução da lavoura cafeeira no decorrer dos anos. Não à toa, a Santa Maria manteve-se como uma importante unidade produtora nas décadas seguintes. Esse tipo de manejo do espaço tinha, entretanto, limites. Uma vez que a terra fosse ocupada por cafezais, ela não poderia ser novamente utilizada para a mesma lavoura. Como os cafeeiros ficavam muitos anos no terreno (trinta anos), ao final o solo ficava esgotado, e só poderia ser aproveitado para pastagem. O sistema de pousio funcionava, portanto, em áreas que no passado tinham sido ocupadas com gêneros de subsistência.

Um ponto importante é compreender a presença de áreas de pastagens e, por conseguinte, da pecuária como elementos integrantes da unidade cafeeira. Isto é, além de fornecer alimentos – carne e leite – e força motora, o gado fornecia estrume para as plantações. Na Santa Maria, e nas demais grandes fazendas da região, como já mencionamos, aplicava-se o material na lavoura como medida para se alcançar uma melhor fertilidade do solo. Assim, a criação de gado não era somente uma atividade alternativa ao café e para atender às necessidades da fazenda; era também uma atividade integrada à cafeicultura.

Joaquim Costa Monteiro, proprietário da fazenda, faleceu em 1902, nove anos depois da elaboração do mapa. Por meio do inventário do fazendeiro, podemos conhecer melhor as instalações da Santa Maria e de outras propriedades que ele possuía.<sup>190</sup> De acordo com o processo, na propriedade aqui em análise concentrava-se a maior parte das benfeitorias. Junto da casa velha da máquina, havia “dois planos de terreiros ladrilhados com tijolos”,<sup>191</sup> e outros dois planos, com depósito de água, ficavam situados “em cima e em frente à casa de morada”.<sup>192</sup> Colado à casa grande da máquina nova, havia, ainda, um terreiro ladrilhado, com tanques, lavador e seus canais. Em relação ao maquinário, foram descritos um despolpador, uma máquina a vapor, uma máquina de beneficiar e um secador. As casas para trabalhadores somavam 56. Havia ainda várias outras construções: armazém, olaria, moinho de café, casa para tropa, casa do monjolo, casas onde estavam as máquinas, e outras edificações.

As duas principais propriedades do fazendeiro eram Santa Maria e Jabuticabeiras. Para facilitar a comunicação entre elas e com as casas comissárias, o proprietário contava

---

<sup>190</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Joaquim Costa Monteiro, 1902, 2º ofício, caixa 17.

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Idem.

com uma rede de telefone – a única que encontramos nos inventários. Ela ligava as duas fazendas indicadas e seguia para a residência da família, no arraial de Guaxupé.

*Figura 10: Casa de morada da fazenda Santa Maria – Guaxupé*



Fonte: o autor. Foto produzida em julho de 2022.

*Figura 11: Fazenda Santa Maria – Guaxupé*



Fonte: o autor. Foto produzida em julho de 2022. Nas últimas três portas funcionava o armazém da fazenda.

**Figura 12: Fazenda Santa Maria – Guaxupé**



Fonte: o autor. Foto produzida em julho de 2022. A primeira parte da construção servia como moradia para empregados. Na segunda parte, que tinha uma porta maior, funcionava uma farmácia. Foto produzida em julho de 2022.

**Figura 13: Professora e alunos de escola na fazenda Santa Maria, década de 1920 (Guaxupé)**



Fonte: Arquivo particular da fazenda Santa Maria. Na fazenda Santa Maria havia uma escola para atender as crianças que residiam na propriedade. Na foto observa-se os alunos e a professora.

As benfeitorias indicadas estavam instaladas, como dissemos, na fazenda Santa Maria. Em relação à totalidade das instalações no conjunto das propriedades do fazendeiro, organizamos a Tabela 19.

**Tabela 19: Benfeitorias das propriedades de Joaquim Costa Monteiro (1902)**

<b>Benfeitorias</b>	<b>Quantidade</b>
Terreiros	10
Tulhas	1
Máquinas de beneficiamento de café	10
Outras máquinas*	9
Casas de colonos	91
Casas para empregados	3
Olarias	3
Moinhos de café	2
Moinhos de fubá	3
Monjolos	4
Paio	10
Engenhos de serras	3
Fornos para farinha	3
Casas de morada	11
Casas**	15

Fonte: FMM- Inventário *post mortem* de Joaquim Costa Monteiro, 1902, 2º ofício, caixa 17.

\*Máquina movida a água; motor; máquina para matar formigas; e várias debulhadoras de milho.

\*\*No inventário, essas construções não receberam especificações, tais como “casa para colono”, “casa para empregado” ou “casa de morada”.

Como se observa, as propriedades eram equipadas com um conjunto variado de benfeitorias: instalações e maquinários utilizados no beneficiamento da produção de café, casas para abrigar trabalhadores, construções ligadas ao beneficiamento e armazenamento de gêneros de subsistência e equipamentos para a produção de insumos necessários aos estabelecimentos (engenhos de serra e olarias). Considerando-se a fortuna do fazendeiro, esses equipamentos representavam 16,0% do montante, percentual levemente inferior ao

aplicado em terras, que era de 16,4% (ver Capítulo 4). Verifica-se assim que, além das lavouras, as fazendas receberam pesados investimentos em construções e maquinários para auxiliar na produção e beneficiamento.

Um item importante que ainda não mencionamos são os carros de tração animal. Em uma fazenda cafeeira, eles eram essenciais para transportar os grãos dos cafezais até o terreiro, e conduzi-los, depois da secagem e beneficiamento, para uma estação ferroviária. Nas propriedades aqui em análise, foram listados 13, entre carros e carroções. Vale citar ainda a presença de uma tropa com 48 animais. Na época do inventário, 1902, a Companhia Mogyana ainda não tinha chegado a Guaxupé, e a produção tinha que ser conduzida até à estação de Canoas, no município de Mococa, e antes de 1891, até São José do Rio Pardo. Nesses casos, como as fazendas ficavam relativamente distantes das estações, as tropas eram o meio de transporte mais apropriado.

Algumas unidades de porte médio também chamam a atenção pelo conjunto de benfeitorias que possuíam. Em Guaxupé, na fazenda Mergulhão – com extensão de 174,24 hectares de terras –, Norberto Ribeiro do Valle cultivava 77 mil pés de café. Para tocar a lavoura, o proprietário contava com um terreiro, uma tulha, uma máquina de beneficiamento e 27 casas de colonos. As benfeitorias tradicionais também estavam presentes: curral, paiol, monjolo e olaria. Os carros de bois somavam quatro.<sup>193</sup>

O cafeicultor Jeremias Gomes de Fontes possuía uma propriedade com 402,93 hectares de terras em Guaranésia. Os cafezais chegavam a 69.826 pés. A fazenda contava com um terreiro, uma tulha, uma máquina de beneficiamento e 17 casas de colonos. Os carros de bois somavam cinco. Em relação às benfeitorias ligadas à manutenção da unidade, o inventário registra a presença de paiol, monjolo, moinho e olaria.<sup>194</sup>

A presença das instalações que estavam associadas à produção de gêneros de subsistência e à criação de animais, indica a diversidade das atividades produtivas no interior das fazendas (Tabela 20). Não se cultivava somente o café; plantava-se milho, feijão, arroz e criavam-se animais. A presença de gêneros de subsistência e rebanhos era essencial para a manutenção das unidades. Na ausência deles, os proprietários teriam que recorrer ao mercado para suprir as necessidades das fazendas.

---

<sup>193</sup> FMM- Inventário *post mortem* de Norberto Ribeiro do Valle, 1916, 1º ofício, caixa 71.

<sup>194</sup> FMM- Inventário *post mortem* de Jeremias Gomes de Fontes, 1900, 2º ofício, caixa 15.

**Tabela 20: Benfeitorias (Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880-1930)**

<b>Benfeitorias</b>	<b>Quantidade</b>
Engenhos de serra	54
Engenhos de açúcar	87
Paíol	410
Monjolos	330
Moinhos de fubá	118
Fornos para farinha	22
Olaria	26
Curral	4
Tenda de ferreiro	2
Chiqueiro	1
Vale	6
Tapumes	5
Pomar	3
Senzala	3

Fonte: FMM e FMG – Inventários *post mortem*.

Infelizmente, para a grande maioria dos casos, os avaliadores não especificaram as benfeitorias menores ou de pequeno valor. Registravam somente: “uma casa de morada e benfeitorias” ou “uma casa de morada e benfeitorias menores”, e passavam logo para as instalações de maior valor: engenhos, monjolos, moinhos, paíóis etc. Isso explica o pequeno número de algumas delas, tais como currais, chiqueiros e galinheiros. Os paíóis e monjolos estavam presentes na maioria das propriedades. O primeiro servia para armazenar as colheitas de cereais, e o segundo para moer grãos – especialmente de milho e arroz. Os moinhos eram utilizados na produção de fubá, alimento muito utilizado no cotidiano das casas e que servia para a fabricação da farinha, outro item de largo consumo.

Os engenhos de serra e olarias eram encontrados somente em unidades de médio e grande porte. Nesses engenhos, as toras de madeira extraídas das matas – jacarandás, cedros, perobas, paus de olho e outras – eram cortadas em diversos tamanhos para serem empregadas nas casas, na construção de currais, paíóis e outras instalações. As olarias forneciam telhas e tijolos para o amplo conjunto de instalações das propriedades.



Conforme a Tabela 20, vários estabelecimentos possuíam engenhos para a produção do açúcar. As instalações, no entanto, eram pequenas e serviam, possivelmente, para atender ao consumo doméstico das fazendas. Nos inventários há poucos registros sobre a cultura da cana, e somente em uma ocasião se menciona a presença de produções de açúcar, ainda assim, em pequena quantidade.

O conjunto de instalações até agora descrito dava suporte às várias atividades desenvolvidas no interior das unidades. A partir dos inventários e dos dados da Companhia Mogyana podemos conhecer melhor os artigos produzidos e o volume das produções.

A principal atividade produtiva era o cultivo da rubiácea. Como vimos, nas últimas décadas do século XIX, na medida em que avançava a fronteira agrícola no Nordeste de São Paulo, ocorreu uma forte ampliação das plantações de café no Sudoeste mineiro. Com o passar dos anos, essas lavouras passaram a dominar os espaços das unidades agrícolas e os investimentos. De acordo com a Tabela 21, as lavouras de café representavam uma parte considerável da riqueza acumulada na região, 14%, percentual muito superior ao apurado para as demais atividades. A participação percentual dos rebanhos na soma das riquezas inventariadas era de apenas 3,1%, e as lavouras de alimentos e de cana de açúcar, o insignificante valor de 0,03%.

***Tabela 21: Atividades produtivas na composição da riqueza***

<b>Ativos</b>	<b>Valores (em réis)</b>	<b>%</b>
Lavouras de café	2.684:004\$662	14
Outras lavouras	645\$000	0,03
Rebanhos	591:550\$312	3,1

Fonte: FMM e FMG - Inventários *post mortem*.

Os rebanhos somavam 11.490 cabeças (ver Tabela 22). Os bovinos – incluindo bois, vacas, novilhas e garrotes – representavam 49,1% do total. Parte deles eram bois de carros, serviam para o transporte da produção no interior das unidades e para conduzir as safras até os centros comerciais ou estações ferroviárias. As vacas leiteiras supriam as

demandas das casas e mantinham a reprodução do rebanho. Uma parte do conjunto de novilhas e garrotes servia para atender às necessidades das propriedades, e a outra para o comércio.

Embora o gado *vacum* estivesse presente na maioria das unidades – 326 delas –, a média de animais por unidade agrícola era pequena, apenas 17,5. Considerando-se os diferentes tamanhos de propriedades, a quantidade de cabeças por estabelecimento se apresentava da seguinte forma: média de 38,7 animais nas maiores fazendas; 12,3 nas de tamanho médio; e 13,6 nas pequenas. Os números são bem inferiores aos apurados para outras áreas. Para o termo de São João del-Rei, no período de 1831 a 1888, Afonso de Alencastro calculou, em relação aos maiores fazendeiros, uma média de 146 cabeças para a primeira metade do século e 133 para a segunda.<sup>195</sup> No termo de Campanha, de acordo com Marcos Andrade, os grandes proprietários possuíam uma média de 73 animais, entre 1803 e 1850, e 77, entre os anos de 1850 e 1865.<sup>196</sup>

A partir desses dados, parece plausível sugerir que a participação da área nos mercados regionais e interprovinciais de gado era inexpressiva. Possivelmente, dado o tamanho reduzido dos rebanhos, os animais eram utilizados, em grande parte, no interior das unidades, e somente uma pequena quantidade era comercializada.

**Tabela 22: Animais nos inventários (Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880-1930)**

<b>Décadas</b>	<b>Bovino</b>	<b>Muar</b>	<b>Asininos</b>	<b>Suínos</b>	<b>Cavalar</b>	<b>Ovinos</b>
1880 - 1889	1.049	147	15	969	410	138
1890 - 1899	1.187	138	1	653	138	132
1900 - 1909	1.229	127	9	1.239	241	44
1910 - 1919	1.279	116	21	777	207	65
1920 - 1930	898	33	1	158	63	2

Fonte: FMM e FMG – Inventários *post mortem*.

Os burros e bestas, animais de carga, desempenhavam um papel importante nas fazendas. Representavam 4,8% dos rebanhos. Nas unidades cafeeiras, eles transportavam, juntamente com os bois de carro, as produções dos cafezais até os terreiros. Quando as distâncias e as condições das estradas inviabilizavam o emprego dos carros, as tropas

<sup>195</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op. cit., 2002, p. 123.

<sup>196</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de, op. cit., 2008, p. 97

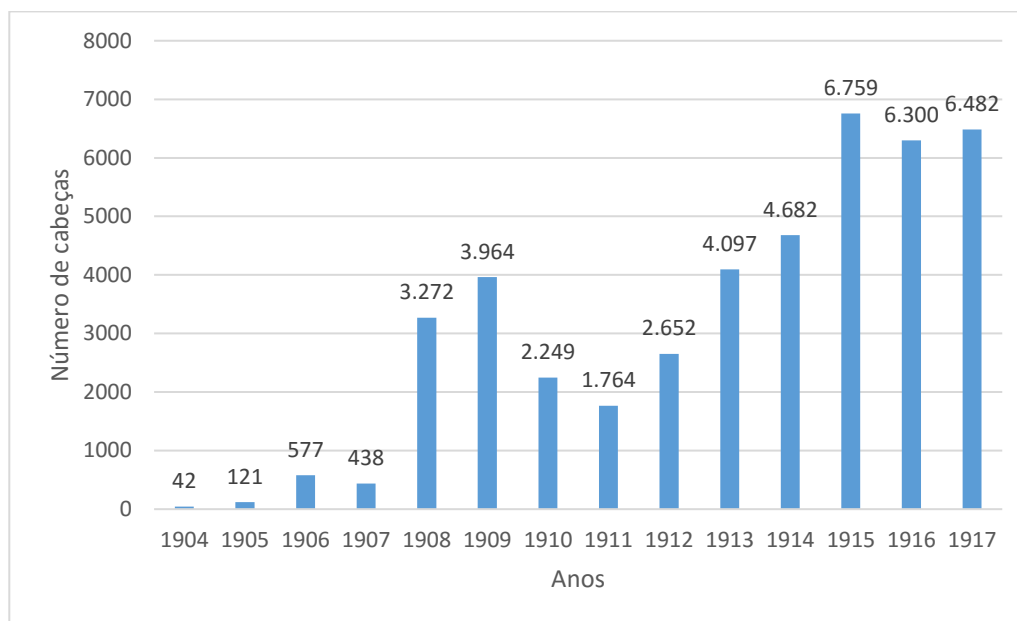
conduziam as produções para a comercialização. Antes da chegada dos trilhos, como afirmamos, elas eram o principal meio de transporte para longas distâncias – levavam o café e artigos tradicionais e traziam outras mercadorias. Quanto à espécie cavalariça, os animais eram empregados na condução de pessoas e na criação de muareles. Respondiam por 9,2% dos animais. Os asininos representavam apenas 0,4% dos rebanhos.

Os suínos respondiam por 33% dos animais listados nos inventários, percentual inferior somente ao gado bovino. Na dieta alimentar, eles ocupavam um papel de destaque: forneciam carne, gordura e toucinho. Por isso, eram valorizados nos circuitos comerciais de abastecimento interno. Durante o século XIX, entre os artigos exportados pelos sul-mineiros, os porcos – e seus derivados – estavam entre os principais produtos. Em relação aos carneiros, a criação doméstica era pouco difundida; eles estavam presentes somente nas unidades maiores. A quantidade de cabeças arroladas equivalia a 3,3% do total de animais.

Em relação às plantações, apenas 21 inventários apresentam informações sobre elas. Menciona-se, na maioria das vezes de forma vaga, sem precisar o tamanho das lavouras, roças de milho – cultura com maior número de referências – e cultivos de arroz, mandioca, feijão e cana de açúcar. Poucos documentos, 32 deles, indicam os produtos que estavam armazenados nas propriedades. Os estoques de milho eram os mais comuns; logo depois, em relação ao número de registros, vinham os de feijão e arroz. Registrou-se apenas uma vez a presença de rapaduras, aguardente e algodão.

Para avaliarmos melhor a importância dessas atividades na dinâmica econômica local, recorreremos também aos relatórios da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. No Gráfico 7, apresentamos o número de animais que saíram do Ramal de Guaxupé e das demais estações da região no período de 1904 a 1917.

**Gráfico 7: Animais embarcados nas estações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1904-1917)**



Fonte: Relatórios da Companhia Mogyana de estradas de ferro e navegação.

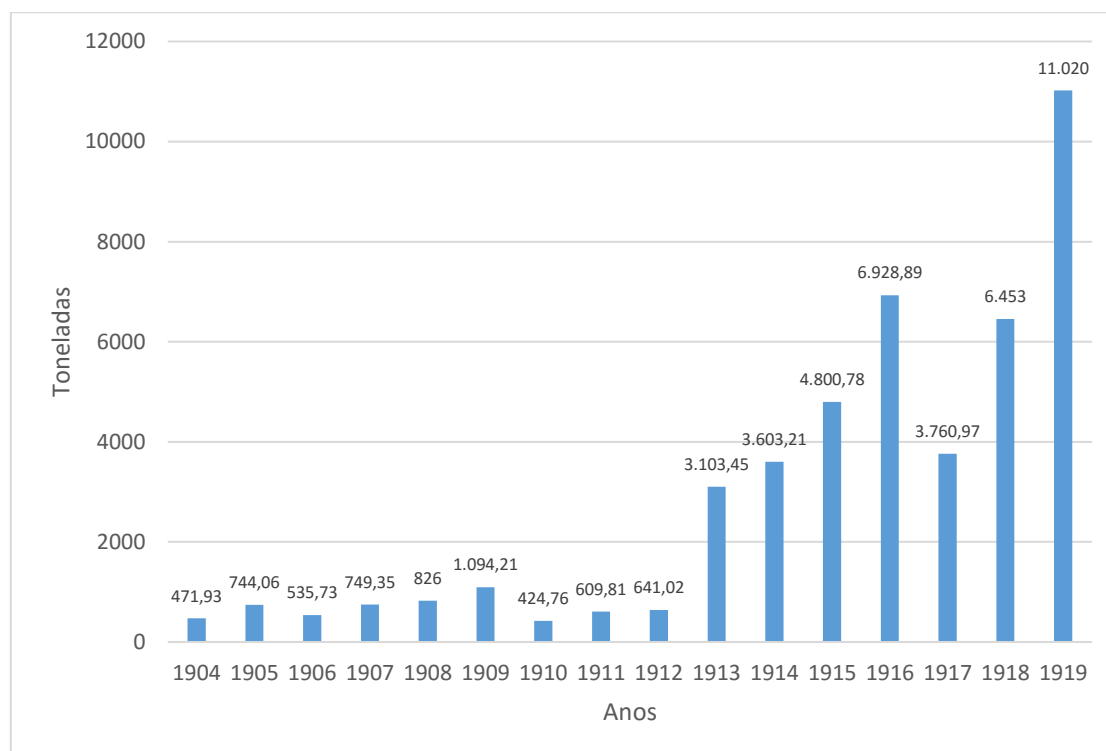
Os números mostram um acentuado crescimento no número de animais transportados no decorrer do período analisado. Em 1904, foram apenas 42 cabeças, e treze anos depois, 6.482. A esmagadora maioria eram suínos. Em 1909, por exemplo, das 3.964 cabeças que foram exportadas, 3.961 eram suínos. Em 1915, ano de pico das exportações, dos 6.759 que foram embarcados, 6.716 eram suínos. Para fins de comparação, vale citar que no último ano indicado (1915), na estação de Uberabinha, em Uberlândia, área tradicionalmente ligada à pecuária, foram embarcados 3.496 cabeças de gado.<sup>197</sup> Em São Sebastião do Paraíso, localidade que desde longa data também estava vinculada ao mercado de carnes no Sudeste, foram exportados no mesmo ano 1.081 animais de gado bovino.<sup>198</sup>

Os dados indicam que a chegada da ferrovia estimulou a criação de rebanhos de suínos nos estabelecimentos locais. O número de cabeças exportadas é expressivo. Em relação ao gado bovino, entretanto, os pequenos embarques mostram que a criação local visava sobretudo às demandas internas das unidades.

<sup>197</sup> Relatório da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro (Relatório CMEF), Campinas, 28 de junho de 1916.

<sup>198</sup> Idem.

**Gráfico 8: Cereais embarcados nas estações de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1904-1919)**



Fonte: Relatórios da Companhia Mogyana de estradas de ferro e navegação.

No Gráfico 8, apresentamos os volumes de cereais – arroz, milho e feijão – que foram transportados em todas as estações da Mogyana na região nos anos de 1904 a 1919. Os números mostram que, com o avanço da instalação das linhas férreas nos municípios, os volumes de mercadorias embarcados nas estações cresceram de forma expressiva. Em 1904, foram 471,3 toneladas, e 15 anos depois, 11.020. No entanto, como se observa nos relatórios da Companhia, nem toda a produção saiu do Sudoeste mineiro. De acordo com os relatórios de 1918 e 1919 – anos em que os documentos informam se as mercadorias foram despachadas ou recebidas nas estações –, parte da produção foi enviada para a região. Em 1918, do total de 6.453 toneladas transportadas de cereais, 2.414 (37,4%) foram recebidas nas estações da área. Em 1919, das 11.020 toneladas de cereais transportadas, 2.472 (22,4%) eram provenientes de outras áreas e foram enviadas para a região.<sup>199</sup> Diante desses dados, não parece razoável pensar, para os demais anos, que a totalidade dos volumes tinha como origem as propriedades do Sudoeste mineiro. Possivelmente, parte dos volumes transportados durante todos os anos indicados também veio de outras áreas. Pode-se cogitar, a partir das informações de uma escritura pública

<sup>199</sup> Relatórios da Companhia Mogyana de estradas de ferro e navegação.

de 1918, que as importações sejam referentes ao arroz. Nesse ano, Odilon Freire, comerciante e banqueiro de Guaranésia, comprou de Benedito Taveira Chagas, comerciante da capital paulista, mil sacas de arroz de 60 quilos de superior qualidade pelo preço de 14\$000 a saca. A entrega seria feita em remessas a partir da estação Cedral, da Estrada de Ferro Araraquara, no estado de São Paulo, e seriam enviadas para Guaxupé.<sup>200</sup> Essa imensa compra – que, além de atender às necessidades do estabelecimento do comprador, seria, possivelmente, revendida para outros comerciantes – sinaliza que havia uma alta demanda pelo produto na região e a produção local era insuficiente.

No entanto, ainda que parte das demandas locais por alimentos fossem atendidas por meio de importações, os dados da Mogyana mostram um significativo incremento da produção local de cereais. Possivelmente, tal crescimento estava ligado ao sistema de trabalho empregado nas fazendas cafeeiras. Como veremos no próximo capítulo, além do pagamento monetário, os trabalhadores tinham o direito de plantar, no período de formação dos cafeeiros, gêneros de subsistência entre as fileiras da nova lavoura. Com o crescimento dos pés de café, destinava-se um terreno à parte para essas plantações. Assim, o regime de trabalho adotado na cafeicultura estimulava a produção de alimentos.<sup>201</sup> Outro fator importante que beneficiou a produção de gêneros de subsistência foi a introdução da ferrovia. Com os trilhos, a poucos quilômetros dos estabelecimentos, os produtores poderiam, a qualquer momento, ter acesso a uma estação para escoar a produção (ver Capítulo 1, Mapa 3 e Mapa 4). Ocorre, portanto, uma sensível redução dos custos com o frete. Além disso, dada a facilidade de acesso às estações, as perdas de partes das safras decorrentes do armazenamento nas fazendas foram praticamente anuladas.

Verifica-se assim que, no período estudado, enquanto os cafezais avançavam pela região, dominando grande parte das propriedades e as melhores terras, a produção de gêneros de abastecimento também cresceu. Pelos trilhos da Mogyana seguiam quantidades crescentes de café, cereais e suínos. Em relação à organização das unidades, verifica-se a presença de instalações utilizadas no beneficiamento e armazenamento de mantimentos, e de pesados investimentos em benfeitorias ligadas à produção e ao beneficiamento da produção cafeeira.

---

<sup>200</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro 28, fls. 52.

<sup>201</sup> Em relação à produção de alimentos no complexo cafeeiro paulista, ver: CANO, Wilson, op. cit., 2007, pp. 65-76.

Até o momento, examinamos a estrutura fundiária, a organização das fazendas e os dados da produção local de café e de outros artigos. Cabe agora analisar a organização do trabalho no interior das unidades. Esse é o tema do próximo capítulo.

### Capítulo 3 – RELAÇÕES DE TRABALHO

Estudamos neste capítulo os sistemas de trabalho empregados nas fazendas cafeeiras. Num primeiro momento, em um sobrevoo rápido, examinamos, a partir da historiografia, a relação entre escravidão e cafeicultura no Sudeste brasileiro no decorrer do século XIX. Em seguida, a partir do censo de 1872, dos inventários e de outras fontes, analisamos a presença da mão de obra escrava nas fazendas e sítios do Sudoeste mineiro nas décadas de 1870 e 1880. Embora em pouco número, os escravos estavam concentrados nas principais unidades agrícolas – que à época começavam a se integrar à economia agroexportadora – e garantiram o primeiro arranque da produção cafeeira na área. Em relação ao período posterior à abolição, valendo-nos das escrituras lavradas em cartório de formação e trato de cafezais identificamos os arranjos de trabalho implementados e avaliamos as condições de trabalho nas fazendas. Na última parte do texto, reduzimos a escala de observação e estudamos a organização do trabalho em uma das principais propriedades da região – a fazenda Nova Floresta.

#### 3.1 Cafeicultura, escravidão e pós-abolição no Sudeste brasileiro

No início do século XIX, a cafeicultura ganhou seu primeiro impulso no Sudeste. Como vimos no primeiro capítulo, o Vale do Paraíba tornou-se, à época, a nova fronteira mundial de expansão da lavoura cafeeira, e em pouco tempo, com o avanço das plantações, assumiu o posto de maior zona produtora do globo. Em 1815, as exportações brasileiras de café eram de 1.500 toneladas;<sup>202</sup> em 1831, 32 mil; em 1850, 118 mil.<sup>203</sup> Esse imenso crescimento da produção só foi possível em razão da intensificação do tráfico de escravos que garantiu uma oferta abundante e barata de mão de obra para as fazendas.<sup>204</sup> Entre 1821 e 1825, entraram no porto do Rio de Janeiro 112 mil escravos; no

---

<sup>202</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 137.

<sup>203</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo, op. cit., 2016, p. 140.

<sup>204</sup> Segundo Sidney Chalhoub, “de acordo com as estimativas mais recentes, em todo o período do tráfico negreiro, para o Brasil, desde meados do século XVI até os anos 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos escravizados; no primeiro quartel do século XIX (1801-25), entraram 1.012.762 africanos; no segundo quartel (1826-1850), 1.041.964, e outros 6.800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico em 1850. A aritmética dos dados revela que mais de 42% das importações de africanos para o Brasil em três séculos do tráfico negreiro aconteceram apenas na primeira metade do século XIX” (CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 35). A respeito da íntima relação entre o incremento do tráfico transatlântico e a expansão cafeeira



quinquênio seguinte foram 186 mil.<sup>205</sup> Calcula-se que entre 1835 e 1850 cerca de 690 mil africanos escravizados desembarcaram no Brasil, quase 80% desse montante no porto do Rio de Janeiro.<sup>206</sup> De acordo com um recenseamento de 1840, em Valença e em Vassouras, destacados municípios produtores de café no Vale do Paraíba fluminense, 70% população era composta de escravos.<sup>207</sup>

O crescimento da escravidão, em um contexto de extinção desse regime de trabalho na maior parte da América e de fortalecimento e difusão do movimento antiescravista, ocorreu também em duas outras áreas do continente americano: na ilha de Cuba, no Caribe, que se especializou na produção de açúcar, e no Sul dos Estados Unidos, grande produtor de algodão. No século XIX, com o avanço do processo de industrialização, urbanização e crescimento populacional, ampliou-se a demanda por matérias-primas e alimentos nos principais centros da economia capitalista. Nas áreas periféricas, as mudanças impulsionaram a ocupação de vastas áreas de terras virgens, com a formação de novas fazendas, a aquisição de grande número de trabalhadores escravizados e a expansão sem precedentes na escala de produção, de modo a se atender à busca frenética por mercadorias. Desse modo, a antiga relação de produção que há muitos anos estava presente na América “foi refundida na nova constelação de forças políticas e econômicas”.<sup>208</sup> É esse fenômeno – o fortalecimento da escravidão a partir de sua estreita vinculação com o desenvolvimento da indústria – que o historiador Dale Tomich chamou de “segunda escravidão”.<sup>209</sup> Em Cuba, que na década de 1840 era responsável por quase um quarto da produção mundial de açúcar, as importações de

---

no Vale do Paraíba, ver o excelente estudo de Thiago Campos Pessoa: PESSOA, Thiago Campos. *O império da escravidão: o complexo Breves no Vale do Café* (Rio de Janeiro, c. 1850 - c.1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

<sup>205</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 59.

<sup>206</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo, op. cit., 2016, p. 140.

<sup>207</sup> SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 184.

<sup>208</sup> TOMICH, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 87.

<sup>209</sup> Para o historiador, a “segunda escravidão” se desenvolveu em um contexto de quebra dos sistemas coloniais e emergência de uma economia mundial de livre mercado, que tinha como centro a Grã-Bretanha. Diz o autor: “o nexos do controle colonial direto se desfêz, e o sistema da preferência imperial desabou. De forma crescente, um mercado mais ou menos autoregulador, contando para tanto com as condições políticas mundiais mantidas e estabelecidas pelo Estado britânico, tornou-se o mediador entre produtores e consumidores, e a oferta, a demanda e o preço apareceram como determinantes da divisão do trabalho e do fluxo de mercadorias no mercado mundial” (TOMICH, Dale W., op. cit., 2011, p. 84). Ver também: PARRON, Tâmis. *A Política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 24-39.

escravos cresceram de forma acelerada. Em 1792, havia 85.900 escravos na ilha; em 1841 eram 436.500. No Sul dos Estados Unidos, entre os anos de 1812 e 1859 a produção de algodão passou de menos de 150 mil fardos para 4.541 milhões. Por volta de 1850, o algodão tornou-se o principal produto de exportação norte-americana e os Estados do Sul passaram a dominar a produção mundial. Tamanho crescimento só foi possível pela expansão da escravidão. A partir sobretudo da reprodução natural a população escrava nos Estados Unidos saltou de 1 milhão, no início do século XIX, para 4 milhões às vésperas da guerra civil, com a grande maioria deles concentrados no Cinturão Algodoeiro, ao sul.<sup>210</sup>

Observa-se, portanto, que a estreita articulação dessas três áreas – Brasil, Cuba e Estados Unidos – com o mercado mundial, em um contexto de forte demanda por produtos agrícolas nos centros de expansão industrial, provocou um processo de revitalização da escravidão nesses espaços justamente em um período em que a instituição entrava em crise.<sup>211</sup>

A produção de café em grande escala exigia muitos trabalhadores e também, conforme o método agrônômico adotado, abundância de áreas de florestas. Isso porque, como vimos, a derrubada constante da vegetação nativa substituía a prática agrícola de adubação dos solos já desgastados – medida essa que exigiria maior dispêndio de trabalho.<sup>212</sup> Desse modo, definido o terreno do plantio – o que exigia um conhecimento prático para identificar as manchas de terras mais férteis –, o primeiro passo era derrubar e queimar a mata, atividade de certo risco que ficava a cargo de homens livres e de escravos experientes no uso do machado.<sup>213</sup> Realizado esse primeiro trabalho, ainda com o solo cheio de cinzas e de troncos não consumidos pelo fogo, abria-se as covas. Para facilitar as carpas e a colheita – bem como o controle sobre os trabalhadores –, plantava-se os cafeeiros em carreiras, em sentido vertical, subindo os morros, e com um espaçamento de 12 a 15 palmos entre as fileiras (2,64 a 3,3 metros).<sup>214</sup> Durante os primeiros três anos da lavoura, o espaço entre as ruas era aproveitado para o plantio de

---

<sup>210</sup> TOMICH, Dale W., op. cit., 2011, pp. 81-97. Em relação aos Estados Unidos, ver também: BAPTIST, Edward E. A segunda escravidão e a Primeira República americana. *Almanack*, Guarulhos, n. 5, p. 5-41, 1 sem. 2013.

<sup>211</sup> TOMICH, Dale W., op. cit., 2011, pp. 81-97.

<sup>212</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro, op. cit., 1983.

<sup>213</sup> STEIN, S. J., op. cit., 1961, p. 39.

<sup>214</sup> MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale, op. cit., 2009, p. 371.

gêneros de subsistência – sobretudo, feijão e milho –, o que protegia os cafeeiros do sol e garantia parte da alimentação dos escravos.<sup>215</sup>

Nos momentos das capinas, o grupo de escravos da propriedade era distribuído entre as fileiras de café, e o capataz, ao pé do morro, observava o andamento do trabalho – vigilância que era possível graças ao desenho da lavoura e ao considerável espaçamento entre as carreiras de arbustos.<sup>216</sup> Por ocasião das colheitas, os cativos eram novamente distribuídos entre as linhas e definia-se uma quota diária de cerejas a serem colhidas. Caso não fosse alcançada, o escravo era punido.<sup>217</sup> Assim, combinavam-se duas formas de organização do processo produtivo, o trabalho em turmas e o trabalho por tarefas.<sup>218</sup>

Como explicou o historiador Rafael Marquese, esse modo de administrar as atividades no interior das fazendas permitiu aos proprietários impor aos escravos uma imensa carga de trabalho. Em São Domingos e na Jamaica, no Caribe, os fazendeiros destinavam entre 1.000 e 1.500 pés de café para cada escravo do eito. No Vale do Paraíba, no início do século XIX, cada escravo era responsável por 2.000 pés de café, número semelhante ao que era praticado nas fazendas cubanas. Nos anos posteriores, registra-se, nas fazendas do Vale, um forte aumento nesse número. No final da década de 1840, na propriedade do vassourense Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, cabia a cada escravo 3.934 pés de café.<sup>219</sup> Em 1860, de acordo com anotações de um fazendeiro em Cantagalo, destinava-se 3.800 pés para cada escravo, quantidade que cresceu ainda mais nos anos seguintes.<sup>220</sup>

Na década de 1850, os cafeicultores da região viviam um período de opulência. Os preços dos produtos tropicais subiam no mercado mundial, os cafezais dominavam a paisagem local e as senzalas estavam ocupadas por um grande número de escravos, comprados em grande número nas décadas anteriores.<sup>221</sup> Na mesma época, a cultura cafeeira avançava por outras áreas: municípios da zona oriental do Vale do Paraíba fluminense, a Zona da Mata mineira e o Oeste paulista. O avanço da fronteira agrícola

<sup>215</sup> STEIN, S. J, op. cit., 1961, p. 41.

<sup>216</sup> MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale, op. cit., 2009, p. 370.

<sup>217</sup> STEIN, S. J, op. cit., 1961, p. 43.

<sup>218</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack braziliense*, São Paulo, nº07, 2008, p. 143

<sup>219</sup> Idem, p. 145.

<sup>220</sup> MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale, op. cit., 2009, p. 371. De acordo com Emília Viotti da Costa, no final do século XIX, no Vale do Paraíba, “onde a produção estava em decadência, a média era de três a quatro mil arbustos, por escravo. À medida que decaía a produtividade, ele era obrigado a manter um número cada vez maior de pés, chegando a ocupar-se, nas zonas mais antigas, de quatro, cinco e até seis mil” (COSTA, Emília Viotti, op. cit., 1998, p. 241).

<sup>221</sup> STEIN, S. J, op. cit., 1961, pp. 35-36.

para áreas mais distantes dos portos do Rio de Janeiro e São Paulo colocava, no entanto, um problema – o aumento dos custos do transporte. Durante todo o primeiro processo de expansão dos cafezais, utilizou-se como meio de transporte o sistema de tropas. Dada a proximidade das primeiras áreas de plantio das zonas portuárias do Rio e a capacidade dos animais em transpor os obstáculos da Serra do Mar, ele garantiu, apesar da precariedade das vias de comunicação, a condução da produção para os portos. Agora, porém, diante da expansão dos plantios para áreas mais distantes, o sistema tradicional tornava-se por demais oneroso. A única solução possível era investir na construção de ferrovias.<sup>222</sup>

Para os produtores, um problema ainda mais sério se colocava nos anos 1850. Diante da forte pressão antiescravista britânica, encerrou-se o tráfico de escravos transatlânticos para o Brasil.<sup>223</sup> Produtores de artigos de exportação e alimentos e a população livre de modo geral não tinham mais à mão a possibilidade de comprar escravos a preços baixos. Como resposta, organizou-se de forma rápida um movimento de transferência de escravos das regiões mais pobres e de senhores menos capitalizados para os centros mais dinâmicos do Sudeste.<sup>224</sup> Observa-se nas décadas seguintes, em decorrência da intensificação de um mercado nacional de escravos – o tráfico interno –, um quadro de desequilíbrio regional em relação à demografia da escravidão e também um processo de concentração social da propriedade escrava – mudanças essas que, ainda que não de forma imediata, contribuíram para enfraquecer o comprometimento social e político com a instituição.<sup>225</sup>

Ainda na década de 1850, criaram-se as condições, em termos de conhecimento técnico, para que as ferrovias, símbolos da modernidade capitalista, vencessem grandes

---

<sup>222</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum*, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, 2013b, pp. 17-19. Em relação aos problemas de transporte da produção cafeeira no século XIX, ver também: COSTA, Emília Viotti, op. cit., 1998, pp. 201-222.

<sup>223</sup> A respeito do tráfico de escravos para a América e, em particular, para o Brasil, ver: FLORENTINO, Manolo, op. cit., 1995; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; CONRAD, R. E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; KLEIN, Herbert S. *O Tráfico de Escravos no Atlântico*. Novas abordagens para as Américas. Ribeirão Preto-SP: FUNPEC, 2006; KLEIN, Herbert S. A Demografia do Tráfico Atlântico de Escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos* 17(2), maio/ago. 1987; CURTIN, Philip D. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1972; ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

<sup>224</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, pp. 63-82; SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História, Stanford, Sanford University, 1976.

<sup>225</sup> MATTOS, Hebe, op. cit., 1998.

obstáculos topográficos e penetrassem no interior do país.<sup>226</sup> Assim, no momento em que os preços dos produtos tropicais subiam e o mercado interno de escravos oferecia possibilidades de reposição da força de trabalho e formação de novas fazendas, os trilhos penetraram no Vale do Paraíba e no Oeste paulista.<sup>227</sup> A Estrada de Ferro D. Pedro II, cujas obras de construção começaram em 1855, avançou na zona ocidental do Vale do Paraíba e na Zona da Mata mineira.<sup>228</sup> Para atender às demandas dos municípios da parte oriental do Vale, foi criada, entre 1860 e 1873, com capitais dos próprios fazendeiros, a Estrada de Ferro Cantagalo.<sup>229</sup> Em 1866, partindo do porto de Santos, a Companhia São Paulo Railway – de capital inglês – chegou à cidade de São Paulo e, um ano mais tarde, em Jundiaí.<sup>230</sup> Como ocorreu na província do Rio, em São Paulo os fazendeiros se articularam para construir novas companhias ferroviárias – a Companhia Paulista, criada em 1869, e a Companhia Mogyana, em 1872 –, de modo a atender as novas zonas produtoras no interior da província.<sup>231</sup> A partir de então, estavam dadas as condições – a possibilidade de incorporação de vastas áreas virgens à economia agroexportadora e o rebaixamento dos custos do frete – para um novo salto das plantações nas áreas de fronteira.

Nesse contexto de ampliação das zonas de produção, o Estado brasileiro aprovou, a despeito da dura resistência das lideranças políticas das províncias cafeeiras, a Lei do Ventre Livre. A lei, aprovada em 28 de setembro de 1871, libertava todos os filhos de escravos que nascessem após a aprovação do texto legal. Com a medida, impedia-se a manutenção da escravidão por meio da reprodução natural da população mancipia e, assim, colocava-se, pela primeira vez, o fim da escravidão no horizonte político do país.<sup>232</sup> Após a derrota, os cafeicultores se empenharam em conter qualquer pauta antiescravista que pudesse ganhar força na esteira da aprovação do projeto de lei. Eles foram bem-

---

<sup>226</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. (4ª ed. revista). Campinas-SP: Pontes, 1990, p. 65; MARQUESE, Rafael de Bivar, op. cit., 2013b, p. 19.

<sup>227</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar, op. cit., 2013b, p. 21.

<sup>228</sup> Idem, p. 21; MATOS, Odilon Nogueira de, 1990, p. 68; GIROLETTI, Domingos, op. cit., 1988, p. 35.

<sup>229</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar, op. cit., 2013b, p. 21; MARRETTO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo*. (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado) – ICHF/ UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, p. 32.

<sup>230</sup> MATOS, Odilon Nogueira de, op. cit., p. 74.

<sup>231</sup> Idem, p. 76; MARQUESE, Rafael de Bivar, op. cit., 2013b, p. 21.

<sup>232</sup> Sobre a Lei do Ventre Livre, ver: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 26-84; COSTA, Emília Viotti, op. cit., 1998, pp. 447- 460.

sucedidos por alguns anos. No decorrer da década de 1880, no entanto, o movimento abolicionista tornou-se irrefreável.<sup>233</sup>

Entre os anos de 1872 e 1881, o movimento de transferência de escravos para as zonas cafeeiras no Centro-Sul do país alcançou o seu ápice – quase 100 mil escravos foram comercializados.<sup>234</sup> Embora todas as áreas cafeeiras tenham recebido novas remessas de trabalhadores, a maioria delas foi destinada para as novas áreas de produção – as zonas de fronteira. O crescimento das plantações, estimulado pela expansão dos trilhos e pela alta dos preços do café desde 1848 e que ganhou um novo impulso após o fim da Guerra Civil americana, produziu uma acirrada procura pelo trabalho escravo.<sup>235</sup>

Em 1881, no entanto, por meio de leis que previam o pagamento de pesadas taxas, as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro interditaram o tráfico interprovincial de escravos. Para as autoridades provinciais, a medida era necessária em face do aumento da tensão social provocada pela introdução, nas fazendas cafeeiras do Sudeste, de escravos do Norte do país. Argumentou-se, ainda, que diante da experiência norte-americana era preciso bloquear o movimento de transferência de escravos para o Centro-Sul e manter o comprometimento nacional com a instituição.<sup>236</sup>

Na década de 1880, sofrendo as consequências de uma crise ecológica – drástica redução das matas e esgotamento do solo – a produção cafeeira do Vale do Paraíba declinou. Nas principais áreas de produção, na Zona da Mata mineira e no planalto paulista (Oeste Velho e, especialmente, no Oeste Novo), mesmo com o acirramento dos conflitos entre senhores e escravos, a produção continuou a crescer. O desafio de lidar com o problema da mão de obra – visto que a escravidão se encaminhava para o fim – foi enfrentado de diferentes formas.

Os fazendeiros das antigas zonas cafeeiras, vendo o declínio da produção, o envelhecimento dos cafezais e a impossibilidade de renovar a estrutura produtiva, se apegaram ao estoque de escravos que possuíam e, no período do pós-abolição, tiveram que lidar com a possibilidade de uma imigração dos libertos para as áreas mais dinâmicas. Como saída, optou-se, de maneira geral, pelo sistema de parceria.<sup>237</sup> Na Zona da Mata

---

<sup>233</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo, op. cit., 2016, pp. 147-149

<sup>234</sup> Idem, p. 148.

<sup>235</sup> Idem, p.147.

<sup>236</sup> Idem, p.150.

<sup>237</sup> STEIN, S. J, op. cit., 1961, p. 325; FRAGOSO, João, op. cit., 1983, p. 137. Em relação à região Norte Fluminense, área de expansão de cafezais no final do século XIX, ver: MATTOS, Hebe, op. cit., 1998, pp. 297-298

mineira, área que contava no período com reservas florestais e uma base demográfica importante, a crise da escravidão não produziu grandes perturbações. Houve uma queda na produção entre os anos de 1888 e 1890, mas, de 1891 em diante, as exportações da região atingiram índices superiores aos que mantinham nos anos anteriores à abolição.<sup>238</sup> Nas fazendas, a maior parte da força de trabalho constituía-se de trabalhadores nacionais, entre eles os ex-escravos. Em relação aos arranjos de trabalho, adotou-se de forma predominante dois regimes: a parceria, o principal deles, baseada no trabalhador fixo, residente nas fazendas, e o assalariamento, para os períodos de safra, com trabalhadores temporários, geralmente imigrantes de outras partes do Estado.<sup>239</sup>

Em São Paulo, ao mesmo tempo em que os fazendeiros tentavam lidar com a crise da escravidão – marcada pela rebeldia escrava e que se mostrou, para os senhores, altamente perturbadora<sup>240</sup> –, articulou-se um projeto de imigração em massa de estrangeiros para a província. Os principais organizadores – grandes produtores da fronteira – começaram a desenhar o programa nos anos finais da década de 1870 e, no início da década seguinte, as autoridades provinciais estabeleceram a estrutura institucional para viabilizar o fluxo migratório. Os imigrantes viriam sobretudo do norte da Itália, área que passava por uma grave crise econômica, cuja população, sem muitas alternativas, podia ser recrutada para trabalhar nas fazendas paulistas. Entre 1886 e 1892, anos de intensificação das revoltas escravas e de transição para outro regime de trabalho, 192.000 italianos chegaram no porto de Santos e foram enviados para os centros cafeeiros.<sup>241</sup> Assim, contando com milhares de novos trabalhadores, os produtores da fronteira puderam enfrentar o desafio da crise da escravidão e expandir os plantios nos anos seguintes. Entre os anos de 1886 e 1930, milhões de europeus atravessaram o Atlântico para trabalhar nas fazendas, garantindo uma ampliação sem precedentes da produção.<sup>242</sup> Nas unidades produtivas, os imigrantes eram engajados em sistema de

---

<sup>238</sup> PIRES, Anderson José, op. cit., 1993.

<sup>239</sup> LANNA, Ana L. Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira – 1870/1920*. Dissertação (Mestrado) – IE/UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988, pp. 93-128. Ver também: PIRES, Anderson José, op. cit., 1993.

<sup>240</sup> Ver, entre outros: MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição*. 1. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editoria da UFRJ/ Editora da Universidade de São Paulo, 1994; DEAN, Warren, op. cit., 1977; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de: *Onda Negra, Medo Branco*. O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>241</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar, op. cit., 2013b, p. 32.

<sup>242</sup> HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., 1984, p. 68.

trabalho que fora forjado na fronteira – o colonato. Como veremos mais à frente, consistia-se em um regime complexo, que combinava várias formas de pagamento – salário fixo, por tarefa e pagamentos não monetários.<sup>243</sup>

### 3.2 Cafeicultura e escravidão no Sudoeste mineiro

O coronel Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, fazendeiro residente em Guaxupé e que foi agraciado com o título de barão pelo imperador, fez o seguinte registro em um de seus livros de contas:

O cafezal do Mirante foi plantado em janeiro de 1868 – 8 mil pés; o cafezal do ‘Serrado’ foi plantado em janeiro de 1870 – 30 mil pés; o cafezal que fica na dobrada foi plantado em janeiro de 1871 – 6 mil pés; o cafezal da Bela Vista foi plantado em dezembro e janeiro de 1873 e 1874 – 34 mil pés; o cafezal da dobrada da Bela Vista foi plantado em janeiro de 1875 – 5 mil pés.<sup>244</sup>

Na mesma época, diversos fazendeiros de Guaxupé procuraram o cartório para registrar escrituras de formação de novas lavouras. Em 1869, por exemplo, o tenente João Batista Pereira de Magalhães contratou Antônio Vieira das Chagas para a formação de uma lavoura de um alqueire e meio de café.<sup>245</sup> Em 1873, Joaquim da Costa Monteiro acertou com o trabalhador Gabriel Antônio de Moraes o plantio de um alqueire de café.<sup>246</sup> Em 1874, Geraldo Ribeiro do Valle contratou João Isidoro Araújo para formar dois alqueires de café.<sup>247</sup> No ano seguinte, Vicente de Paula Ribeiro contratou os trabalhadores Francisco Jatubá, Joaquim Francisco Jatubá e Martinho Ferreira Jatubá para plantarem quatro alqueires de café.<sup>248</sup>

Esses são os primeiros registros de plantações de café que encontramos no Sudoeste mineiro.<sup>249</sup> Não por acaso, as lavouras foram formadas justamente após a penetração das ferrovias pelo interior da província de São Paulo – a Companhia São Paulo Railway, que partia de Santos e chegava em Jundiá, e a Companhia Mogyana, cujo traçado passaria próximo de Minas. Como ocorreu em outras áreas, a aproximação das

<sup>243</sup> Idem, pp. 177-123; STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital*. (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 36-37.

<sup>244</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Livro 4 (1875 -1893). Contas do Fazendeiro Manuel Joaquim Ribeiro do Valle.

<sup>245</sup> Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livro 2, fls. 88.v.

<sup>246</sup> Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livro 2, fls. 144.v.

<sup>247</sup> Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livro 3, fls. 41.v.

<sup>248</sup> Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livro 3, fls. 60.v.

<sup>249</sup> São dois registros dos anos finais da década de 1860 e 26 referentes à década 1870.



ferrovias, ao viabilizar o escoamento da produção, abriu possibilidades de investimentos na cafeicultura, e os fazendeiros locais, atentos às mudanças, passaram a canalizar recursos na formação de lavouras. No entanto, nessa época, dadas as boas distâncias que ainda separavam os produtores mineiros de alguma estação ferroviária, é bem provável que somente os grandes fazendeiros, detentores de meios para conduzir as produções para longas distâncias, investiram no cultivo da rubiácea.

Em relação à mão de obra, de acordo com o censo de 1872, o município de São Sebastião do Paraíso, que à época englobava as localidades de Guaxupé e Guaranésia, reunia 3.598 escravos – 18,51% da população. Na sede municipal, os escravos somavam 1.540, quantidade que representava 20,2% dos habitantes.<sup>250</sup> Na freguesia de Guaxupé havia 863 escravos, o que correspondia a 19,3% da população local (Tabela 23). Em 1876, em decorrência do tráfico interno, verifica-se um aumento na quantidade de cativos no município – salta para 4.164, um crescimento de 15,7%.<sup>251</sup> Em Muzambinho, que em 1872 pertencia ao município de Cabo Verde, o número de escravos era menor, 553, o que equivalia a 11,2% da população local. Em relação a Guaranésia, infelizmente não há informações em separado.

**Tabela 23: Censo de 1872 – Guaxupé e Muzambinho**

<b>Localidades</b>	<b>Livres</b>	<b>%</b>	<b>Escravos</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Muzambinho	4.366	88,7	553	11,2	4.919
Guaxupé	3.588	80,1	863	19,3	4.451
Guaranésia	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.954</b>	<b>84,4</b>	<b>1.416</b>	<b>15,1</b>	<b>9.370</b>

Fonte: Biblioteca do IBGE. Recenseamento geral de 1872.

Para fins de comparação, vale citar que, em 1872, em alguns dos principais núcleos cafeeiros em formação do Nordeste paulista, o percentual de escravos no conjunto das populações era semelhante ao apurado para as freguesias de Guaxupé e São Sebastião do Paraíso.<sup>252</sup> Na freguesia de Franca registra-se o número de 1.430 escravos, o que

<sup>250</sup> Biblioteca do IBGE. Recenseamento geral de 1872.

<sup>251</sup> COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para o Sul de Minas: Os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002, p. 36.

<sup>252</sup> Considerando-se os dados por município, verifica-se que em Franca o número de escravos era de 3.398, o que correspondia a 15,8% da população. Para o município de Ribeirão Preto, os números são os mesmos

correspondia a 17,3% da população; em Ribeirão Preto, os cativos, em número de 857, representavam 15,4% da população local.<sup>253</sup>

Agora, se compararmos com as localidades sul-mineiras, o resultado é bem diferente. Nas localidades que estavam fortemente integradas aos circuitos comerciais de abastecimento, o percentual de escravos no conjunto das populações, em 1872, era muito superior ao que apuramos para a região em estudo. Em São Tomé das Letras, freguesia do município de Baependi, os escravos representavam 44,4% da população; em São Gonçalo, localidade que fazia parte do município de Campanha, os escravos correspondiam a 34,4% da população local; em Carrancas, que integrava o município de São João del-Rei, 49,5% da população era de escravos.<sup>254</sup> A presença expressiva desses trabalhadores nesses lugares reflete uma dinâmica econômica, que chegou ao seu auge em meados do século XIX, cujo grau de integração comercial era muito superior ao que encontramos no Sudoeste mineiro durante boa parte do século XIX.<sup>255</sup>

O café penetrou no Sudoeste mineiro em um período de crise da escravidão. Os produtores já não podiam contar com o mecanismo do tráfico transatlântico para abastecer suas fazendas. A única saída era adquirir trabalhadores escravizados no mercado interno. Para Guaxupé, as escrituras de compra e venda demonstram um movimento de transferência de cativos para as mãos dos cafeicultores e, por conseguinte, um processo de concentração social da propriedade escrava.

No conjunto de 159 transações envolvendo escravos, no período de 1861 a 1888, observa-se que os principais compradores eram cafeicultores.<sup>256</sup> O produtor que mais adquiriu novos cativos foi o coronel Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, o mesmo que citamos na abertura do tópico. Ao todo ele comprou 17 escravos, sendo que dez deles foram adquiridos em uma única compra, em 1883, – oito homens e duas mulheres, no valor de 7:000\$000 –, de Manoel Ferreira de Souza Brandão, morador na cidade de

---

dos apurados para a freguesia: 857 escravos, o que representava 15,4% da população. Ver: Biblioteca do IBGE. Recenseamento geral de 1872.

<sup>253</sup> Biblioteca do IBGE. Recenseamento geral de 1872. Foi no decorrer da década de 1870, em razão do tráfico interno, que o número de escravos cresceu nas áreas cafeeiras do Nordeste paulista. Ver: CONRAD, Robert, op. cit., 1977, p. 356.

<sup>254</sup> Biblioteca do IBGE. Recenseamento geral de 1872.

<sup>255</sup> Sobre a participação das localidades sul-mineiras na economia de abastecimento, ver, entre outros: ANDRADE, Marcos Ferreira de, op. cit., 2008; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op. cit., 2002; CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira, Itajubá – 1785-1850*. Dissertação (Mestrado) – ICH/UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

<sup>256</sup> Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livros 1 e 2.

Passos.<sup>257</sup> No Quadro 4, listamos os nomes dos dez principais compradores e, a partir de outras fontes, sinalizamos a principal atividade econômica em que estavam envolvidos.

**Quadro 4: Principais compradores de escravos (Guaxupé, 1861-1888)**

Nome do comprador	Número de escravos comprados	Atividade econômica que se dedicava
Manoel Joaquim Ribeiro do Valle	17	Cafeicultor
Joaquim da Costa Monteiro	9	Cafeicultor
Geraldo Ribeiro do Valle	7	Cafeicultor
João Baptista Pereira de Magalhães	7	Cafeicultor
Eugenio Ribeiro Leite	6	Cafeicultor
Rita de Cássia Ribeiro	5	Cafeicultora
Joaquim Leite Ribeiro	4	Cafeicultor
Urias Coelho Monte Alegre	4	Ignorado
Francisco Vieira do Valle	3	Cafeicultor
Joaquim Pedro Leite Ribeiro	3	Cafeicultor

Fontes: Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livros 1 e 2. Inventários *post mortem*.

A concentração da propriedade escrava pelos cafeicultores também fica evidente nos inventários *post mortem*. Em um total de 80 processos, referentes à década de 1880, foram listados 272 escravos, e 167 deste montante, o que corresponde a 61,3%, pertenciam a produtores de café.<sup>258</sup>

A demanda pelo trabalho escravo também aparece nos contratos lavrados em cartório. Em 1873, Estevão Ribeiro do Valle contratou por um ano, pelo preço de 100\$000, o trabalho de Bernabé, de 20 anos, escravo de Flauzina Candida Figueiredo.<sup>259</sup>

<sup>257</sup> Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livro 2.

<sup>258</sup> FMM - Inventários *post mortem*.

<sup>259</sup> Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livro 3, fls. 1.

Em 1883, Miguel Custódio de Bastos contratou, por tempo indeterminado, pelo preço de 480\$000 ao ano, os serviços de Benedito, Ignácio e Maria, escravos de Aleixo Ferreira dos Reis.<sup>260</sup> Em 1886, Joaquim Costa Monteiro, em acordo com Claudina Zeferina do Prado, contratou, pelo prazo de cinco anos e três meses, ao preço de 2:000\$000, o trabalho dos escravos Salustiano e Lucindo.<sup>261</sup>

No interior das propriedades, como se depreende das escrituras de locação de serviço e dos livros de contas de fazendas, o trabalho inicial de formação de uma nova lavoura era realizado por homens livres. Eles derrubavam a mata, realizavam a queimada, abriam as covas, plantavam e cuidavam da lavoura até, em média, quatro anos. Depois desse período, com a lavoura já produzindo, o serviço ficava a cargo dos escravos. Esses realizavam as capinas – entre cinco e seis por ano –, podavam os galhos secos, colhiam, conduziam os frutos para o terreiro e cuidavam do beneficiamento e armazenamento da produção.

Nas fazendas, conforme as fontes consultadas, trabalhadores livres também eram recrutados para executarem outros tipos de atividades (Quadro 5).

**Quadro 5: Trabalhadores livres da fazenda Bocaina, em Guaxupé (1869-1888)**

<b>Ano</b>	<b>Nome do trabalhador</b>	<b>Atividade</b>
1869	José de Souza e Silva	Empreitada
1870	José Lopes Pereira	Empreitada
1877	João Jerônimo	Empreitada
1877	Francisco Carlos	Empreitada
1878	Francisco Luiz	Viagem
1879	José Francisco Carneiro	Empreitada
1879	Francisco Luiz	4 viagens
1880	João Modesto	Viagem para o Rio de Janeiro
1881	Luís Torquato Machado	Confecção de 3 esteiras de carro, jacás para carga e 4 balaios
1881	João Gomes dos Reis	Viagem
1882	João Gomes dos Reis	8 viagens
1882	Jerônimo Lopes da Costa	3 viagens
1882	José Francisco Carneiro	Replanta de café (janeiro de 1882)
1883	José Antônio Correia	Empreitada
1883	João Carneiro	Empreitada

<sup>260</sup> 1º Registro de Notas de Muzambinho. Livro 4, fls. 106.v.

<sup>261</sup> Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livro 6, fls. 1.

1883	Domiciano José Dias	10 dias de serviço
1884	João Antônio dos Santos	88 dias de serviço
1885	Luiz Torquato Machado	Confecção de 3 esteiras de carro, 20 jacás e 77 balaios.
1886	Luiz Torquato Machado	3 dias de serviço
1886	Luiz Torquato Machado	Confecção de 5 esteiras para carro, 63 balaios, jacás para carga e balaios
1886	Francisco Theodoro da Silva	Apanhação do café
1886	Antônio Marques de Moraes	Viagens a Passos, Caconde, Arêas e Canoas (17 dias)
1887	José Joaquim Dutra	11 dias de serviço na máquina, a 3\$000 o dia
1888	José Joaquim Dutra	6 dias de serviço de carpintaria, a 2\$000 o dia
1888	José Passos	Empreitada

Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Livros 2 e 4.

Para a confecção deste quadro, valemo-nos dos livros de contas do fazendeiro Manuel Joaquim Ribeiro do Valle.<sup>262</sup> Percebe-se, de imediato, a importância dos empreiteiros – formadores de lavouras – entre os trabalhadores indicados, o que demonstra que a propriedade passava, nas duas décadas finais da escravidão, por um processo de expansão dos plantios. Também chama atenção a relação dos trabalhadores que realizavam viagens para o fazendeiro. Responsáveis pela tropa da fazenda, eles conduziam as safras até à estação ferroviária mais próxima e traziam mercadorias para abastecer a propriedade. O quadro indica ainda a presença de jornaleiros, artesãos e trabalhadores especializados.

Embora constata-se a importância do trabalho livre, reafirma-se, no entanto, que a principal força de trabalho nas propriedades do barão – como naquelas dos demais cafeicultores – eram os escravos. Em 1887, quando faleceu a esposa do fazendeiro, Esméria Cândida Ribeiro, foram listados no inventário 36 cativos.<sup>263</sup> Considerando-se também os escravos que pertenciam aos filhos do casal, eles somavam 72.<sup>264</sup>

Neste período – décadas de 1870 e 1880 –, além de adquirir novos trabalhadores e formar novas lavouras, esses cafeicultores estavam atentos ao processo de expansão das ferrovias. Em 1876, apenas quatro anos após a criação da Companhia Mogiana, um grupo

<sup>262</sup> Os livros consultados não apresentam registros regulares do cotidiano da fazenda. São, na verdade, livros de anotações das contas do fazendeiro. Eles informam, por vários anos, os valores a pagar e a receber, incluindo os gastos com os trabalhadores.

<sup>263</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Esméria Cândida Ribeiro, 1887, 1º ofício, solto.

<sup>264</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 6 (1850-1917).

de cafeicultores de Guaxupé, sob a liderança de Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, começou a comprar ações da Companhia.<sup>265</sup> Além de ser um investimento rentável, esperava-se que a injeção de recursos na empresa contribuiria para a rápida expansão dos trilhos, o que traria um novo impulso no desenvolvimento da cafeicultura local – ainda que nesses anos não se pensasse na possibilidade de a companhia ferroviária estender seus trilhos até à localidade. Em 1878, a Mogyana atingiu Casa Branca e, pelo traçado dos trilhos, a ferrovia seguiria pelo território paulista rumo a São Simão e Ribeirão Preto.<sup>266</sup> Nos anos seguintes, esse grupo de produtores mineiros juntou-se a outros cafeicultores paulistas para criar a Cia. Ramal Férreo do Rio Pardo, que partindo de Casa Branca chegaria em São José do Rio Pardo – a 45 km em linha reta de Guaxupé.<sup>267</sup> Em 1887, a empresa começou a funcionar, e um ano depois foi adquirida pela Mogyana, que estendeu seus trilhos até Canoas, no município de Mococa, na divisa com Minas.<sup>268</sup>

Na região, a segunda metade da década de 1880 foi marcada, portanto, pela expansão econômica, com a aproximação dos trilhos e a formação de novas lavouras. Assiste-se, no entanto, nesses mesmos anos, em várias partes do Império,<sup>269</sup> ao agravamento da crise da escravidão mediante o fortalecimento e radicalização do

---

<sup>265</sup> Além de registrar a compra de ações para si, o fazendeiro anotou, em diversas ocasiões, que forneceu dinheiro para que seus pares também adquirissem ações da Mogyana. Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Livro 2.

<sup>266</sup> MATOS, Odilon Nogueira de, op. cit., 1990, p. 91.

<sup>267</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Livro 2. Em uma procuração de 1888, os senhores tenentes João Baptista Pereira de Magalhães e José Theodoro Pereira da Cruz, além de Geraldo Ribeiro do Valle, Estevão Ribeiro do Valle e José Vieira do Valle, moradores de Guaxupé, nomearam e constituíram por seus procuradores os senhores Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, José Epiphanyo Ferraz, Manoel Antônio de Araújo e Joaquim da Costa Monteiro para representá-los como acionistas da Companhia Ramal Férreo do Rio Pardo. Cartório de Registro Civil de Guaxupé, livro 6. Agradeço ao senhor Wilson Ferraz por ter me apresentado esse documento.

<sup>268</sup> MATOS, Odilon Nogueira de, op. cit., 1990, p. 109. A estação de Canoas foi inaugurada em 1891. Ver: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/canoas.htm>.

<sup>269</sup> Na região, verifica-se um aumento das tensões nas relações escravistas, com registros de fugas de escravos em direção à província de São Paulo, o que ocorreu também em sentido contrário, de cativos de São Paulo para Minas. Entre as autoridades e senhores, atentos ao que estava ocorrendo em outras províncias, havia um clima de tensão e apreensão diante da possibilidade de ocorrerem revoltas escravas. Em 1887, em Cabo Verde, o subdelegado de polícia comunicou à chefia da polícia em Ouro Preto que estava sendo armada uma revolta na região. Em resposta, em caráter de urgência, a autoridade prometeu aumento do efetivo policial e pediu que o subdelegado agisse de forma rápida para evitar perturbações na ordem pública. Destacam-se, ainda, conflitos entre escravistas e abolicionistas. Em 1888, em Muzambinho, diante as atuações de Américo Luz, destacado abolicionista, um grupo de homens armados – capangas à mando dos fazendeiros locais – tentou matá-lo. Segundo as autoridades, com o aumento das fugas de escravos em direção ao município – cativos de áreas paulistas e da região –, Américo Luz fora acusado pelos fazendeiros de acoitar os fugitivos. Diante da situação, uma força policial foi solicitada para manter a ordem. Ver: CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Sobre um tempo de incertezas: o processo da abolição e os significados da liberdade em Minas Gerais (1880-1888)*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, capítulos 3 e 5.

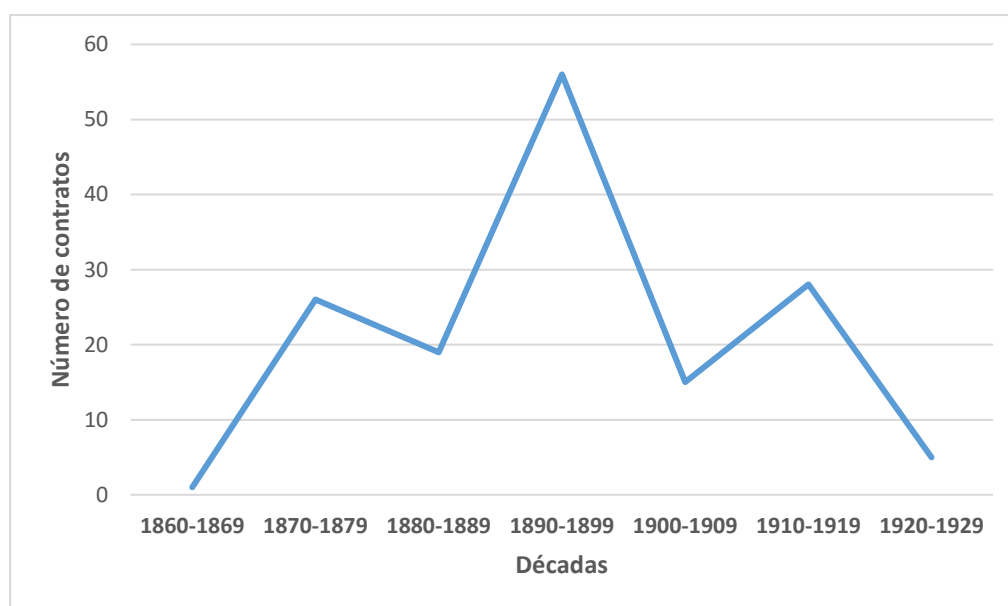
movimento abolicionista – que neste momento se articulava em todo território nacional – e à intensificação da insubordinação escrava, fatores decisivos para o naufrágio da escravidão em 1888.<sup>270</sup>

Na área em estudo, a mão de obra escrava, concentrada nas maiores fazendas, garantiu o primeiro arranque da cafeicultura nos anos finais da década de 1860 e, sobretudo, nas décadas de 1870 e 1880. Agora é preciso entender as mudanças que ocorreram na região no pós-abolição. Começemos pelas alterações na dinâmica populacional.

### 3.3 O pós-abolição no Sudoeste mineiro

Nos anos posteriores à abolição da escravidão, ocorreu, conforme as escrituras lavradas em cartório de formação de novas lavouras, um forte crescimento de plantios de cafezais na região (ver Gráfico 9). Movimento expansionista que, como vimos no primeiro capítulo, também pode ser observado na análise dos inventários *post mortem*.

**Gráfico 9: Contratos de formação de lavouras - Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1869-1930)**



Fonte: Escrituras de formação de cafezais. Livros de notas do 1º e 2º Ofício de Notas de Guaranésia; 2º Ofício de Notas de Guaxupé; Registro Civil de Guaxupé; 1º Ofício de Notas de Muzambinho; e Cartório de Títulos e Documentos de Muzambinho.

<sup>270</sup> Ver, entre outros: MACHADO, Maria. Helena P. T, op. cit., 1987; MACHADO, Maria Helena P. T, op. cit., 1994; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de, op. cit., 1987; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

Em sintonia com o movimento ascendente dos preços do café no mercado mundial e em razão da aproximação da ferrovia – que, a partir de 1891, estava em Canoas, na divisa entre Minas e São Paulo –, o gráfico mostra uma explosão nos plantios na década de 1890. Do período entre 1869 a 1930, encontramos 150 contratos de empreitadas (formação de lavouras), incluindo 21 escrituras mistas – em que há lavouras formadas, que são oferecidas em parceria, e lavouras por formar, em que os trabalhadores assumem empreitadas –, e desse montante, 56, o que representava 37,3%, foram formalizadas na década de 1890.

Ainda que esses registros não apresentem a totalidade das plantações, visto que nem todos os cafeicultores buscavam o cartório para registrar acordos de trabalho, eles nos fornecem uma amostra dos ritmos da lavoura cafeeira na região.<sup>271</sup> Nesses documentos, como mencionamos páginas acima, o cafeicultor contratava, por um período médio de quatro anos, um trabalhador ou grupo de trabalhadores para formar uma nova lavoura de café. Vencido o contrato, com as plantas em estágio de produção, o fazendeiro entregava a nova plantação para os cuidados de trabalhadores fixos da propriedade.

O movimento indicado sugere que a abolição da escravidão não causou grandes perturbações para o desenvolvimento da cafeicultura local. Possivelmente, a grande maioria dos libertos permaneceu na região no pós-abolição. Além disso, os dados do censo de 1890 sugerem, para Guaxupé, que a área se tornou, ainda nas décadas finais da escravidão, um polo de atração de contingentes populacionais. Como vimos no primeiro capítulo, as informações do recenseamento – o primeiro do República – demonstram que a ampliação do quantitativo populacional na localidade alcançou, em comparação com os números de 1872, o percentual de 44,9%; para Muzambinho, o crescimento foi menor, apenas 17,1%. Em relação a Guaranésia, como não há dados em separado para o ano de 1872, não foi possível analisar as variações populacionais na localidade.<sup>272</sup>

Os registros de casamento da freguesia de Dores de Guaxupé nos fornecem informações adicionais sobre o crescimento populacional na área.<sup>273</sup> De um conjunto de 457 registros, referentes a vários anos do final do século XIX, em 69,8% deles pelo menos

---

<sup>271</sup> O fazendeiro Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, por exemplo, mesmo sendo um grande produtor, não formalizou nenhum contrato – embora tenhamos encontrado em seus livros de contas várias menções às empreitadas –, o que também ocorreu com seu filho, outro grande produtor, o conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle.

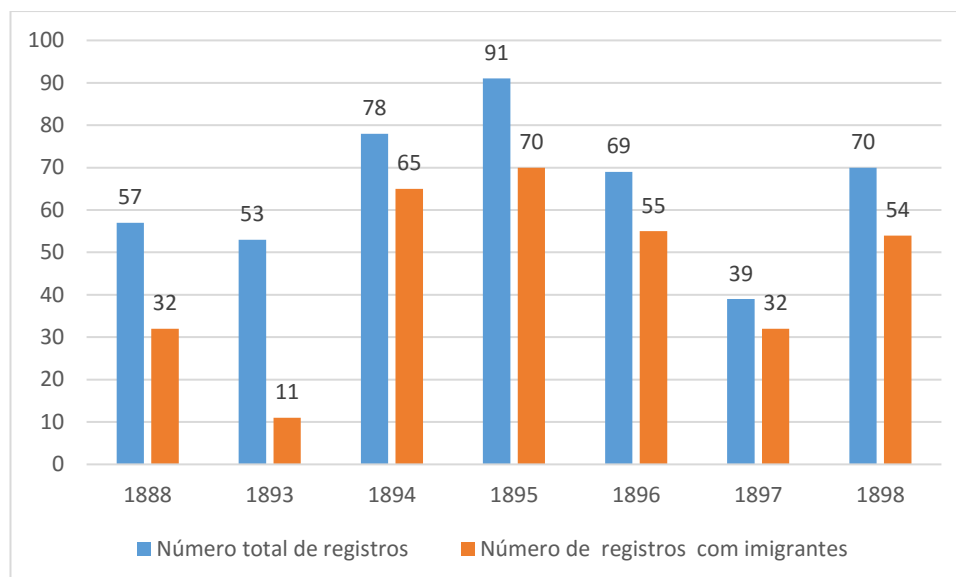
<sup>272</sup> Biblioteca do IBGE. Recenseamento geral de 1890.

<sup>273</sup> Paróquia de Nossa Senhora das Dores, Guaxupé. Livro 2.



um dos contraentes não era natural de Guaxupé. Vejamos os dados por anos (Gráfico 10).<sup>274</sup>

**Gráfico 10: Presença de imigrantes nos registros de casamento de Guaxupé**



Fonte: Paróquia de Nossa Senhora das Dores, Guaxupé. Livro 2.

Se excluirmos da contagem os dois primeiros anos, que apresentam percentuais menores, para os anos restantes, de 1894 a 1898, o percentual de registros com forasteiros salta para 79,5%; ou seja, em quase 80% dos assentos, ao menos um dos noivos declarou que era natural de outra freguesia. Os números não deixam dúvidas de que, no decorrer da década de 1890, em meio ao processo de expansão dos cafezais, ocorreu um deslocamento de pessoas em direção a Guaxupé; pessoas que, certamente, eram atraídas pelas possibilidades de encontrar postos de trabalho. Em um dos assentos, vale mencionar, o pároco anotou que os contraentes – um deles, natural de Caconde, no estado de São Paulo – eram colonos em uma fazenda.<sup>275</sup> Em relação à origem dos forasteiros, em um total de 477 indivíduos, 13,2% eram estrangeiros, 10,6 % eram provenientes de outros Estados da federação, e os demais, 76,7%, de diferentes pontos de Minas Gerais.

Para apresentar as origens dos migrantes que saíram de Minas, recorremos novamente à proposta de regionalização do território mineiro, no século XIX, elaborada pelos historiadores Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy.<sup>276</sup> Conforme observa-se

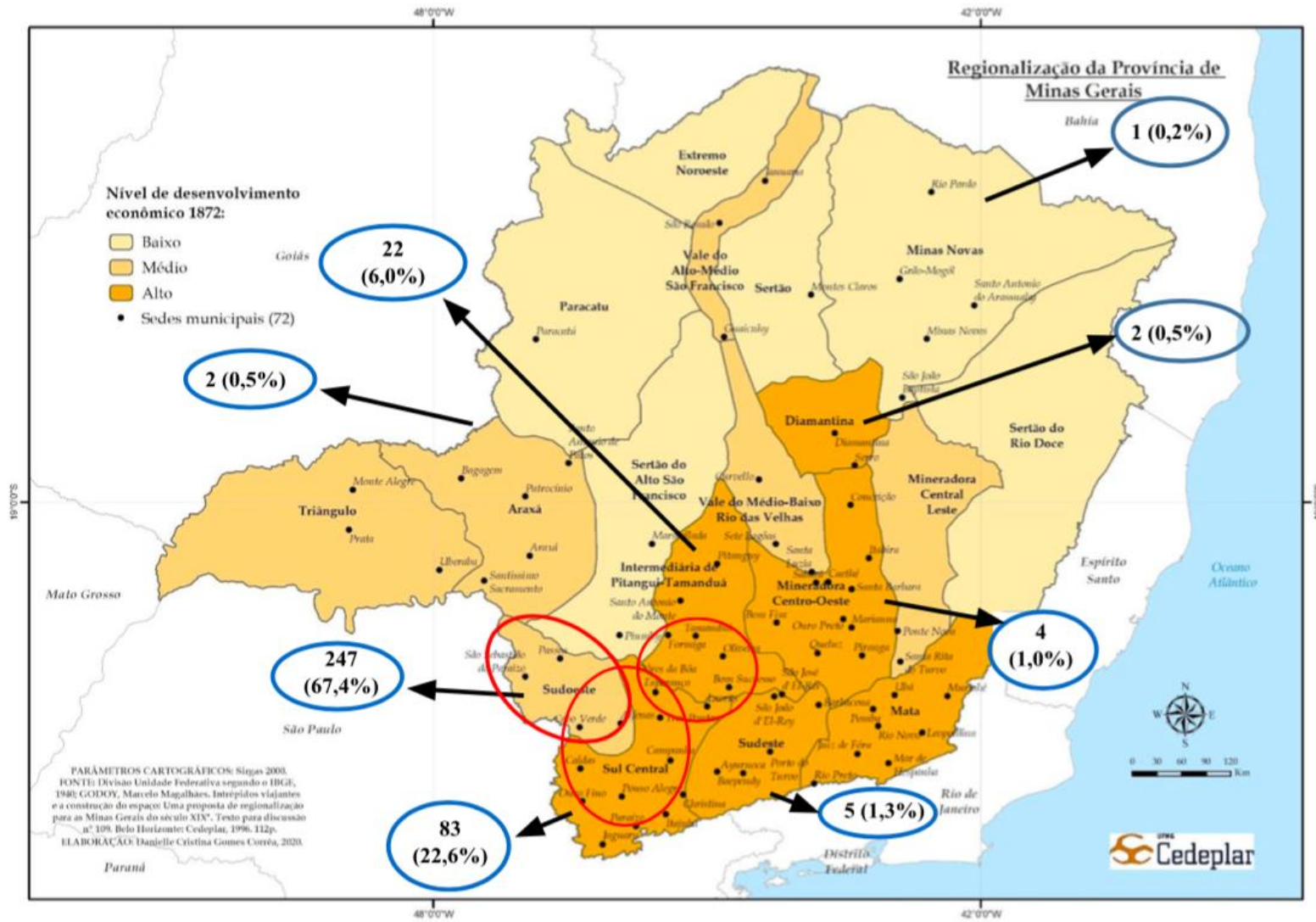
<sup>274</sup> Para os demais anos, entre 1888 e 1900, os assentos não foram incorporados em razão das dificuldades de leitura colocadas pela caligrafia do pároco.

<sup>275</sup> Paróquia de Nossa Senhora das Dores, Guaxupé. Livro 2, fls. 73.

<sup>276</sup> PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo Magalhães, op. cit., 2002.

no Mapa 9: Regionalização da província de Minas Gerais - Nível de desenvolvimento econômico (1872) – que reproduz a regionalização referida acima –, a maior parte dos migrantes mineiros, 67,4%, era proveniente da região Sudoeste; 22,6% indicaram que eram naturais de localidades situadas no Sul Central, e 6% da região Intermediária de Pitangui-Tamanduá – áreas que no mapa foram circuladas em vermelho. Um número bem pequeno de forasteiros era natural de regiões mais distantes – Sudeste (1,3%), Mineradora Centro-Oeste (1,0%), Diamantina (0,5%), Araxá (0,5%) e Minas Novas (0,2%).

Mapa 9: Regionalização da província de Minas Gerais - Nível de desenvolvimento econômico (1872)



Fonte: PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo Magalhães, op. cit., 2002.

O deslocamento populacional, cujos dados extraídos dos registros de casamentos formam uma pequena amostra, relaciona-se com as transformações socioeconômicas que ocorreram em Minas Gerais na segunda metade do século XIX: um importante crescimento da população livre e, ao mesmo tempo, um processo de proletarização. De acordo com Douglas Libby, com o crescimento demográfico e a diminuição das terras facilmente aproveitáveis pela agricultura de subsistência – dado o precário desenvolvimento das forças produtivas –, e as dificuldades, após o fim do tráfico transatlântico, em se adquirir escravos, uma parcela importante dos homens livres se viu cada vez mais obrigada a se engajar em serviços ocasionais para garantir a manutenção de suas famílias.<sup>277</sup> Esse processo – que acreditamos ter se aprofundado no pós-escravidão, dadas a ausência de transformações na estrutura agrária e nos métodos agrônômicos e a continuidade da ampliação do quantitativo populacional – constitui o substrato histórico que nos ajuda a entender os deslocamentos populacionais em direção aos núcleos cafeeiros aqui estudados. Deslocamentos esses que, provavelmente, foram fundamentais para se garantir a força de trabalho em uma área que não contava com grandes contingentes de ex-escravos – como na Zona da Mata mineira, por exemplo – e não recebeu grandes fluxos de imigrantes estrangeiros – tais como os núcleos de ponta da cafeicultura paulista.

Em 1890, o número de estrangeiros nos principais centros produtores de café do Sudoeste mineiro era pequeno (Tabela 24). Foi somente no decorrer dos anos seguintes, com a ampliação das lavouras e a chegada da ferrovia, que a região passou a atrair um número maior de imigrantes de outras nacionalidades – embora em quantidade inferior aos centros produtores paulistas.

Para a análise da dinâmica populacional nos anos seguintes, só podemos contar com o censo de 1920. A fim de estabelecermos comparações, apresentamos, além das informações referentes às localidades estudadas, os dados de outros importantes centros cafeeiros do Sudoeste mineiro e do Estado de São Paulo (Tabela 25 e Tabela 26).

---

<sup>277</sup> LIBBY, Douglas C., *op. cit.*, 1988, pp. 92-94.

**Tabela 24: Localidades do Sudoeste mineiro. População segundo a nacionalidade (1890)**

<b>Localidades</b>	<b>Brasileiros</b>	<b>%</b>	<b>Estrangeiros</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Guaranésia	4.134	98,9	45	1,0	4.179
Guaxupé	6.310	97,7	143	2,2	6.453
Monte Santo de Minas	10.234	95,8	439	4,1	10.673
Muzambinho	5.670	98,3	94	1,6	5.764
São Sebastião do Paraíso	9.245	98,8	108	1,1	9.353

Fonte: Biblioteca do IBGE. Recenseamento geral de 1890.

**Tabela 25: Localidades do Sudoeste mineiro. População segundo a nacionalidade (1920)**

<b>Localidades*</b>	<b>Brasileiros</b>	<b>%</b>	<b>Estrangeiros</b>	<b>%</b>	<b>Nacionalidade ignorada</b>	<b>Totais</b>	<b>Taxa de crescimento**</b>
Guaranésia	16.279	89,1	1.839	10,0	138	18.256	336,8
Guaxupé	15.049	90,10	1.649	9,87	3	16.701	158,8
Monte Santo de Minas	19.852	92,7	1.527	7,1	20	21.399	100,4
Muzambinho	17.909	96,7	605	3,2	6	18.520	222,1
São Sebastião do Paraíso	19.140	94,1	1.192	5,8	7	20.339	117,4

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1924.

\* Para estabelecermos comparações com as mesmas unidades territoriais em diferentes momentos, desconsideramos os dados dos distritos que foram anexados aos municípios nos anos posteriores a 1890.

\*\*Comparação entre os anos de 1890 e 1920.

*Tabela 26: Municípios Paulistas. População segundo a nacionalidade (1920)*

<b>Municípios</b>	<b>Brasileiros</b>	<b>%</b>	<b>Estrangeiros</b>	<b>%</b>	<b>Nacionalidade ignorada</b>	<b>Totais</b>
Batatais	18.498	84,7	3.311	15,1	7	21.816
Caconde	22.407	90,3	2.333	9,4	51	24.791
Cajuru	17.703	91,7	1.586	8,2	5	19.289
Casa Branca	21.799	82,5	4.608	17,4	10	26.417
Franca	38.104	85,9	6.193	13,9	11	44.308
Mococa	21.087	80,7	5.043	19,2	27	26.157
Ribeirão Preto	47.089	68,4	21.748	31,5	1	68.838
São José do Rio Pardo	38.722	80,4	9.430	19,5	-	48.152
São Simão	21.921	74,4	7.524	25,5	10	29.455
Sertãozinho	23.153	75,8	7.344	24,0	25	30.522

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1924.

De acordo com as Tabela 24 e Tabela 25, no intervalo entre os dois censos – de 1890 a 1920 – todas as localidades indicadas passaram por um significativo crescimento populacional: Guaxupé cresceu 158,8%; Monte Santo de Minas, 100,4%; Muzambinho, 222,1%; São Sebastião do Paraíso, 117,4%; e Guaranésia, de forma mais expressiva, cresceu 336,8% (média de 11,2% ao ano).

Em 1920, a região reunia um número bem maior de imigrantes de outras nacionalidades do que em 1890. O destaque, mais uma vez, é Guaranésia, cujo percentual de estrangeiros no conjunto da população local era de 10%. Em Guaxupé eles representavam 9,8%; em Monte Santo de Minas, 7,1%; em Muzambinho, 3,2%; e em São Sebastião do Paraíso, 5,8% (Tabela 25). No entanto, em comparação com os dados dos núcleos mais dinâmicos da economia cafeeira do Nordeste paulista – Ribeirão Preto, Sertãozinho e São Simão –, os números das localidades mineiras eram bem inferiores (Tabela 26). Em Ribeirão Preto os imigrantes estrangeiros correspondiam a 31,5% da população local; em São Simão, 25,5%; e em Sertãozinho, 24%. Os municípios de São José do Rio Pardo, Mococa, Casa Branca e Batatais também possuíam quantidades mais elevadas de estrangeiros – 19,5%, 19,2%, 17,4% e 15,1%, respectivamente. Observa-se que os números apurados para os núcleos cafeeiros de Minas Gerais eram mais próximos aos dos municípios de Caconde, Cajuru e Franca, cujos percentuais eram de 9,4%, 8,2% e 13,4%, respectivamente.

Os números reforçam a hipótese de que o deslocamento de migrantes nacionais foi um fator fundamental para fornecer mão de obra para os centros cafeeiros do Sudoeste mineiro. O crescimento populacional verificado na área é mais um indício desse processo. Em Guaranésia, como vimos, o crescimento entre 1890 e 1920 foi de 336,8%. Para fins de comparação, vale mencionar que em São José do Rio Pardo, que recebeu um número bem maior de imigrantes, a taxa de crescimento entre os dois censos foi de 253%; e em Mococa, de 192,8%.<sup>278</sup> Isso mostra que enquanto as localidades paulistas, vizinhas de Minas, passavam por um processo de crescimento populacional em grande parte devido a chegada de milhares de estrangeiros, os núcleos cafeeiros do Sudoeste mineiro passavam por um processo semelhante, mas com uma participação pequena de famílias de outras nacionalidades. A hipótese das migrações regionais precisa, no entanto, ser

---

<sup>278</sup> Como explicamos na tabela 25, para estabelecermos comparações com as mesmas unidades territoriais em diferentes momentos, desconsideramos os dados dos distritos que foram anexados aos municípios nos anos posteriores a 1890.

testada com novas pesquisas, de modo a se verificar, com amplas bases documentais, o peso desses deslocamentos na conformação da área estudada.

Nas páginas seguintes, valendo-nos das escrituras de formação e trato de cafezais, analisaremos a organização do trabalho nas fazendas da região.

### **3.4 Os contratos de trabalho**

Os contratos de formação e trato de cafezais nos fornecem um conjunto valioso de informações sobre os sistemas de trabalho nas propriedades cafeeiras. Embora se percebam algumas variações no nível de detalhamento entre os documentos, eles apresentam, de forma geral, as seguintes informações: os nomes das partes contratantes; a quantidade de cafeeiros que deviam ser plantados ou cuidados; as atividades a serem cumpridas (capinas, replanta, secagem e outras); formas de remuneração; multas rescisórias; multas referentes às replantadas não realizadas (as falhas); adiantamentos; tempo de duração do contrato; e sobre o acesso dos trabalhadores a recursos da propriedade – terra para o cultivo de gêneros de subsistência, áreas de pastagens e, em alguns casos, benfeitorias.

A procura pela formalização de um acordo de trabalho era motivada, sobretudo, pela necessidade, por parte dos fazendeiros, de assegurar o trabalho em suas propriedades em um contexto de forte demanda por mão de obra, e cuja oferta de novos braços para a lavoura era marcada por instabilidade em razão da constante movimentação da massa de trabalhadores em direção às zonas de fronteira – essa em constante expansão.<sup>279</sup>

Nas várias visitas que fizemos aos cartórios das cidades de Guaranésia, Guaxupé e Muzambinho, conseguimos reunir o total de 200 escrituras, referentes aos anos de 1869 a 1930 – 129 de empreitadas, 50 de parcerias e 21 de mistas (Gráfico 11).<sup>280</sup>

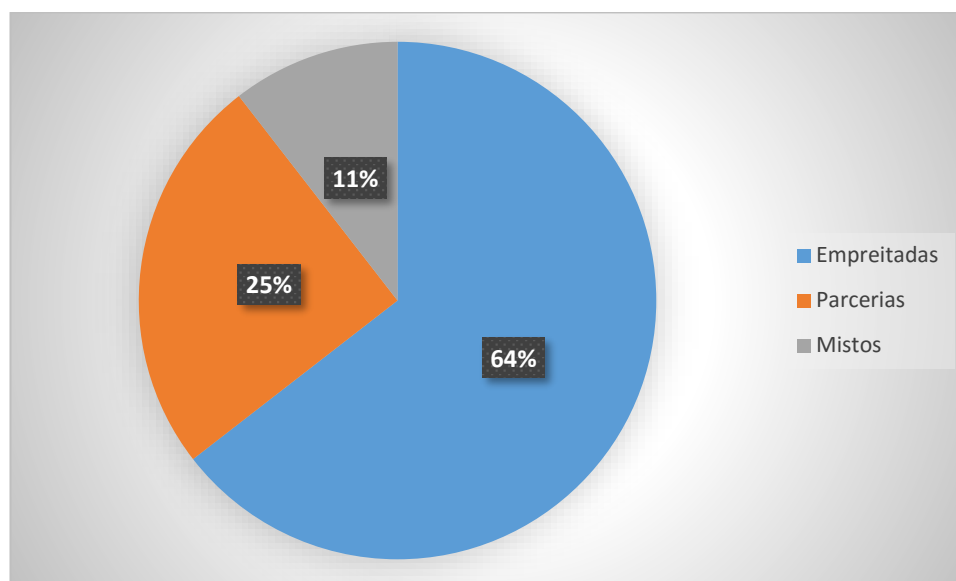
---

<sup>279</sup> HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., 1984, pp. 30-60.

<sup>280</sup> Livros de Notas do 1º e 2º Ofício de Notas de Guaranésia; 2º Ofício de Notas de Guaxupé; Registro Civil de Guaxupé; 1º Ofício de Notas de Muzambinho; e Cartório de Títulos e Documentos de Muzambinho. Agradeço imensamente aos responsáveis pelos cartórios por terem autorizado a pesquisa.



**Gráfico 11: Contratos de formação e trato de cafezais (1869-1930)**



Fonte: Escrituras de formação e trato de cafezais. Livros de Notas do 1º e 2º Ofício de Notas de Guaranésia; 2º Ofício de Notas de Guaxupé; Registro Civil de Guaxupé; 1º Ofício de Notas de Muzambinho; e Cartório de Títulos e Documentos de Muzambinho.

No caso das empreitadas, os trabalhadores eram contratados, por um período médio de quatro anos, para a formação de uma nova lavoura. Cabia a eles derrubar a mata, queimar, alinhar as covas, plantar, carpir, arrancar o excesso de brotos e replantar. Como afirma-se com frequência nos documentos, os empreiteiros deveriam entregar a lavoura limpa e bem cuidada. Como remuneração, recebiam uma certa quantia em dinheiro ou a posse de toda a produção da lavoura durante o período do contrato. Em outros casos, 15,5% desse tipo de contrato, os trabalhadores recebiam os dois tipos de remuneração. É importante esclarecer que os cafeeiros começavam a produzir a partir do quarto ano e, nesse momento, a produção era pequena; somente nos anos seguintes, com o amadurecimento das plantas, é que a produtividade alcançava um patamar mais elevado. Para os fazendeiros, especialmente aqueles que dispunham de poucos recursos monetários, era vantajoso ceder as colheitas iniciais para os empreiteiros, ao passo que receberiam, ao final do contrato, uma lavoura que começava uma fase de plena produtividade.

Em relação às parcerias, os trabalhadores recebiam uma lavoura formada para cuidar durante um certo tempo, na maioria dos casos, quatro anos. Eles ficavam responsáveis por realizar as capinas anuais, podar os galhos secos, colher, conduzir a produção até o terreiro, fazer todo o trabalho necessário para a secagem, carrear os grãos

até à máquina de beneficiamento e, por fim, armazenar. A remuneração por todo o trabalho era a metade da produção.

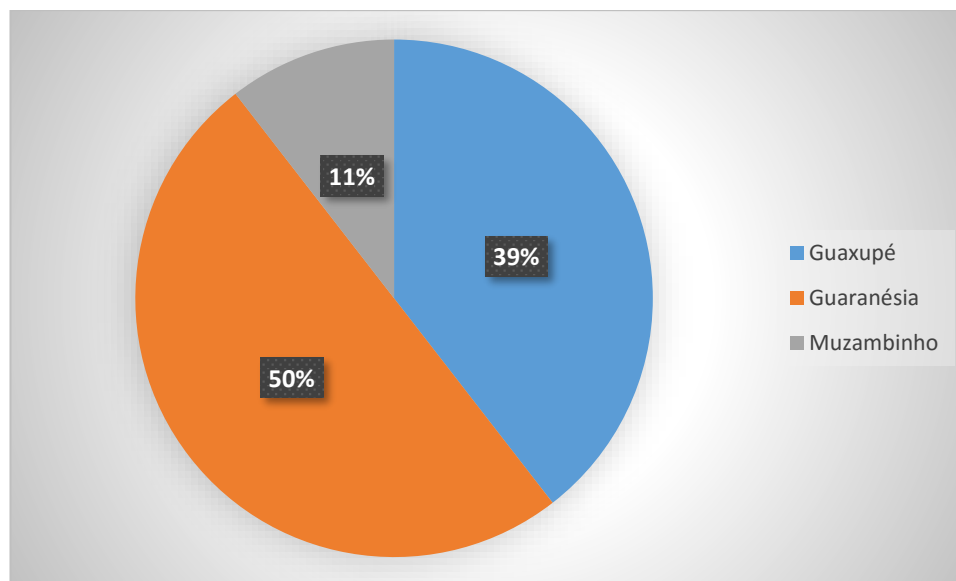
Nas escrituras indicadas como mistas, havia uma combinação dos dois regimes anteriormente descritos – os trabalhadores eram contratados para cuidar de uma lavoura formada e também assumiam a tarefa de fazer uma nova plantação.<sup>281</sup> Possivelmente, eles eram assim combinados como forma de tornar o contrato mais atrativo para os trabalhadores, que encontravam nas empreitadas condições mais favoráveis para o plantio de cereais. Desse modo, com os regimes articulados, garantiam-se os cuidados com as plantações maduras ou já envelhecidas e ampliavam-se os cafeeiros das propriedades.

Nos dois sistemas de trabalho, as escrituras previam que os trabalhadores teriam direito à terra para o cultivo de alimentos e áreas de pastagens. Em alguns casos, previa-se também que “parceiros” e “empreiteiros” teriam o direito à moradia durante o tempo de vigência do contrato. Em relação ao acesso à terra, permitia-se aos formadores de novas lavouras que plantassem gêneros de subsistência entre as fileiras de café, o que possibilitava uma economia de trabalho na medida em que poderiam cuidar das duas plantações ao mesmo tempo. Além disso, o cultivo de cereais em solos virgens, recém descobertos pela derrubada e queimada, garantia uma alta produtividade da lavoura e, por conseguinte, um aumento do excedente, que poderia ser comercializado nas vendas locais ou entre vizinhos. Aos trabalhadores que assumiam o trato de lavouras formadas, os contratos indicam, na grande maioria dos casos, que receberiam um terreno separado para o cultivo de alimentos.

---

<sup>281</sup> Utilizo aqui a classificação que foi empregada pelo pesquisador Rogério Naques Faleiros. Ver: FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010.

**Gráfico 12: Contratos de formação e trato de cafezais - Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho (1869-1930)**



Fonte: Escrituras de formação e trato de cafezais. Livros de Notas do 1º e 2º Ofício de Notas de Guaranésia; 2º Ofício de Notas de Guaxupé; Registro Civil de Guaxupé; 1º Ofício de Notas de Muzambinho; e Cartório de Títulos e Documentos de Muzambinho.

Como mostra o Gráfico 12, em Guaranésia foi lavrada a maior parte dos contratos da região – 50% deles. Guaxupé reunia 39% das escrituras, e Muzambinho apenas 11%. Os números são condizentes com as extensões das plantações de café em cada localidade. De acordo com o censo de 1920, Guaranésia reunia o maior número de cafeeiros da área, seguida por Guaxupé e por Muzambinho. Este, embora fosse o maior município em extensão territorial, tinha o menor número de cafeeiros.

De volta ao Gráfico 11, observa-se que, entre as escrituras encontradas nos cartórios locais, a maioria delas, 64%, era de formação de novas lavouras, o que indica a importância do processo de expansão das plantações na região no período recortado – de maneira especial, na década de 1890, decênio que concentra a maior parte dos contratos que tratavam sobre novos plantios. Os números são característicos de zonas de fronteira. Nesses espaços, com vastas terras virgens a serem desbravadas, predominavam em larga medida os contratos de empreitadas – contratos esses que, como afirmamos, ofereciam melhores condições para o cultivo de cereais, o que atraía muitos trabalhadores.<sup>282</sup> As

<sup>282</sup> No Oeste paulista, como mostrou Thomas Holloway, a movimentação da força de trabalho em direção às áreas de fronteira pressionava a expansão dos cafezais. Em busca de contratos com cultivos intercalares, os imigrantes se dirigiam para as novas áreas de plantação; e os fazendeiros, respondendo às condições do mercado de trabalho, a despeito dos preços favoráveis ou não do café, ampliavam os plantios de modo a oferecer contratos mais atrativos e, assim, reter mão de obra em suas propriedades. Para os produtores das regiões mais antigas o desafio era encontrar meios para não perder mão de obra e evitar a desorganização da produção. Ver: HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., 1984, p. 134.

escrituras de parceria, em número de 50, representam 25% do total. De maneira geral, os cafeicultores entregavam suas lavouras aos cuidados de um parceiro nos momentos de redução dos lucros, quando os cafezais apresentavam sensível queda na produção e era difícil atrair colonos e/ou nos períodos de preços baixos dos grãos – fases em que a depender da estrutura da fazenda, era mais vantajoso para o proprietário abrir mão de uma parte da produção do que gastar com camaradas.<sup>283</sup>

Em relação às formas de remuneração das empreitadas, chama a atenção a grande quantidade de contratos que registram pagamentos em dinheiro. De um total de 129 contratos, 98 deles, o que corresponde a 75,9%, fazem menção a pagamentos monetários. Se considerarmos somente as escrituras de formação de lavouras que foram lavradas entre os anos de 1869 e 1899, o percentual salta para 87%. No que toca a todos os contratos reunidos – de formação, parceria e mistos – durante todo o recorte temporal aqui em análise, verifica-se que em um conjunto de 200 documentos, 127, o que representa 63,5%, indicam valores monetários como forma de pagamento.

Como exemplo, vale citar o contrato lavrado em 1875 entre o fazendeiro Vicente de Paula Ribeiro e os trabalhadores Francisco Jatobá, Joaquim Francisco Jatobá e Martinho Ferreira Jatobá para a formação de quatro alqueires de café na fazenda do Balsamo, em Guaxupé. Como remuneração, a escritura estipulava: 2:800\$000; uma casa para moradia; a possibilidade de se realizar plantações entre as “ruas” do cafezal e nas beiradas da lavoura; a concessão de uma área de pastagem para a criação de oito animais; a garantia de que as benfeitorias construídas seriam, ao final do contrato, adquiridas pelo proprietário; e, por fim, a posse dos primeiros frutos do cafezal.

Escritura de locação de serviço entre Vicente de Paula Ribeiro e Francisco Jatobá, Joaquim Francisco Jatobá e Martinho Ferreira Jatobá, como abaixo se declara. Saibam quantos este público instrumento de escritura de locação de serviço virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos e setenta e cinco, ao primeiro dia do mês de setembro, nesta Freguesia de Dores do Guaxupé, em meu cartório compareceram Vicente de Paula Ribeiro, como locatário, e como locadores Francisco Jatobá, Joaquim Francisco Jatobá, e Martinho Ferreira Jatobá, uns e outros moradores desta freguesia (...). Por elles locadores foi dito que se obrigam a *plantar e tratar de café no terreno de quatro alqueires*, na fazenda do Balsamo, nas cabeceiras do córrego do Barro Preto, sendo esta plantação de semente e feito até o dia trinta de novembro do corrente anno, fazer as replantas necessárias, devendo ser alinhado de quatorze palmos quadrados. E na entrega deste

---

<sup>283</sup> Acompanhamos aqui a interpretação do pesquisador Rogério Faleiros em relação ao Oeste paulista. Ver: FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010, p. 165.

plantio, que será no dia trinta de outubro de mil oito centos e setenta e nove, será descontado os pés de café que tiver morrido a justo preço, feito a conta segundo o nosso contrato; e os que tiver menos de dois annos será aceito a cem réis por pé (...), não ficando eles locadores obrigados a qualquer estrago que houver proveniente de criação, fogos, chuva de pedra, geada, ou qualquer desastre. E pelo locatário foi dito que obrigava-se a pagar pelo serviço acima a quantia de *dois contos e oito centos mil reis*, que serão pagos em moeda corrente em dois pagamentos iguais, sendo o primeiro pagamento de um conto e quatro centos mil reis, nesta data, e o último, da mesma quantia, na entrega do plantio; dando a semente para a plantação, as mudas para as replantas no lugar e um alinhador para alinhar o terreno, *dando mais lugar para morar, dar permissão para plantar no terreno do café milho e feijão, e bem assim por fora do café para fazer qualquer plantação alimentar, e pasto para oito animais, obrigasse mais apagar toda as benfeitorias que fizer no lugar da morada, pelo que valer, e dar todo fruto do café durante quatro annos*. Disseram mais que por suas pessoas e bens se obrigam a cumprir reciprocamente este contrato (...).<sup>284</sup> (grifo nosso)

Essa forma de pagamento oferecia certa segurança para os trabalhadores. A obtenção de valores monetários não dependia unicamente da produtividade dos cafeeiros ao final do quarto ano, quando começava a produção, e do preço dos grãos no momento da venda, elementos que poderiam oscilar – geadas ou chuvas de granizo poderiam causar grandes estragos na lavoura, derrubando a produção, e na ocorrência de queda na cotação das sacas, reduziam-se os ganhos. No caso acima, e de outros contratos compulsados, estava garantido, mesmo que de forma parcelada, uma parte da remuneração, a despeito da produtividade da lavoura e dos preços de mercado no período de comercialização.

A utilização de certas quantias em dinheiro como meio de pagamento era, certamente, uma forma dos fazendeiros da região de atrair trabalhadores. Em um período em que a circulação de moeda era restrita, sendo monopolizada por um pequeno grupo de fazendeiros, negociantes e capitalistas, encontrar postos de trabalhos em que se previa remunerações em dinheiro era atrativo para os trabalhadores. Além do mais se pudessem contar com a possibilidade do cultivo de cereais, produção que poderia contribuir para a manutenção das famílias, permitindo assim que parte da remuneração em dinheiro fosse reservada para uma pequena poupança.

Os dados encontrados na região surpreendem em relação a outras áreas de fronteira, no Oeste paulista, no período de 1917 a 1937, conforme pesquisa de Rogério Faleiros. Em Novo Horizonte, na região Douradense, em 122 escrituras de formação,

---

<sup>284</sup> Cartório do Registro Civil de Guaxupé, livro 3, fls. 59.v.

19,6% indicaram pagamentos em dinheiro.<sup>285</sup> Em São José do Rio Preto, na região Alta Araraquense, em um total de 197 escrituras de empreitadas, 14,04% estipulavam valores monetários como remuneração.<sup>286</sup> Em Catanduva, também na Alta Araraquense, em um conjunto de 107 escrituras de formação de lavouras, apenas 10% previam pagamentos em dinheiro.<sup>287</sup> Em Lins e Piarajú, ambas na região Noroeste do estado, os números são mais próximos do que apuramos para Minas. Na primeira localidade, em um total de 174 contratos de formação, 48,4% envolviam cláusulas monetárias; na segunda, em um conjunto de 328 contratos, 58,7% estipulavam esse tipo de acerto.<sup>288</sup>

Na área em estudo, como vimos, 75,9% das escrituras de formação previam pagamentos em dinheiro. Percentual muito superior ao que foi apurado para os municípios paulistas; localidades essas que, tais como as de Minas, também passavam por um forte processo de expansão dos plantios no momento em que os contratos foram lavrados. Constata-se, assim, uma especificidade da região mineira em comparação com outras áreas de fronteira agrícola: além das possibilidades de plantio de cereais entre os cafeeiros, os trabalhadores poderiam contar de forma mais recorrente com remunerações monetárias.

Para os produtores mineiros, além da urgente necessidade de atração de mão de obra em um período de rápido crescimento das plantações, eles enfrentavam uma forte concorrência por braços dos municípios da região Mogiana, no estado de São Paulo, área que no período aqui estudado era um dos principais espaços de expansão dos cafezais do país. Desse modo, podemos supor que a mobilização de recursos monetários pelos fazendeiros buscava atrair trabalhadores e evitar que eles tomassem rumo das fazendas paulistas.

Por certo, em razão do forte crescimento da economia da região Mogiana nas décadas finais do século XIX e início do século XX e pelas facilidades de movimentação em decorrência da instalação das linhas ferroviárias, o problema da emigração de trabalhadores esteve sempre presente nas localidades mineiras próximas da divisa com o estado vizinho. Em 1925, por exemplo, Theodoro Rodrigues da Silva foi acusado de aliciar um grupo de trabalhadores que residia no município de Machado – este, um

---

<sup>285</sup> FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010, p. 340.

<sup>286</sup> Idem, p. 384.

<sup>287</sup> Idem, p. 384.

<sup>288</sup> Idem, p. 434.

importante centro cafeeiro do Sudoeste mineiro – afim de levá-lo para trabalhar em Mococa. O acusado foi preso em Alfenas, a caminho do estado de São Paulo.

Theodoro, que também era natural de Machado, declarou que tinha assumido uma empreitada para formar uma lavoura de 9.500 pés de café em uma fazenda localizada em Mococa, e que, em visita à sua cidade natal, alguns homens, não tendo trabalho na localidade, pediram que os levassem para trabalhar no município paulista. O acordo seria o seguinte: seis mil réis por dia de trabalho e pagamento das despesas da viagem.

Em poucos dias, a pedido do ministério público, Theodoro foi solto e o processo arquivado. O parecer do promotor esclarece o caso:

O chefe da polícia do Estado de Minas, no intento provável de impedir o despovoamento da lavoura, determinou as autoridades policiais, em recente circular, que prendessem todo aquele que fosse encontrado aliciando operários para fora do Estado. Tal medida, aceitável do ponto de vista dos interesses econômicos do Estado, parece-nos sumariamente injusta, ilegal e contraproducente. Não só atendendo contra o livre direito de contratar, garantido pela nossa Carta Magna, como ofende a liberdade individual.<sup>289</sup>

Em 1928, também em Machado, na fazenda Palmital, ocorreu um conflito entre trabalhadores de uma mesma família, cujo motivo era a questão da migração. José Sabino Ricardo agrediu seu sogro, Pedro Antônio da Cruz, com uma enxada. Segundo o agressor, que depois do ato correu à polícia para se entregar, a razão do conflito que acabou em agressão era que ele, junto da mulher, queria se mudar para o município de Mococa para trabalhar; e seu sogro, contrário à mudança, não permitia que a filha deixasse a casa onde moravam.<sup>290</sup>

Esses são alguns casos, cuja documentação consultada permite entrever, de processos de transferências de mineiros para os núcleos cafeeiros de São Paulo. O forte crescimento da economia paulista exigiu um grande número de braços para a lavoura, e, além dos imigrantes estrangeiros, muitos nacionais para lá se dirigiam para trabalhar na derrubada de matas, na formação de novas lavouras, em serviços ocasionais no interior das propriedades ou mesmo como colonos.

Argumentamos que a presença de cláusulas monetárias nas escrituras de formação de lavouras pode ser entendida como estratégia dos fazendeiros para atrair mão de obra.

---

<sup>289</sup> Fórum do Município de Machado. Ação Criminal. Réu: Theodoro da Rodrigues da Silva, 1925, documento solto.

<sup>290</sup> Fórum do Município de Machado. Processo-crime. Réu: José Sabino Ricardo, 1928, documento solto.

Entretanto, a medida mais eficaz para atrair e fixar trabalhadores nas propriedades em zonas de fronteira foi a permissão para o uso da terra. Como vimos, o plantio de cereais, em terras virgens, entre as fileiras do café, garantia uma alta produtividade, e permitia, por conseguinte, que os homens que cultivavam o solo a mando dos fazendeiros aumentassem seus ganhos. Nas escrituras que examinamos, em quase a totalidade indicase a permissão para o uso da terra. A prática era tão difundida que, possivelmente, mesmo entre os contratos em que não se faz menção, ela tenha ocorrido.

Vale citar alguns casos. No ano de 1890, em Muzambinho, o fazendeiro Antônio Paulilho contratou, por um período de quatro anos, Antônio Candido da Silva para formar 18 alqueires de café – uma lavoura de 45 mil pés.<sup>291</sup> Como pagamento, o empreiteiro receberia 800\$000 por cada alqueire, teria o direito de usufruir do terreno do cafezal para fazer suas plantações e, depois do segundo ano, poderia utilizar, além do espaço entre as fileiras do café, um terreno separado, de terras baixas, de nove alqueires. Antônio Candido também receberia uma casa para morar e poderia usar das benfeitorias da propriedade. Percebe-se que, nesse acordo de trabalho, o acesso à terra era um elemento central. O trabalhador não ficaria com os primeiros frutos do cafezal e os valores pagos em dinheiro não eram de grande monta.<sup>292</sup> Dada a quantidade expressiva de terras a que o empreiteiro teve acesso, a parte mais importante da sua remuneração viria da produção e comercialização dos cereais.

Em alguns contratos, registam-se informações adicionais. Em 1916, João Maria Gonçalves, em um contrato de trabalho de cinco anos com o fazendeiro Antônio de Souza Franco, assumiu a empreitada de formação de dez alqueires de café em Guaranésia.<sup>293</sup> A remuneração seria toda a produção do cafezal e mais o acréscimo de 0\$40 por cada cova formada e 0\$500 por pé replantado. O terreno do cafezal poderia ser utilizado, no período do contrato, para o plantio de milho, feijão, fumo, batatinha, arroz, mandioca, grão de bico e outras culturas. Quanto ao milho, assinala-se que nos primeiros quatro anos poderia ser plantada uma cova em cada vão entre os pés de café, além de duas carreiras no meio das ruas da lavoura; no quinto ano, somente uma carreira entre as fileiras de cafeeiros. O

---

<sup>291</sup> 1º Ofício de Notas de Muzambinho, Livro 9, fls. 13.v.

<sup>292</sup> Nos contratos lavrados em Franca, em 1895, pagava-se 0\$600 por cova formada. Se no caso analisado acima fosse pago esse valor, o empreiteiro receberia 27:000\$000 – quase o dobro do valor estipulado na escritura. Em relação aos dados de Franca, ver: FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2008, p. 82.

<sup>293</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, Livro 14, fls.125. v.



trabalhador também poderia usufruir de um terreno de pasto de dois alqueires para a criação de animais.

Em uma escritura de 1917, Miguel Elias Zeitem contratou, por um período de cinco anos, Damaso Loti e Luis Bondoni para formarem quatro alqueires de café na fazenda Água Limpa, também em Guaranésia.<sup>294</sup> Os trabalhadores receberiam 400\$000 por alqueire e toda a produção de café durante o período de vigência do contrato. Em relação à terra, eles poderiam usufruir do terreno do cafezal para fazerem as plantações que desejassem, com a exceção do grão de bico e da cana de açúcar; além disso, teriam direito a uma área de pastagem.

Observa-se em vários contratos, tal como nos documentos citados, a presença de cláusulas que buscavam estabelecer regras sobre as plantações intercalares – indica-se quais culturas poderiam ser plantadas e quais eram vetadas; no caso do milho, o modo de plantio; e, também, o tempo em que o terreno do cafezal poderia ser utilizado para o plantio de alimentos. A preocupação era evitar que o cultivo de outras culturas prejudicasse o desenvolvimento dos cafeeiros. Por isso, verifica-se, de maneira geral, que após o quarto ano, com o amadurecimento das plantas, muitos fazendeiros reservavam um terreno separado para os trabalhadores fazerem suas plantações.

Em várias escrituras, os trabalhadores também receberam, como parte do pagamento, o acesso à moradia. Em 1915, por exemplo, em uma escritura que classificamos como mista, o fazendeiro Gabriel Custódio Pinheiro contratou José Benine para formar uma nova lavoura, tratar de um cafezal em formação e outro já formado na fazenda do Mato Dentro, em Guaranésia. No acordo, Benine poderia utilizar, durante o período do contrato, seis casas da propriedade – uma para ele e as demais para seus empregados.<sup>295</sup> Ao todo, essa concessão aparece em 70 escrituras, 35% do total, chegando-se à soma de 105 imóveis concedidos, o que demonstra que na região o acesso à moradia era um elemento importante no estabelecimento de acordos de trabalho. Para as áreas cafeeiras do Oeste paulista, de acordo com as pesquisas disponíveis, não se menciona de forma recorrente esse tipo de concessão nas escrituras lavradas em cartório.<sup>296</sup>

Registra-se também, em 21 contratos, que os trabalhadores teriam o direito de fazerem uso de carros de boi ou de carroças da propriedade para transportar a produção

---

<sup>294</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, Livro 16, fls. 5.v.

<sup>295</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro 14, fls. 44. v.

<sup>296</sup> Ver: FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010.

de café e de cereais. Em outros casos, sete registros, os proprietários assumiram a reponsabilidade pelo carreto da produção. Considerando-se as duas situações, em 28 contratos, 14% do total, os trabalhadores ficaram desobrigados em bancar os gastos com transportes.

A permissão pelo uso da terra e a oferta, em alguns casos, de elementos adicionais, tais como a casa, outras benfeitorias e o uso de equipamentos da fazenda, cumpriam uma função importante para os fazendeiros: permitiam que eles pudessem economizar numerário para garantir o pagamento aos trabalhadores e, assim, reduzir os custos para a formação e trato das lavouras. Nos períodos de crise, quando lucros eram pequenos e o crédito mais difícil, reduzia-se ainda mais os salários e oferecia-se, em contrapartida, maiores vantagens em pagamentos não-monetários.<sup>297</sup>

A escritura citada acima serve de exemplo. Como dissemos, o fazendeiro Gabriel Custódio Pinheiro contratou, em 1915, José Benine para formar uma nova lavoura, tratar de um cafezal em formação e outro já formado, totalizando três alqueires de plantações.<sup>298</sup> Pelo trabalho de plantio de um novo cafezal e trato de uma lavoura em formação, Benine receberia apenas 100\$000 por alqueire, e pelo trato do cafezal maduro, a metade da produção. Para tornar o contrato mais atrativo, o fazendeiro ofereceu incentivos adicionais – seis casas de morada, uma carroça com quatro burros para o transporte da produção, três alqueires de terras anuais para o plantio de alimentos, área de pastagem e mangueira para porcos. Desse modo, para tocar as referidas lavouras, o cafeicultor mobilizou sobretudo os recursos disponíveis na propriedade e pequenos valores monetários.

Esse sistema de incentivos – com destaque para a concessão de terras – era, portanto, essencial para a reprodução de um modo particular de organização do trabalho nas fazendas e, assim, da própria economia cafeeira ao longo do tempo. Em outros termos, tal mecanismo contribuiu para viabilizar o recrutamento de mão de obra e o rebaixamento dos custos de produção, elementos que permitiram, por conseguinte, um constante processo de expansão da economia agroexportadora cafeeira.<sup>299</sup>

José de Souza Martins, em um estudo clássico sobre o desenvolvimento do capitalismo no país, mostrou a forma em que tais arranjos de trabalho para formação de cafezais exploravam os trabalhadores. Como os formadores tinham acesso aos meios de

---

<sup>297</sup> Ver: HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., pp. 111-169.

<sup>298</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro 14, fls. 44.v.

<sup>299</sup> FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010, p. 463.

produção, ou seja, poderiam usufruir da terra para produzir parte dos alimentos de que necessitavam para a própria subsistência, não se tratava de uma relação capitalista de produção. Na prática, explica o autor, o trabalhador arrendava uma parte do terreno do fazendeiro para produzir cereais e lhe pagava, ao final do contrato, com o cafezal formado. “Não era o fazendeiro quem pagava o trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro”.<sup>300</sup> Desse modo, transferia-se ao trabalhador o ônus pela formação do cafezal. A partir dessa relação, os proprietários formavam o capital constante de seus empreendimentos – renda em trabalho que se convertia em capital constante, o cafezal.<sup>301</sup>

Para Martins, nesse processo encontra-se o segredo da acumulação na economia de grande lavoura cafeeira – a formação dos cafeeiros, a principal parte do capital das fazendas, a partir de relações não capitalistas de produção. E para tanto, ressalta-se, o monopólio dos fazendeiros sobre a terra era um fator primordial. Ele permitia a esse grupo sujeitar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, impor uma relação de produção, cujos custos para a formação dos cafezais eram mínimos.

Conforme as escrituras, os trabalhadores ainda estavam sujeitos a outras formas de exploração, como a exigência de realizar trabalhos gratuitos – conserto de cercas, conservação de estradas, roçar os pastos e outras atividades – e, em alguns casos, a impossibilidade de dispor de suas próprias produções.<sup>302</sup>

Em 1891, em um contrato de empreitada para formar três alqueires de café, Joaquim Serafim dos Santos ficava obrigado a entregar, todo ano, três carros de milho ao proprietário.<sup>303</sup> No ano de 1919, em uma escritura de parceria para o trato de quatro alqueires e meio de café, Francisco Blasques e Antônio Blasques teriam que entregar, a cada ano, um carro de milho e um saco de batatinhas.<sup>304</sup> Em escritura lavrada em 1919,

---

<sup>300</sup> MARTINS, José de Souza. *Cativeiro da Terra*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 66.

<sup>301</sup> Idem, pp. 65-67.

<sup>302</sup> Rogério Faleiros observou, para várias regiões cafeeiras do estado de São Paulo – zonas maduras e de fronteira –, que na maioria das escrituras os trabalhadores não tinham a liberdade de dispor das produções de alimentos que lhes cabiam. Conforme regra estabelecida em contrato, os fazendeiros tinham a “preferência de venda” no momento da comercialização da produção. Assim, “amarrados” por tal exigência e geralmente em dívidas com o fazendeiro, contraídas com adiantamentos ou no decorrer dos anos, os trabalhadores, em situação desfavorável, vendiam seus produtos a preços inferiores aos praticados no mercado. Desse modo, rebaixavam-se os ganhos dos empreiteiros e parceiros, e os fazendeiros, em posse dessas produções, revendiam-nas e as transformavam em mais uma fonte de lucro. Ver: FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010, p. 463. Ver também: FALEIROS, Rogério Naques. Estratégias de expropriação e contratos de trabalho na cafeicultura paulista (1917-1937). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, n. 9, jan. jun. de 2013, pp. 307-330.

<sup>303</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro s.n., fls. 23.v.

<sup>304</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro 21, fls. 66.

Olívio de Souza Dias assumiu um contrato de parceria. Conforme o acordo, o dinheiro obtido na venda dos cereais deveria ser repartido, em partes iguais, entre ele e o fazendeiro.<sup>305</sup> Thomaz Gonçalves, que assumiu um contrato misto em 1920, ficava obrigado a oferecer, a cada ano, a produção de alimentos ao proprietário, que teria a preferência de compra.<sup>306</sup>

Até mesmo em relação à produção de café, verifica-se, em algumas situações, que os trabalhadores não tinham a liberdade de comercialização. Em uma escritura de parceria de 1893, José Severino de Mattos teria de vender, obrigatoriamente, ao fazendeiro, pelo preço corrente, a parte que lhe coubesse da produção de café.<sup>307</sup>

Um contrato de 1910, lavrado no cartório de Muzambinho, reúne todas essas medidas, e ainda apresenta outras; um exemplo claro de como os fazendeiros poderiam se valer dessas escrituras para explorar de forma intensa os trabalhadores.

**Primeira:** fica o inquilino [Candido Mariano de Souza] obrigado a dar, pelo menos, cinco capinas anualmente nos referidos cafezais, fazendo no tempo próprio a colheita dos frutos, cuidando da secagem destes, fazendo a condução dos referidos frutos, depois da secos, para a máquina que for escolhida de comum acordo por ambas as partes para seu beneficiamento, correndo por conta exclusiva do mesmo inquilino todas as despesas (...) **Segunda:** na máquina em que for feito o beneficiamento dos frutos, será feita a partilha em partes iguais (...), e pagando, então, cada um deles as despesas do beneficiamento de sua parte. **Terceira:** fica o contratante com o inteiro direito de fiscalizar a secagem dos frutos no terreiro próprio, *ficando ainda o inquilino obrigado a zelar do mesmo terreiro, conservando sempre tratado e limpo e fazer as reparações e consertos necessários* (...) **Quarta:** ao contratante fica salvo o direito de preferência de compra dos frutos da parte que couber ao inquilino, desde que ofereça em preço igual ao que encontrar o referido inquilino (...) **Quinta:** fica o inquilino com o direito de plantar, a sua custa, em terras do contratante e por fora do cafezal até três alqueires de roça de milho, e com o milho que colher criará e engordará porcos (...), *e quando vendidos os mesmos porcos o produto será dividido em partes iguais pelos dois contratantes* (...) **Sexta:** o proprietário e contratante se obriga a fazer, a sua custa, no lugar do imóvel que achar conveniente, uma tulha, *ficando, porém, o inquilino obrigado a fornecer camaradas que forem preciso para o serviço de construção* (...) **Sétima:** o inquilino não terá direito a indenização ou remuneração por qualquer benfeitoria ou beneficiamento que o mesmo fizer no prédio agrícola (...) **Oitava:** por fora do que foi estipulado na cláusula quinta, *fica o inquilino obrigado a dar, anualmente, durante o tempo de contrato, um carro de milho de oitenta mãos, e cinco alqueires de feijão, ao alqueire de cinco litros, ao contratante.* **Nona:** no fim da cada safra, deduzida da parte que couber

<sup>305</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro 21, fls. 88.

<sup>306</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro 18, fls. 12.v.

<sup>307</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro s.n., fls. 189.v.

ao inquilino o dinheiro que for preciso para o pagamento das despesas de tratamento dos cafezais e outros referidos neste contrato, se houver sobra *fica o mesmo inquilino obrigado a emprestá-la, sem juros, ao contratante até que este liquide dívidas particulares.*<sup>308</sup> (grifo nosso)

Trata-se de um contrato de parceria para o trato de cinco alqueires e meio de café. Além da metade da produção, o proprietário teria a preferência pela compra da parte do parceiro; ficaria com a metade dos ganhos da criação de porcos; teria uma parte anual da produção de alimentos; e, de modo surpreendente, ainda se apropriaria, em forma de empréstimo, sem uma gota de juros, dos ganhos do parceiro referentes à produção cafeeira. Exige-se, ainda, o conserto e reparo do terreiro, e o pagamento de camaradas para construir uma tulha para a propriedade, sem direito à restituição. A exploração se mostra aqui sem rodeios e eufemismos. Em uma época de preços baixos do café no mercado mundial, o fazendeiro, como meio de tocar a lavoura sem a necessidade de arcar com os custos de mão de obra, a entrega aos cuidados de um trabalhador no sistema de parceria. Mas não é só isso. O fazendeiro usa de variadas maneiras para sugar o trabalho alheio do modo que lhe seja vantajoso.

Em outras situações, os fazendeiros estabeleciam cláusulas nos contratos para “amarrar” os trabalhadores à propriedade. Em um contrato de 1891 para cuidar de um cafezal de um alqueire e meio, João Paulo do Nascimento não poderia se ausentar do serviço sem o consentimento do proprietário, e nos dias em que não houvesse alguma atividade no cafezal, deveria trabalhar, por dia ou empreitada, na fazenda ao preço que fosse combinado.<sup>309</sup> Em 1894, José Antônio dos Santos foi contratado para formar meio alqueire de café e zelar de mais meio alqueire já formado e, conforme o contrato, no período de quatro anos ele não poderia trabalhar para outras pessoas, e quando não estivesse em serviço no cafezal deveria realizar outros afazeres para o proprietário pelo preço que fosse acertado entre as partes.<sup>310</sup>

Joaquim Claudino da Piedade, seu filho Rodolpho Claudino Vieira e seus quatro filhos menores foram contratados, em 1895, para cuidar de uma lavoura de café em formação de três alqueires. De acordo com o contrato, no período de quatro anos Joaquim não poderia, quando não houvesse serviço no cafezal, assumir outro trabalho sem o

<sup>308</sup> Cartório de Títulos e Documentos de Muzambinho, livro 1, fls. 22.

<sup>309</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro s.n., fls.72. v.

<sup>310</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro s.n., fls.15. v.

consentimento do fazendeiro. Além disso, não deveria permitir que seus filhos menores se ausentassem do serviço, salvo em caso de força maior.<sup>311</sup>

Embora tais medidas – cláusulas que impediam a livre comercialização das produções pelos trabalhadores e que buscavam “prendê-los” às fazendas – não estivessem presentes na maioria dos contratos e, portanto, não podem ser generalizadas como práticas comuns na região, elas revelam o quanto as relações de trabalho nos cafezais poderiam ser marcadas por aguda exploração.

Ao final dos contratos de empreitadas, o fazendeiro recebia das mãos dos formadores um cafezal formado, que apenas iniciava a fase de plena produtividade. Para tocar a nova lavoura – realizar as capinas, espalhar e amontoar os ciscos, colher e secar os grãos –, o proprietário poderia realizar um contrato de parceria agrícola e concedê-la a algum parceiro, ou então entregá-la aos cuidados dos trabalhadores fixos da propriedade, os colonos. Nas grandes fazendas do Sudoeste mineiro, como veremos, eram as famílias de colonos, residentes nas propriedades, que prosseguiam com os trabalhos de trato e colheita dos cafezais. É o que iremos estudar nas páginas seguintes.

### 3.5 O colonato

Fazenda Santa Maria, Guaxupé, 23 de agosto de 1925. Por volta das 21h30, os colonos, depois de recolherem o café que estava no terreiro, última tarefa do dia, tomaram a estrada em direção às suas casas. Ainda no caminho, próximo à colônia, principiou-se uma confusão entre dois trabalhadores: Carlos – de 43 anos, casado, natural da Itália – dirigiu-se a um dos companheiros, Alberto – de 29 anos, natural de Monte Santo de Minas – e lhe cobrou 1\$500 referentes a um dia de trabalho, que esse supostamente lhe devia. Alberto retrucou e disse que a dívida já tinha sido paga e que não lhe devia mais nada. Com a exaltação dos ânimos, a discussão logo se transformou em uma luta corporal. Alberto foi atingido por uma facada no peito e Carlos recebeu um tiro de garrucha no antebraço direito.<sup>312</sup>

Therigi Chiuffa, natural da Itália, casado, de 42 anos de idade, administrador da fazenda, relatou que no momento da briga estava voltando da casa de máquina junto com outros colonos e que, diante da rapidez do evento, não conseguiu impedir as agressões.

---

<sup>311</sup> 1º Ofício de Notas de Guaranésia, livro s.n., fls. 64.

<sup>312</sup> FMM – Processo crime. Réu: Carlos D’Oliva, 1925, solto. Agradeço ao senhor Wilson Ferraz por ter me apresentado esse documento.

Informou que ambos eram bons trabalhadores e que Carlos tinha seis filhos e cuidava de oito mil pés de café.

Alberto teve o pulmão perfurado e morreu no dia seguinte; Carlos recuperou-se e foi preso logo que deixou a Santa Casa da Misericórdia da cidade.

O conflito entre esses dois trabalhadores, narrado em um processo-crime, nos apresenta alguns elementos sobre o cotidiano de trabalho em uma das principais fazendas cafeeiras da região, a Santa Maria (Ver: Mapa 7 e Mapa 8, Capítulo 2). Percebe-se, tal como em outras grandes propriedades do Oeste paulista, a presença dos imigrantes, o trabalho coletivo gerenciado por um administrador, o árduo trabalho de secagem e beneficiamento da produção que prosseguia noite adentro nos períodos de safra e a referência aos colonos. Na época, a propriedade estendia-se por 585,39 hectares de terras, possuía 150 mil pés de café, 51 casas de colonos, tulhas, terreiros ladrilhados com tanques e canais e diversas máquinas de beneficiamento (máquinas a vapor, secadores e despoldadores).<sup>313</sup> Era uma grande unidade produtiva.

Nas áreas cafeeiras paulistas, no período aqui estudado, o principal regime de trabalho adotado nas grandes fazendas era o colonato. Nesse sistema, os colonos e suas famílias assumiam a reponsabilidade pelo trato de um certo número de pés de café – em geral, 2 mil pés por adulto – e realizavam as colheitas. Pelo trato anual, pagava-se um valor fixo por cada mil pés, e em relação à colheita, pagava-se pela quantidade de frutos colhidos. Os trabalhadores recebiam uma casa e poderiam plantar gêneros de subsistência entre as fileiras do cafezal. Permitia-se, ainda, que usassem pequenas áreas de pastagens para criar animais. Além do trabalho no cafezal, os colonos poderiam realizar serviços ocasionais, como conserto de cercas, construção de estradas, transporte do café até à estação e outras atividades.<sup>314</sup>

De acordo com as fontes compulsadas, nas maiores unidades cafeeiras do Sudoeste mineiro também vigorava esse regime de trabalho. Como vimos no capítulo anterior, nas grandes e médias fazendas era comum a presença de muitas casas para abrigar esses trabalhadores. Nas propriedades do major Custódio Leite Ribeiro Sobrinho,

---

<sup>313</sup> FMG – Inventário *post mortem* de Floriana Ribeiro Costa, 1921, solto.

<sup>314</sup> HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., 1984, pp. 117-119; DEAN, Warren, op. cit., 1977, p. 162; STOLCKE, Verena, op. cit., 1986, pp. 35-37. Sobre esse tema, ver também: SALLUM JR., Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura*. Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982; MARTINS, José de Souza, op. cit., 1979; STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, 6, 1984; BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café*. São Paulo: Contexto, 2019; TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para a colheita*. Sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo: Alameda, 2012.

fazendeiro de Guaxupé, por exemplo, foram arroladas 81 casas para colonos.<sup>315</sup> Nas terras do coronel Antônio Costa Monteiro, também residente em Guaxupé, foram listadas 80 casas com essa classificação.<sup>316</sup> Os colonos ainda aparecem nas contas dos inventários, em processos-crimes, em livros de contabilidade de fazendas e em outros documentos.

A proximidade com São Paulo é, certamente, um fator importante para se entender o regime de trabalho adotado na região. Para o cafeicultor do Sudoeste, seria difícil atrair e fixar trabalhadores – e muito menos imigrantes – caso as formas de remuneração fossem inferiores às praticadas no planalto paulista. Se assim o fosse, mesmo o trabalhador nacional, residente na região, não se submeteria ao trabalho nas fazendas e logo tomaria o rumo do estado vizinho em busca de melhores “salários”.

Apesar de referências aos colonos aparecerem em diversos tipos de documentos, como dissemos, uma análise consistente sobre o trabalho nas lavouras de café requer registros sobre a organização interna das fazendas; documentos que ofereçam informações acerca das atividades cotidianas das unidades produtivas. Seria necessário, portanto, ter acesso à documentação privada das propriedades; materiais difíceis de se encontrar, pois era comum que, nos processos de divisão do patrimônio familiar ao longo do tempo, tais papéis fossem descartados. Felizmente, para algumas fazendas cafeeiras de Guaxupé, diversos documentos foram preservados. No museu municipal há alguns livros de contabilidade da fazenda Limeira, e na fazenda Nova Floresta encontram-se preservados diversos livros e documentos avulsos sobre as atividades na própria propriedade e em outras unidades agrícolas pertencentes à família Ribeiro do Valle, uma das mais importantes produtoras de café da região.<sup>317</sup>

Em razão da riqueza do material, nos concentramos aqui na documentação encontrada na fazenda Nova Floresta. A grande quantidade de documentos impressiona. Eles são de variados tipos: cartas, bilhetes, relatórios das propriedades, mapas, notas fiscais, escrituras de compra e venda de terras, livros de contabilidade, livros de anotações pessoais, fotografias, registros sobre pagamento de trabalhadores, e outros. Para os propósitos deste capítulo, os livros de contabilidade e as folhas de pagamento dos trabalhadores são de especial importância.

---

<sup>315</sup> FMM – Inventário *post-mortem* do major Custódio Leite Ribeiro Sobrinho, 1905, 2º ofício, solto.

<sup>316</sup> FMM – Inventário *post-mortem* de Antônio Costa Monteiro, 1916, 1º ofício, caixa 5.

<sup>317</sup> Agradeço imensamente ao Pedro Ribeiro do Valle pelas conversas a respeito do passado da fazenda e de sua família e por ter permitido o acesso ao arquivo da propriedade.



Os livros reúnem registros sobre as contas dos fazendeiros Manuel Joaquim Ribeiro do Valle e Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, pai e filho, entre os anos de 1869 e 1929. No alto das páginas consta o nome de alguém que manteve negócios com os proprietários, deviam-lhes algum dinheiro ou prestavam algum tipo de serviço em suas terras, e em seguida arrolam-se os valores a pagar e a receber. Na maioria dos casos, são registros de dinheiro emprestado e de remunerações e adiantamentos de trabalhadores. Constam também, para alguns anos, balanços das fazendas e a relação das sacas de café que foram enviadas à estação.

As folhas de pagamento se referem aos trabalhadores das fazendas Nova Floresta e Santa Cruz entre os anos de 1925 e 1929. São registros valiosos sobre a organização do trabalho e os ganhos dos trabalhadores nas duas propriedades. Os lançamentos são mensais e divididos em seções – colheita, diárias, carpa dos colonos, carpa avulsa, carpa no cafezal novo e serviços avulsos. Em cada seção constam os nomes dos trabalhadores, a atividade realizada e suas respectivas remunerações.

Por se tratar de grandes unidades cafeeiras, com muitos trabalhadores, as folhas de pagamento das referidas propriedades reúnem um conjunto volumoso de informações. Por isso, no momento, não é possível examinar os dados de todos os anos. Analisamos aqui os registros referentes ao período de maio de 1925 a abril de 1926 – um ano de atividades – dos colonos da fazenda Nova Floresta.

A referida unidade agrícola pertencia ao barão Manuel Joaquim Ribeiro do Valle. Após a morte de sua esposa, Esméria Cândida Ribeiro, em 1887, a fazenda passou a ser comandada pelo filho do casal, Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, o futuro conde Ribeiro do Valle. A partir de então, a propriedade ganhou uma ampla casa de morada, um grande terreiro ladrilhado com canais e tanques, tulhas, máquinas de beneficiamento, diversas colônias de trabalhadores e, de 1913 em diante, uma estação ferroviária da Companhia Mogyana – cujo nome, Coronel Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, foi uma homenagem que o fazendeiro prestou a seu pai. As terras da fazenda somavam 1.234,2 hectares, e os cafezais, em meados da década de 1920, chegavam a 300 mil pés.<sup>318</sup> Na fazenda Santa Cruz e no sítio Córrego Bonito, que ficavam colados à Nova Floresta, havia mais 200 mil pés de café.<sup>319</sup>

---

<sup>318</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta, livro 3 (1888-1929).

<sup>319</sup> Lançamento de impostos sobre cafeeiros para o ano de 1929. Jornal A Cidade de Guaxupé, n° 601, 7 de dezembro de 1928; FMG – Inventário *post mortem* de Genoveva Junqueira Valle, 1936, solto;

*Figura 14: Sede da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1920*



Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta.

*Figura 15: Sede da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1950*



Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta.

*Figura 16: Vista do terreiro e casa de máquina da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1930*



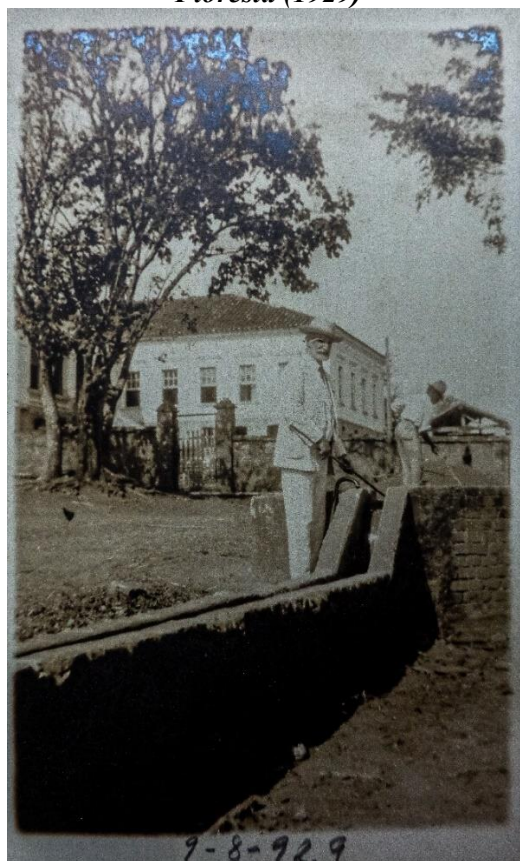
Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta.

*Figura 17: Vista do terreiro. Ao fundo, a casa sede da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1920*



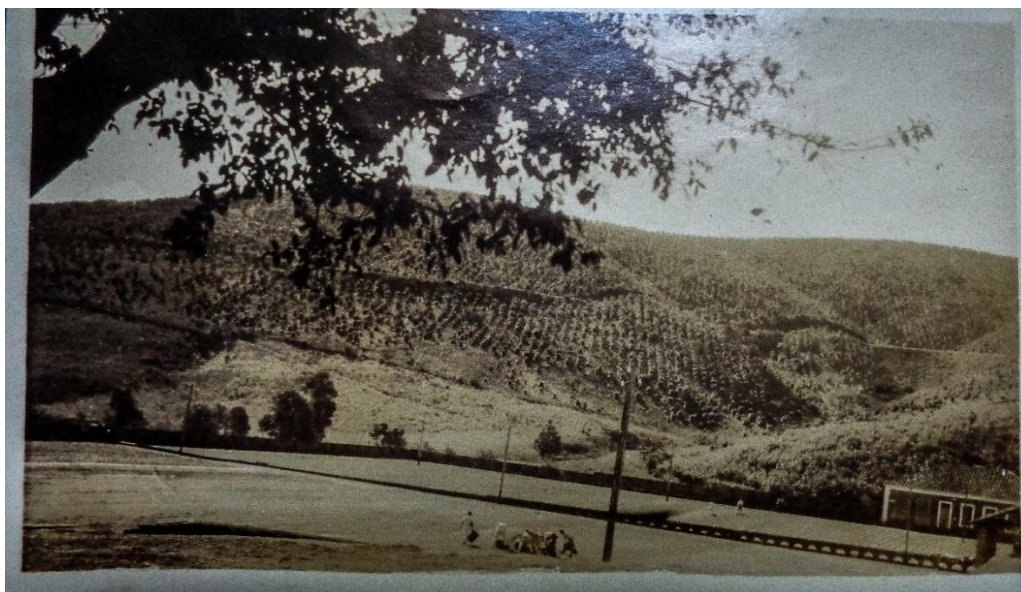
Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta.

**Figura 18: O conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, proprietário da fazenda Nova Floresta (1929)**



Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Em um primeiro plano, ao lado do canal do terreiro, aparece o conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, proprietário da fazenda. Vê-se, também, um empregado realizando alguma atividade. Ao fundo, a casa sede da fazenda. Foto de 09/08/1929.

**Figura 19: Vista do terreiro e do cafezal da fazenda Nova Floresta, década de 1920**



Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Observa-se, no meio do cafezal, a linha de trem da Mogyana que cortava a propriedade.

**Figura 20: Curral da fazenda Nova Floresta, década de 1920**



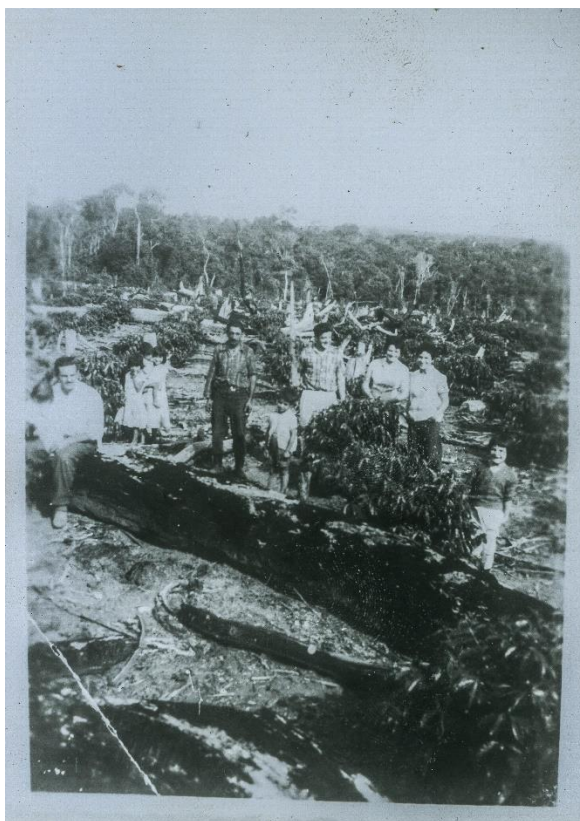
Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta

**Figura 21: Vista do cafezal da fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1920**



Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta.

*Figura 22: Filhos e netos do conde Ribeiro do Valle em um cafezal. Foto da década de 1940*



Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Entre os cafeeiros, observam-se alguns troncos de árvores que não foram consumidos pelo fogo.

*Figura 23: Trem da Mogyana cortando a fazenda Nova Floresta. Foto da década de 1920*



Fonte: Arquivo particular da fazenda Nova Floresta.

Tamanha estrutura produtiva exigia uma grande força de trabalho. De acordo com as fontes consultadas, somente na Nova Floresta eram mobilizados no decorrer do ano mais de 200 trabalhadores – sem contar os filhos e mulheres dos colonos, cujos nomes não aparecem na documentação. Além dos colonos, havia muitos outros trabalhadores que eram contratados para executar tarefas variadas dentro da propriedade. Os camaradas formavam um grupo importante. Trabalhavam nas colheitas, nas carpas, no beneficiamento dos grãos, na replanta das lavouras novas e em serviços de manutenção da propriedade, como na construção e reparo de caminhos e cercas. Uma parte deles residia na propriedade, e outra era contratada nos momentos de pico de serviços. Recebiam por mês de trabalho. Havia vários trabalhadores especializados que faziam parte do quadro fixo da fazenda – pedreiros, carpinteiros, ferreiros, eletricitas, oleiros, operadores de máquinas, e outros. Esses trabalhadores eram remunerados por cada dia de trabalho ao final do mês e, também, por empreitadas. Carreiros e carroceiros eram responsáveis pela condução da produção de café até o terreiro e, depois, até à estação ferroviária, que ficava a menos de um quilometro da sede. Também transportavam lenha, pequenos animais e mantimentos para os colonos e o patrão. Eram remunerados por mês. Um pequeno grupo auxiliava o proprietário na coordenação e supervisão das atividades diárias. O administrador atuava como auxiliar direto do fazendeiro, e na ausência deste, assumia a reponsabilidade pela condução da fazenda. Contava com a ajuda do guarda-livros, funcionário encarregado pelo registro das atividades, e dos fiscais de turmas, responsáveis por supervisionar os serviços dos colonos e camaradas. Como remuneração, esse grupo de trabalhadores recebia um ordenado mensal.<sup>320</sup>

Em relação aos colonos, o contrato a que estavam submetidos era mais complexo. Conforme as informações da folha de pagamento de 1925, o arranjo tinha o seguinte formato: cada família de colono assumia a responsabilidade pelo trato de um certo número de pés de café, sendo uma parte de cafeeiros maduros e outra de cafezais novos. Os pagamentos pelas capinas variavam a depender do cafezal – pagava-se entre 35\$000 a 60\$000 pela carpa de cada mil pés nos cafezais maduros e 25\$000 nas carpas dos cafezais novos. Durante o ano, eram realizadas seis capinas em toda a lavoura. Em relação ao trabalho na colheita, pagava-se pela quantidade de alqueires de cerejas colhidas e, tal como nas carpas, os valores variavam a depender da lavoura – em cafezais de plena produtividade pagava-se 1\$500 por alqueire de 50 litros colhido; em cafezais com

---

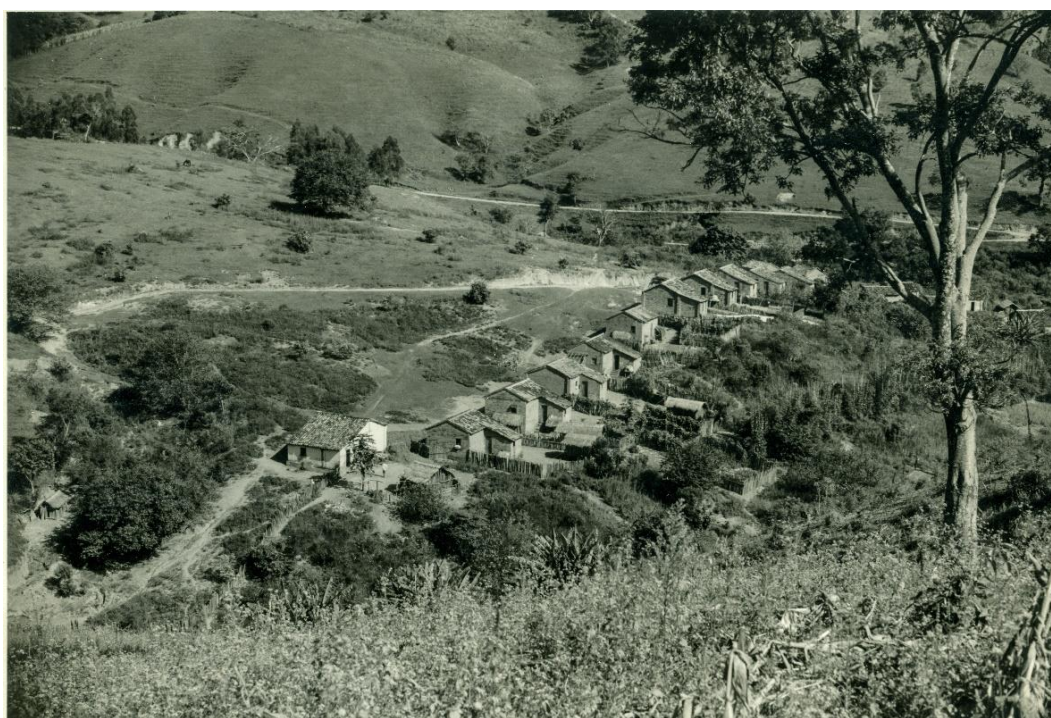
<sup>320</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta. Folha de pagamento da fazenda Nova Floresta, 1925. Livro 3 (1888-1929).



produtividade inferior, 2\$000 por alqueire. Após o trato dos cafezais que tinham assumido em contrato, os trabalhadores poderiam realizar a carpa de outros cafeeiros da fazenda – era chamada de carpa avulsa, serviço que reunia colonos e camaradas –, cujo valor de pagamento era de 60\$000 por mil pés. Os trabalhadores ainda recebiam pelas diárias, que eram pagas no valor de 6\$000 a 8\$000, e os serviços avulsos, pagos por cada atividade realizada.

Outra parte dos ganhos dos colonos constituía-se de elementos não-monetários: uma casa para moradia com uma área de quintal onde podiam manter uma horta e criar alguns animais de pequeno porte; o acesso à terra para o plantio de gêneros de subsistência; e uma área de pastagens para criação de algumas cabeças de gado.

*Figura 24: Uma das colônias da fazenda Nova Floresta, década de 1940*



Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta.

*Figura 25: Trabalhadores da fazenda Nova Floresta, década de 1920*



Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta.

Nos cafezais novos, tal como se verifica nas empreitadas, permitia-se aos trabalhadores que cultivassem cereais entre as ruas dos cafeeiros. Daí o valor inferior pago pela carpa nessa lavoura. Para o fazendeiro, o menor valor se justificava porque os colonos capinavam ao mesmo tempo suas lavouras e o cafezal.<sup>321</sup>

Para podermos compreender o peso dos pagamentos aos colonos na fazenda Nova Floresta é importante compará-los com as remunerações de outras propriedades. De acordo com Rogério Faleiros, entre os anos de 1927 a 1931, na fazenda Pau d'Alho, situada em Campinas, no estado de São Paulo, os colonos recebiam as seguintes remunerações: 37\$000 pelo trato de mil pés de café situados nas terras de qualidade inferior e 32\$000 em cafezais plantados em terras superiores (terra roxa). Na colheita, pagava-se 1\$500 por alqueire de café colhido de 50 litros; em relação às diárias, pagava-se 4\$500. É importante dizer que em todos os casos analisados pelo autor não constam lavouras novas; os pagamentos referem-se ao trabalho em cafezais maduros.<sup>322</sup>

Como se percebe, embora os dados das duas fazendas se refiram a anos diferentes, no conjunto as remunerações na fazenda Nova Floresta eram superiores às praticadas na unidade Pau d'Alho, em Campinas. Considerando-se somente as lavouras maduras, os

---

<sup>321</sup> Warren Dean constatou a mesma variação no pagamento pelas carpas em Rio Claro. Ver: DEAN, Warren, *op. cit.*, 1977, p. 162.

<sup>322</sup> FALEIROS, Rogério Naques, *op. cit.*, 2010, p. 125.

trabalhadores em Minas recebiam valores mais elevados para as carpas, para as colheitas e para as diárias.

Na fazenda Estrela do Oeste, em São Simão, os colonos recebiam, em 1925, 1\$000 pela colheita de um alqueire de 50 litros e 4\$000 pelas diárias. Infelizmente, os dados referentes às carpas são somente anuais.<sup>323</sup> Observa-se, também nesse caso, pelos menos em relação às remunerações indicadas, que os ganhos na Nova Floresta eram superiores.

Em relação à região Mogiana como um todo, de acordo com os dados coletados pelo estado de São Paulo, em 1929, antes da crise, os salários médios nas lavouras de café eram um pouco superiores aos que nós encontramos. Pagava-se, no referido ano, 75\$000 pela carpa de mil pés de café e 1\$750 pela colheita de cada alqueire de 50 litros. Não há informações sobre as diárias.<sup>324</sup> Seria interessante conhecer os dados por localidade, visto que as médias escondem realidades muito diferentes. Para o nosso caso, seria elucidativo estabelecer comparações com dados de Mococa, Caconde e Franca, localidades cuja dinâmica da economia cafeeira tinha semelhanças com a de Guaxupé. No entanto, infelizmente, não há dados disponíveis.

De qualquer modo, ainda que uma análise comparativa mais consistente careça de um maior número de informações sobre outras unidades cafeeiras, é possível afirmar, com alguma base, que os ganhos dos colonos na Nova Floresta – e, possivelmente, em outras grandes fazendas do Sudoeste mineiro – eram compatíveis com as remunerações praticadas no Oeste paulista no período analisado. Isso explica, em alguma medida, a capacidade das propriedades de maior porte localizadas na região em atrair um grande número de trabalhadores e, entre eles, várias famílias de imigrantes estrangeiros.

Vejamos agora quais foram os ganhos reais dos trabalhadores durante o período aqui analisado. Em um conjunto de 197 trabalhadores que aparecem na folha de pagamento, selecionamos somente aqueles que foram identificados como colonos, 61 deles.<sup>325</sup> Para esse grupo, coletamos todas as informações disponíveis, distribuídas nas várias seções – colheita, carpa, diária etc. –, entre maio de 1925 e abril de 1926. Ao todo, durante esse período, devido ao tamanho da lavoura em destaque e ao fato de que, no cultivo do cafezal, as atividades se repetiam ao longo do ano, aparecem na documentação 45 seções de trabalho – colheita de maio, colheita de junho, colheita de agosto, 1ª carpa, 2ª carpa etc.

---

<sup>323</sup> HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., p. 129.

<sup>324</sup> STOLCKE, Verena, op. cit., 1986, p. 101.

<sup>325</sup> Na verdade, identificamos 70 colonos, mas em nove casos as informações eram escassas.

Para facilitar a exposição, reunimos todos os ganhos dos colonos, nas diversas seções, em quatro campos – colheitas, carpas, diárias e serviços avulsos –, cuja soma nos permitiu identificar os ganhos totais de cada trabalhador durante um ano de trabalho. Somamos também os valores que foram descontados de cada colono no decorrer dos meses. E, partir desses valores, ganhos e descontos, apuramos a remuneração final. No Quadro 6, logo abaixo, apresentamos esse conjunto de informações. Quanto ao conjunto de dados referentes às 45 seções, eles podem ser visualizados no Anexo I.

Em cada seção, os salários dos trabalhadores variavam, o que está ligado ao número de pessoas de cada família – a quantidade de braços, apta ao trabalho, em cada unidade familiar. No regime de colonato, não se contratavam trabalhadores isolados, mas famílias. “O colono não era um trabalhador individual, mas um trabalho coletivo que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos maiores de sete anos”.<sup>326</sup> Assim, quanto mais integrantes com capacidade de trabalho cada família tivesse, mais elevados seriam os seus ganhos.

---

<sup>326</sup> MARTINS, José de Souza, op. cit., 2018, p. 72.

*Quadro 6: Salário dos colonos da fazenda Nova Floresta, Guaxupé (1925/1926)*

<b>NOMES DOS TRABALHADORES</b>	<b>COLHEITAS</b>	<b>CARPAS</b>	<b>DÁRIAS</b>	<b>SERVIÇOS AVULSOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>DESCONTOS</b>	<b>REMUNERAÇÃO FINAL</b>
Antonio Machado		762\$800	1:053\$000		<b>1:815\$800</b>	<b>86\$000</b>	<b>1:729\$800</b>
Benedito Costa	1:133\$500	2:007\$000	138\$000		<b>3:278\$500</b>	<b>15\$000</b>	<b>3:263\$500</b>
Bráulio José do Nascimento	2:712\$000	4:535\$500	2:749\$000	5:088\$000	<b>15:084\$500</b>	<b>140\$000</b>	<b>14:944\$500</b>
Cesário Bontempo	282\$000	2:423\$300			<b>2:705\$300</b>	<b>385\$600</b>	<b>2:319\$700</b>
Cesário Marinelli	864\$000	639\$900	375\$700	450\$000	<b>2:329\$600</b>	<b>74\$000</b>	<b>2:255\$600</b>
Domingos Alcorinte	2:038\$000	2:303\$036	276\$700	7:041\$300	<b>11:659\$036</b>	<b>126\$000</b>	<b>11:533\$036</b>
Domingos Sette	990\$000	842\$200	104\$500	185\$000	<b>2:121\$700</b>	<b>45\$700</b>	<b>2:076\$000</b>
Emídio Carvalho	352\$000		914\$000	1:707\$400	<b>2:973\$400</b>		<b>2:973\$400</b>
Ernesto Generole	549\$800	776\$000	166\$200		<b>1:492\$000</b>	<b>28\$000</b>	<b>1:464\$000</b>
Francisco Borba	436\$000	804\$800	148\$500		<b>1:389\$300</b>	<b>14\$500</b>	<b>1:374\$800</b>
Francisco Carlos		1:085\$000	18\$000		<b>1:103\$000</b>		<b>1:103\$000</b>
Francisco Grazirole	1:232\$000	1:051\$700	273\$000	485\$000	<b>3:041\$700</b>	<b>76\$000</b>	<b>2:965\$700</b>
Horácio Fernandes	500\$000	1:779\$400	241\$600		<b>2:521\$000</b>	<b>42\$000</b>	<b>2:479\$000</b>
João Camillo	371\$500	835\$000	118\$400		<b>1:324\$900</b>	<b>53\$000</b>	<b>1:271\$900</b>
João Duca		1:210\$000	78\$000		<b>1:288\$000</b>	<b>120\$000</b>	<b>1:168\$000</b>
João dos Passos	626\$000	210\$500	348\$100		<b>1:184\$600</b>		<b>1:184\$600</b>
João Joaquim	628\$000	664\$800	74\$000		<b>1:366\$800</b>	<b>64\$000</b>	<b>1:302\$800</b>
João Pereira	1:546\$000	1:204\$600	128\$000	936\$000	<b>3:814\$600</b>		<b>3:814\$600</b>
João Rosssi	1:060\$000				<b>1:060\$000</b>	<b>69\$000</b>	<b>991\$000</b>
Joaquim Batista	558\$000	1:440\$000	104\$800		<b>2:102\$800</b>	<b>12\$000</b>	<b>2:090\$800</b>
Joaquim Carvalho	1:080\$000	1:674\$800	310\$200	1:786\$400	<b>4:851\$400</b>	<b>10\$000</b>	<b>4:841\$400</b>
Joaquim Ferreira	280\$000	1:367\$400	66\$500	150\$000	<b>1:863\$900</b>	<b>25\$000</b>	<b>1:838\$900</b>
Joaquim Machado		1:719\$000	309\$000	150\$000	<b>2:178\$000</b>	<b>10\$000</b>	<b>2:168\$000</b>
Joaquim Marsilino Filho		1:069\$500	30\$000	517\$500	<b>1:617\$000</b>	<b>2\$000</b>	<b>1:615\$000</b>
Joaquim Marsillino Neves	1:212\$000	1:192\$000	43\$000	80\$000	<b>2:527\$000</b>	<b>10\$000</b>	<b>2:517\$000</b>

Joaquim Raymundo	612\$000	1:206\$000	66\$500		<b>1:884\$500</b>	<b>28\$000</b>	<b>1:856\$500</b>
Joaquim Tumico		842\$500	111\$000	52\$500	<b>1:006\$000</b>		<b>1:006\$000</b>
Joaquim Vicente		1:899\$000	6\$000		<b>1:905\$000</b>	<b>456\$000</b>	<b>1:449\$000</b>
Joarez Miranda	462\$000	250\$000	31\$500	347\$000	<b>1:090\$500</b>	<b>6\$000</b>	<b>1:084\$500</b>
José Omore	530\$000	1:260\$000	114\$000		<b>1:904\$000</b>	<b>35\$000</b>	<b>1:869\$000</b>
José B Machado	591\$000	1:572\$800	414\$000		<b>2:577\$800</b>	<b>11\$000</b>	<b>2:566\$800</b>
José Batista Vicente	570\$000	714\$700	48\$000		<b>1:332\$700</b>	<b>42\$000</b>	<b>1:290\$700</b>
José Bontempo	1:238\$000	2:312\$000	18\$000	855\$000	<b>4:423\$000</b>	<b>727\$000</b>	<b>3:696\$000</b>
José Candido	556\$000	981\$200	140\$400		<b>1:677\$600</b>	<b>85\$000</b>	<b>1:592\$600</b>
José Diminiano Rosa	396\$000	662\$500	86\$700		<b>1:145\$200</b>	<b>24\$500</b>	<b>1:120\$700</b>
José Eugênio	1:303\$500	1:414\$500		947\$600	<b>3:665\$600</b>	<b>10\$000</b>	<b>3:655\$600</b>
José Francisco dos Santos	1:988\$000	6:548\$600	1:789\$000	1:155\$100	<b>11:480\$700</b>	<b>321\$700</b>	<b>11:159\$000</b>
José Gerônimo	1:032\$000	343\$950	131\$200		<b>1:507\$150</b>	<b>35\$000</b>	<b>1:472\$150</b>
José Loyso	818\$000	1:116\$000	169\$200		<b>2:103\$200</b>	<b>157\$000</b>	<b>1:946\$200</b>
José Marreira	1:348\$000	1:530\$100	235\$500		<b>3:113\$600</b>	<b>78\$000</b>	<b>3:035\$600</b>
José Marssilino	122\$000		1:095\$500		<b>1:217\$500</b>	<b>15\$000</b>	<b>1:202\$500</b>
José Trivellini	1:758\$000	589\$400	181\$300		<b>2:528\$700</b>	<b>44\$500</b>	<b>2:484\$200</b>
José Vicente	190\$000	860\$350	30\$500	90\$800	<b>1:171\$650</b>	<b>8\$000</b>	<b>1:163\$650</b>
Júlio Alves		774\$000	7\$000		<b>781\$000</b>		<b>781\$000</b>
Júlio do Nascimento	1:076\$500	1:931\$300	25\$000	21\$000	<b>3:053\$800</b>	<b>482\$500</b>	<b>2:571\$300</b>
Ladislão Machado	734\$000	706\$200	48\$000	316\$000	<b>1:804\$200</b>	<b>250\$400</b>	<b>1:553\$800</b>
Loureço Penna	186\$000	878\$800	146\$500	98\$400	<b>1:309\$700</b>	<b>20\$000</b>	<b>1:289\$700</b>
Lorinelo Carneiro	778\$000	2:184\$900	569\$200		<b>3:532\$100</b>	<b>36\$000</b>	<b>3:496\$100</b>
Luiz Henriques	842\$000	998\$000	70\$000		<b>1:910\$000</b>	<b>20\$000</b>	<b>1:890\$000</b>
Luiz Pascolins		2:356\$000	10\$5000	42\$000	<b>2:503\$000</b>	<b>12\$000</b>	<b>2:491\$000</b>
Luiz Rodrigues	692\$000	816\$600	107\$700		<b>1:616\$300</b>	<b>2\$000</b>	<b>1:614\$300</b>
Manoel Borba	426\$000	1:535\$800	107\$700		<b>2:069\$500</b>	<b>10\$000</b>	<b>2:059\$500</b>
Manoel Guijo	1:130\$000	1:526\$400	272\$700	50\$000	<b>2:979\$100</b>	<b>34\$000</b>	<b>2:945\$100</b>

Miguel Marinelli	980\$000	754\$500	106\$700		<b>1:841\$200</b>	<b>55\$000</b>	<b>1:786\$200</b>
Militão Pinheiro	390\$000	987\$000	976\$000		<b>2:353\$000</b>	<b>76\$000</b>	<b>2:277\$000</b>
Nicolau Marinelli	1:982\$000	2:653\$300	1:012\$000	5:077\$100	<b>10:724\$400</b>	<b>79\$500</b>	<b>10:644\$900</b>
Pedro Bontempo		1261\$800	14\$000	460\$000	<b>1:735\$800</b>	<b>10\$000</b>	<b>1:725\$800</b>
Pedro Telles	1:344\$000	801\$260	283\$000		<b>2:428\$260</b>	<b>19\$500</b>	<b>2:408\$760</b>
Paolo Delphino	639\$000	723\$600	212\$500		<b>1:575\$100</b>	<b>15\$000</b>	<b>1:560\$100</b>
Rufino Marques	1:238\$000	3:405\$600	917\$200	1:675\$500	<b>7:236\$300</b>	<b>18\$000</b>	<b>7:218\$300</b>
Urias Domingues	560\$000	602\$600	107\$000		<b>1:269\$600</b>	<b>18\$000</b>	<b>1:251\$600</b>
<b>Total</b>	<b>44:962\$800</b>	<b>80:599\$496</b>	<b>17:823\$700</b>	<b>29:764\$600</b>	<b>173:150\$596</b>	<b>4:649\$400</b>	<b>168:501\$196</b>

Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Folha de pagamento dos trabalhadores da fazenda Nova Floresta.

De modo a avaliarmos melhor as diferenças salariais, elaboramos a Tabela 27. Chama a atenção que, em um conjunto de 61 trabalhadores, somente dois receberam valores inferiores a um conto de réis. E, para estes dois casos, os valores foram mais baixos devido ao fato de os colonos terem trabalhado apenas uma parte do ano – João Rossi trabalhou na fazenda entre maio e agosto de 1925; Júlio Alves, de novembro de 1925 até abril de 1926.

**Tabela 27: Faixas de salários dos colonos da fazenda Nova Floresta, Guaxupé (1925/1926)**

<b>Faixas das remunerações</b>	<b>Soma dos salários *</b>	<b>%</b>	<b>Número de trabalhadores</b>	<b>%</b>
Até 999\$000	1:772\$000	1,0	2	3,2
De 1:000\$000 a 2:000\$000	43:777\$800	25,9	30	49,1
De 2:000\$001 a 3:000\$000	41:648\$860	24,7	17	27,8
De 3:000\$001 a 5:000\$000	25:802\$800	15,3	7	11,4
De 5:000\$001 a 10:000\$000	7:218\$300	4,2	1	1,6
Superiores a 10:000\$001	48:281\$436	28,6	4	6,5

\*Valores líquidos. Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Folha de pagamento dos trabalhadores da Fazenda Nova Floresta.

Quase a metade dos trabalhadores – 30 deles – recebeu remunerações cujos valores se enquadravam na segunda faixa salarial – de 1:000\$000 a 2:000\$000. Um grupo também importante, 17 colonos, obteve um salário mais elevado – de 2:000\$001 a 3:000\$000. Em sete casos, os rendimentos das famílias se enquadravam na quarta faixa salarial – de 3:000\$001 a 5:000\$000. Os salários de cinco trabalhadores alcançaram valores bastante expressivos – superiores a cinco contos de réis (quinta e sexta faixas de remunerações). Estes, certamente, chefiavam famílias extensas, que reuniam vários trabalhadores – com muitas enxadas, como se dizia – o que lhes permitiram adquirir uma renda significativa em todas as atividades – colheita, carpa, diárias e serviços avulsos. Bráulio José do Nascimento, por exemplo, recebeu 2:712\$000 pelas colheitas, 4:535\$500 pelo trabalho das carpas, 2:749\$000 em diárias e 5:088\$000 em serviços avulsos,



somando, ao final, 15:084\$500. Considerando-se os descontados de 140\$000, Bráulio recebeu 14:944\$500 – o maior salário da folha de colonos.<sup>327</sup>

O trabalhador Gabriel Leite recebeu a maior remuneração de toda folha de pagamento – 402\$000 pelo trabalho na colheita, 10:459\$700 pelas carpas, 15:645\$000 em diárias e 4:923\$800 em serviços avulsos, totalizando 31:430\$500. Os descontos foram de 22\$000 e o salário final chegou a 31:408\$500. Pela grande quantidade de diárias que recebeu durante o ano e a realização da carpa de um número expressivo de cafeeiros, Gabriel era provavelmente um empreiteiro – comandava uma turma de trabalhadores que assumia serviços na fazenda. No mês de maio foram 182 diárias, em junho 214, em julho 331, em agosto 277, em outubro 128, em dezembro 52, em janeiro 103, em fevereiro 268 e em abril 424, somando 1.979 dias trabalhados. Ele também foi responsável pela carpa de milhares de pés de café ao longo do ano. Foram 34.231 pés na esparramação do cisco, 29.260 pés na primeira carpa, 13.000 pés na segunda, 35.500 pés na terceira, 37.615 pés na quarta e 21.724 pés na quinta carpa (ruação).<sup>328</sup>

Embora nos faltem informações sobre os gastos que as famílias tinham ao longo do ano para a manutenção do núcleo doméstico é possível dizer que as informações da folha de pagamento são reveladoras acerca das possibilidades de algumas famílias – aquelas cujos ganhos ultrapassavam três contos de réis e, sobretudo, as que obtiveram salários superiores a cinco contos de réis – de obter uma renda significativa ao longo do ano, o que lhes permitia a formação de uma poupança. Em relação aos trabalhadores cujos salários eram inferiores a dois contos de réis, a depender do número de dependentes que não podiam trabalhar no núcleo familiar – crianças pequenas, idosos e doentes –, possivelmente os saldos no final do ano eram estreitos.

De modo geral, a maior parte da renda dos trabalhadores – 46,5% dos ganhos – era obtida no trabalho de carpa dos cafezais no decorrer do ano. As atividades na safra, na colheita de café, representavam 25,9% dos rendimentos. Os serviços avulsos garantiam 17,1% das remunerações, e as diárias contribuíam com 10,2% na renda anual dos colonos. Em alguns casos, os ganhos auferidos com os serviços avulsos eram superiores aos demais: Nicolau Marinelli, por exemplo, recebeu 1:982\$000 pelas colheitas, 2:653\$300 pelos serviços de carpa, 1:012\$000 em diárias e 5:077\$100 em pagamento pelos serviços

---

<sup>327</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Folha de pagamento dos trabalhadores da Fazenda Nova Floresta.

<sup>328</sup> Idem.

avulsos, totalizando 10:724\$400.<sup>329</sup> Domingos Alcorinte obteve 2:038\$000 no período de safra, 2:303\$036 nas atividades de carpa, 276\$700 referentes às diárias e 7:041\$300 em serviços avulsos, somando, ao final, 11:659\$036 (Quadro 6).

Os ditos serviços avulsos englobavam variados tipos de atividades, nos cafezais e na manutenção da fazenda, e eram pagos por tarefa, como pode ser observado no Quadro 7. Ao que parece, esse modo de remuneração pelos serviços extras era uma característica da região em estudo, visto que nas áreas cafeeiras paulistas eles eram pagos nas diárias.<sup>330</sup> E como os números acima revelam, essa forma de organização do trabalho que identificamos na Nova Floresta era mais vantajosa para o trabalhador – os ganhos obtidos nos serviços avulsos eram superiores aos referentes às diárias.

---

<sup>329</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Folha de pagamento dos trabalhadores da Fazenda Nova Floresta.

<sup>330</sup> HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., pp. 117-119.

*Quadro 7: Serviços avulsos da fazenda Nova Floresta, Guaxupé (1925/1926)*

<b>1925- MAIO E JUNHO</b>	<b>ATIVIDADES</b>
Francisco Graziote	617 pés de café replantados a 100 réis cada; 3.422 pés de café desbrotados a 8 réis cada
Ladislão Machado	Conserto de caminho
Joaquim Marssilino Neves	Carpa de 1.000 pés de café a 60 réis cada
Joaquim Geronimo	Carpa de 2.515 pés de café a 60 réis cada
Joaquim Carvalho	Conserto de 706 braças de caminho a 1.000 réis cada; conserto de 1.012 braças de caminho a 500 réis cada
Emídio Carvalho	Conserto de 150 braças de caminho a 1.000 réis cada
Nicolão Marinelli	Conserto de 600 braças de caminho a 1.000 réis cada
João Vicente	50 pés de café replantados a 100 réis cada
<b>1925- JULHO</b>	<b>ATIVIDADES</b>
José Bontempo	Limpeza de sete alqueires e meio de pasto a 40 mil cada
José Francisco dos Santos	Esparramação de cisco em 10.952 pés de café a 60 réis cada
Bráulio José do Nascimento	5.000 covas para esterco a 120 réis cada
José Marssilino Neves	200 pés de café replantados a 100 réis cada
<b>1925- AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO</b>	<b>ATIVIDADES</b>
Emídio Carvalho	423 covas para esterco a 120 réis cada
Joaquim Carvalho	423 covas para esterco a 120 réis cada
Rufino Marques	80 replantas de pés de café a 100; 2.125 covas para esterco a 120 réis cada
Bráulio José Nascimento	9.500 covas para esterco a 120 réis cada; roçada de um alqueire a 200 mil cada; limpeza de seis alqueires de palhada a 30 mil cada
João Pereira	3.050 covas para esterco a 150 réis cada
Joarez Miranda	2.100 covas para esterco a 120 réis cada
Domingos Alcorinti	Poda de 36.488 pés de café a 30 réis cada
Francisco Gazoloni	617 replantas de pés de café a 100 réis cada

<b>1925- NOVEMBRO</b>		<b>ATIVIDADES</b>
Emídio Carvalho	Eliminação de 274 formigueiros a 5.500 cada	
Bráulio José Nascimento	Concerto de mangueiras e retirada de madeira	
Joarez Miranda	800 covas sem esterco a 120 réis cada; construção de 9 balaios	
Rufino Marques	Serragem de madeira; 30 carros de lenha a 2.500 cada; 4 porcadas a 1.500 cada	
João Pereira	2.150 covas para esterco a 150 réis cada	
Nicolão Marinelli	14.637 pés de café replantados	
Domingos Alcaronti	14.544 pés de café replantados	
Joaquim Carvalho	2.825 pés de café replantados	
Joaquim Machado	60 carros de lenha a 2.500 cada	
Joaquim Tumico	21 carros de lenha a 2.500 cada	
<b>1925/1926- DEZEMBRO E JANEIRO</b>		<b>ATIVIDADES</b>
Joaquim Ferreira	Limpeza de pasto	
Rufino Marques	Limpeza de 33,5 alqueires de pasto a 35 mil cada	
Bráulio José do Nascimento	Limpeza de 33,5 alqueires de pasto a 38 mil cada	
Francisco Graziote	1.536 pés de café replantados a 120 réis cada	
José Eugenio	290 pés de café replantados a 150 réis cada; 4.700 pés de café desbrotados a 8 réis	
Nicolão Marineli	15.260 covas para esterco a 150 réis cada	
Domingos Alcoronti	9.875 covas para esterco a 150 réis cada	
Domingos Lette	54 carros de lenha a 2.500 cada	
Joaquim Carvalho	1.700 pés de café replantados a 120 réis cada	
Domingos Alcoronti	Poda de 7.100 pés de café a 35 réis cada	
<b>1926- FEVEREIRO E MARÇO</b>		<b>ATIVIDADES</b>
Francisco Graziote	5.000 pés de café limpos a 30 réis cada	
Domingos Alcoronti	7.000 covas para esterco a 150 réis cada; 9.910 pés de café replantados a 150 réis cada	
Joaquim Carvalho	800 pés de café replantados a 150 réis cada	
Nicolão Marinelli	8.120 pés de café replantados a 120 réis cada; limpeza de 15,5 alqueires de pasto a 70 mil cada	

Cesário Marinelli	3.000 pés de café replantados a 150 réis cada
Francisco Carvalho	1.589 pés de café replantados a 150 réis cada
Rufino Marques	500 pés de café replantados a 150 réis cada
José Eugenio	2.500 pés de café replantados a 150 réis cada
José Pereira	Construção de três mata-burros a 80 mil cada
José Bontempo	Limpeza de quatro alqueire de pasto a 70 mil cada
Pedro Bontempo	Limpeza de três alqueires de pasto a 70 mil cada
Ladislão Machado	690 braças de caminho a 1.500 réis cada

Fonte: Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Folha de pagamento dos trabalhadores da fazenda Nova Floresta.

Os serviços eram muitos – construção de cercas e caminhos, replanta de mudas, retirada de brotos, limpeza de pastos, serragem de madeira, abertura de covas, aplicação de esterco, poda de cafeeiros, eliminação de formigueiros, transporte de lenha, entre outros. Dentre eles, chama atenção a atividade de adubação do solo com esterco de origem animal. Os estrumes eram retirados dos currais, levados para um barracão construído para abrigar o material e, depois, encaminhados em carroças para a lavoura. Eram depositados nas covas para o plantio de novos cafeeiros e, também, em lavouras maduras, entre os pés de café, após a realização da colheita, antes do início do período das chuvas. Neste último caso, aplicava-se o material e, em seguida, espalhava-se o cisco por cima, o que contribuía para fertilizar o solo e criar uma camada úmida e protetora em volta dos arbustos. Com a chegada das chuvas, de setembro em diante, a água ajudava no processo de decomposição da matéria orgânica. A prática era difundida nas grandes fazendas do Oeste paulista e, certamente, também na região em estudo.<sup>331</sup> É interessante registrar que o emprego de adubos orgânicos indica uma mudança nos métodos agronômicos utilizados na cultura do café em relação aos procedimentos utilizados no século XIX. Neste período, como vimos, não se fazia qualquer tipo de adubação dos solos no cultivo de cafeeiros; as plantas se desenvolviam unicamente a partir da fertilidade natural das terras virgens. A documentação também menciona a presença do trator. Registra-se: “quatro alqueires e meio de terras aradas com trator a 200\$000”.<sup>332</sup> As terras em questão eram, certamente, para o plantio de cereais – milho ou feijão. Ainda, assim, a referência ao maquinário sinaliza que a agricultura local passava por um período de mudanças.

Os ganhos obtidos com os serviços avulsos variavam de trabalhador para trabalhador. E, mais uma vez, a extensão de cada família, ou melhor, a quantidade de braços de cada unidade familiar explica essa variação. Alguns núcleos domésticos, como nos casos citados acima, conseguiram obter rendimentos expressivos – e que se constituíam na principal renda da casa. Isso significa, no entanto, o trabalho constante, durante muitas horas por dia, em qualquer atividade, de todos os membros do grupo familiar. Possivelmente, nem mesmo os membros de pouca idade escapavam de realizar algum trabalho.

---

<sup>331</sup> BASSANESI, Maria Sílvia Beozzo, op. cit., 2019, p. 79; FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010, p. 27.

<sup>332</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Folha de pagamento dos trabalhadores da Fazenda Nova Floresta.

Os valores monetários constituíam-se numa parte da remuneração dos trabalhadores. Outra parte – e que era extremamente valorizada por eles – era referente às colheitas dos cereais. Como dissemos, nas lavouras novas os colonos poderiam cultivar gêneros de subsistência entre as fileiras do café; no caso de cafezais já maduros, concedia-se um terreno à parte. O tamanho da plantação de subsistência de cada colono se relacionava com a quantidade de cafezais sob seus cuidados – quanto maior o seu talhão de pés de café, mais extensa era a sua área para cultivo de alimentos. Plantava-se feijão, milho, abóbora e, em alguns casos, arroz, quando os fazendeiros permitiam que os trabalhadores usassem as terras encharcadas da fazenda. Além desses alimentos, próximo de suas casas eles cultivavam hortaliças e criavam alguns animais – porcos e galinhas. Essas produções garantiam boa parte da alimentação das famílias, e a produção excedente possibilitava uma renda extra.<sup>333</sup>

Segundo Augusto Ramos, para o colono, o trabalho no café representava “salário parco, dosado, discutido e às vezes incerto”.<sup>334</sup> A produção de cereais, por sua vez, era sinônimo de abundância, de fartura na mesa. O milho garantia o fubá, a polenta, a farinha, e era alimento para as galinhas e porcos. Com o milho no paiol era possível ter abundância de ovos e porcos gordos durante o ano. O trabalho no café gerava dependência e muitos conflitos, e o milho garantia liberdade e autonomia econômica.

Não à toa, os trabalhadores se preocupavam mais com as cláusulas nos contratos que versavam sobre o plantio de alimentos do que com aquelas que diziam respeito aos salários.<sup>335</sup> No entanto, infelizmente, não é possível saber qual era o peso, em termos monetários, dessas produções no orçamento dos colonos.

Ao longo do ano, como consta no Quadro 6, os salários dos trabalhadores estavam sujeitos a descontos. Isso ocorria por diversos motivos: pagamento de carretos (transporte de lenha, alimentos e pequenos animais); valores referentes a certos alimentos concedidos pela fazenda (arroz, carne, leite e fubá); pagamento de diárias de camaradas que foram fornecidos pela fazenda; e multas. Estas, se referiam a algum trabalho não cumprido – em julho de 1925, por exemplo, 12 colonos tiveram que pagar uma multa de 10\$000 cada um por não terem participado da varrição do café; outros quatro trabalhadores também foram

---

<sup>333</sup> BASSANESI, Maria Sílvia Beozzo, op. cit., 2019, p. 88-97.

<sup>334</sup> RAMOS, Augusto F. Questões agrícolas. *Revista Agrícola de São Paulo*, 1902, pp. 26-28. Apud HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., p. 136.

<sup>335</sup> DENIS, Pierre. *Brazil*. Bernard Miall, tr. New York, 1911, pp. 202-203.

multados, no mesmo valor, por não limparem a mangueira (o que mostra que em certos serviços de manutenção da fazenda os colonos eram obrigados a participar).

De modo geral, os descontos presentes na folha de pagamento não eram expressivos. Os valores mais altos devem-se ao pagamento de camaradas. Isso ocorria quando algum colono não conseguia realizar as carpas no tempo necessário e, então, o fazendeiro, para tocar o serviço, mobilizava os empregados da propriedade, que realizavam a atividade às custas do colono. Joaquim Vicente, por exemplo, não realizou a carpa de 7.600 pés de café, o que lhe custou o desconto de 456\$000 – 60\$000 por mil pés.<sup>336</sup>

Embora não esteja mencionado na folha, de acordo com a historiografia os “salários” dos trabalhadores em fazendas cafeeiras estavam sujeitos a outros tipos de descontos. Valores referentes a consulta médica e compra de medicamentos eram comuns.<sup>337</sup> Nas grandes propriedades, os fazendeiros estabeleciam uma espécie de convênio com médicos e farmacêuticos das cidades para atender aos trabalhadores que residiam em suas terras. Nos momentos de necessidade, os colonos retiravam uma “ordem” na fazenda e a entregavam no consultório médico ou na farmácia para serem atendidos. Ao final de cada mês, os proprietários acertavam com os referidos profissionais os valores correspondentes aos atendimentos e medicamentos e, depois, descontavam-nos dos trabalhadores. Algumas propriedades possuíam uma estrutura própria para atender os moradores. A fazenda Santa Maria, de propriedade do Joaquim Costa Monteiro, contava com uma farmácia onde um boticário atendia os colonos.<sup>338</sup>

Outro tipo de desconto, também muito comum, era referente aos gastos com o armazém.<sup>339</sup> Geralmente, nas grandes propriedades havia um armazém onde se vendiam produtos variados, tais como farinha de trigo, farinha de milho, açúcar, sal, toucinho, aguardente, vinho, vinagre, velas, fósforo, sabão em pedra, querosene, tecidos, chapéus, ferramentas, calçados para o trabalho e muitos outros itens.<sup>340</sup> Ainda que os colonos produzissem grande parte dos alimentos de que necessitavam, era necessário recorrer ao mercado para adquirir certos artigos. Para os fazendeiros, esses estabelecimentos eram mais uma fonte de lucro – comprava-se por certo preço nas cidades e vendia-se por um

---

<sup>336</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta. Folha de pagamento dos trabalhadores da Fazenda Nova Floresta.

<sup>337</sup> FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010, pp. 115-131; BASSANESI, Maria Sílvia Beozzo, op. cit., 2019, pp. 229-249. Ver também: Museu Municipal de Guaxupé. Livros da Fazenda Limeira.

<sup>338</sup> FERRAZ, Wilson. *Fazenda Santa Maria*. Trabalho de pesquisa. Museu Municipal de Guaxupé, 2005.

<sup>339</sup> Ver: FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010, pp. 115-131.

<sup>340</sup> DEAN, Warren, op. cit., 1977, p. 168.



preço superior. Os trabalhadores nem sempre conseguiam se deslocar até à cidade para escapar dessa situação, e não encontravam nos centros urbanos a facilidade de comprar a prazo, para se pagar no final do ano. Desse modo, uma parte dos ganhos dos colonos ficava nessas mercearias.

Embora tais descontos provavelmente ocorressem, acreditamos que eles não fossem altos a ponto de impor pesadas perdas salariais às famílias. A não ser que houvesse uma drástica redução na produção dos gêneros de subsistência que exigisse dos colonos recorrer às mercearias para adquirir os itens básicos da alimentação diária, ou, então, que membros de alguma família passassem por doença prolongada. Desse modo, para a maioria dos trabalhadores listados no Quadro 6, é bem provável que os ganhos indicados fossem bem próximos das remunerações que, de fato, eles receberam pelo trabalho no período analisado.

O colonato oferecia aos trabalhadores, como se observa, um conjunto de vantagens que dificilmente se encontraria em outros complexos agrários no país no mesmo período. Ele combinava, de forma única, um salário anual, auferido pelas carpas, pagamentos variáveis pelo trabalho na colheita, as diárias, ganhos por tarefas (os serviços avulsos) e vantagens não-monetárias. E, como observamos, para um grupo de famílias os rendimentos obtidos em um ano de trabalho foram bastante expressivos e, possivelmente, lhes permitiu formar uma poupança. Para as demais famílias, cujos salários foram mais baixos, ainda que fazer uma reserva fosse mais difícil, provavelmente os ganhos obtidos possibilitaram uma vida material segura, longe da miséria, dada a quase autossuficiência alimentar que o sistema permitia. Os ganhos do trabalhador nesse regime de trabalho eram muito superiores aos rendimentos obtidos na formação dos cafezais – os contratos de empreitadas. Como vimos, nessas escrituras ofereciam-se pequenos valores monetários para o trabalho de vários anos para formar uma nova lavoura.

De acordo com Thomas Holloway, no avanço da cafeicultura, a competição pela mão de obra abriu boas oportunidades de ganhos para os colonos. Especialmente nas zonas de produção mais novas, onde os incentivos eram mais vantajosos, não foram poucas as famílias de imigrantes que conseguiram poupar parte das remunerações e fazer economias. Muitos deles, após anos de trabalho nas grandes fazendas, compraram propriedades rurais – a maior parte delas, com extensão entre 5 e 50 alqueires; sítios de pequeno e médio porte – e tornaram-se produtores independentes. Com as produções que extraíam de suas terras, eles participavam ativamente do mercado interno vendendo

gêneros de subsistência – cereais, leite, carne –, e também se vinculavam ao mercado internacional com produções de café.<sup>341</sup>

Essas unidades agrícolas não desafiaram o poder dos grandes proprietários. Os cafeicultores nativos com suas grandes fazendas continuaram sendo dominantes. Os dados indicam, no entanto, que o sistema de trabalho em vigor nas áreas cafeeiras de São Paulo ofereceu um conjunto de ganhos nada desprezíveis aos trabalhadores. Malgrado a carga pesada de trabalho e os abusos que sofriam por parte de alguns proprietários, eles encontraram condições para manter suas famílias, economizar e construir uma vida material que estava muito longe de ser classificada como miserável. Nas palavras do historiador:

Neste incidente da história da moderna economia mundial houve algum desafogo na exploração, degradação e coerção institucionalizada que caracterizam os sistemas de trabalho nas fazendas, em outras áreas. Comparado à escravidão negra dos primeiros tempos, ao trabalhador contratado no Caribe pós-abolição, ao peão acorrentado por dívidas no México ou Guatemala, ou o semisservo das montanhas andinas ou Chile central, o colono do café de São Paulo tinha uma existência viável. Seu padrão de vida, sua relativa liberdade de ação e de oportunidades permitem uma comparação favorável com os trabalhadores de outros sistemas de grandes fazendas exportadoras, bem como com a mão de obra rural migrante, no São Paulo de hoje.<sup>342</sup>

A explicação para isso não se encontra, obviamente, na boa vontade dos fazendeiros. Eles, como outros grandes proprietários em diferentes complexos agrícolas, buscavam o lucro. A resposta encontra-se na grande disponibilidade de terras. Em posse desse recurso abundante, “os fazendeiros não precisaram institucionalizar a coerção para manter os salários baixos em dinheiro e altos lucros”.<sup>343</sup> Em contrapartida aos salários baixos, ofereciam aos colonos lotes de terras para cultivarem. O coração do sistema, segundo o autor, encontra-se justamente nessa concessão. Ela permitiu uma redução dos custos do trabalho e, ao mesmo tempo, tornou possível que os trabalhadores fizessem alguma poupança.

Um ponto importante é entender a configuração das relações de trabalho examinadas no contexto de expansão do mercado mundial na segunda metade do século XIX e início do século XX. No processo de multiplicação dos espaços geográficos da economia capitalista, enquanto que nas áreas industriais desenvolveu-se o assalariamento,

---

<sup>341</sup> HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., pp. 210-248.

<sup>342</sup> Idem, p. 253.

<sup>343</sup> Idem, p. 254.

nas áreas periféricas, produtoras de alimentos e matérias-primas, foram implantadas diferentes formas de organização do trabalho – escravidão, meação, variados arranjos de trabalho em que o trabalhador tinha a liberdade restringida, e outras.<sup>344</sup> Nas áreas cafeeiras paulistas, bem como no Sudoeste mineiro – como as fontes atestam –, com o fim da escravidão, os fazendeiros desenvolveram outro sistema – o colonato. Tal como outros regimes de trabalho que foram implementados, ele pode ser interpretado como uma resposta local às pressões do mercado internacional. Ou seja, em face das grandes demandas por mercadorias em um contexto de expansão da indústria e de ampliação das cidades e do operariado, os fazendeiros locais, ávidos por mão de obra, desenvolveram um modo de organização do trabalho que conciliava remuneração monetária e permissão para o plantio de alimentos, de modo a atrair trabalhadores para suas terras e poder ofertar uma grande quantidade de mercadorias no mercado mundial.<sup>345</sup>

Para encerrar, vale dizer que, ao mesmo tempo que os trabalhadores conseguiram obter ganhos razoáveis trabalhando nas grandes fazendas, a economia cafeeira permitiu que os proprietários das maiores unidades agrícolas acumulassem grandes fortunas. O capítulo seguinte examina essa temática – distribuição da riqueza entre os diferentes grupos da sociedade regional em estudo.

---

<sup>344</sup> TOMICH, Dale W., op. cit., 2011, pp. 69-79; LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, pp. 32-33.

<sup>345</sup> TOMICH, Dale W., op. cit., 2011, pp. 69-79.

## Capítulo 4 - HIERARQUIA SOCIAL E ACUMULAÇÃO

Nos capítulos anteriores, analisamos alguns traços da economia regional: a expansão cafeeira e a consolidação de uma economia agroexportadora; a concentração da propriedade da terra; a presença de atividades ligadas ao abastecimento interno; e as formas de organização do trabalho nas fazendas – empreitada, parceria e o colonato. Agora, a partir de uma das principais bases documentais até o momento utilizada – os inventários –, pretendemos investigar a distribuição da riqueza entre os diferentes grupos da sociedade considerada e identificar os ativos dos patrimônios inventariados. Desse modo, poderemos conhecer como se estruturava a hierarquia social na região e identificar os principais setores da economia e a distribuição dos investimentos. Ademais, o estudo sobre a composição dos bens das distintas faixas de fortunas nos permitirá avaliar o grau de domínio dos grupos sobre a economia como um todo, ou algum setor específico. Na segunda parte do capítulo, pretende-se apresentar as trajetórias de algumas famílias da região que se destacaram pelo volume de riquezas que conseguiram acumular – famílias Ribeiro do Valle e Costa Monteiro.

### 4.1 Composição da riqueza inventariada

Para esta pesquisa, como informamos no primeiro capítulo, reunimos o total de 690 inventários *post mortem*,<sup>346</sup> que foram elaborados entre os anos de 1880 e 1930 nos municípios de Muzambinho e Guaxupé.<sup>347</sup> Essa fonte cartorial, organizada pelo poder judiciário, apresenta um balanço dos bens e dívidas que foram acumulados por uma pessoa ao longo de sua vida. Dada a riqueza de informações que ela reúne, podemos ter acesso a diversos elementos da vida material de uma determinada população cujos registros foram preservados. Nos documentos, os patrimônios eram divididos em categorias e apresentados na seguinte ordem: bens móveis (móveis, louças, utensílios domésticos, roupas, metais preciosos, ferramentas, carros de tração animal e alimentos); semoventes (escravos e rebanhos); bens de raiz (casas urbanas e rurais, terras e

---

<sup>346</sup> No fórum de Muzambinho, além dos inventários referentes ao município, estão depositados muitos processos relativos às localidades de Guaxupé e Guaranésia. Por isso, foi no referido fórum que encontramos a grande maioria dos documentos que utilizamos na presente pesquisa. Em relação à metodologia aplicada no tratamento da documentação, ver o tópico fontes, no Capítulo 1.

<sup>347</sup> Somente um dos processos ultrapassa o limite temporal de 1930. Trata-se do inventário, de 1936, de Genoveva Junqueira Valle, esposa do conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle. Ver nota 59, Capítulo 1.

plantações); e, por fim, as dívidas: as ativas, que são os valores a receber, e as passivas, que se referem aos valores a serem pagos. É importante observar que, embora o material seja pródigo em informações, ele é limitado em termos de abrangência face ao conjunto populacional; somente o segmento da população cujos patrimônios eram suficientes para arcar com custos do processo procuravam a Justiça para arrolar e partilhar os bens.<sup>348</sup>

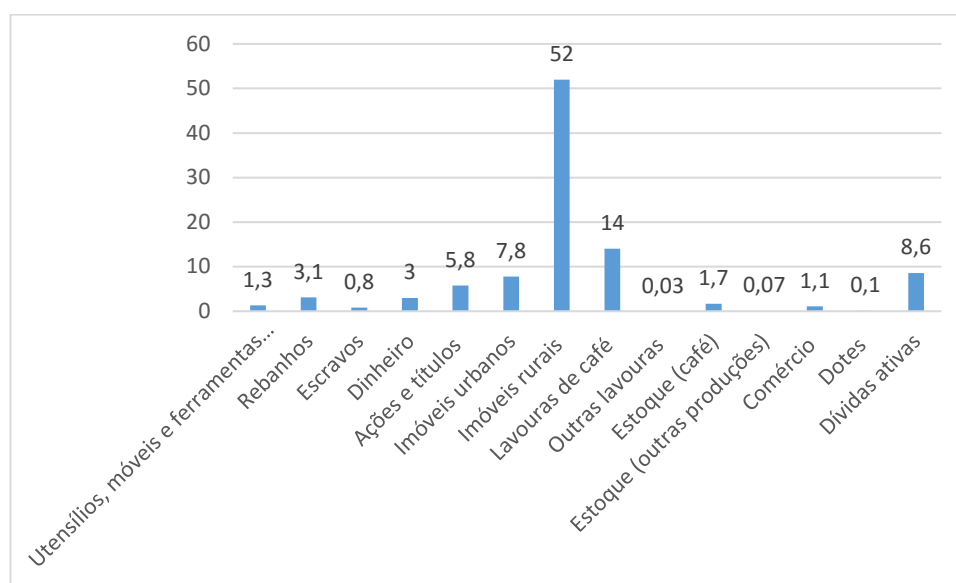
Nesta primeira parte do capítulo, examinaremos a composição dos patrimônios que foram arrolados nos inventários. Assim, poderemos avaliar, além da distribuição dos investimentos, os principais setores da economia regional no período recortado. Essa primeira aproximação com os dados nos servirá de base para, em seguida, analisarmos a distribuição da riqueza inventariada.

**Tabela 28: Composição da riqueza segundo os valores dos bens arrolados nos inventários (1880 -1930)**

<b>Ativos</b>	<b>%</b>
Utensílios, móveis, ferramentas, carros de tração animal e metais preciosos	1,3
Rebanhos	3,1
Escravos	0,8
Dinheiro	3,0
Ações e títulos	5,8
Imóveis urbanos	7,8
Imóveis rurais	52,0
Lavouras de café	14,0
Outras lavouras	0,03
Produções de café em estoque	1,7
Outras produções em estoque	0,07
Comércio	1,0
Dotes	0,1
Dívidas ativas	8,6

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

<sup>348</sup> Ver: MARCONDES, Renato Leite, op. cit., 1998, p. 304.

**Gráfico 13: Composição da riqueza (1880-1930)**

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

Na Tabela 28 e no Gráfico 13, apresentamos a relação dos bens que aparecem nos inventários e a participação percentual de cada um deles no conjunto da riqueza inventariada. Os ativos mais importantes na composição das fortunas locais eram os imóveis rurais, os cafezais e as dívidas ativas. Os imóveis rurais – as terras e as benfeitorias – representavam a maior parte das fortunas – 52%. A importância das propriedades rurais decorre das características da economia local – economia de grande lavoura, assentada na produção extensiva e integrada ao mercado internacional. Ainda que não tenhamos investigado o comportamento dos preços das terras, é possível cogitar que, em razão da expansão dos cafezais, tenha ocorrido uma valorização desse ativo no período recortado pela pesquisa. Na região mogiana, área cafeeira do estado de São Paulo, especificamente em Batatais e Orlandia, os preços médios das terras de cultura subiram 12 vezes entre 1850 e 1890.<sup>349</sup>

Se analisamos em separado as terras e as benfeitorias, verifica-se que o primeiro ativo reunia 41,2% das riquezas, e o segundo, 10,7%. O percentual significativo das benfeitorias na soma das fortunas reflete a formação de grandes unidades produtoras na região. Essas fazendas, com mais de 100 mil pés de café, possuíam enormes casas de morada, centenas de casas para abrigar os trabalhadores, terreiros, tulhas, máquinas de beneficiamento e instalações que auxiliavam na manutenção das propriedades, tais como

<sup>349</sup> BACELLAR, Carlos Almeida P., op. cit., 1990, p. 111.

olarias, engenhos de serra, monjolos, moinhos e outras (ver Capítulo 2). Considerando-se de modo desagregado os diversos bens que foram reunidos na categoria benfeitorias, constata-se que as casas de moradas e as construções que serviam na manutenção das propriedades concentravam 60,5% do valor total do ativo; os terreiros de café, 2%; as tulhas, 2,1%; as casas de trabalhadores, 11,2%; e as máquinas de beneficiamento, 24% (Tabela 29).

**Tabela 29: Dados desagregados das benfeitorias, 1880-1930**

<b>Benfeitorias</b>	<b>%</b>
Casas de morada e instalações ligadas a manutenção das propriedades (engenhos, olarias, moinhos etc.)	60,5
Terreiros de café	2
Tulhas	2,1
Casas de trabalhadores	11,2
Máquinas de beneficiamento	24,0
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

Depois dos imóveis rurais, o ativo mais importante era o café – melhor dizendo, as lavouras de café. Elas representavam 14% da riqueza total. Se somarmos às lavouras os valores das produções de café em estoque, o percentual sobe para 15,8%. Com os dados, reafirma-se, mais uma vez, a centralidade da economia cafeeira na região. As demais produções agrícolas – os rebanhos e as lavouras de alimentos – tinham uma participação pequena nas fortunas – os rebanhos, apenas 3,1%, e as plantações de cereais, o ínfimo valor de 0,3%. O comércio, cujo valor montante foi apurado a partir da soma dos estoques de mercadorias indicadas nos inventários, correspondia a somente 1,1% da riqueza.

As dívidas ativas concentravam 8,6% das fortunas. O percentual indica a importância do crédito pessoal para o desenvolvimento dos negócios na região. Dado o incipiente desenvolvimento das instituições financeiras, recorria-se aos fazendeiros-negociantes, comerciantes e capitalistas para acessar certas somas de dinheiro por meio

de empréstimos a juros. Além dessa modalidade de dívida, e a mais importante, as fontes indicam também valores a receber de vendas a prazo de casas comerciais.

Em seguida, vinham os imóveis urbanos – 7,8% da riqueza estava imobilizada nesse ativo. Em comparação com os percentuais apurados em propriedades rurais, o valor é pequeno. No entanto, no conjunto dos bens, a riqueza alocada nesse bem era considerável. A importância desse ativo decorre, como no caso dos demais bens até o momento analisados, da dinamização da economia local provocada pela expansão do cultivo do café. Além dos investimentos em terras e benfeitorias que auxiliavam na produção, os fazendeiros de médio e grande porte passaram a adquirir e a construir casas nos espaços urbanos. Nas cidades em formação, o tamanho e a beleza dessas edificações passaram a indicar a riqueza e o prestígio dos cafeicultores. Acrescenta-se que, no passar dos anos, o setor do comércio ganhou maior relevância. Embora, de acordo com os inventários, no período em estudo a riqueza concentrada nesse setor fosse pequena, alguns dados indicam que na década de 1920 as localidades reuniam um número significativo de estabelecimentos. Em Guaxupé, em 1928, por exemplo, havia, no espaço urbano, um conjunto variado de pequenas empresas:<sup>350</sup> alfaiatarias (11), botequins (11), confeitarias (10), marcenarias (6), sapatarias (11), hotéis (4), farmácias (9), tipografias (3), postos de combustíveis (gasolina e gás) (6), fábricas (13),<sup>351</sup> além dos estabelecimentos que prestavam algum serviço, como escritórios de advocacia (6), consultórios médicos (8), oficinas mecânicas (4), instituições financeiras (4) e outros. Por essa época, o centro urbano do município, além de ser um ponto de encontro dos habitantes para as atividades tradicionais, cerimônias religiosas e festas, e reunir instituições importantes – Casa da Misericórdia, Colégio Imaculada Conceição, cúria diocesana, seminário diocesano, câmara municipal e fórum municipal<sup>352</sup> – era também um espaço de diversas atividades econômicas, inclusive aquelas ligadas à cafeicultura – beneficiamento de grãos, armazenamento, compra e venda e transporte.

---

<sup>350</sup> Câmara Municipal de Guaxupé. Lançamento de impostos para o ano de 1929. Impostos de industriais e profissões, predial, estabelecimentos agrícolas, etc. Jornal Cidade de Guaxupé. Guaxupé, 1928. Museu municipal.

<sup>351</sup> As fábricas indicadas eram as seguintes: fábrica de gelo (2), mosaicos (1), macarrão (3), fogos (1), laticínios (1), veículos (2), ladrilhos (1), bebidas (1), e manilhas (1). Câmara Municipal de Guaxupé. Lançamento de impostos para o ano de 1929. Impostos de industriais e profissões, predial, estabelecimentos agrícolas, etc. Jornal Cidade de Guaxupé. Guaxupé, 1928. Museu municipal.

<sup>352</sup> A localidade de Guaxupé foi elevada à categoria de vila em 1911. A diocese foi criada em 1916 e a comarca em 1925.



Ações e títulos representavam 5,8% dos patrimônios. A presença desses ativos mostra, como assinalou Zélia Maria Cardoso de Mello para São Paulo, um processo de diversificação dos investimentos e, por conseguinte, das receitas.<sup>353</sup> Na região em estudo, os grandes proprietários passaram a investir em ações de companhias ferroviárias, de bancos e em títulos da dívida pública. Em relação às ações, como pode ser observado no Quadro 8, as principais empresas cujos papéis foram comprados eram companhias ferroviárias, com destaque para a Mogyana, empresa paulista de estrada de ferro, que reunia mais de dois terços dos investimentos, 67,7%.<sup>354</sup>

**Quadro 8: Ações listadas nos inventários (1880-1930)**

<b>Empresas</b>	<b>Número de ações<sup>355</sup></b>	<b>%</b>
Banco de Guaxupé	242	3,1
Estrada de Ferro Muzambinho	802	10,5
Companhia Mogyana de Estrada de Ferro	5.294	67,7
Companhia Paulista de Estrada de Ferro	571	7,5
Companhia Sul Brasileira	100	1,3
Companhia do Ramal Férreo do Rio Pardo	110	1,4
Banco de São Paulo	500	6,5
Companhia São Paulo e Minas.	200	2,6

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

Os demais ativos que foram relacionados na documentação tiveram uma participação reduzida no conjunto dos bens – os bens móveis (utensílios, móveis, ferramentas etc.) 1,3%, escravos 0,8%, dinheiro 3%, produções de café em estoque 1,7%, outras produções em estoque 0,07% e dotes 0,1%. Quanto aos escravos, acreditamos que eles estejam sub-representados nos inventários. Como vimos no capítulo anterior, o avanço dos plantios de cafezais na região, a partir dos anos finais da década de 1860,

<sup>353</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*: São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 89.

<sup>354</sup> Sobre a importância da Companhia Mogyana na região, ver capítulos 1 e 3.

<sup>355</sup> O quadro não apresenta a totalidade das ações que foram adquiridas pelos proprietários locais, visto que nem todos os inventários indicam a quantidade de papéis, mas somente os valores.

aguçou a procura por trabalhadores, e os maiores produtores passaram a adquirir novos escravos no mercado interno. Nesse processo, a maior parte dos cativos passou a se concentrar nas grandes propriedades e foram fundamentais para o primeiro impulso da cafeicultura local. Ocorre que muitos desses produtores só vieram a falecer anos depois da abolição, como nos casos de Joaquim da Costa Monteiro, Antônio da Costa Monteiro, Geraldo Ribeiro do Valle, Francisco Vieira do Valle, Eugenio Ribeiro Leite, Joaquim Pedro Leite Ribeiro e outros. Desse modo, com a ausência do patrimônio desses grandes fazendeiros entre os inventários da década de 1880, a nossa amostra apresenta um reduzido número de cativos que trabalharam nas propriedades da região nos últimos anos do Império.

Em Franca, na região mogiana, Lélío Oliveira constatou que entre os anos de 1890 e 1920 a maior parte da riqueza inventariada também estava concentrada em imóveis, dívidas ativas e cafezais. As propriedades rurais – incluindo as benfeitorias – e os imóveis urbanos concentravam 46% das fortunas. As dívidas ativas, 11,97%, e os cafezais, 9,38%.<sup>356</sup> Em relação a Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, Rita Almico analisou a composição da riqueza no período de 1870 a 1914.<sup>357</sup> Segundo a autora, os principais ativos eram as terras, 17,89%, as dívidas ativas, 16,36%, e as casas, rurais e urbanas, 13,86%. Logo depois vinham os cafezais, com 12,21%.<sup>358</sup>

Luciana Suarez Lopes, em estudo sobre Ribeirão Preto, examinou a composição das fortunas em três períodos: de 1849 a 1869, período de introdução dos cafezais na área; de 1870 a 1888, fase de difusão da nova cultura;<sup>359</sup> e de 1889 a 1900, momento de consolidação da cafeicultura na localidade. Indicamos aqui, por ser um período que também estudamos para Minas, os dados da última fase. De acordo com a autora, nesses anos, os principais ativos eram os imóveis, incluindo as terras, os cafezais, as benfeitorias e as propriedades urbanas, com 72,1%; em seguida, as dívidas ativas, englobando

---

<sup>356</sup> OLIVEIRA, Lélío, op. cit., 2016, p. 136.

<sup>357</sup> ALMICO, Rita de Cássia, op. cit., 2001, p. 131.

<sup>358</sup> Para identificar as variações na composição das fortunas, a historiadora dividiu o referido período em dois: o primeiro, de 1870 a 1888; e o segundo, de 1889 a 1914. No primeiro período, os principais ativos eram os escravos, 24,80%, em seguida as dívidas ativas, 17,44%, e o cafezais, 16,28%. No segundo período, outros ativos ganharam importância: as terras, 19,12%, as casas, 18,50%, e os títulos, 16,55%. Para a autora, as mudanças refletem as transformações que ocorreram na localidade no período: crescimento da população urbana e diversificação econômica, com a criação de várias empresas. No entanto, a produção agrária ainda continuava importante, como indica o alto percentual da riqueza imobilizado em terras. ALMICO, Rita de Cássia, op. cit., 2001, pp. 71 e 117.

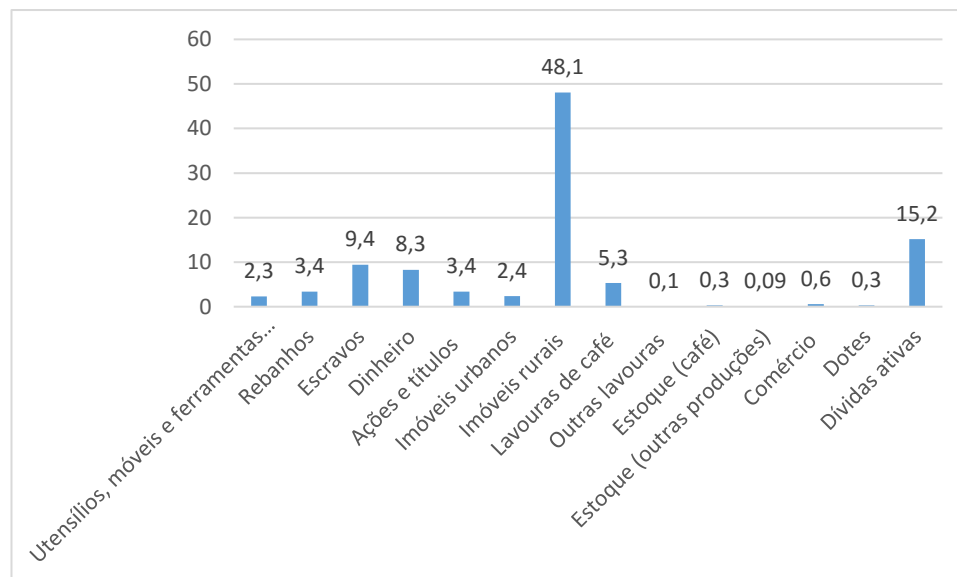
<sup>359</sup> A autora divide o período de difusão em dois momentos: 1870-1879, anos que chegaram na região os primeiros cafeicultores vindos de outras áreas; e 1880-1888, quando os trilhos da Mogiana chegaram no município. LOPES, Luciana Suarez, op. cit., 2005, p. 56.

empréstimos, contas de livro, adiantamento de legítimas, ações, títulos, hipotecas, letras e seguros, com 17,2%; e, na terceira posição, dinheiro, que representava 6,1% da riqueza. Em relação às lavouras de café, os dados compulsados pela pesquisadora demonstram que o ativo teve uma participação crescente no conjunto dos imóveis no decorrer dos anos. Entre 1849 e 1869, os cafeeiros respondiam por apenas 0,3% do valor dos imóveis; no período de 1889-1900 eles representam 35%.<sup>360</sup>

Ainda que os referidos autores tenham empregado metodologias diferentes para agrupar os ativos, fica patente que nas localidades estudadas, todas elas importantes centros cafeeiros do Sudeste brasileiro, os imóveis – rurais e urbanos – ocupavam um papel de destaque nos patrimônios inventariados. Destaca-se também a presença dos cafezais e das dívidas ativas. Como vimos, em relação aos inventários do Sudoeste mineiro constatou-se, igualmente, a importância desses mesmos bens na composição das fortunas.

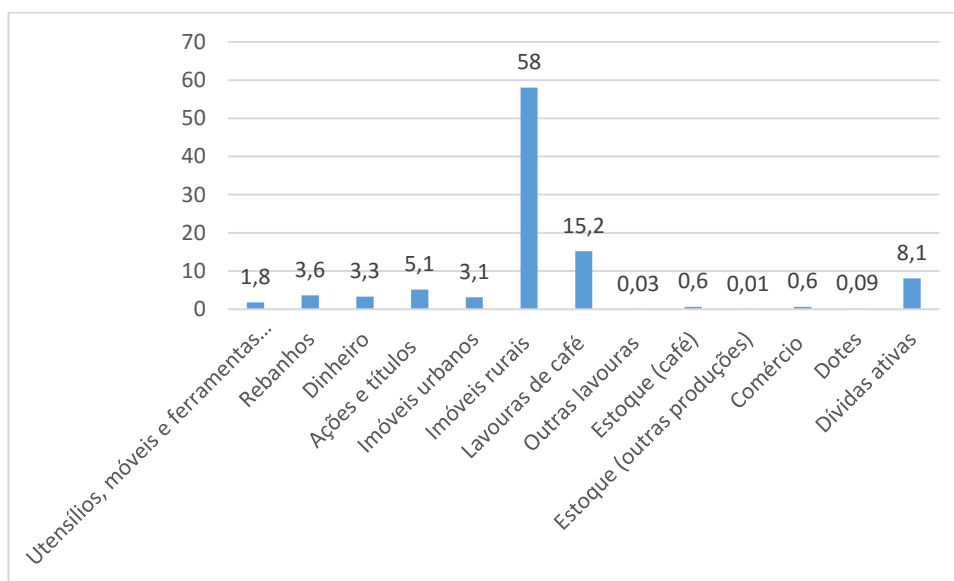
Vejamos agora quais foram as variações na composição dos patrimônios no decorrer das décadas.

**Gráfico 14: Composição da riqueza (1880-1889)**

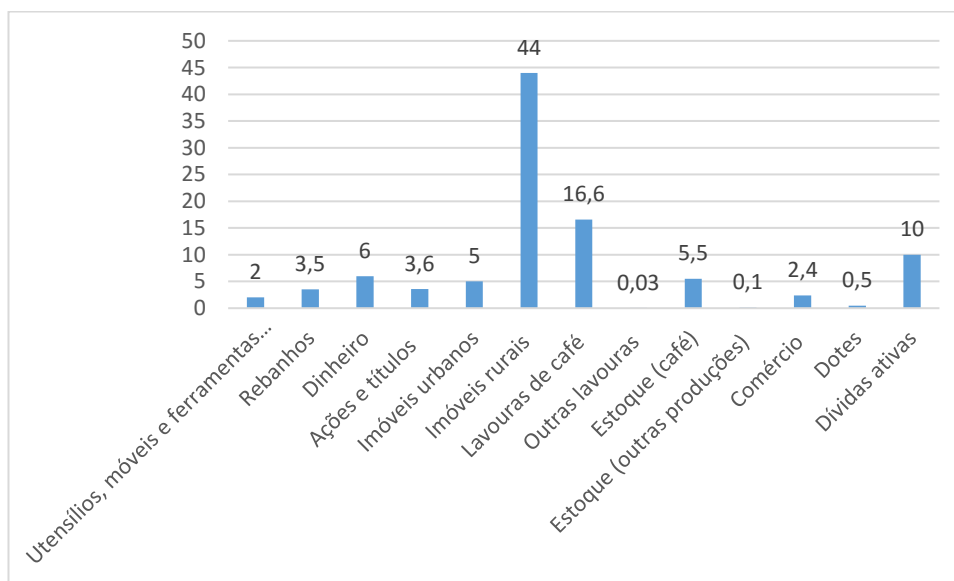


Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

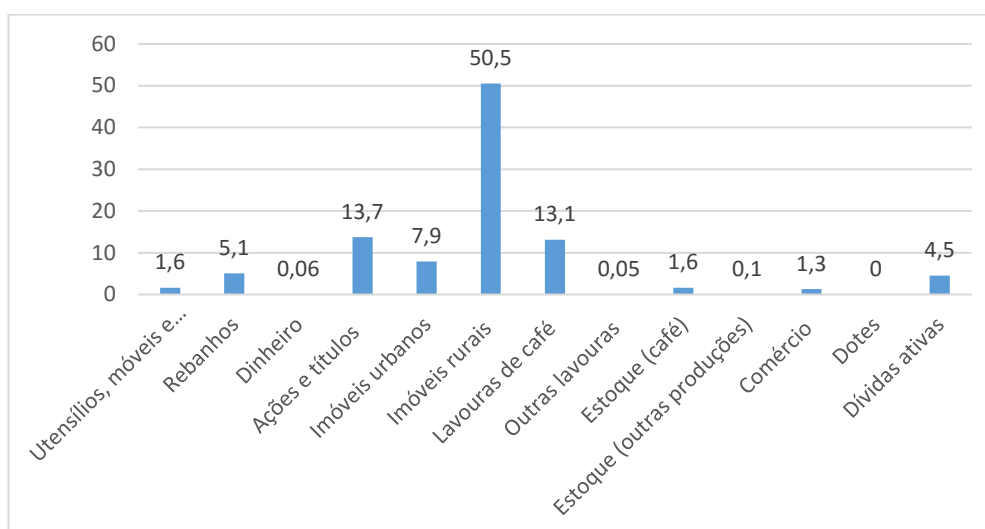
<sup>360</sup> Idem, p. 100.

**Gráfico 15: Composição da riqueza (1890-1899)**

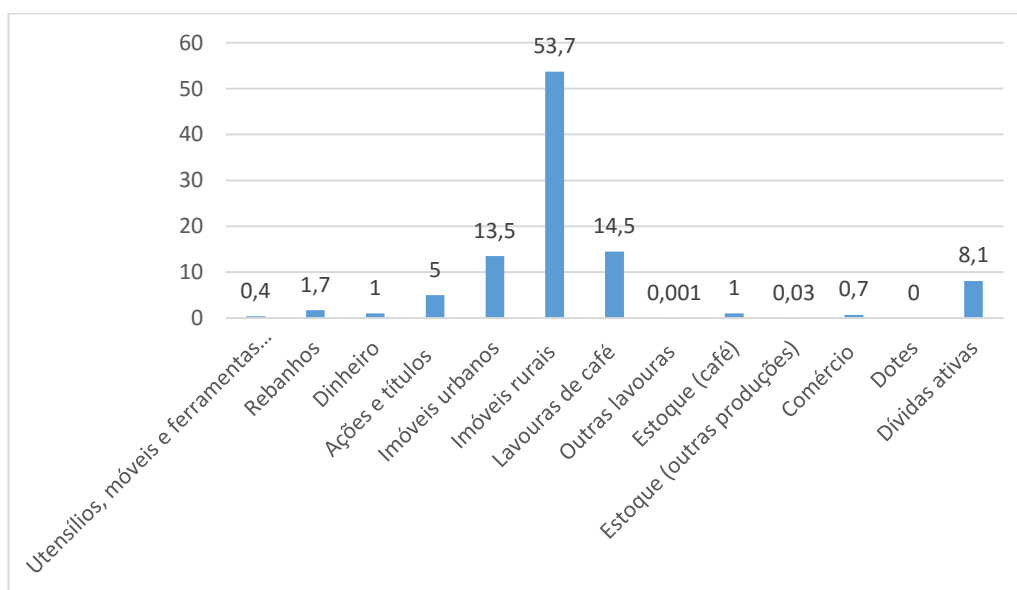
Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

**Gráfico 16: Composição da riqueza (1900-1909)**

Fonte: Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

**Gráfico 17: Composição da riqueza (1910-1919)**

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

**Gráfico 18: Composição da riqueza (1920-1930)**

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

Na década de 1880, conforme o Gráfico 14, além das propriedades rurais e das dívidas ativas, os escravos ocupavam uma posição de destaque no conjunto dos bens – 9,8% da riqueza dos proprietários que faleceram no período estava imobilizada nesse ativo. As lavouras de café, ainda que com um percentual pequeno em comparação aos

números referentes ao ativo nas décadas seguintes, já despontavam como riqueza importante na composição dos patrimônios – superavam os rebanhos na alocação dos investimentos.

Os imóveis rurais eram, em todas as cinco décadas, o principal ativo na composição das fortunas – com percentuais entre 44% e 58%. Dados que reforçam a importância da produção agrícola na economia local no período recortado pela pesquisa. Quanto aos cafezais, chama atenção o forte crescimento da participação relativa do ativo na década de 1890 em comparação com o período anterior – aumento de dez pontos percentuais. A mudança reflete o movimento de expansão do cultivo da nova cultura nos decênios finais do século XIX e que ganhou maior expressividade, como vimos no capítulo anterior, nos anos de 1890. Nos anos posteriores, as lavouras de café sempre estiveram entre os principais ativos – com percentuais entre 13,1% e 16,6%.

Para Franca – localidade cujos dados também foram organizados por décadas, o que facilita a comparação –, verifica-se que a participação dos cafezais na riqueza inventariada entre os anos de 1890 e 1920 foi um pouco inferior ao que apuramos para o Sudoeste mineiro. Em 1890, os cafezais representavam 4,93% dos patrimônios no município paulista; no decênio seguinte, 9,34%; e, na década de 1920, 11,37%.<sup>361</sup> Para Minas, os resultados nos mesmos decênios foram os seguintes: 15,2%, 16,6% e 13,1%.

Na região em estudo, as dívidas ativas também ocuparam uma posição relevante no conjunto dos bens no decorrer das décadas, em menor medida na década de 1910, quando alcançaram somente 4,5%. Nota-se, em relação aos imóveis urbanos, um processo de crescimento na participação do ativo nos patrimônios – representavam apenas 2% na década de 1880, passaram para 3,1% no decênio seguinte, depois 5%, alcançaram 7,6% na década de 1910 e, por fim, 13,5% entre os anos de 1920 e 1930. O aumento dos investimentos em propriedades urbanas indica, como assinalamos, um maior dinamismo das cidades e do comércio na região.

Após essa breve exposição sobre os principais bens que foram arrolados nos inventários e os traços gerais da economia regional, analisaremos a distribuição da riqueza entre os grupos.

---

<sup>361</sup> OLIVEIRA, Lélío, op. cit., 2016, pp. 138-139.

## 4.2 Distribuição da riqueza inventariada

A partir dos valores dos patrimônios inventariados, pretende-se realizar um exame sobre a distribuição da riqueza entre os grupos sociais e as diferenças socioeconômicas daí decorrentes; ou seja, busca-se analisar como se estruturava a hierarquia socioeconômica regional. Para tanto, elaboramos uma hierarquia de fortunas e agrupamos os inventários conforme os valores dos montes-mor<sup>362</sup> (Tabela 30).

**Tabela 30: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza – Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1930 (em libras esterlinas)**

Faixas de riquezas	Soma dos montes	%	Número de inventários	%	Riqueza média
0 a 499	84.274,29	10,3	444	64,3	189,80
500 a 999	62.231,90	7,6	87	12,6	715,30
1.000 a 1.999	102.225,61	12,5	71	10,2	1.439,79
2.000 a 2.999	74.506,02	9,1	30	4,3	2.483,53
3.000 a 5.000	87.943,68	10,8	23	3,3	3.823,63
+5.000	402.272,60	49,4	35	5,0	11.493,50
<b>Total</b>	<b>813.454,14</b>	<b>100,0</b>	<b>690</b>	<b>100,0</b>	<b>1.178,91</b>

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

Observa-se, de imediato, uma intensa concentração de riquezas. A primeira faixa, com patrimônios abaixo de 500 libras, reunia mais de 60% dos proprietários – 64,3% deles –, mas concentrava apenas 10,3% dos valores arrolados. Em contrapartida, a última faixa, com patrimônios acima de 5.000 libras, compreendia 5% dos inventários e retinha quase a metade da riqueza, 49,4%.

Se, por um lado, os patrimônios das duas primeiras faixas, fortunas com até 999 libras – 76,9% dos proprietários – acumulavam 18% de toda a riqueza, por outro, as duas últimas faixas, com fortunas acima de 3.000 libras, não obstante reunirem apenas 8,4% dos inventários, concentravam 60,2% de toda a riqueza inventariada.

<sup>362</sup> Na tentativa de amenizar as variações da moeda nacional no período analisado, os valores nominais foram convertidos em libras esterlinas. Para realizar a conversão, optamos pela taxa de câmbio implícita (IBGE 1990), conforme indicação de Nelson Nezoe e outros pesquisadores. IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (Séries estatísticas retrospectivas, vol. 3, 2ª edição revista e atualizada). Ver: NOZOE, Nelson Hideiki *et alii*. Brasil: breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo: NEHD-FEA-USP, ano XI, n. 32, maio de 2004.

Outra forma de verificar as diferenças entre as fortunas é comparar as riquezas médias das faixas. Um proprietário situado na primeira faixa possuía uma riqueza média mais de três vezes menor do que aquele que estava na segunda, e mais de sete vezes inferior do que a média do patrimônio de um indivíduo posicionado na terceira. Em comparação com a riqueza média da última faixa, era mais de 60 vezes inferior. A concentração se mostra brutal.

Na verdade, a concentração de riquezas na região era ainda mais intensa. Isso porque as pessoas que faleceram e deixaram bens de valor reduzido, ou que não possuíam bem algum, não são aqui consideradas. Como vimos, os inventários possuíam uma abrangência populacional limitada. Somente as famílias cujos recursos não fossem tão exíguos procuravam a Justiça para arrolar e dividir os bens quando falecia alguém da parentela. Desse modo, a camada mais pobre da população local não aparece nos cálculos.

Pesquisas para outras regiões do Sudeste brasileiro também apontaram altos níveis de concentração. De acordo com o estudo de Luciana Suarez Lopes, em Ribeirão Preto, entre os anos de 1880 e 1888, os proprietários com patrimônios inferiores a 500 libras representavam 65,3% dos inventariados, mas concentravam apenas 9,9% da riqueza. Ao mesmo tempo, 4,1% dos proprietários, com patrimônios acima de 5.000 libras, retinham 46,1% das fortunas.<sup>363</sup> Nos anos de 1889 a 1900, a concentração se mostrou ainda mais acentuada: os proprietários com pequenos patrimônios, abaixo de 500 libras, representavam 46% dos inventariados e concentravam 2,1% da riqueza total. Em contrapartida, os proprietários com fortunas acima de 5.000 libras – 15,9% dos inventariados – possuíam 82,6% dos valores arrolados.<sup>364</sup>

Renato Marcondes constatou, em relação a Lorena, no Vale do Paraíba paulista, que entre os anos de 1830 e 1879 os proprietários mais ricos, com fortunas acima de 2.000 libras – 16,7% dos inventários –, concentravam 89,5% da riqueza. Os mais pobres, com patrimônios inferiores a 500 libras, embora representassem 50% dos inventariados, possuíam apenas 2,1% da riqueza total.<sup>365</sup>

Juliana Garavazo, em estudo sobre Batatais, no Oeste paulista, no recorte temporal de 1850 a 1887, verificou que os proprietários com pequenos patrimônios, cujos valores eram inferiores a 500 libras, formavam o grupo mais numeroso entre os

---

<sup>363</sup> LOPES, Luciana Suarez, op. cit., 2005, p. 83.

<sup>364</sup> Idem, p. 92.

<sup>365</sup> MARCONDES, Renato L., op. cit., 1998, p. 168.



inventariados – 68,7% deles. No entanto, eles concentravam apenas 13,1% da riqueza total. Os proprietários mais ricos, com patrimônios acima de 5.000 libras, representavam 2,6% da população cujos bens foram inventariados e reuniam 44,9% da riqueza.<sup>366</sup>

Heloísa Maria Teixeira observou que, em Mariana, na província de Minas Gerais, entre os anos de 1850 e 1888, os proprietários cujos montes eram inferiores a 500 libras representavam 55,2% dos inventariados e controlavam somente 10,3% da riqueza. Os 3,8% proprietários mais ricos, por sua vez, cujas fortunas eram superiores a 5.000 libras, dominavam 33,5% da riqueza.<sup>367</sup>

Vejamos agora a distribuição da riqueza no decorrer das cinco décadas aqui estudadas.

**Tabela 31: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza – Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1880 a 1889 (em libras esterlinas)**

Faixas de riquezas	Soma dos montes	%	Número de inventários	%	Riqueza média
0 a 499	10.911,04	7,0	44	52,3	247,97
500 a 999	8.650,16	5,6	11	13,0	786,37
1.000 a 1.999	19.250,15	12,4	13	15,4	1.480,78
2.000 a 2.999	10.944,01	7,0	4	4,7	2.736,00
3.000 a 5.000	22.119,82	14,3	6	7,1	3.686,63
+ 5.000	82.520,32	53,4	6	7,1	13.753,38
<b>Total</b>	<b>154.395,53</b>	<b>100,0</b>	<b>84</b>	<b>100,0</b>	<b>1.838,04</b>

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

**Tabela 32: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza – Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1890 a 1899 (em libras esterlinas)**

Faixas de riquezas	Soma dos montes	%	Número de inventários	%	Riqueza média
0 a 499	15.588,92	8,4	72	50,3	216,51
500 a 999	18.469,45	10,0	26	18,1	710,36
1.000 a 1.999	26.591,44	14,4	18	12,5	1.477,30
2.000 a 2.999	21.985,81	11,9	9	6,2	2.442,86
3.000 a 5.000	31.521,48	17,1	8	5,5	3.940,18
+ 5.000	69.957,29	37,9	10	6,9	6.995,72
<b>Total</b>	<b>184.114,41</b>	<b>100,0</b>	<b>143</b>	<b>100,0</b>	<b>1.287,51</b>

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

<sup>366</sup> GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e Escravidão no Nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 79.

<sup>367</sup> TEIXEIRA, Heloisa Maria. *Reprodução e famílias escravas de Mariana (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 28.

**Tabela 33: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza-Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1900 a 1909 (em libras esterlinas)**

Faixas de riquezas	Soma dos montes	%	Número de inventários	%	Riqueza média
0 a 499	11.019,50	6,4	54	60,6	204,06
500 a 999	5.061,35	2,9	7	7,8	723,05
1.000 a 1.999	15.623,25	9,1	11	12,3	1.420,29
2.000 a 2.999	15.084,13	8,7	6	6,7	2.514,02
3.000 a 5.000	7.966,12	4,6	2	2,2	3.983,06
+ 5.000	116.691,08	68,0	9	10,1	12.965,67
<b>Total</b>	<b>171.445,45</b>	<b>100,0</b>	<b>89</b>	<b>100,0</b>	<b>1.926,353</b>

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

**Tabela 34: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza – Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1910 a 1919 (em libras esterlinas)**

Faixas de riquezas	Soma dos montes	%	Número de inventários	%	Riqueza média
0 a 499	28.198,76	19,0	163	73,7	172,99
500 a 999	18.736,23	12,6	28	12,6	669,15
1.000 a 1.999	24.673,83	16,6	18	8,1	1.370,76
2.000 a 2.999	9.477,53	6,4	4	1,8	2.369,38
3.000 a 5.000	14.821,40	10,0	4	1,8	3.705,35
+ 5.000	51.964,81	35,1	4	1,8	12.991,20
<b>Total</b>	<b>147.872,57</b>	<b>100,0</b>	<b>221</b>	<b>100,0</b>	<b>669,10</b>

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

**Tabela 35: Distribuição dos inventários segundo as diferentes faixas de riqueza – Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho, 1920 a 1930 (em libras esterlinas)**

Faixas de riquezas	Soma dos montes	%	Número de inventários	%	Riqueza média
0 a 499	18.556,05	11,9	111	72,5	167,17
500 a 999	11.314,69	7,2	15	9,8	754,31
1.000 a 1.999	16.086,93	10,3	11	7,1	1.462,44
2.000 a 2.999	17.014,53	10,9	7	4,5	2.430,64
3.000 a 5.000	11.514,84	7,3	3	1,9	3.838,28
+ 5.000	81.139,08	52,1	6	3,9	13.523,18
<b>Total</b>	<b>155.626,16</b>	<b>100,0</b>	<b>153</b>	<b>100,0</b>	<b>1.017,16</b>

Fonte: FMM, FMG – Inventários *post mortem*.

Entre 1900 e 1909, como mostra a Tabela 33, a concentração de riquezas mostrou-se mais acentuada. Os pequenos proprietários, com patrimônios inferiores a 500 libras, alcançavam 60,6% dos inventariados; no entanto, cabia a eles uma pequena parte do conjunto da riqueza, somente 6,4%. Os proprietários com grandes recursos, cujos patrimônios eram superiores a 5.000 libras, representam 10,1% da população inventariada e concentravam mais de 60% da riqueza total – 68%. A presença de imensas fortunas entre os inventários do período explica essa forte concentração. Em 1902, faleceu Joaquim Costa Monteiro, proprietário do segundo maior patrimônio que localizamos na região: £ 43.173,14.<sup>368</sup> Em 1903, arrolaram-se os bens da esposa do coronel Geraldo Ribeiro do Valle, cuja fortuna era de £ 10.170,78.<sup>369</sup> É de 1904 o inventário de Maria Theobaldina d' Anunciação, filha do barão de Guaxupé, que possuía um patrimônio de £ 13.189,05.<sup>370</sup> Um ano depois, faleceu o major Custódio Leite Ribeiro Sobrinho, proprietário de uma fortuna de £ 13.342,21.<sup>371</sup> Entre os processos da década, consta ainda a presença de mais cinco cujos montes eram superiores a 5.000 libras.

Nos anos de 1910 a 1919, a concentração de riquezas, em comparação às demais décadas, foi menos intensa (Tabela 34). Os proprietários mais abastados, com cabedais superiores a 5.000 libras, representavam 1,8% dos inventariados e concentravam 35,1% da riqueza, ao passo que os proprietários cujos patrimônios eram inferiores a 500 libras – 74% dos inventários – controlavam 19% da riqueza. A menor presença de grandes fortunas impactou os resultados. Nesses anos, apenas dois proprietários tinham patrimônios superiores a 10.000 libras, e outros dois, com fortunas entre 5.000 libras e 10.000 libras.

Feita essa análise sobre a distribuição das riquezas, o passo seguinte é tentar apreender a composição dos bens dos grupos de fortunas. Assim, poderemos analisar o grau de domínio que os grupos de proprietários, distribuídos nas distintas faixas, exerciam sobre os diferentes ativos inventariados. Para facilitar a exposição, agrupamos as seis faixas de riquezas em quatro grupos. O primeiro, grupo A – maiores fortunas –, reúne os inventários com mais de 5.000 libras. O segundo, grupo B – patrimônios de nível médio alto –, reúne os inventários cujas riquezas eram de 2.000 a 5.000 libras. O terceiro, grupo

---

<sup>368</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Joaquim Costa Monteiro, 1902, 2º ofício, caixa 17.

<sup>369</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Francisca de Paula Ribeiro, 1903, 1º ofício, solto.

<sup>370</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Maria Theobaldina d' Anunciação, 1904, 2º ofício, solto.

<sup>371</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Custódio Leite Ribeiro Sobrinho, 1905, 1º ofício, solto.

C – patrimônios de nível médio baixo –, agrupa as fortunas entre 500 e 1.999 libras. Por fim, o grupo D – pequenos patrimônios – reúne os inventários da primeira faixa de riqueza, propriedades de até 499 libras. É importante destacar que o objetivo aqui não é identificar e analisar os grupos sociais da sociedade regional. Busca-se examinar a distribuição da riqueza considerando-se os diferentes bens que compunham os patrimônios e, com isso, compreender melhor a desigualdade econômica na região.

Como vimos, os proprietários cujas fortunas eram superiores a £ 5.000 – grupo A – formavam um pequeno grupo – 35 inventariados, 5% do total. No entanto, esse conjunto reduzido de fazendeiros exercia um amplo domínio sobre a agricultura local. Para começar, eles controlavam 43,4% das extensões das terras mencionadas nos inventários. A área de suas propriedades somava 33.813,59 hectares, extensão superior à superfície territorial de todas as propriedades do município de Guaxupé em 1920.<sup>372</sup> A média de tamanho dos estabelecimentos era de 1.408,89 hectares. Em relação às lavouras de café, os grandes fazendeiros retinham mais de 70% dos cafeeiros, 70,2% – 3.025.140 pés. Esses proprietários eram, portanto, os verdadeiros donos das terras e dos grãos que saíam da região em direção ao mercado externo. No que toca aos imóveis urbanos, cabia a eles 60,3% do valor total do ativo.

A riqueza acumulada por esse grupo também se manifesta na composição das fazendas: eles possuíam 662 casas de colonos (77%) – o que sinaliza para o controle sobre a força de trabalho –, 32 terreiros para secagem dos grãos de café (59%), 27 tulhas (30,3%) e 44 máquinas de beneficiamento (57,8%). Controlavam também 21 engenhos de serra (38,8%), 13 olarias (50%) e 114 carros de tração animal (27,2%) – carros, carroças e carroções. Pode-se dizer, a partir dos dados, que as empresas dos homens mais afortunados controlavam boa parte das “forças produtivas” da região. Em relação aos animais, o grupo em destaque era proprietário de 33,7% deles. Destaca-se, ainda, o controle quase absoluto sobre os valores mobiliários que aparecem na amostra de inventários: 75,8% do dinheiro, 90,7% das ações, e 99,5% dos títulos. Ademais, em relação às dívidas, os números são também expressivos: os grandes fazendeiros eram responsáveis por 69,8% das dívidas ativas e 33,9% das passivas.

O grupo B reúne, como observamos, os inventários de nível médio alto – de £ 2.000 a £ 5.000. Fazem parte desse segmento 53 proprietários – 7,6% do total. Eles

---

<sup>372</sup> Conforme o censo de 1920, as propriedades de Guaxupé somavam, nesse ano, 33.017 hectares. Ver: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1924.

controlavam 19,6% das terras, 19,9% dos rebanhos e 10,6% dos cafezais. O tamanho médio das fazendas era de 477,58 hectares. Essas unidades agrícolas concentravam 13 engenhos de serra (24%), cinco olarias (19,2%), 87 carros de tração animal (20,7%), 13 terreiros de café (24%), 15 tulhas (16,5%), 52 casas de colonos (6,0%) e 20 máquinas de beneficiamento (26,3%). Vê-se que, em comparação às propriedades do primeiro grupo, essas eram menos homogêneas. Embora a média de hectares por unidade fosse alta, apenas uma parte delas apresentava os maquinismos e instalações que auxiliavam na produção cafeeira.

Quanto aos valores mobiliários, os proprietários do grupo B concentravam 10,2% do dinheiro e 5,7% das ações. Não constam, para o grupo, investimentos em títulos. Cabiam a eles, 17,8% das dívidas ativas e 25,1% das dívidas passivas. Sobre os imóveis urbanos, os inventariados em destaque controlavam 12,9% do valor do ativo. Nota-se, em comparação ao primeiro grupo, uma menor capacidade em controlar a liquidez e de diversificar os investimentos. A menor capacidade de investimento ajuda a explicar o envolvimento mais tímido desses proprietários na produção cafeeira. Não há nesse grupo nem um grande produtor de café. A média de arbustos por propriedade é de 22.919, enquanto no grupo anterior chega a mais de 168 mil – 168.063.

O grupo seguinte, grupo C, reúne os patrimônios de nível médio baixo – entre £ 500 e £ 1.999. Era formado por 158 inventariados, 22% do total. Os proprietários controlavam 19,7% das terras, 27,1% dos animais e 12,2% dos cafezais. As unidades tinham um tamanho médio de 153,6 hectares. Quanto à estrutura das fazendas, elas reuniam 12 engenhos de serra (22,2%), três olarias (11,5%), 115 carros de tração animal (27,4%), 8 terreiros de café (14,8%), 31 tulhas (34,8%), 108 casas de colonos (12,5%) e 11 máquinas de beneficiamento (14,4%). Como observamos para o conjunto de inventários anteriores, o grupo aqui em análise congrega propriedades muito diversas e apenas uma fração delas possuía os equipamentos que auxiliavam na produção agrícola. As casas de colono, por exemplo, estavam presentes em somente 16 unidades. A participação desses produtores na economia cafeeira também era pouca expressiva. O maior produtor possuía 50 mil pés, e a média de arbustos por propriedade era de somente 6.748.

Os referidos proprietários controlavam 12,9% do dinheiro, 1,9% das ações e somente 0,2% dos títulos. Em relação às dívidas, eles eram responsáveis por 12% das dívidas ativas e 27,8% das passivas. No que tange aos imóveis urbanos, cabia a eles 15,3% do montante do bem no conjunto total dos inventários. Tal como vimos para o grupo

anterior, verifica-se que esses inventariados apresentavam reduzida capacidade de diversificar os investimentos.

Por fim, o grupo D – inventariados cujos patrimônios eram inferiores a 500 libras. Constituído pela esmagadora maioria dos proprietários, 64,3%, os integrantes do grupo controlavam 17,1% das terras, 19,1% dos rebanhos e 6,9% das lavouras de café. As propriedades eram de pequeno porte: possuíam, em média, 43,24 hectares – mais de 11 vezes inferior à extensão média das propriedades do grupo B e mais de 32 vezes menor do que a área média das fazendas do grupo A. As lavouras de café também eram diminutas: média de 1.387 pés por estabelecimento. No que diz respeito aos equipamentos e instalações, os referidos inventariados controlavam oito engenhos de serra (14,8%), cinco olarias (19,2%), 103 carros de tração animal (24,5%), um terreiro de café (1,8%), 16 tulhas (17,9%), seis casas de colonos (0,6%) e uma máquina de beneficiamento (1,3%). Como se nota, em um conjunto de 444 inventários, à exceção dos carros de bois que eram mais difundidos, em uma porção restrita deles as propriedades apresentavam maquinismos de beneficiamento da produção, equipamentos ligados à manutenção das unidades e construções essenciais ao cultivo do café.

Sobre os imóveis urbanos, os proprietários em tela retinham 11,3% do valor total do bem. A respeito dos valores mobiliários, cabiam a eles ínfimos percentuais: 0,9% do dinheiro e 0,1% das ações. Demais, os percentuais relativos às dívidas são os seguintes: 3,3% das dívidas ativas e 13% das dívidas passivas.

Os dados deixam claro que, na região, um pequeno grupo, no topo da hierarquia social, dominava a riqueza. Suas fortunas, com montantes superiores a 5.000 libras esterlinas, abocanhavam parte importante dos bens que foram arrolados: quase a metade das terras, a maior parte das lavouras de café, uma boa fração dos equipamentos agrícolas, a maioria dos valores dos imóveis urbanos e praticamente a totalidade dos valores mobiliários. Os segmentos médios concentravam uma porção considerável das terras – 39,3%. Aliás, isso já era visível quando analisamos a estrutura fundiária e constatamos uma presença expressiva de minifúndios. No entanto, em relação à economia cafeeira, os inventários mostram que na região a produção de grãos era um negócio dos homens ricos. Ainda que a cultura não estivesse ausente das pequenas e médias unidades, eram os proprietários mais abastados, donos de grandes extensões de terras, quem de fato dominavam as plantações e eram responsáveis pela esmagadora maioria da produção que saía da área rumo ao mercado externo.

Nas páginas seguintes, analisaremos as trajetórias e os patrimônios de alguns dos integrantes desse pequeno grupo de proprietários que conseguiram acumular grandes fortunas e foram atores importantes no processo de expansão cafeeira no Sudoeste mineiro. Desse modo, poderemos compreender melhor, dentre outros elementos, as origens dos capitais que permitiram o desenvolvimento de um núcleo agroexportador na região, bem como as formas de investimentos e composição dos patrimônios e, assim, as estratégias possíveis aos homens de cabedais da época para a ampliação de suas riquezas.

### **4.3 A elite cafeeira do Sudoeste mineiro**

Estudamos aqui a trajetória de duas famílias: Ribeiro do Valle e Costa Monteiro. Como vimos neste capítulo e nos anteriores, os integrantes dessas duas parentelas – que também estavam unidas por laços de parentesco – acumularam grandes patrimônios e estavam entre os principais responsáveis pela expansão das lavouras de café na região. De suas propriedades, com vastas extensões de terras, todas elas equipadas com diversas instalações e maquinismos ligados ao beneficiamento de grãos, e que reuniam centenas de trabalhadores – núcleos cafeeiros de ponta, tal como aqueles situados nas áreas mais dinâmicas do planalto paulista –, saía parte significativa – senão, a maior parte – da produção cafeeira da área. Dada a importância desses fazendeiros para a economia regional, estudar suas trajetórias e o modo como formaram suas fortunas no decorrer do tempo nos permitirá conhecer novos elementos acerca das transformações econômicas que ocorreram no Sudoeste mineiro entre as décadas finais do século XIX e os primeiros decênios do século seguinte.

Para a realização da investigação proposta, valemo-nos dos inventários *post mortem* e do acervo documental da fazenda Nova Floresta. Esse acervo, como informamos no capítulo anterior, é formado por um grande volume de documentos – livros de anotações pessoais, livros contábeis, registros de natureza trabalhista e comercial, cartas, bilhetes, fotografias, relatórios de fazendas, escrituras de compra e venda de terras e outros – a respeito das atividades da família Ribeiro Valle entre meados do século XIX e meados do século XX. Em relação a essa família, ainda que o foco das análises seja sobre os empreendimentos dos fazendeiros Manuel Joaquim Ribeiro do Valle e Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, pai e filho, reunimos informações para diversos de seus integrantes. No que tange à família Costa Monteiro, encontramos

registros sobre os irmãos Joaquim Costa Monteiro e Antônio Costa Monteiro – destacados cafeicultores na região no período recortado pela pesquisa.

#### 4.3.1 *Os Ribeiro do Valle*

Por volta da década de 1860, Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, o barão de Guaxupé, escreveu em um de seus livros de anotações:

A sete de fevereiro de 1767 nasceu meu avô, o Capitão Manoel Antônio de Araújo. Casou-se com minha avó, Maria Justina, a três de fevereiro de 1796. Esta nasceu a 29 de setembro de 1783 e faleceu em quatro de dezembro de 1823. Meu avô faleceu em 17 de maio de 1852. Minha mãe, D. Anna Umbelina da Conceição, nasceu em oito de dezembro de 1797. Casou-se com meu pai, Francisco Ribeiro do Valle, no ano de 1815, e faleceu em 17 de fevereiro de 1852. Meu pai faleceu em 13 de abril de 1860, com 70 anos, e era filho de meu avô, Joaquim Ribeiro do Valle e D. Antônia. Minha irmã, Marianna, nasceu em quatro de junho de 1817 e casou-se em 26 de abril de 1834 com meu sogro, Francisco Antônio de Carvalho. Eu, Manoel Joaquim Ribeiro do Valle, nasci a 22 de abril de 1821, e casei-me com D. Esmeria Candida de Jesus, que nasceu em 21 de fevereiro de 1835. Casamo-nos a oito de setembro de 1857 na Igreja de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé e foi o padre João José de Paiva que nos recebeu. Declaro que fui batizado na capella de Nossa Senhora de Madre de Deos, filial do Cajurú, Município de São João del Rey.<sup>373</sup>

O fazendeiro prossegue, nas páginas seguintes, com a narrativa e apresenta as datas de nascimento, de batizado, de casamento e de morte dos membros de sua família. Entre os registros, aparecem orações, reflexões de caráter religioso e cópias de trechos de livros ou de partes da Bíblia. Após a sua morte, em 1893, o filho, Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, continua com a narrativa, que se estende até 1917, ano do último lançamento.

No texto citado acima, além das indicações de nomes e datas referentes a nascimentos e falecimentos de antepassados da parentela, Manuel Joaquim Ribeiro do Valle informa o lugar em que nasceu; era proveniente de um antigo centro minerador de Minas Gerais, o município de São João del-Rei. E não só ele: seus pais e a maior parte de seus irmãos, nove de 13, também nasceram no município indicado. Na década de 1830, na esteira de um movimento migratório de mineiros que partiam das áreas centrais em direção ao sul da província, a família se fixou no Sudoeste mineiro.

---

<sup>373</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta, Livro 6 (1850-1917).



Em 1833, Francisco Ribeiro do Valle, pai do barão, adquiriu 400 alqueires de terras em Guaxupé. A propriedade, que seria umas das partes da futura fazenda da Barra, foi comprada de Antônio Leite Ribeiro, tio-avô da sua esposa, pelo valor de 1:200\$000.<sup>374</sup> Em 1856, como assinalamos no segundo capítulo, Francisco aparece nos registros paroquiais de terras de São Carlos do Jacuí – freguesia que, à época, englobava as povoações de Guaxupé e Guaranésia. Diz o documento:

Francisco Ribeiro do Valle possui por compra que fez de diversos huma Fazenda de cultura com milho, com seos títulos, no curato de Dores de Guaxupé, Município da Vila de Jacuí, cuja fazenda denomina Barra Grande, e tem seus princípios e divisas pelo poente com as Fazendas de João Moreira e José Custódio Dias, ao Sul com a Fazenda do Tenente Coronel Domiciano José de Souza, ao Leste com a Fazenda dos herdeiros do finado João Machado de Mattos, cuja extensão regulará legoa e meia de comprido e uma legoa de largura mais ou menos.<sup>375</sup>

O referido senhor aparece ainda em mais três registros da mesma documentação. Em um deles, declarou que possuía uma fazenda, denominada Funil, com 500 alqueires de terras de cultura, também localizada em Guaxupé. Os outros dois registros são de propriedades menores, todas em Guaxupé: uma com 50 alqueires<sup>376</sup> e outra com 34<sup>377</sup>. Ao todo, em 1856, o fazendeiro possuía 7.947 hectares de terras.

De acordo com a historiografia, com a decadência das minas de ouro, na segunda metade do século XVIII, começou uma forte migração de mineiros em direção às partes mais ao sul da capitania e às capitanias vizinhas. Partiam em busca de terras – campos naturais para criar animais e terras de cultura onde poderiam plantar roças.<sup>378</sup> Segundo Lucila Briochi, no Nordeste paulista, entre fins do século XVIII e início do século XIX, grandes contingentes de pessoas vindas sobretudo das antigas vilas da comarca do Rio das Mortes povoaram a região.<sup>379</sup> É nesse movimento de dispersão da população de Minas

<sup>374</sup> VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: memória história (a terra e a gente)*. São Paulo, 1984, p. 217.

<sup>375</sup> APM – Registros Paroquiais de terras de São Carlos de Jacuí, fls. 61, nº 168.

<sup>376</sup> APM – Registros Paroquiais de terras de São Carlos de Jacuí, fls. 62.v, nº 172

<sup>377</sup> APM – Registros Paroquiais de terras de São Carlos de Jacuí, fls. 62, nº 171.

<sup>378</sup> Ver, dentre outros: STEIN, S. J, op. cit., 1961; BRIOCHI, Lucila Reis. *Criando Histórias: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo (1725-1835)*. Tese (Doutorado), São Paulo, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1995. BACELLAR, Carlos de Almeida P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memórias da Unicamp, 1997.

<sup>379</sup> BRIOCHI, Lucila Reis. Fazendas de Criar. In: BRIOCHI, Lucila Reis; BACELLAR, Carlos de Almeida P. (orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da historiografia paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, pp. 59-63.

que muitas famílias se estabeleceram no Sudoeste mineiro – entre elas, como já assinalamos, a Ribeiro do Valle.

No início do século XIX, a Zona da Mata mineira também atraiu contingentes de imigrantes provenientes da comarca do Rio das Mortes – sobretudo de São João del-Rei e Barbacena. Dentre os imigrantes, a historiadora Mônica Ribeiro de Oliveira identificou várias famílias que, no lugar de origem, haviam acumulado fortunas na economia de abastecimento e se dirigiram para as zonas de fronteira em busca de terras. Na nova área, esses forasteiros estabeleceram – por meio de compras e de doações de sesmarias – grandes propriedades, adquiriram muitos escravos e foram atores fundamentais no processo de montagem da economia cafeeira na primeira metade do século XIX. Para a historiadora, foram os capitais previamente acumulados nas redes mercantis de abastecimento interno que permitiram o desenvolvimento de um núcleo agroexportador na Mata mineira.<sup>380</sup> Ao que parece, como veremos mais à frente, um processo semelhante ocorreu no Sudoeste mineiro – ainda que, na região em estudo, o tempo entre a chegada das famílias forasteiras e o início do plantio de café tenha sido mais estendido.

De volta ao texto do barão, citado no início deste tópico, verifica-se uma informação importante: o fazendeiro se casou com a sua sobrinha, Esméria, filha de sua irmã mais velha, Marianna. Uniões consanguíneas também estiveram presentes nos matrimônios de outros membros da parentela: cinco de seus irmãos casaram-se com primos diretos, filhos de Vicente Ribeiro do Valle – este, irmão de Francisco Ribeiro do Valle. O casamento entre parentes próximos, prática muito comum nos diversos estratos da sociedade brasileira no século XIX e em períodos anteriores, reforçava os laços de solidariedade entre membros da parentela no decorrer do tempo, e visava, no caso dos grupos mais abastados, evitar o fracionamento do patrimônio e, por conseguinte, a fragilização do poder da família.<sup>381</sup>

No caso do fazendeiro aqui em análise, o enlace matrimonial com a sobrinha – única filha de sua irmã – lhe permitiria ampliar a parte que lhe caberia da herança paterna e receber o volumoso patrimônio do seu sogro, Francisco Antônio de Carvalho. Em 1856,

---

<sup>380</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, op. cit., 2005, pp. 83-91.

<sup>381</sup> Sobre o tema, ver, dentre doutros: BACELLAR, Carlos de Almeida P., op. cit., 1997; LEWIN, Linda. *Política e parentesco na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, op. cit., 2005; ANDRADE, Marcos Ferreira de, op. cit., 2008; BURGUIERRE, A. et al. *História da família*. Lisboa: Terramar, 1998.

este possuía, conforme o registro de terras da freguesia de São Carlos de Jacuí, uma propriedade de nome Jacuba, em Guaxupé, com 1.633,5 hectares de terras.<sup>382</sup>

Se, para o barão, a família lhe permitiu ser proprietário de muitas terras, foi nas atividades de fazendeiro-comerciante que ele conseguiu ampliar ainda mais o seu patrimônio. Em 1852, aos 31 anos de idade, cinco antes de se casar, Manuel Joaquim abriu uma firma comercial em sociedade com o tio, José Leite Ribeiro, em Passos.<sup>383</sup> De acordo com o livro de anotações do estabelecimento, vendia-se mercadorias variadas: fazendas, gêneros, remédios, sal, ferragens, chapéus (de seda, de tecido e chapéus boiadeiros), folhinhas de porta, folhinhas de algibeira, tecidos, louças, vinhos de Lisboa, espingardas, chumbo, xales de casimira, e outros. Chama a atenção a presença de alguns livros entre os produtos da casa comercial: *Horas Marianas*, *Vida de Jesus Cristo* e o romance inglês, muito popular no Brasil no século XIX, *Saint-Clair das ilhas*.<sup>384</sup> As mercadorias, como informa o livro de registros indicado acima, vinham do Rio de Janeiro. Vale dizer que, além das menções constantes à cidade carioca, o material informa ainda as casas comerciais em que as compras eram realizadas e os gastos com a alfândega e com as tropas.

A compra de mercadorias era, no entanto, apenas uma parte dos negócios que o fazendeiro mantinha com a praça carioca. Referências a compras de gado na documentação consultada sugerem que o fazendeiro participava do comércio de carnes com a Corte. Em 1872, por exemplo, o fazendeiro registra que pagou o valor de 2:410\$000 a José Norberto pelo gado que ele trouxe do sertão.<sup>385</sup> A pesquisa do historiador Marcos Lobato Martins sobre os pecuaristas do Sul de Minas confirma a hipótese ao informar que a empresa “Sociedade Machadense”, formada em 1858 por grandes criadores de gado da região para participar do mercado de carnes no Rio de Janeiro, tinha como um de seus sócios Manuel Joaquim Ribeiro do Valle. Participavam também dois primos do barão: Francisco Vieira do Valle e Joaquim Norberto do Valle.

386

<sup>382</sup> APM – Registros Paroquiais de terras de São Carlos de Jacuí, fls. 66, nº 182.

<sup>383</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta, Livro 1 (1852-1933).

<sup>384</sup> “O romance *Saint-Clair das ilhas*, ou os *desterrados da ilha de Barra* (no original, *St. Clair of the Isles*: or, *The Outlaws of Barra*; a Scottish Tradition), de 1803, da inglesa Elizabeth Helme (...), foi extremamente popular no Brasil no século XIX. O enredo é folhetinesco: passa-se na Escócia, onde Saint-Clair, filho ilegítimo de uma nobre que jamais o reconheceu, é amparado por um tio materno. Depois da morte deste, o herói e seus poucos amigos fiéis são desterrados para a ilha de Barra, no arquipélago das Hébridas, litoral Oeste da Escócia” Ver: <https://www.machadodeassis.net/referencia/saint-clair-das-ilhas/10558>.

<sup>385</sup> Arquivo particular da Fazenda Nova Floresta, Livro 2 (1855-1893).

<sup>386</sup> MARTINS, Marcos Lobato. A participação do Sul de Minas no abastecimento de carne verde do Rio de Janeiro: 1858-1864. *Tempos Históricos*. Volume 23, 2º Semestre de 2019, p. 265.

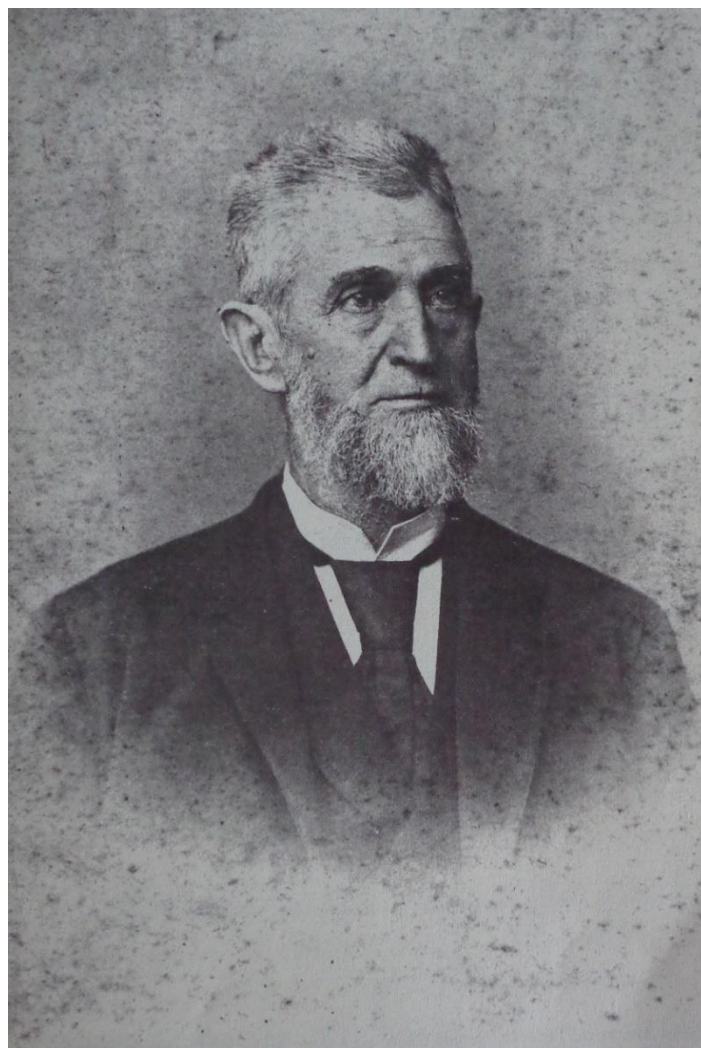
Em suas atividades, portanto, Manuel Joaquim conduzia boiadas para o Rio e, na viagem de volta, trazia mercadorias para serem vendidas no Sudoeste mineiro. Não sabemos a data de encerramento da sociedade com o tio. Mas, como indicam os demais livros de anotações do acervo da fazenda Nova Floresta, o fazendeiro continuou envolvido com atividades comerciais até a década de 1880.

Um dado importante é que, a partir da década de 1870, outras praças comerciais passaram a ser mencionadas na documentação. Além do Rio de Janeiro, indica-se as praças de Santos, de Campinas e de Casa Branca, todas na província de São Paulo.<sup>387</sup> A chegada do café explica a nova orientação espacial. Por essa época, como vimos no terceiro capítulo, os fazendeiros do Sudoeste mineiro começaram a investir recursos para a formação de lavouras de café, e as produções eram conduzidas, em tropas, para a estação ferroviária mais próxima no interior paulista. Levava-se café e, como no caso anterior, traziam-se mercadorias para serem comercializadas na região. É importante dizer que, com o passar do tempo, na medida em que o café se tornou a principal atividade econômica da área, as ligações com São Paulo se fortaleceram e, ao mesmo tempo, as trocas comerciais com o Rio perderam a importância.

---

<sup>387</sup> As conexões do fazendeiro com a província paulista ficam evidentes em uma carta, de 1888, que lhe foi endereçada por Antônio Ribeiro da Luz, membro de uma importante família de proprietários de terras de Muzambinho. Diz a missiva: “Meu prezado Amigo. Desejo a continuação de sua saúde da vossa família, a quem eu e minha família respeitosamente saudamos. O meu filho, Candido, vai a sua presença pedir a sua proteção para se empregar no comércio de São Paulo ou na praça de Santos. Ele está na idade de seguir uma carreira, motivo pelo qual eu, por meio desta, empenho-me com Vossa Senhoria nesse sentido. Se o senhor dignar-se dispensar a proteção que peço, ele não lhe deixara mal, porque tem sido comportado, de juízo e seguirá à risca seus conselhos. Eu cada vez mais grato com Vossa Senhoria serei eternamente agradecido se tiver a ventura de ser atendido neste pedido. Muzambinho, 29 de novembro de 1888”. Arquivo particular da fazenda Nova Floresta.

**Figura 26: Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, o barão de Guaxupé, década de 1880**



Fonte: VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: memória história (a terra e a gente)*. São Paulo, 1984, p. 363. Em razão da dificuldade de se conseguir uma reprodução razoável de uma imagem emoldurada e protegida por vidro, optamos por reproduzir a foto publicada no livro indicado. A imagem original encontra-se na fazenda Nova Floresta.

Além de dono de terras, negociante e produtor de café, o barão se envolveu com atividades de crédito – fornecia empréstimos a prêmio. De modo geral, na maior parte do século XIX, dada a ausência de um sistema creditício desenvolvido, recorria-se aos segmentos mais abastados da sociedade para acessar alguma soma de dinheiro. Procuravam-se os grandes fazendeiros, comerciantes e capitalistas das redondezas. Homens com capital e que tinham como uma de suas fontes de lucro – por vezes, a mais importante – a atividade creditícia. As condições dos empréstimos variavam, mas, de maneira geral, cobrava-se caro, taxa de juros de 12% ao ano, ou mais, e com prazos

reduzidos para o pagamento.<sup>388</sup> No caso das maiores somas, os empréstimos eram garantidos por hipotecas. Ainda que sob pesadas condições, os empréstimos pessoais possibilitavam algum giro do dinheiro, e contribuíram para o desenvolvimento das atividades econômicas.

No caso do barão, pelo menos no que consta nos livros de anotações consultados, predominava a concessão de pequenas quantias – abaixo de dois contos de réis. Entre os tomadores de empréstimos, aparecem pessoas de diversas condições socioeconômicas – trabalhadores, comerciantes, pequenos sitiantes e fazendeiros. Eles residiam em diferentes localidades – Guaxupé, Muzambinho, Passos, Nova Resende, Jacuí, Monte Santo de Minas, Passa Quatro, Guaranésia, Santana do Sapucaí, Mococa, Caconde e Casa Branca. Vê-se que, em razão possivelmente das atividades comerciais, o espaço de atuação do fazendeiro era ampliado, não se restringindo a Guaxupé.

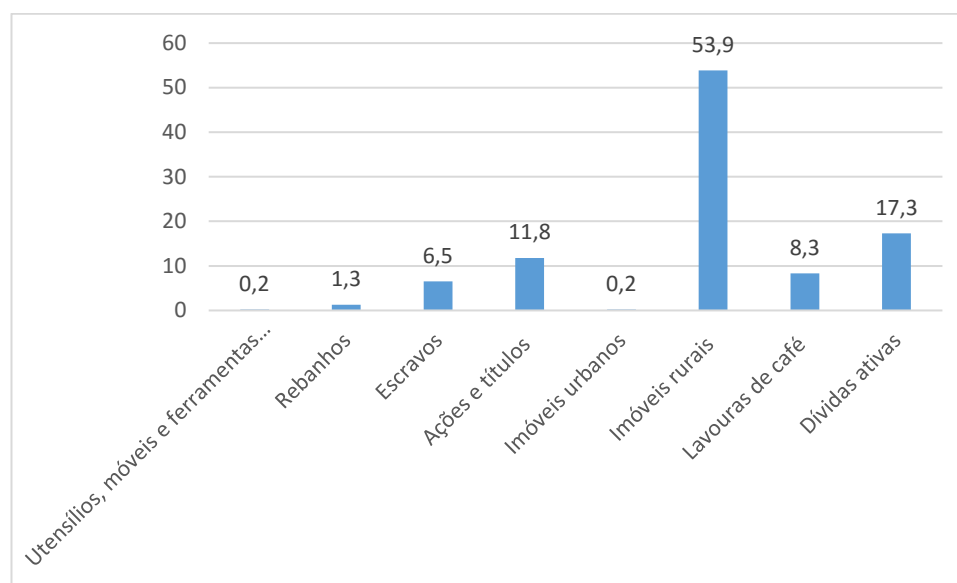
Em 1887, por ocasião do falecimento da esposa de Manuel Joaquim, a senhora Esméria Cândida Ribeiro, foi realizado um inventário amigável dos bens do casal. A fortuna acumulada era expressiva: 390:253\$420 (£ 36.485,92).<sup>389</sup> No Gráfico 19, apresentamos a composição do patrimônio.

---

<sup>388</sup> Sobre o tema, ver: MARCONDES, Renato Leite, op. cit., 1998, pp. 220-236; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, op. cit., 2005, p. 217-248; STEIN, S. J., op. cit., 1961, pp. 20-24; FRAGOSO, João Luís Ribeiro, op. cit., 1998; FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914)*. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011; TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914*. Dissertação (Mestrado) – IE/UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

<sup>389</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Esméria Cândida Ribeiro, 1887, 1º ofício, solto.

**Gráfico 19: Composição do patrimônio de Manuel Joaquim Ribeiro do Valle (1887)**



Fonte: FMM – Inventário *post mortem* de Esméria Cândida Ribeiro, 1887, 1º ofício, solto.

Como se observa, os ativos mais importantes na composição da fortuna eram os imóveis rurais, as dívidas ativas e as ações. Logo em seguida vinham os cafezais. Os imóveis rurais – as terras e as benfeitorias – concentravam a maior parte da riqueza – 53,9%. Como veremos, a importância das terras no conjunto do patrimônio decorre das propriedades que foram herdadas e também de novos investimentos. Depois dos imóveis rurais vinham as dívidas ativas, que concentravam 17,3% da riqueza total. Visto que no lançamento das dívidas ativas se consideravam os valores concedidos em empréstimos e, também, nos casos de negociantes, as quantias referentes às mercadorias ainda não quitadas, o percentual indicado sinaliza para a importância das atividades de crédito e comerciais do fazendeiro.

Quanto às ações, elas concentravam 11,8% da fortuna, percentual superior aos referentes aos escravos e cafezais. Foram arroladas 121 ações da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e outras 110 ações da Companhia do Ramal Férreo do Rio Pardo. A importância dos papéis de companhias ferroviárias no patrimônio analisado reforça o que já observamos em outro momento: o fazendeiro estava sintonizado com as transformações econômicas do Sudeste brasileiro nas últimas décadas do Império e, frente às possibilidades de investimentos, canalizou recursos para novos empreendimentos.

As propriedades rurais, como assinalamos, concentravam a maior parte da riqueza inventariada. Entre os bens de raiz, foram arroladas 13 propriedades (Quadro 9). Não constam, infelizmente, as dimensões das terras, somente os valores.

**Quadro 9: Propriedades de Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, 1887**

<b>Nomes das propriedades</b>	<b>Localização</b>	<b>Valor (em réis)*</b>
Fazenda Bocaina	Guaxupé, MG	51:640\$000
Terras nas cabeceiras dos córregos Passa Quatro e Mozambo Grande	Muzambinho, MG	9:776\$000
Terras na Serra da Soledade	Caconde, SP	13:175\$000
Fazenda Fortaleza	Mococa, SP	17:150\$000
Fazenda Guaxupé	Mococa, SP	5:314\$940
Fazenda Bica da Pedra	Mococa, SP	29:632\$000
Terras do Salto do Rio Pardo	Caconde, SP	3:000\$000
Fazenda Patrimônio	Cabo Verde, MG	9:000\$000
Fazenda da Serra da Boa Esperança	Passos, MG	20:000\$000
Sítio Cala Boca	Guaxupé, MG	3:000\$000
Fazenda Monte Alegre	Guaxupé, MG	29:029\$500
Fazenda Nova Floresta	Guaxupé, MG	26:540\$000
Sítio Córrego Bonito	Guaxupé, MG	3:000\$000

Fonte: FMM – Inventário *post mortem* de Esméria Cândida Ribeiro, 1887, 1º ofício, solto.

\*Valores referentes às terras e benfeitorias.

Os domínios de Manuel Joaquim se espalhavam por uma vasta área do Sudoeste mineiro e adentravam pelo interior paulista – ao todo, seis municípios. Entre as propriedades, pelas informações do inventário e dos livros de anotações, três delas foram recebidas em herança – Bocaina, local onde a família proprietária residia, Monte Alegre e a Bica da Pedra. As demais, dez fazendas, foram adquiridas por meio de compra. A unidade agrícola Nova Floresta, por exemplo, foi formada a partir de uma série de aquisições, entre 1868 e 1873, de terrenos da antiga fazenda Córrego do Rio do Peixe.<sup>390</sup> Pontua-se que, para o fazendeiro, a ampliação das propriedades agrárias, além de reforçar o poder de sua parentela na região, representava um investimento seguro, e nos últimos

<sup>390</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta. Escrituras de compra e venda de terras.



decênios do século XIX, frente ao avanço dos cafezais, passavam a ser cada vez mais valorizadas.

Os investimentos em cafezais significavam 8,3% da fortuna. Os avaliadores, infelizmente, não informaram a quantidade de arbustos das lavouras nem a dimensão espacial que elas ocupavam; indicaram somente o valor total das plantações nas diferentes fazendas. No entanto, considerando-se os lucros das lavouras, entre os anos de 1890 a 1893, na fazenda Bocaina, pode-se inferir que se tratava de grandes plantações. No período entre agosto de 1890 e julho de 1891, abatidos os gastos, inclusive de despesas rotineiras com a fazenda, apurou-se do café o valor líquido de 76:066\$010; no ano seguinte (agosto de 1891 a julho de 1892), apuraram-se 67:310\$360; e no período de agosto de 1892 a julho de 1893, 78:874\$420.<sup>391</sup> Os lucros, como se verifica, são altos e só poderiam ser alcançados com grandes volumes de produção. Acrescenta-se que esses números se referem a apenas uma fazenda; outras três propriedades da família também produziam café – Fortaleza, em Mococa, Boa Esperança, em Passos, e Nova Floresta, em Guaxupé. Nesta, inclusive, a julgar pelos valores atribuídos pelos avaliadores aos cafeeiros, as plantações eram maiores do que as da Bocaina.

Os valores investidos em escravos representavam 6,5% do patrimônio. A escravaria era formada por 37 escravos, e parte deles, como vimos no capítulo anterior, fazia pouco tempo que tinha chegado à casa do barão. Foram adquiridos entre os anos finais da década de 1860 e o decênio de 1880, período de avanço das plantações de café nas terras do fazendeiro, o que exigiu novos trabalhadores. Na mesma época, vários proprietários locais, produtores de café, também adquiriram novos cativos. Na véspera da abolição, os escravos da família de Manuel Joaquim, dele e de seus filhos, somavam 72.<sup>392</sup>

Como foi observado pela historiadora Mônica Ribeiro de Oliveira<sup>393</sup> em relação à Zona da Mata mineira, a trajetória do barão revela que foram os capitais acumulados nos circuitos comerciais de abastecimento interno que permitiram o desenvolvimento de um núcleo agroexportador no Sudoeste mineiro nas décadas finais do século XIX. Herdeiro de muitas terras, o fazendeiro, além de se dedicar às atividades produtivas – criação de rebanhos e produção de alimentos –, passou a atuar no comércio regional e interprovincial, e também como financiador. Envolvido nessa rede de negócios, estabelecendo contatos com diversas praças comerciais e com agentes econômicos

---

<sup>391</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 1 (1852-1933).

<sup>392</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 6 (1850-1917).

<sup>393</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, op. cit., 2005, pp. 83-91.

variados, o fazendeiro pôde não só acumular capital para diversificar suas inversões, como também obter informações sobre as principais transformações econômicas que se passavam no Sudeste brasileiro na segunda metade do século XIX. A par dessas mudanças, e com recursos para investir, o fazendeiro converteu suas propriedades em importantes núcleos cafeeiros e aplicou recursos em estradas de ferro.

Manuel Joaquim e Esméria tiveram sete filhos,<sup>394</sup> e todos eles, exceto Manoel e Esméria Eulália, que faleceram na juventude,<sup>395</sup> tornaram-se importantes proprietários de terras na região. Destaca-se, no entanto, pelo grande volume de riqueza que conseguiu amearhar, a figura de Joaquim Augusto Ribeiro do Valle – o futuro conde Ribeiro do Valle. Ele nasceu em 1862, na fazenda Jacuba, em Guaxupé, e casou-se em 1887 com Genoveva Junqueira, filha de importantes proprietários de terras e produtores de café em São Simão, no estado de São Paulo, Luiz Antônio Diniz Junqueira e Blandina Herculana de Souza Meirelles. A celebração do matrimônio ocorreu na capela da famosa fazenda Lageado, em São Simão<sup>396</sup> – uma das maiores propriedades da família Junqueira no Oeste paulista.<sup>397</sup>

Como direito de herança pela morte da mãe, Joaquim Augusto recebeu a fazenda Nova Floresta com seus cafezais e benfeitorias, cinco escravos e uma parte das dívidas ativas. Ao todo, os bens somavam 49:892\$050.<sup>398</sup> Anos depois, em 1890, em escritura pública lavrada no cartório de Guaxupé, o barão doou aos filhos a fazenda Bica da Pedra, em Mococa. Para Joaquim, a parte das terras que recebeu foi avaliada em 6:002\$900.<sup>399</sup> Mais tarde, quando da morte do pai, em 1893, coube-lhe uma parte do conjunto de ações, parte da fazenda Bocaina, parte do sítio Cala Boca, a totalidade do sítio Córrego Bonito,

---

<sup>394</sup> O casal teve, na verdade, 16 filhos; desses, nove nasceram sem vida ou faleceram recém-nascidos, e dois, Esméria e Manuel, faleceram na juventude. Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 6 (1850-1917).

<sup>395</sup> Conforme os registros do barão, Manuel nasceu em 1858 no arraial de Guaxupé e faleceu em 1875, com 17 anos de idade, em São Paulo, em decorrência de uma pneumonia. Esméria Eulália nasceu em 1864, na fazenda Jacuba, e casou-se, em 1882, com seu primo, Francisco de Paula Ribeiro. Faleceu com apenas 20 anos, dois anos depois. Após o lançamento do registro da morte da filha, Manoel Joaquim transcreveu um trecho da obra *Imitação de Cristo* que diz o seguinte: “Seja Vosso nome bendito para sempre, Senhor, pois quisestes provar-me com esta tribulação. E, porque não posso evitá-la, que outra coisa farei senão acolher-me a Vós, para que me auxiliéis e a convertais em proveito meu? ”. Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 6 (1850-1917).

<sup>396</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 6 (1850-1917).

<sup>397</sup> No início do século XIX, as fazendas Lageado e Campo Grande, ambas de propriedade de Luiz Antônio de Souza Diniz, somavam 68.000 alqueires de terras. Ver: BACELLAR, Carlos Almeida P., op. cit., 1990, p. 96.

<sup>398</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Esméria Cândida Ribeiro, 1887, 1º ofício, solto.

<sup>399</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Manuel Joaquim Ribeiro do Valle, 1893, 2º ofício, solto.

que ficava colado à Nova Floresta, algum dinheiro e outros bens, totalizando 154:921\$087.<sup>400</sup>

Em 1898, Francisco de Salles Ribeiro, irmão de Joaquim, faleceu sem deixar herdeiros. Na partilha dos bens, o fazendeiro aqui em destaque recebeu terras, da Bocaina e de outras fazendas, e mais um conjunto de 282 ações de companhias ferroviárias, somando tudo 65:810\$000.<sup>401</sup> Em 1904, por ocasião da morte de Mariana Carolina Ribeiro, avó do fazendeiro, coube-lhe na divisão o valor de 5:544\$366, quantia referente a 97 papéis de empresas de estradas de ferro.<sup>402</sup>

Observa-se que, em anos aproximados, Joaquim Augusto recebeu quatro heranças – três delas de valores significativos – o que lhe permitiu ampliar de forma expressiva o seu patrimônio e tornar-se um importante proprietário de terras. Acrescenta-se que, em 1898, Joaquim adquiriu, de José Teodoro Pereira da Cruz, pelo preço de 210:000\$000, a fazenda Santa Cruz, unidade agrícola vizinha à Nova Floresta.<sup>403</sup> Em 1899, conforme os registros do fazendeiro, suas propriedades em Guaxupé eram as seguintes:

***Quadro 10: Propriedades de Joaquim Augusto Ribeiro do Valle em 1899 (Guaxupé)***

<b>Propriedades</b>	<b>Extensão (em alqueires)</b>
Fazenda Nova Floresta	510
Sítio Córrego Bonito	35
Sítio Cala-Boca	38
Sítio Bom Jardim	40
Fazenda Bocaina	300
Fazenda Santa Cruz	220
Sítio Castros	37
Sítio Passa Quatro	75
<b>Total</b>	<b>1.255</b>

Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 3 (1888-1829)

<sup>400</sup> Idem.

<sup>401</sup>FMM – Inventário *post mortem* de Francisco de Salles Ribeiro, 1898, 1º ofício, caixa 24.

<sup>402</sup>FMM – Inventário *post mortem* de Mariana Carolina Ribeiro, 1904, 2º ofício, caixa 20.

<sup>403</sup>Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 3 (1888-1829).

No início do século XX, além de outras compras menores, o fazendeiro adquiriu, ao preço de 108:995\$000, a parte central da fazenda Bocaina que pertencia a seu cunhado, Joaquim Pedro Leite Ribeiro, ampliando ainda mais os seus domínios.<sup>404</sup> Em 1910, a extensão total de suas terras em Guaxupé chegava a 1.380 alqueires.<sup>405</sup>

Quanto às lavouras de café, as principais unidades produtoras eram as fazendas Bocaina, Bica da Pedra (em Mococa) – propriedade cujas partes Joaquim adquiriu dos irmãos –, Santa Cruz e Nova Floresta. Todas eram equipadas com terreiros, colônias de trabalhadores, tulhas e máquinas de beneficiamento. Na Nova Floresta, local de residência da família, além das extensas plantações, de várias colônias e das instalações de beneficiamento dos grãos, havia também uma estação ferroviária, que foi instalada em 1913 (ver Capítulo 3).

Ainda na primeira década do século XX, Joaquim e sua família se mudaram para a cidade de São Paulo. Em 1907, o fazendeiro comprou uma casa na rua Guaianases, nº 142, em Campos Elísios, com seis quartos, sala de jantar, sala de visitas, banheiro, cozinha, garagem e cômodos para empregados aos fundos.<sup>406</sup> Na mesma rua, em 1909, Joaquim adquiriu um terreno de 17 metros de frente por 51 de profundidade, onde mandou construir outra casa, a seu gosto.<sup>407</sup> Era uma ampla residência, recuada do alinhamento e das divisas laterais, com pé direito de dois metros de altura, com sete quartos, sala de visitas, hall, dois banheiros, cozinha e porão habitável.<sup>408</sup> Morando em São Paulo, uma cidade que crescia rapidamente e cuja economia era cada vez mais complexa, o fazendeiro pôde diversificar seus investimentos. Além disso, observa-se que, no período, os preços do café estavam em baixa, o que desencorajava pesados investimentos em lavouras. Data dessa época, de acordo com os livros de anotações, a aplicação de grandes recursos em títulos da dívida pública – do estado de São Paulo e de várias municipalidades paulistas. Essas entidades, com o objetivo de captar recursos, geralmente para financiar obras públicas, passaram a vender títulos da dívida no mercado financeiro. O fazendeiro adquiriu 2.159 apólices, de diferentes séries, do estado de São Paulo; 500 letras da câmara de Campinas; 352 da câmara de São Paulo; 570 da câmara de Botucatu; e 482 da câmara

---

<sup>404</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Maria Theobaldina d' Anunciação, 1904, 2º ofício, solto.

<sup>405</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 3 (1888-1829).

<sup>406</sup> FMG – Inventário *post mortem* de Genoveva Junqueira Valle, 1936, solto.

<sup>407</sup> Idem.

<sup>408</sup> De acordo com o contrato entre Joaquim Augusto e o empreiteiro que assumiu a construção, os serviços da obra ficariam em 33:000\$000. Contrato para construção de uma casa entre Joaquim Augusto Ribeiro do Valle e Joaquim Domingues Ferraz, 1909. Arquivo particular da fazenda Nova Floresta.

de Amparo. Entre os novos investimentos, aparecem ainda 136 apólices do estado de Minas Gerais, 3.037 letras da câmara de Guaxupé, 600 ações da Estrada de Ferro Araraquara, 4.636 ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, novas ações da Companhia Mogyana (ao todo, 3.250 papéis), 275 ações do Banco de São Paulo, cem ações do Banco de Guaxupé, cem ações de uma companhia de metalurgia, também em São Paulo, 800 obrigações do Tesouro Federal e mil apólices da União.<sup>409</sup>

Verifica-se que o capital agrário – ou seja, o capital que foi gerado no mundo das fazendas – se desdobra em muitas outras atividades econômicas – de transporte ferroviário, bancárias e industriais –, e passa a financiar, via mercado financeiro, empreendimentos públicos. No caso das Câmaras municipais, obras de saneamento, de eletrificação, de construção de estradas, e de embelezamento de espaços urbanos e muitas outras realizações.<sup>410</sup> Trata-se de um exemplo de como a produção cafeeira contribuiu para a diversificação da economia na Primeira República e para viabilizar investimentos em infraestrutura.<sup>411</sup>

Um dado importante é que a grande maioria dos investimentos são destinados ao estado de São Paulo e não a Minas Gerais – de onde, até aquele momento, de fato saía a maior parte da produção do fazendeiro aqui em destaque. Se, através das principais casas comissárias que atuavam no Sudoeste mineiro, parte do excedente da cafeicultura da região era drenada para o estado vizinho, aqui se verifica que, por meio de diversos investimentos, outra fração do excedente da cafeicultura local encaminhava-se para a economia paulista.

Pelos trilhos de trem, o cafeeicultor recebia notícias dos negócios em Guaxupé e em Mococa. Em abril de 1910, por exemplo, Bento Martins de Moura, administrador da Fazenda Bica da Pedra, informou ao fazendeiro que, em preparação para o início da colheita, 167.248 pés de café haviam sido arruados. Informou ainda despesas com formicida – produto químico usado para combater formigas –, gastos com camaradas por

---

<sup>409</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 7 (1904-1940).

<sup>410</sup> SILVA, Henry Marcelo Martins. Nos trilhos do capital: “engenheiros industriais” e ferrovias em São Paulo no início do século XX. *História Unisinos*, vol. 22, núm. 4, pp. 547-565, 2018; HANLEY, A. A Bolsa de Valores e o financiamento de empresas em São Paulo (1886-1917). *Revista História Econômica & Histórias de Empresas*, IV (I): 115-142, 2001.

<sup>411</sup> A respeito da relação entre cafeicultura e diversificação econômica em São Paulo, ver, entre outros: CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007; DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

dia e compras no armazém.<sup>412</sup> As empresas comissionárias, sediadas em Santos, também enviavam notas das vendas de café e informações sobre pagamentos. Em 1909, por exemplo, a empresa comissária Marques, Valle & Cia. enviou a São Paulo um recibo da venda de 13.680 quilos de café (228 sacos), que foram remetidos da estação ferroviária de Itaiquara, em Caconde, por Bento Martins Moura. Nesse caso, abatidos os gastos com o frete da estrada de ferro, carroto para o armazém e comissão, apuraram-se da venda 4:702\$400.<sup>413</sup>

No final da década de 1910, Joaquim Augusto passou a comprar novas fazendas cafeeiras – agora no Oeste paulista, na região mogiana. Em 1918, ele comprou de Cláudio Lousada, ao preço de 378:000\$000, a fazenda Santa Maria, em São Simão.<sup>414</sup> No mesmo ano, adquiriu, pelo preço de 271:600\$000, a fazenda Arethusina, na mesma localidade.<sup>415</sup> Em 1920, o cafeicultor comprou, ao preço de 90:206\$800, terras na margem do Rio Pardo, no município de Serra Azul, na mesma região das aquisições anteriores – propriedades essas que, a partir de outras compras nos anos seguintes, vieram formar a fazenda Bocaina.<sup>416</sup> Em 1921, o fazendeiro comprou, de Bento Queiroz de Barros, a propriedade São Bento, em Mococa, que lhe custou 220:420\$000.<sup>417</sup>

Em 1922, por ocasião da abertura do inventário do coronel Luiz Antônio Diniz Junqueira, sogro do conde, este recebeu da partilha dos bens a fazenda São Joaquim, localizada em São Simão.<sup>418</sup> Em 1927, antevendo um bom negócio, o conde Ribeiro do Valle vendeu parte das ações da Companhia Mogyana e dos títulos do Tesouro Nacional para comprar as fazendas Jatahy e Limoeiro, no mesmo município indicado, e terras da fazenda Bocaina, em Serra Azul.<sup>419</sup>

Ainda nesta década, novas fazendas foram adquiridas e outras foram doadas aos filhos, como adiantamento de herança. No Quadro 11, apresentamos as propriedades que foram arroladas no inventário, de 1936, de Genoveva Junqueira Valle, esposa do conde.

---

<sup>412</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta.

<sup>413</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta. Recibo de venda de café, 1909.

<sup>414</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 8 (1918-1939).

<sup>415</sup> Idem.

<sup>416</sup> Idem.

<sup>417</sup> Idem.

<sup>418</sup> Idem.

<sup>419</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 7 (1904-1940).

**Quadro 11: Propriedades do conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle (1936)**

<b>Nomes das propriedades</b>	<b>Localização</b>	<b>Extensão (alqueires)</b>
Fazenda Santa Maria	São Simão, SP	1.150
Fazenda Jatahy	São Simão, SP	3.500
Fazenda Limoeiro	São Simão, SP	2.300
Fazenda Barreiros	São Simão, SP	928
São Joaquim	São Simão, SP	803
Fazenda Recreio	São Simão, SP	190
Fazenda Pulador	São Simão, SP	135
Sítio São Felix	São Simão, SP	83
Sítio Potreiros	São Simão, SP	64
Sítio Chave Lyvino	São Simão, SP	32
Fazenda Bocaina	Serra Azul, SP	1.100
Fazenda Baguassu	Araçatuba, SP	4.204
Fazenda Santa Cruz	Guaxupé, MG	370
Sítios Retiro e Córrego Bonito	Guaxupé, MG	159,2
Sítio Córrego do Ouro	Guaxupé, MG	50
Parte da Fazenda Funil	Guaxupé, MG	21
<b>Total</b>		<b>15.089</b>

Fonte: FMG – Inventário *post-mortem* de Genoveva Junqueira Valle, 1936, solto.

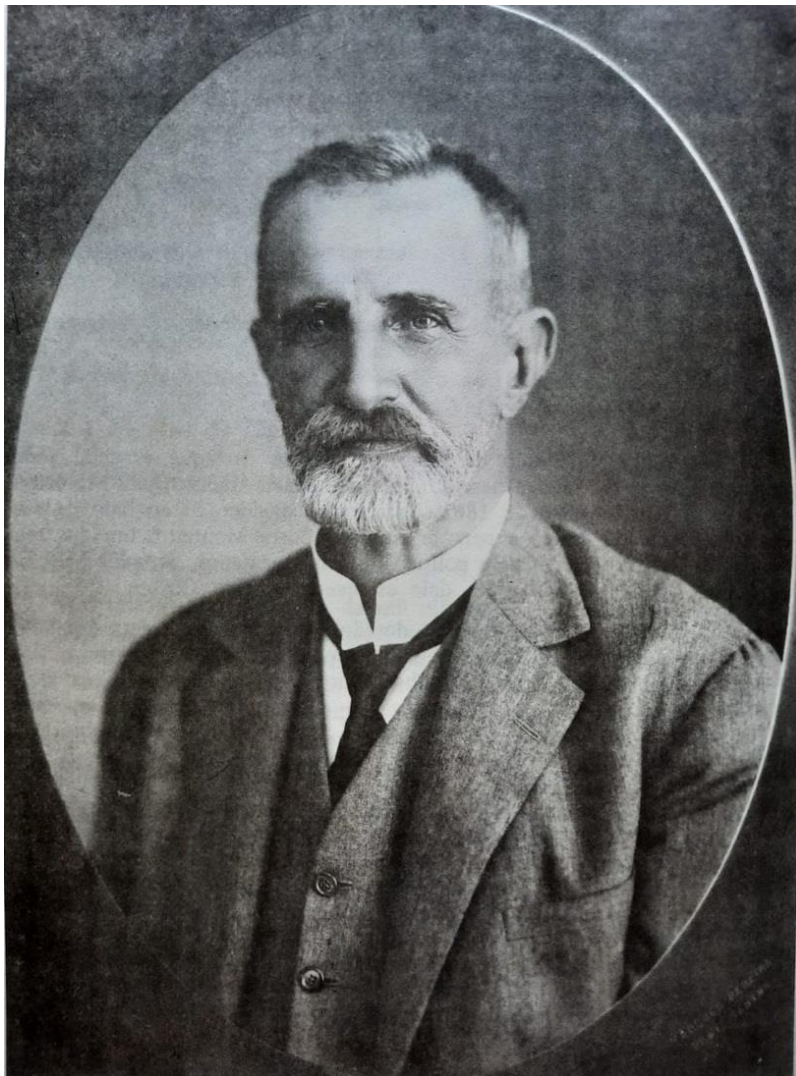
A quantidade de terras é impressionante – 36.515,38 hectares, área equivalente a 365.15 km<sup>2</sup>. Se somarmos a essas propriedades as terras que foram doadas aos filhos, em 1925, chega-se à extensão de 17.452 alqueires – 42.233,84 hectares. Com tamanho patrimônio, Joaquim estava, certamente, entre os grandes proprietários de terras do Sudeste cafeeiro. Francisco Schmidt, o maior produtor de café de Ribeirão Preto na virada do século XIX para o século XX, possuía 12 fazendas na localidade, totalizando 7.102,7 hectares.<sup>420</sup> Em 1890, Joaquim de Souza Breves, destacado produtor de café e proprietário de um vasto complexo de fazendas no Vale do Paraíba fluminense, possuía 20.390 hectares de terras.<sup>421</sup> O barão de Nova Friburgo, outro grande produtor de café do Vale

<sup>420</sup> MORAES, Maria Luiza de Paiva. *Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)*. 1980, p. 70.

<sup>421</sup> PESSOA, Tiago, op. cit., 2018, p. 69.

do Paraíba fluminense e um dos homens mais ricos do país na segunda metade do século XIX, era proprietário, conforme o inventário de 1873, de 53.724 hectares de terras.<sup>422</sup>

*Figura 27: Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, década de 1920*



Fonte: VALLE, José Ribeiro do; VALLE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: memória história (a terra e a gente)*. São Paulo, 1984, p. 370. Em razão da dificuldade de se conseguir uma reprodução razoável de uma imagem emoldurada e protegida por vidro, optamos por reproduzir a foto publicada no livro indicado. A imagem original encontra-se na fazenda Nova Floresta.

---

<sup>422</sup> MARRETTO, Rodrigo Marins, op. cit., 2019, p. 170.



**Figura 28: Conde Ribeiro do Valle com filhos e netos na fazenda Nova Floresta, 1924**



Fonte: Arquivo particular da fazenda Nova Floresta. O conde Ribeiro do Valle com seus filhos e netos ao lado de um cafezal na fazenda Nova Floresta. Duas das filhas, em pé, posam para a foto segurando frutos do cafeeiro, a principal riqueza da família.

**Figura 29: Conde Ribeiro do Valle e família em frente à casa sede da fazenda Nova Floresta, 1924**



Fonte: Arquivo particular da fazenda Nova Floresta. O conde Ribeiro do Valle, a senhora Genoveva Junqueira Valle e os netos do casal em frente à casa sede da fazenda Nova Floresta.

**Figura 30: Cafezais da fazenda Nova Floresta, década de 1940**



Fonte: Arquivo particular da fazenda Nova Floresta. Ao fundo, depois da mata, visualiza-se uma parte da casa sede da fazenda. As montanhas, que nas décadas anteriores foram cobertas de lavouras de café, se transformaram em áreas de pastagens. Nas mesmas montanhas é possível ver o corte da estrada de ferro que passava pela propriedade.

**Figura 31: Fazenda São Joaquim, em São Simão (SP), 1924**



Fonte: Arquivo particular da fazenda Nova Floresta. Visualiza-se, em primeiro plano, a casa sede e, depois, a colônia de trabalhadores.

Durante a década de 1920, em razão de uma série de intervenções do governo paulista e do governo federal no mercado cafeeiro, os preços do café, sobretudo de 1924

em diante, mantiveram-se em patamares elevados, e permitiram aos fazendeiros, cujos lucros tornaram-se expressivos, expandir as plantações.<sup>423</sup> Certamente, esse foi um fator que motivou o fazendeiro a montar um complexo de fazendas no Oeste paulista. A área escolhida, o município de São Simão e redondezas, era, por conta da alta fertilidade do solo, do relevo pouco acidentado, da conformação de rede fundiária e da infraestrutura de transporte montada, um dos principais polos cafeeiros do país. Nas terras do conde, em Minas e em São Paulo, por essa época, a produção de café continuava a todo vapor.

**Quadro 12: Produção de café vendida à casa Comissária Bueno, Valle & Cia. (Guaxupé, fazendas Nova Floresta e Santa Cruz, 1924)**

Meses	Sacas	Valor líquido apurado (em réis)
22 de março	400	69:837\$100
24 de abril	200	31:957\$600
29 de abril	200	35:027\$900
02 de maio	100	19:843\$300
31 de maio	100	16:475\$900
26 de junho	329	63:401\$100
09 de agosto	450	93:335\$400
29 de agosto	180	45:453\$700
12 de setembro	260	68:399\$800
10 de setembro	80	17:308\$700
22 de setembro	160	32:742\$700
<b>Total</b>	<b>2.459</b>	<b>493:783\$200</b>

Fonte: Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 4 (1888-1924).

<sup>423</sup> Em 1917, diante de um cenário de retração do consumo em função da guerra e da expectativa de uma grande safra em 1918, o estado de São Paulo, para evitar uma queda brusca nos preços, interviu no mercado cafeeiro comprando 3,1 milhões de sacas em Santos e no Rio de Janeiro. Como efeito de tal medida, e também de uma forte geada que derrubou a produção das lavouras em 1918, os preços subiram no segundo semestre do mesmo ano. Em 1921, por conta de uma aguda crise na economia norte-americana e das expectativas de uma nova grande safra, o governo federal, valendo-se de recursos externos e internos, interviu novamente no mercado comprando os excedentes. Além disso, limitou a entrada de café nos portos do Rio e de Santos. Em 1922, instituiu-se o Conselho de defesa Permanente do Café. Segundo o presidente da República, Epitácio Pessoa, o café era o principal produto de exportação do país e sua defesa era um problema nacional. O Conselho forneceria empréstimos aos produtores, interveria no mercado para regular a oferta e, também, por meio dos armazéns reguladores, iria controlar a chegada do café nos portos de Santos e do Rio. Em 1924, os encargos da defesa foram repassados ao governo paulista. No mesmo ano criou-se o Instituto de Defesa do Café, que em 1925 passaria a se chamar Instituto do Café do Estado de São Paulo. Para levantar recursos, instituiu-se uma taxa de mil réis para cada saca que transitasse pelo Estado e, com a utilização dessa taxa como garantia, obteve-se empréstimo de 10 milhões de libras no exterior. O cafeeiro depositava a produção nos armazéns reguladores e recebia um documento, um *warrant*. Em posse desse título, o produtor o levava ao banco, que lhe adiantava 60 mil réis por saca. Cf. DELFIM NETTO, Antônio, op. cit., 2009, pp. 83-122; CANO, Wilson, op. cit., 2007, pp. 51-53; FALEIROS, Rogério Naques, op. cit., 2010, pp. 37-44.

**Quadro 13: Produção de café vendida à casa Comissária Bueno, Valle & Cia. (São Simão, fazenda Santa Maria, 1924)**

Meses	Sacas	Valor líquido apurado (em réis)
24 de abril	25	3:134\$700
19 de maio	65	9:921\$500
28 de maio	100	10:604\$800
9 de agosto	150	24:595\$800
12 de agosto	70	11:785\$500
23 de agosto	250	43:267\$300
28 de agosto	100	15:321\$900
2 de setembro	100	19:411\$200
18 de setembro	125	23:152\$000
27 de setembro	200	42:363\$900
10 de outubro	200	39:030\$000
28 de outubro	100	23:073\$000
7 de novembro	100	22:496\$000
12 de novembro	480	90:087\$000
16 de novembro	100	18:440\$000
17 de novembro	130	24:226\$100
<b>Total</b>	<b>2.295</b>	<b>420:910\$700</b>

Fonte: Arquivo particular da fazenda Nova Floresta, Livro 4 (1888-1924).

Não sabemos se a quantidade de sacas indicadas acima se refere a toda a produção das fazendas, ou uma parte dela. É bem provável que se refira a uma porção dos grãos; isso porque, conforme a documentação, outras casas comissárias compravam café do fazendeiro. Em relação à Minas, menciona-se com frequência, entre os compradores, a empresa Marques, Valle & Cia; no caso do interior paulista, os relatórios indicam a casa comercial Junqueira, Netto & Cia. De todo modo, os números demonstram que, em 1924, saíram das referidas unidades agrícolas volumes expressivos de grãos em direção a Santos. Dada a ausência de menções aos gastos com trabalhadores, os valores líquidos apontados se referem, possivelmente, ao resultado apurado após o abatimento das despesas imediatas – frete ferroviário, carreto para o armazém da casa comissária e comissão. Os dados dizem respeito a apenas três propriedades. Considerando-se as

diversas unidades cafeeiras que o conde adquiriu na década de 1920, a produção total de suas terras deveria alcançar quantidades imensas de sacas de café.

Não à toa, nesse mesmo ano, 1924, o conde Ribeiro do Valle já estava entre os 20 maiores produtores de café da região mogiana – possuía, em São Simão, 840 mil pés de café.<sup>424</sup> Se considerarmos também as plantações de Guaxupé e Mococa, as lavouras superavam um milhão e meio de arbustos. Tamanha estrutura produtiva exigia uma grande quantidade de trabalhadores – possivelmente, mais de dois mil. Como vimos no capítulo três, somente na fazenda Nova Floresta eram mobilizados, anualmente, entre colonos e empregados, mais de 200 trabalhadores. A manutenção desse complexo de fazendas também exigia o trabalho de vários administradores e o registro cotidiano das atividades que eram enviados ao proprietário. Em um relatório do mês de maio, de 1926, da Fazenda Santa Maria, por exemplo, o administrador informa:

Dia 20 de maio de 1926.

Quinta-feira, tempo estável. Princípio da colheita.

Trabalharam: o fiscal, a cozinheira, o cocheiro, quatro campeiros, o ajudante de cocheiro, o feitor, o jardineiro, dois carapinas em diversos serviços, serrando madeira, consertando o terreiro e ajudando a levar gado no Rio Pardo. Vinte e quatro camaradas fizeram aceiro, cinco carroceiros puxaram: dez carros de milho, quatro de feijão, um de lenha para diversos, um de leite do retiro, um da cana e dois de capim para os animais. Café colhido hoje: 139 alqueires.<sup>425</sup>

O pequeno registro nos mostra a complexidade das fazendas cafeeiras. Além dos os colonos, as unidades agrícolas reuniam um conjunto diversificado de trabalhadores que executavam diferentes atividades. Nota-se ainda, o que também aparece nas demais fazendas do conde na região, a importância da pecuária e da produção de alimentos.

Em 1929, pouco tempo depois do conde Ribeiro do Valle ter adquirido as fazendas Limoeiro e Jatahy – esta, local onde ele e a família passaram a residir – uma crise econômica de grandes proporções provocou uma redução drástica dos preços do café – a saca de dez quilos caiu de 30\$000, em 1928, para 22\$000, em 1929 e, depois, para 16\$250, em 1930, e 13\$900, em 1931.<sup>426</sup> A considerar os altos investimentos em fazendas que foram realizados nos anos anteriores, a crise era inesperada, o que vale também para a maioria dos integrantes de sua classe. A partir de então, o café não mais iria usufruir da

<sup>424</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida P, op. cit., 1999, p. 129.

<sup>425</sup> Arquivo particular da fazenda Nova Floresta. Relatório da fazenda Santa Maria.

<sup>426</sup> HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., 1984, p. 263.

grande importância econômica que tivera na década de 1920. A crise, como explica Verena Stolck, acelerou um processo de transformações estruturais da economia brasileira, e o café, que antes ocupava um lugar central, foi deslocado para uma posição subordinada.<sup>427</sup> Contudo, como reflexo sobretudo de plantios realizados no decênio anterior, a produção continuou em patamares elevados nos anos que seguiram a grande depressão e os preços só voltaram a subir na década de 1940, no pós-guerra.<sup>428</sup>

Em 1933, somente em São Simão, o conde era proprietário de mais de um milhão de pés de café – 1.054.000.<sup>429</sup> Nos anos seguintes não houve novos plantios, e algumas lavouras envelhecidas foram abandonadas. Em 1936, conforme o inventário de Genoveva Junqueira Valle, os cafezais somavam 955.000 pés. Em Minas, eles eram 200 mil.<sup>430</sup> A não ser essa pequena redução dos cafeeiros, a crise parece não ter provocado danos maiores ao patrimônio do fazendeiro. Aliás, em 1937, ele adquiriu outra fazenda, de nome América, com 1.370 alqueires, que confrontava com as fazendas São Joaquim e Jatahy.<sup>431</sup>

Em relação aos bens que foram arrolados no inventário de 1936, percebe-se que os valores atribuídos às terras no interior paulista foram bem inferiores aos que foram conferidos às propriedades agrícolas em Guaxupé. Pode-se cogitar que os avaliadores tenham subvalorizado os bens. Em média, o alqueire de terras nuas em Guaxupé foi avaliado em 843\$080. Na fazenda Baguassu, em Araçatuba, o alqueire foi avaliado em 150\$000. A fazenda Limoeiro, em São Simão, com 2.300 alqueires, recebeu uma avaliação global, sobre todos os bens – terras, benfeitorias, bens móveis, semoventes, veículos, animais e 150 mil pés de café –, de 500:000\$000. Se esse valor fosse referente somente às terras, o alqueire teria sido avaliado em 217\$391. De qualquer modo, o montemor apurado revela uma fortuna imensa: 6.692:030\$600 (£ 50.485,31).<sup>432</sup>

Para fechar a exposição, passamos agora à análise dos patrimônios dos integrantes da família Costa Monteiro.

#### 4.3.2 *Os Costa Monteiro*

A família tem sua origem em uma antiga área de povoamento da comarca do Rio das Mortes – o arraial de Lavras do Funil. O capitão Manoel Joaquim da Costa, patriarca

<sup>427</sup> STOLCK, Verena, op. cit., 1986, p. 96.

<sup>428</sup> Idem.

<sup>429</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida P, op. cit., 1999, p. 130.

<sup>430</sup> FMG – Inventário *post mortem* de Genoveva Junqueira Valle, 1936, solto.

<sup>431</sup> FMG – Inventário *post mortem* de Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, 1941, solto.

<sup>432</sup> FMG – Inventário *post mortem* de Genoveva Junqueira Valle, 1936, solto.

da parentela, nasceu em 1754, e casou-se em 1787 com Antônia Violante do Espírito Santo, com quem teve duas filhas. Após a morte da primeira esposa, contraiu segunda núpcias com Mariana de Souza Monteiro. Desse matrimônio ele teve onze filhos. Vivendo em uma região que, no século XIX, estava profundamente articulada com as redes comerciais de abastecimento interno, Manoel construiu uma grande fortuna.<sup>433</sup> De acordo com o inventário, realizado em 1835, ele era proprietário de 50 escravos e de oito fazendas, uma delas com três léguas de extensão, e as demais, com 12.224 alqueires na totalidade. Criava gado vacum – 350 cabeças – e produzia açúcar e aguardente. A produção visava sobretudo ao mercado da Corte, no Rio de Janeiro.<sup>434</sup>

Joaquim Costa Monteiro, décimo primeiro filho de Manoel Joaquim da Costa e Mariana de Souza Monteiro, casou-se com Genoveva Honória – esta, integrante de outra importante família de proprietários de terras na região, os Junqueira. Era filha de Luiz Antônio de Souza Diniz e Anna Claudina Diniz Junqueira.<sup>435</sup>

Na década de 1830, diante de um movimento migratório que partia das antigas vilas de Minas Gerais, Luiz Antônio e Ana Claudina, bem como outros integrantes da família Junqueira,<sup>436</sup> partiram para áreas de fronteira, em busca de terras. O jovem casal, Joaquim e Genoveva, também deixou a região. A área escolhida foi o Nordeste paulista, a Alta Mogiana, região que até aquele momento era praticamente desabitada. Nas novas terras, os forasteiros montaram fazendas, compraram escravos e, como nos lugares de origem, criavam gado nos campos naturais e cultivavam gêneros de subsistência nas clareiras abertas nas matas.<sup>437</sup>

Luiz Antônio se estabeleceu nas margens do rio da Onça, no arraial de São Simão, onde comprou duas grandes propriedades – Lageado e Campo Grande – que somavam 68.000 alqueires de terras. Conforme escritura lavrada em 1836, em Mogi-Mirim, as fazendas custaram 40:000\$000.<sup>438</sup> Vê-se que, com os capitais acumulados em Minas, na

---

<sup>433</sup> Em relação às conexões da área com as redes mercantis de abastecimento interno, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de, op. cit., 2008; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op. cit., 2002.

<sup>434</sup> Centro de Memória Cultural do Sul de Minas (CEMEC- SM) – Inventário *post mortem* de Manoel Joaquim da Costa, 1835, caixa 32.

<sup>435</sup> JUNQUEIRA, Odete Diniz. *Nossas Origens: genealogia do casal Luiz Antônio de Souza Diniz e Ana Claudina Diniz Junqueira*. Rio de Janeiro: Editora Liney, 1982, pp. 149-150.

<sup>436</sup> Um pouco antes, na década de 1820, outros integrantes da família Junqueira já tinham se instalado no Oeste paulista. Ver: MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 -1915)*. Tese (Doutorado) – UNESP, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014, pp. 38-39.

<sup>437</sup> BRIOCHI, Lucila Reis, op. cit., 1999, pp. 59-77.

<sup>438</sup> MONTI, Carlo Guimarães, op. cit., 2014, p. 39.

economia de abastecimento interno, o forasteiro adquiriu um imenso latifúndio na nova região. Outros Junqueiras, irmãos de sua esposa, se estabeleceram em diferentes pontos da região e também formaram grandes propriedades.<sup>439</sup>

Não temos informações precisas sobre as propriedades de Joaquim Costa Monteiro e Genoveva Honória. Sabe-se que também adquiriram terras em São Simão, possivelmente nas proximidades das fazendas Lageado e Campo Grande, principais domínios da família. O casal teve apenas dois filhos, Manoel Monteiro Diniz Junqueira e Luiz Antônio Diniz Junqueira.<sup>440</sup> No nascimento do terceiro filho, a mãe e a criança faleceram.<sup>441</sup>

Joaquim Costa Monteiro casou-se novamente, em 1844, com Luiza Ribeiro. Aqui cruzam-se as histórias das duas parentelas que estamos examinando; e verificam-se, mais uma vez, as conexões entre o Sudoeste mineiro e o Nordeste paulista. Luiza Ribeiro, nona filha de Vicente Ribeiro do Valle, era prima direta do barão de Guaxupé.<sup>442</sup> Ambas as famílias – os Costa Monteiro e os Ribeiro do Valle –, que agora estabeleciam laços mais estreitos, tinham uma história comum: eram naturais de antigos povoados da comarca do Rio das Mortes e, nas primeiras décadas do século XIX, deixaram os lugares de origem – locais onde tinham acumulado fortunas nas redes mercantis de abastecimento – e se dirigiram para áreas de fronteira. E mais: os integrantes da segunda geração dessas famílias, tanto em Minas como em São Paulo, tornar-se-iam destacados produtores de café.

O casal viveu em São Simão, onde teve dois filhos, Joaquim Costa Monteiro, homônimo do pai, e Antônio Costa Monteiro. Como no primeiro matrimônio, a esposa faleceu jovem, e os filhos foram levados para Minas, onde cresceram na companhia dos tios.<sup>443</sup> Eis que encontramos os dois irmãos que se tornaram figuras-chave na expansão cafeeira no Sudoeste mineiro.

Ainda jovens, Joaquim e Antônio receberam as heranças maternas e paternas e adquiriram, com o passar dos anos, muitas terras. O primeiro passou a residir na fazenda Santa Maria, e o segundo, na unidade agrícola Três Barras, ambas em Guaxupé. No

---

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> Para o leitor que vem acompanhando o desfilar dos nomes, terá notado que esse personagem já foi mencionado em páginas anteriores. Na idade adulta, Luiz Antônio casou-se com Blandina Herculana de Souza Meirelles e teve dez filhos, dentre eles, Genoveva Junqueira. Essa, por sua vez, casou-se, em 1887, com o conde Ribeiro do Valle.

<sup>441</sup> JUNQUEIRA, Odete Diniz, op. cit., 1982, pp.149-150.

<sup>442</sup> VALLE, José Ribeiro do. *Os Ribeiro do Valle*: e eles também cresceram e se multiplicaram. São Paulo, 1982, p. 48.

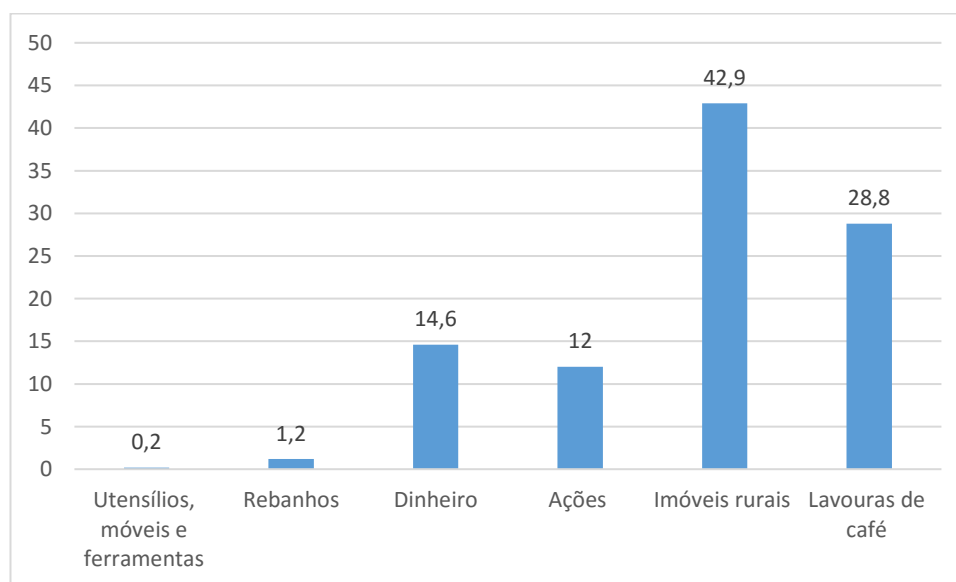
<sup>443</sup> Idem, p. 271.



princípio da década de 1870, como vimos no terceiro capítulo, os dois irmãos integravam o grupo pioneiro de fazendeiros da região que, diante da aproximação dos trilhos, passaram a canalizar recursos para a formação de plantações de café. Suas terras, que até aquele momento serviam à produção de alimentos e à criação de rebanhos, se converteram, em pouco tempo, em núcleos cafeeiros de ponta, cujas estruturas em benfeitorias e dimensões das lavouras em nada perdiam para as fazendas que, na mesma época, estavam sendo montadas no Nordeste paulista.

Em 1891, faleceu a esposa de Joaquim, Maria Ubaldina Costa. De acordo com o inventário, os bens somavam 270:000\$000 (£ 16.685,20).<sup>444</sup> A maior parte dos investimentos estava imobilizado em terras – duas fazendas, a Santa Maria e a São Joaquim. Não constam informações sobre as extensões das propriedades, somente os valores. Os cafezais eram o segundo ativo mais importante – concentravam 28,8% da riqueza (Gráfico 20). Ainda que não haja informações sobre a quantidade de arbustos, pela importância dos cafeeiros no conjunto dos bens, as lavouras eram, provavelmente, de grande porte. Os valores mobiliários eram parte expressiva dos bens – 14,6% em dinheiro, e 12% em ações.

**Gráfico 20: Composição do patrimônio de Joaquim Costa Monteiro (1891)**



Fonte: FMM – Inventário *post mortem* Maria Ubaldina Costa, 1891, 1º ofício, caixa 57.

<sup>444</sup> FMM – Inventário *post mortem* Maria Ubaldina Costa, 1891, 1º ofício, caixa 57.

Nos anos seguintes, com os preços do café em alta – pelo menos até 1894<sup>445</sup> –, o fazendeiro fez pesados investimentos em terras e cafezais. Comprou diversas propriedades cafeeiras e ampliou as plantações. Em 1902, quando veio a falecer, o seu patrimônio tinha mais que dobrado. O monte-mor foi calculado em 872:658\$735 (£ 43.173,14) – a segunda maior fortuna que localizamos na região. No Quadro 14, apresentamos as propriedades, com suas respectivas extensões, que foram arroladas no inventário.<sup>446</sup>

**Quadro 14: Propriedades de Joaquim Costa Monteiro (1902)**

<b>Nomes das propriedades</b>	<b>Localização</b>	<b>Extensão (alqueires)</b>
Fazenda Santa Maria	Guaxupé, MG	198
Sítio Quincas Alberto	Guaxupé, MG	89
Fazenda Passa Quatro	Muzambinho, MG	287
Sítio Bem-bem	Guaxupé, MG	54
Sítio João Emigdio	Guaxupé, MG	58
Sítio Josué	Guaxupé, MG	72
Sítio Francisco Herculano	Guaxupé, MG	121
Fazenda Jabuticabeira	Guaxupé, MG	205
Fazenda Santa Margarida	Guaxupé, MG	136
Sítio Monte Alto	Guaxupé, MG	-
Parte de terras	São Simão, SP	-
<b>Total</b>		<b>1.220</b>

Fonte: FMM – Inventário *post mortem* de Joaquim Costa Monteiro, 1902, 2º ofício, caixa 17.

Os estabelecimentos, como se observa, concentravam-se em Guaxupé e somavam 2.952,4 hectares de terras. Embora com diferentes denominações – fruto de compras que foram sendo realizadas no decorrer dos anos –, algumas dessas unidades estavam conectadas, formando um bloco maior de terras, cujo núcleo central era a fazenda Santa Maria – propriedade essa que, além de ser o local de residência da família proprietária, reunia o maior número de instalações de beneficiamento, de cafezais e colônias de

<sup>445</sup> DELFIM NETTO, Antônio, op. cit., 2009, p. 34.

<sup>446</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Joaquim Costa Monteiro, 1902, 2º ofício, caixa 17.

trabalhadores (ver Capítulo 2, Mapa 7 e Mapa 8). Em relação às duas últimas propriedades, cujas extensões não foram mencionadas, a julgar pelos valores atribuídos pelos avaliadores, eram unidades de pequeno porte.

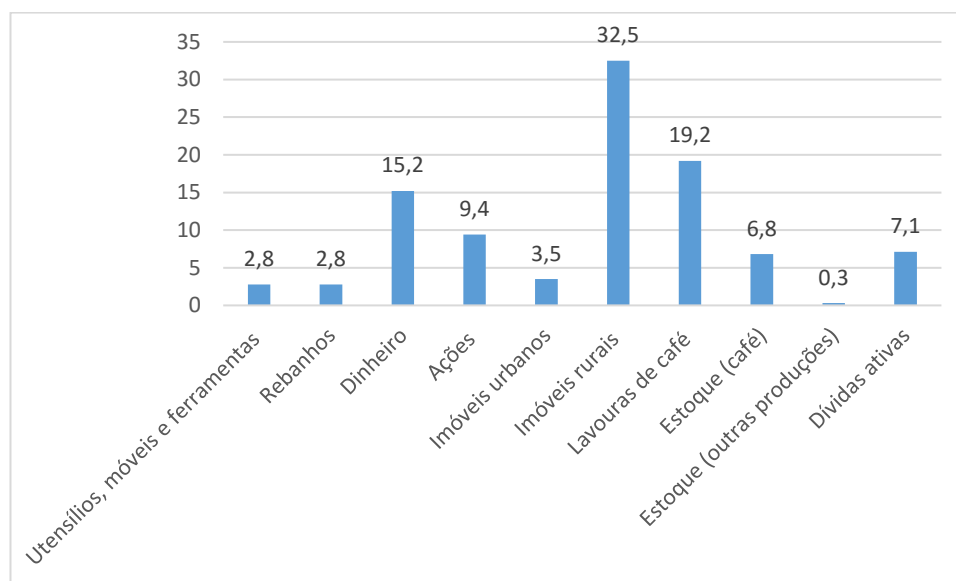
Em razão da ampliação das áreas de plantio nas décadas anteriores, no início do século XX a produção cafeeira nas terras do fazendeiro era intensa. Na Santa Maria, como foi informado pela viúva, Floriana Ribeiro Costa – segunda esposa de Joaquim –, estavam armazenadas, em diversas instalações, 21.120 arrobas de café – uma parte para ser beneficiada, e outra já pronta para ser enviada ao mercado. A fazendeira declarou ainda que tinham sido enviados ao porto de Santos 6.180 arrobas de grãos – 3.460 da Santa Maria à casa comissária A. Nápoles & Cia., e 2.720 da fazenda Jabuticabeira para a empresa Marques, Valle & Cia. Além disso, esperava-se por diversos pagamentos de casas comissárias referentes a lotes de café que haviam sido remetidos nos meses anteriores: da casa A. Nápoles & Cia., de Santos, o valor de 103:914\$715; da casa Batista Filho & Cia., do Rio de Janeiro, 1:204\$780; da Casa Prado Lima & Cia., de Santos, 1:579\$200; da empresa Marques, Valle & Cia., de Santos, 6:331\$200; e, por fim, da casa Lima & Cia., também em Santos, 10:000\$000.<sup>447</sup>

Na principal fazenda da família havia 264.520 pés de café; na unidade Jabuticabeira, 122.000; na Passa Quatro, 87.500; nas demais unidades, 189.200. Ao todo, eram mais de meio milhão de cafeeiros, 663.220. Quanto à participação dessas lavouras no conjunto da riqueza inventariada, elas correspondiam a 19,2% dos bens – percentual superior ao da participação das terras na composição da fortuna, que era de 16,4%. Os investimentos em benfeitorias também eram expressivos: 16,0%, percentual levemente inferior ao apurado para as terras. Verifica-se que os cascos das fazendas concentravam um percentual menor da riqueza do que os investimentos em plantações, instalações e maquinários. Juntos, terras e benfeitorias respondiam por 32,5% do patrimônio (Gráfico 21).<sup>448</sup>

---

<sup>447</sup> Idem.

<sup>448</sup> Idem.

**Gráfico 21: Composição do patrimônio de Joaquim Costa Monteiro (1902)**

Fonte: FMM – Inventário *post mortem* de Joaquim Costa Monteiro, 1902, 2º ofício, caixa 17.

Dado o alto volume de dinheiro que as propriedades movimentavam em razão das vendas de café, não é de se estranhar a importante participação desse ativo no conjunto dos bens, 15,2%. O ativo ações concentra 9,2% da fortuna (Gráfico 21). Tal como nos patrimônios da maioria dos grandes cafeicultores da região, elas se referem a papéis de empresas de transporte ferroviário. No caso em análise, da Mogyana, da Estrada de Ferro Muzambinho e do Ramal de Guaxupé – ramal esse que mais tarde, como vimos, foi vendido à Companhia Mogyana (ver Capítulo 1).

Antônio Costa Monteiro, o mais novo dos irmãos, só veio a falecer em 1916. Além de fazendeiro e cafeicultor, notabilizou-se pela ação política: foi vereador e presidente da câmara municipal de Muzambinho nas décadas de 1880 e 1890 e o primeiro presidente da câmara municipal de Guaxupé entre 1912 e 1915.<sup>449</sup> Conforme o inventário, a fortuna acumulada era expressiva: 418:965\$250 (£ 20.829,53).<sup>450</sup> As propriedades, tal como no caso do patrimônio de Joaquim, se concentravam em Guaxupé, e somavam 769 alqueires – 1.860,98 hectares (Quadro 15).

<sup>449</sup> FERRAZ, Wilson Remédio. *A comarca de Guaxupé e suas origens*. Belo Horizonte: Editora Líder, 2017, p. 100.

<sup>450</sup> FMM – Inventário *post mortem* de Antônio Costa Monteiro, 1916, 1º ofício, caixa 5.

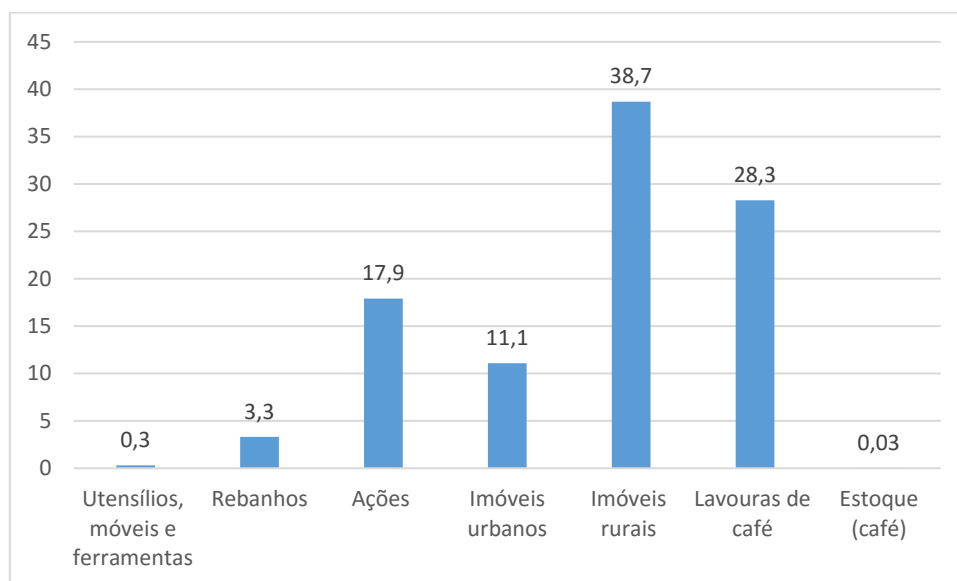
**Quadro 15: Propriedades de Antônio Costa Monteiro (1916)**

<b>Nomes das propriedades</b>	<b>Localização</b>	<b>Extensão (alqueires)</b>
Fazenda Três Barras	Guaxupé, MG	461
Sítio Morro Agudo	Guaxupé, MG	90
Sítio Cordas de Viola	Guaxupé, MG	50
Sítio Pereiras	Guaxupé, MG	15
Sítio José Afonso	Guaxupé, MG	5
Sítio Cachoerinha	Guaxupé, MG	80
Sítio Serra dos Cardosos	Guaxupé, MG	5
Sítio Babilônia	Guaranésia, MG	33
Parte da fazenda da Onça	Monte Santo de Minas, MG	30
<b>Total</b>		<b>769</b>

Fonte: FMM – Inventário *post mortem* de Antônio Costa Monteiro, 1916, 1º ofício, caixa 5.

As unidades Três Barras, Morro Agudo, Cordas de Viola, Pereiras e Cachoerinha, embora fossem separadas, com suas próprias benfeitorias, eram contíguas, formando um grande bloco de terras de 696 alqueires. A fazenda Três Barras – local de residência da família proprietária – reunia o maior número de edificações, maquinários de beneficiamento do café e instalações acessórias à empresa – terreiros com canais e lavadores, duas casas de máquinas, tulhas, duas colônias de trabalhadores, engenho de serra e olaria.

Os cafezais somavam 402.300 pés, e foram avaliados em 118:785\$000 – valor que representava mais de um quarto do patrimônio, 28,3% (Gráfico 22). As terras concentravam 27,0% da fortuna, e as benfeitorias, 11,6%. Como no caso anterior, as benfeitorias e as plantações concentravam um percentual superior da riqueza inventariada do que as terras nuas. Somados – terras, instalações e equipamentos –, reuniam 38,7% dos bens. Como se observa, os investimentos em ações também eram expressivos – 17,9% da riqueza. O fazendeiro reunia 200 ações da Companhia Mogyana e 135 do Banco de Guaxupé.

**Gráfico 22: Composição do patrimônio de Antônio Costa Monteiro (1916)**

Fonte: FMM – Inventário *post mortem* de Antônio Costa Monteiro, 1916, 1º ofício, caixa 5.

Os recursos immobilizados em imóveis urbanos também eram expressivos, 11,1% do total. Eram oito casas, todas em Guaxupé. Uma delas, localizada no largo da Matriz, foi avaliada em 11:000\$000; outra, na avenida Paulo Carneiro, onde estavam os bancos e os principais pontos de comércio, por 14:000\$000. Como mostram os inventários, desde a chegada dos trilhos, em 1904, muitos outros fazendeiros também investiram expressivos recursos na cidade na construção de casas de morada. Além disso, como vimos, ocorreu – também em decorrência da economia cafeeira – uma ampliação das atividades econômicas no espaço urbano do município: foram instaladas agências bancárias, fábricas de pequeno porte e pontos comerciais variados.

Ao longo da segunda parte do capítulo, analisamos os patrimônios de alguns fazendeiros, integrantes de duas famílias, que acumularam grandes fortunas. Ao somarmos os montes, constata-se que esses proprietários – quatro fazendeiros – controlavam 17,1% de toda a riqueza inventariada.<sup>451</sup> Se considerarmos também os patrimônios dos demais membros de suas famílias, fica patente o poder dessas duas parentelas – ou apenas uma, se lembrarmos os vínculos entre elas – na região. Um grupo reduzido de 27 proprietários – 3,9% dos inventariados – concentrava quase um terço da riqueza total, 30,5%. Eles possuíam 25,1% das terras (19.598,3 hectares), 60,2% dos cafezais, 20,3% dos engenhos de serras, 30% das olarias, 50% dos terreiros de secagem

<sup>451</sup> Para não causar distorções, os bens acumulados pelo conde no Oeste paulista não foram considerados no cálculo.

dos grãos, 66,2% das casas de colonos e 43,2% das máquinas de beneficiamento. Em relação aos valores mobiliários, cabia a eles 44,6% do dinheiro, 89,0% das ações e 85,9% dos títulos. De acordo com os números, esses fazendeiros exerciam um amplo poder sobre a economia regional. Controlavam grande parte das lavouras de café, principal atividade produtiva local, parte considerável das terras e benfeitorias, e quase a totalidade dos valores mobiliários.

Um dado importante nas trajetórias que analisamos, bem como nos dados agregados, é que os capitais acumulados na atividade cafeeira na região serviram para irrigar e impulsionar diferentes empreendimentos econômicos. Além dos investimentos mais diversos que aparecem no patrimônio do conde, os cafeicultores locais aplicaram expressivos recursos em empresas de transporte ferroviário – de forma especial, nas companhias Mogyana e Paulista, na Estrada de Ferro Muzambinho e no Ramal Férreo do Rio Pardo –, na construção de bancos, e em outros empreendimentos. Em Guaxupé, os fazendeiros construíram um ramal ferroviário no início do século XX, o que permitiu atrair a Companhia Mogyana para a região, e fundaram, em 1909, um banco local – o primeiro a ser criado no Sudoeste mineiro. Entre os principais acionistas da instituição financeira aparecem o conde Ribeiro do Valle, o coronel Antônio Costa Monteiro e filhos, os herdeiros de Joaquim Costa Monteiro, e vários outros cafeicultores de peso.<sup>452</sup> Em 1922, também com a presença de cafeicultores, foi fundada na cidade a casa bancária Ferreira Alves & Cia. Ltda.<sup>453</sup> Em Guaranésia, entre 1915 e 1925, foram criadas cinco instituições financeiras. Na cidade de Muzambinho foi fundado, em 1914, o Banco do Comércio e Lavoura. Para incluir os municípios cafeeiros mais próximos, vale apontar que em Monte Santo de Minas foram criadas quatro instituições financeiras entre 1918 e 1927; e entre 1922 e 1927, três instituições foram instaladas em São Sebastião do Paraíso.<sup>454</sup> Ainda que fossem instituições pequenas, com baixo volume de capital, ocorreu uma ampliação do fornecimento de crédito e, por conseguinte, das possibilidades de negócios. Fica claro que, ao se desdobrar em diferentes atividades – ferrovias, bancos –, o capital cafeeiro contribuiu para a formação de uma dinâmica econômica nova na região.

A partir dos dados da primeira parte do capítulo e das trajetórias examinadas, depreende-se que, na economia cafeeira do Sudoeste mineiro, a grande propriedade era a

---

<sup>452</sup> Museu Municipal de Guaxupé. Estatuto do Banco de Guaxupé, 1909.

<sup>453</sup> TJMG – Inventário *post mortem* de Américo Costa, 1922.

<sup>454</sup> GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Expansão bancária no Sul de Minas em transição. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (orgs.) *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2012, pp. 326-327.

estrutura central. Ela permitiu a formação de estabelecimentos com centenas de milhares de pés de café, que reuniam pesados investimentos em instalações, equipamentos e maquinários, e que empregavam centenas de trabalhadores. Essas propriedades, como afirmamos, eram responsáveis pela esmagadora maioria da produção de grãos que saía da região em direção ao mercado externo. Seus proprietários – integrantes, em sua maior parte, de apenas duas famílias –, eram detentores de parte expressiva das terras e da maioria dos cafezais. É em razão do alto nível de acumulação que o capital “derrama-se” para fora das plantações e passa a fomentar outros setores da economia. Não à toa, a absoluta maioria das ações e títulos pertenciam aos grandes fazendeiros; era do latifúndio cafeeiro que fluía o capital. Os pequenos proprietários, com excedentes diminutos, não tinham condições de diversificar suas inversões.

Em 1929, com a profunda recessão da economia mundial, encerrou-se um ciclo de importante desenvolvimento econômico da região. Nos anos que se seguiram, muitos proprietários enfrentaram sérias dificuldades financeiras e tiveram que fracionar as propriedades. Com a queda da lucratividade da lavoura e a diminuição dos plantios, toda a economia regional foi afetada. Além disso, dado o grande crescimento das plantações nas décadas anteriores, nas principais unidades produtoras as áreas de matas e capoeiras grossas eram cada vez mais raras, o que impedia a renovação da estrutura produtiva.<sup>455</sup> Ainda que o assunto exija novas pesquisas, pode-se dizer que, tal como na região Mogiana, nos anos iniciais da década de 1930, a cafeicultura do Sudoeste mineiro mostrava sinais de esgotamento. Nas décadas seguintes, o cultivo do café permaneceu como atividade importante, mas os produtores tiveram que se adaptar a um novo contexto econômico.

---

<sup>455</sup> Em 1916, a fazenda Três Barras contava, de acordo com os avaliadores, com parte insignificante de áreas de matas e capoeiras grossas. Em 1922, dos 190 alqueires da fazenda Santa Maria, 100 alqueires estavam cobertos de cafezais, 50 serviam de pastos e 40 eram de matas e capoeiras. Em 1933, na fazenda Bom Jardim, com 203 alqueires, já não existiam áreas de matas virgens, somente capoeiras, que somavam 45 alqueires. FMM – Inventário *post mortem* de Antônio Costa Monteiro, 1916, 1º ofício, caixa 5; TJ-MG – Inventário *post mortem* de Américo Costa, 1922; TJ-MG – Inventário *post mortem* de Urbano Leite Ribeiro, 1933.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na maior parte do século XIX, as fazendas e sítios das localidades de Guaxupé, Guaranésia e Muzambinho se mantiveram articulados com os circuitos comerciais do mercado interno. No entanto, não houve na região, como se observa nos núcleos sul-mineiros mais próximos com a divisa do Rio de Janeiro, uma forte ampliação do número de escravos, intensificação das atividades produtivas e fortalecimento das redes de comércio. Na área, a população cresceu lentamente no decorrer do tempo, sinalizando o fraco dinamismo econômico.

Nas décadas finais do Império, em meio à expansão da fronteira agrícola na província de São Paulo, o café penetrou na região, e nos decênios seguintes, as plantações cresceram de forma expressiva. Nesse processo de difusão da nova cultura, o espaço regional sofreu importantes transformações socioeconômicas. A chegada do café inaugura uma nova fase da história do Sudoeste mineiro. No decorrer do tempo, com a expansão dos cultivos, a população cresceu; a distribuição da terra tornou-se mais concentrada; novos regimes de trabalho foram implementados; com o colonato, ampliaram-se as possibilidades de consumo para os trabalhadores; a economia regional, atrelada ao mercado externo, passou a ter maior capacidade de geração de riquezas; expandiu-se a circulação monetária; as cidades cresceram e passaram a abrigar diversos tipos de estabelecimentos comerciais, de pequenas fábricas e instituições financeiras; e, com a chegada da estrada de ferro, as localidades passaram a contar com uma infraestrutura de transportes moderna, elemento que deu novo impulso às mudanças econômicas. Em um período de meio século, o café marcou profundamente a história local.

Ao longo dos capítulos, procuramos analisar esse processo de mudanças, com especial atenção sobre a estrutura fundiária, a organização das fazendas, os sistemas de trabalho e a distribuição de riquezas. Finalizada a exposição, cabe agora organizar de forma sucinta os principais apontamentos que foram feitos.

Como vimos, na segunda metade do século XIX, com o avanço do processo de industrialização, urbanização e crescimento populacional, ampliou-se a demanda por produtos tropicais nos principais centros da economia capitalista. Na mesma época, as ferrovias superaram os desafios topográficos da serra do mar e penetraram no interior do Sudeste brasileiro, ampliando as possibilidades de formação de novas lavouras nas áreas

distantes dos portos. A alta da demanda e as possibilidades de escoamento da produção com a implantação das estradas de ferro potencializaram a expansão das lavouras na parte oriental do Vale do Paraíba, na Zona da Mata mineira e no Oeste paulista. Nesta área, a Companhia Mogyana estendeu suas linhas em direção ao Nordeste paulista, e, na medida em que os trilhos avançavam pela região, se aproximando de Minas, os fazendeiros do Sudoeste mineiro, tal como os produtores da província vizinha, passaram a investir na formação de lavouras de café. Na esteira do movimento de expansão das ferrovias, estabeleceu-se, então, uma nova zona produtora na província de Minas Gerais.

Com os capitais acumulados nessa primeira fase de expansão dos cafezais (décadas finais do século XIX), os grandes produtores se mobilizaram para construir uma linha férrea de modo a conectar a região com a rede ferroviária. Com a implantação da linha, no início do século XX, consolida-se o processo de incorporação produtiva da região à economia agroexportadora. Nos anos que se seguiram, com a instalação de estações ferroviárias em diferentes municípios, a produção cresceu de forma expressiva, e a região tornou-se um importante núcleo cafeeiro. Ademais, dada a facilidade de escoamento das safras, a presença dos ramais ferroviários também estimulou a produção de artigos ligados ao mercado interno, como de suínos e cereais. Verifica-se assim que a produção de artigos tradicionais não foi abandonada em função da expansão dos cafezais; na verdade, com a chegada dos trilhos, ela ganhou um novo impulso.

Em relação à estrutura fundiária, constatamos uma forte concentração da propriedade da terra. Embora se observe a presença majoritária de pequenas e médias unidades, as maiores fazendas controlavam a maior parte da área analisada. Em comparação com dados de outras localidades, verifica-se que a distribuição de terras no Sudoeste mineiro era semelhante ao que foi apurado para vários municípios produtores de café de Minas e de São Paulo. Argumentamos que, nos últimos decênios do século XIX, forças econômicas operaram em sentido contrário a um processo de fragmentação das propriedades que estava em curso, e permitiram a formação de novos estabelecimentos com dimensões dilatadas. Ou seja, a inserção da região no mercado mundial de café transformou a economia regional e possibilitou que a grande fazenda se tornasse a principal estrutura de produção.

Sobre a organização dos estabelecimentos cafeeiros, observamos que eles receberam pesados investimentos em benfeitorias. Os maiores contavam com grandes terreiros de secagem, tulhas, muitas casas de colonos, armazéns e modernas máquinas de

beneficiamento. Além disso, havia várias instalações e equipamentos acessórios às empresas, como olarias, engenhos de serra, moinhos e monjolos.

Depreende-se a partir do exame das fontes compulsadas que, na economia cafeeira do Sudoeste mineiro, a grande empresa agrícola era a estrutura central. Foi ela que potencializou a expansão dos plantios, permitiu a produção em grande escala, gerou os capitais que possibilitaram a criação de uma linha férrea e atraiu os investimentos da maior companhia de estradas de ferro da província de São Paulo, a Mogyana. Sem a grande produção proveniente dessas empresas, muito provavelmente o Sudoeste mineiro teria permanecido à margem das transformações econômicas que ocorreram nas áreas cafeeiras durante o período estudado.

No que tange às relações de trabalho, o material analisado cobre o período de 1868 a 1930. Em relação às décadas em que vigorou a escravidão, constatamos que esse regime de trabalho garantiu o primeiro arranque da produção cafeeira local. Os cativos, concentrados nas maiores propriedades, permitiram que os fazendeiros integrassem suas propriedades à economia agroexportadora. Nesses anos, no entanto, os trabalhadores livres já estavam presentes. Eles eram responsáveis pela formação das novas lavouras, trabalhavam no transporte das safras e em atividades variadas nas fazendas. Em relação aos anos posteriores à escravidão, período de forte crescimento dos plantios em toda a área, adotou-se o regime de trabalho que fora forjado nas áreas cafeeiras paulistas – o colonato. A proximidade com São Paulo é um fator importante para se compreender o sistema de trabalho adotado. Como afirmamos, para o produtor mineiro, seria difícil atrair e fixar trabalhadores caso as formas de remuneração fossem inferiores às praticadas no Oeste paulista.

Quanto aos ganhos dos trabalhadores, o exame da documentação privada da fazenda Nova Floresta revela que, apesar da imensa carga de trabalho, os colonos recebiam, de modo geral, valores monetários razoáveis, e, dada a possibilidade de acesso à terra para o plantio de alimentos e a criação de animais, eles poderiam construir uma vida material segura, longe da miséria. E para algumas famílias, cujos rendimentos eram maiores, havia possibilidades de formação de uma poupança no decorrer dos anos. Os dados encontrados se somam aos achados de outros pesquisadores, que têm destacado a singularidade de tal regime de trabalho, no quadro dos sistemas agrários do Brasil e de

outros países da América Latina na mesma época, em possibilitar um conjunto de vantagens econômicas nada desprezíveis aos trabalhadores.<sup>456</sup>

A tarefa de formação das novas lavouras, tanto no período de vigência da escravidão quanto no posterior, ficava a cargo dos empreiteiros, e sobre o sistema de trabalho em que estavam submetidos é importante fazer alguns apontamentos. Nesse regime, os trabalhadores assumiam a tarefa de formação de uma nova lavoura por um período médio de quatro anos, e recebiam como remuneração uma certa quantia em dinheiro e o direito de realizar plantios de gêneros de subsistência entre as fileiras do cafezal. Em alguns casos, os trabalhadores também ficavam com a posse dos primeiros frutos da lavoura. Embora se verifique que o pagamento monetário fosse difundido, eles eram de pequenas quantias, muito inferiores aos ganhos dos colonos. No caso dos frutos, como tratava-se das primeiras colheitas, eram de poucos volumes. O acesso à terra consistia na principal forma de pagamento. Como vimos, a permissão pelo uso da terra e, em alguns casos, o acesso a benfeitorias e equipamentos das propriedades, cumpriam uma função importante para os fazendeiros: permitiam que eles pudessem economizar numerário no pagamento dos trabalhadores e, assim, reduzir os custos para a formação das lavouras. Para os trabalhadores, a carga de trabalho era imensa e com pequenos ganhos. De acordo com a documentação, os formadores ainda estavam sujeitos a outras formas de exploração, como a exigência de realizar trabalhos gratuitos – conserto de cercas, conservação de estradas, roçar os pastos e outras atividades –, a obrigação de vender suas produções aos proprietários e, ainda, a impossibilidade de deixar as fazendas sem a anuência dos patrões. Os registros nos mostram como o trabalho nos cafezais também estava marcado por extrema exploração.

O exame sobre os bens arrolados nos inventários indica que os principais ativos dos patrimônios locais eram os imóveis rurais (incluindo as benfeitorias), os cafezais e as dívidas ativas. Os grandes investimentos em terras, instalações, maquinários e plantações refletem as principais características da economia regional – produção agrícola em grande escala destinada ao mercado externo. A presença expressiva das dívidas ativas demonstra, por sua vez, a importância do crédito pessoal na organização dos negócios na área. Na época, dado o incipiente desenvolvimento das instituições financeiras, recorria-se aos

---

<sup>456</sup> Ver: HOLLOWAY, Thomas H., op. cit., 1984; FONT, Maurício A. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-19331 In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Maurício (orgs). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

segmentos mais abastados da sociedade para acessar alguma soma de dinheiro por meio de empréstimos a juros.

A distribuição de riquezas, tal como em outras áreas cafeeiras, era extremamente concentrada. Poucos proprietários, com patrimônios acima de £ 5.000, controlavam a maior parte dos bens inventariados. Esse pequeno grupo detinha quase a metade das extensões de terras mencionadas nos inventários, a maior parte dos cafezais, uma boa fração das benfeitorias e equipamentos agrícolas, a maioria dos valores dos imóveis urbanos e quase a totalidade dos valores mobiliários. Dada a expressividade dos patrimônios, esses fazendeiros exerciam um amplo poder sobre a economia regional. Constatamos que, na região, a produção cafeeira era um negócio dos homens ricos. Embora a cultura também estivesse presente nas pequenas e médias unidades, eram os grandes donos de terras quem de fato dominavam as plantações, e eram eles, por conseguinte, os responsáveis pela esmagadora maioria da produção que deixava a área em direção ao mercado externo.

Estudamos, na última parte da tese, as trajetórias de duas famílias – Ribeiro do Valle e Costa Monteiro – que se destacaram pelo volume de riquezas que conseguiram acumular. Valendo-nos dos inventários e de uma rica documentação encontrada na fazenda Nova Floresta, pudemos conhecer a origem dessas famílias, o período em que se fixaram na região, as atividades econômicas a que se dedicavam e a composição dos patrimônios de alguns de seus integrantes. Como a historiografia já mostrou para outras regiões, verifica-se nos casos analisados que a formação de fortunas estava intimamente associada aos laços familiares e ao consórcio de diversas atividades econômicas.<sup>457</sup> Em relação aos investimentos em café, as trajetórias revelam que foram os capitais previamente acumulados nos circuitos comerciais de abastecimento interno que permitiram o desenvolvimento de um núcleo agroexportador no Sudeste mineiro nas décadas finais do século XIX. Manoel Joaquim Ribeiro do Valle (o barão de Guaxupé), por exemplo, se estabeleceu na região na década de 1830 e, ao longo dos anos, adquiriu várias fazendas, se envolveu nas redes comerciais regionais e interprovinciais ligadas ao mercado interno, atuou como financiador e, mais tarde, nas décadas finais do século XIX, frente às novas possibilidades de investimentos que se apresentavam, passou a canalizar recursos para a formação de lavouras de café. Em pouco tempo, ele converteu suas propriedades em destacados núcleos cafeeiros.

---

<sup>457</sup> Ver, entre outros: ANDRADE, Marcos de, op. cit., 2008; FARIA, Sheila Siqueira de Castro, op. cit., 1998.

A análise dos patrimônios revela ainda a expressividade das plantações, os altos recursos aplicados na compra de terras e formação de fazendas e a diversificação dos investimentos. Como vimos, além dos investimentos em grandes companhias ferroviárias e em bancos de grande porte, os cafeicultores foram figuras-chave no desenvolvimento de projetos que tiveram grandes impactos no cenário regional – construção da linha férrea, atração da Mogyana e criação de instituições financeiras. Em resumo, os dados demonstram a capacidade da economia cafeeira de gerar fortunas. Fortunas que serviram para ampliar ainda mais a produção cafeeira e também para impulsionar, fora do mundo das fazendas, diferentes empreendimentos econômicos.

## FONTES

### **1- Fontes primárias manuscritas**

#### **Fórum Municipal de Muzambinho**

Processos de inventário *post mortem* do Primeiro e do Segundo Ofícios da Comarca de Muzambinho, de 1880 a 1930.

#### **Fórum Municipal de Guaxupé**

Processos de inventário *post mortem* do Primeiro e do Segundo Ofícios da Comarca de Guaxupé, de 1880 a 1930.

#### **Cartório de Registro Civil de Guaxupé**

Escrituras de formação e trato de cafezais. Do livro 1 ao 33 (de 1861 a 1916).

Escrituras de compra e venda de escravos. Livros 1 e 2 (de 1861 a 1888).

Livros de Notas que pertenciam ao antigo Cartório do Escrivão de Paz, Tabelião de Notas e Oficial do Registro Civil da Vila de Guaxupé, e que hoje se encontram sob custódia do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município de Guaxupé.

#### **1º Ofício de Notas de Guaxupé**

Escrituras de formação e trato de cafezais. Do livro 1 ao 26 (de 1917 a 1930).

#### **2º Ofício de Notas de Guaxupé**

Escrituras de formação e trato de cafezais. Do livro 1 ao 19 (de 1917 a 1930).

#### **1º Ofício de Notas de Guaranésia**

Escrituras de formação e trato de cafezais. Do livro 1 ao 37 (de 1891 a 1930).

#### **2º Ofício de Notas de Guaranésia**

Escrituras de formação e trato de cafezais. Do livro 6 ao 48 (de 1912 a 1930).

#### **1º Registro de Notas de Muzambinho**

Escrituras de formação e trato de cafezais. Do Livro 2 ao 49 (de 1881 a 1930).

#### **Cartório de Títulos e Documentos de Muzambinho**

Livro 1 (1909 -1910).

**Paróquia de Nossa Senhora das Dores**

Livro de casamentos 2 (1876 -1901).

**Arquivo particular da fazenda Nova Floresta**

Livro 1 (1852-1933), livro 2 (1855-1893), livro 3 (1888-1829), livro 4 (1888-1924), livro 5 (1900 -1924), livro 6 (1850-1917), livro 7 (1904-1940) e livro 8 (1918-1939).

Folha de pagamento dos trabalhadores 1925/1926

Fotografias

**Arquivo particular da fazenda Santa Maria**

Mapa e fotografias.

**Arquivo Público Mineiro (APM)**

Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Carlos de Jacuí.

Registros Paroquiais de Terras da freguesia de São Sebastião do Paraíso.

**2- Fontes primárias impressas**

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro*. Campanha: Typhographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

Recenseamento Geral de 1872. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Recenseamento Geral de 1890. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1924.

VALLE, José Ribeiro do. *Os Ribeiro do Valle: e eles também cresceram e se multiplicaram*. São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_ ; VALLE, Geraldo Ribeiro do. *Guaxupé: memória história (a terra e a gente)*. São Paulo, 1984.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Carla. *Ricos e Pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial: 1750-1822. Belo Horizonte- MG: Fino Traço, 2010.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em Movimento*: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz De Fora /1870-1914. Dissertação (Mestrado) – IE/UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de: *Onda Negra, Medo Branco*. O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BACELLAR, Carlos de Almeida P. *Os senhores da terra*: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memórias da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. Apogeu cafeeiro na Alta Mogiana. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (org.). *Na Estrada do Anhangüera*. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: CERU-Humanitas, 1999.
- \_\_\_\_\_. Uma Rede Fundiária em Transição. In: BACELLAR, Carlos de A. P; BRIOSCHI, Lucila R. *Na Estrada do Anhangüera*. Uma Visão Regional da História Paulista. São Paulo: Humanitas, 1999.
- BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café*. São Paulo: Contexto, 2019.
- BAPTIST, Edward E. A segunda escravidão e a Primeira República americana. *Almanack*, Guarulhos, n. 5, p. 5-41, 1 sem. 2013.
- BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. Transportes, modernização e formação regional. Subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. *Revista de História Regional*, v. 17, p. 162-203, 2012.
- BLOCH, Marc. *La Historia Rural Francesa*: caracteres originales. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3 v.

BRIOCHI, Lucila Reis. *Criando Histórias: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo (1725-1835)*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Fazendas de Criar. In: BRIOCHI, Lucila Reis; BACELLAR, Carlos de Almeida P (orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da historiografia paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*. 15(2): 291-306, maio/agosto, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4º ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

CASTRO, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

CALRENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2º ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHAVES, C. M. G. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CYRINO FILHO, Moacyr A. de Almeida. *Edifícios tombados na cidade de Guaxupé - MG*. Dissertação (Mestrado) – FAU/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COLISTETE, R. P. LAMOUNIER, M.L. “The End of Plantation? Coffee and Land Inequality in Early Twentieth Century”. *XXXIX Encontro Nacional de Economia – Anpec*. São Paulo, 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CONRAD, Sebastian. *O que é História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para o Sul de Minas: Os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul-mineira. Itajubá – 1785-1850*. Dissertação (Mestrado) – ICH/UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

\_\_\_\_\_. *Sobre um tempo de incertezas: o processo da abolição e os significados da liberdade em Minas Gerais (1880-1888)*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas Gerais. Arquitetura Rural nos Séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado) – EESC/USP, Universidade de São Paulo, São Carlos- SP, 2008.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

\_\_\_\_\_. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Latifúndios y Política Agrária en el Brasil del Siglo XIX*. In: FLORESCANO, Enrique. *Haciendas, Latifúndios y Plantaciones*. Madri: Siglo Veintiuno editores, 1978.

DELFINO NETTO, A. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)* – ICH/UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

DENIS, Pierre. *Brazil*. Bernard Miall, tr. New York, 1911.

FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café: Franca, 1880-1920*. Ribeirão Preto, SP: Holos Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. Bauru-SP: EDUSC, 2010.

\_\_\_\_\_. *Estratégias de expropriação e contratos de trabalho na cafeicultura paulista (1917-1937)*. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, n. 9, jan. jun. de 2013.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (século XVIII)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERRAZ, Wilson Remédio. *A Comarca de Guaxupé e suas origens*. Belo Horizonte: Editora Líder, 2017.

FONT, Maurício A. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Maurício (orgs). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914)*. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

\_\_\_\_\_. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Barões do café e sistemas agrários escravistas: Paraíba do Sul/ Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Expansão bancária no Sul de Minas em transição. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (orgs.) *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru, SP: Edusc, 2012.

GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e Escravidão no Nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GIOVANINI, Rafael Rangel. *Regiões em movimento: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930*. Juiz de Fora-MG: EDUF JF, 1988.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os registros paroquiais de terras na história e na historiografia – estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *História econômica & história de empresas XIII*. 1 (2010), 95-132.

\_\_\_\_\_. Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, p. 89-116, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. J. *A Era do Capital*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

JACOB, R. *Minas no XXº século*. Rio de Janeiro: Gomes e Irmão, 1910.

KLEIN, Herbert S. *O Tráfico de Escravos no Atlântico*. Novas abordagens para as Américas. Ribeirão Preto-SP: FUNPEC, 2006.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. A lei de locação de serviços de 1879. Campinas-SP: Papirus, 1988.

LEWIN, Linda. *Política e parentesco na Paraíba*: um estudo de caso de oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LANNA, Ana L Duarte. *A transformação do trabalho*: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira – 1870/1920. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1988.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais – 1870-1920*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

LINHARES, Maria Yedda Leite. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História* : ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: a Cafeicultura e as Mutações da Riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. Tese (Doutorado). FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011.

LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, Maria. Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição*. 1. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editoria da UFRJ/ Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e Sequestros: fontes para a História Social. *Revista do Departamento de História*, v. 9, (1989).

MARCONDES, Renato Leite. *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira. Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Editora Stiliano, 1998.

MARICHAL, Carlos; TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr. *De la plata a la cocaína. Cinco siglos de historia económica de América Latina, 1500-2000*. México: Fondo de Cultura Económica-El Colegio de México, 2017.

MARQUES, Leonardo. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo H. *A segunda escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo-RS: Casa Leiria, 2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack braziliense*, São Paulo, nº07, 2008.

\_\_\_\_\_; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum*, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, 2013b.

\_\_\_\_\_; SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 30-49, 2015.

\_\_\_\_\_. Os legados da Segunda Escravidão: as economias algodoeira e cafeeira dos Estados Unidos e do Brasil durante a Reconstrução norte-americana, 1867-1903. In: MARQUESE, Rafael de Bivar. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e Historiografia*. São Paulo: Intermeios: 2020.

\_\_\_\_\_. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 14-41, jan./abr., 2019.

MARRETTO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (c.1829-c.1873)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975, pp. 43-50.

MARTINS, Marcos Lobato. A Marcha do Café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.-jun., 2014.

\_\_\_\_\_. A participação do Sul de Minas no abastecimento de carne verde do Rio de Janeiro: 1858-1864. *Tempos Históricos*, v. 23, 2019, p. 238-271.

\_\_\_\_\_. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n.1, jan-abr. 1983.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_; SCHNOOR, Eduardo (org.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas. C; SCOTT, Rebeca J. *Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. (2ª ed. revista)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1974.

MELLO, Zelia Maria Cardoso de. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MESSIAS, R. C. *O cultivo do café nas bocas de sertão paulista: mercado interno e mão de obra no período de transição (1830-1888)*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e Outros Ensaio*s. Contribuição para o Estudo da História Econômica e Social do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MINTZ, Sidney W. Produção Tropical e Consumo de Massa: um Comentário Histórico in: MINTZ, Sidney W. O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletariados. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

MITCHELL, B. R. Apêndice estadístico, 1700 -1914. In: CIPOLLA, Carlo M (ed.). *Historia económica de Europa: el nacimiento de las sociedades industriales*. (Parte 2). Barcelona: Ariel, 1982.

MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 -1915)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014.

MOTTA, Márcia Mendes. *Nas Fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese (Doutorado) – IFCH/Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MORENO, Breno A. Servidone. A evolução da estrutura fundiária no médio vale do paraíba (bananal, c. 1800-1860). *7ª Conferência Internacional de História Econômica*, 2018.

NOZOE, Nelson Hideiki *et alii*. Brasil: breves comentários sobre algumas séries referentes à taxa de câmbio. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo: NEHD-FEA-USP, ano XI, n. 32, maio de 2004.

OLIVEIRA, F.A. *Faces da dominação da terra (Jaú 1850-1910)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

OLIVEIRA, Lélío. L. *Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista 1890-1920*. São Paulo: Alameda, 2016.

\_\_\_\_\_; MARCONDES, Renato Leite de. Outro modo de financiar o café: Hipotecas no Sudoeste de Minas Gerais (1890-1914). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 34, n. 64, p. 227-260, jan/abr 2018.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1810*. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

PARRON, Tâmis. *A Política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do Século XIX. *X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2002.



PESSOA, Thiago Campos. *O império da escravidão: o complexo Breves no Vale do café* (Rio de Janeiro, c.1850 - c.1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

PRADO JR., Caio. Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo. *Boletim Geográfico* 29, 1945, pp. 692-700. Publicado originalmente em: *Revista Geografia*, ano 1, nº 1, 1935.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PINHEIRO, Rafaela Carvalho. *Trabalho, terra e Capital no Sul de Minas em transição*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. 1993. Dissertação (Mestrado) – ICHF/UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

RIBEIRO, Isaac Casemiro. *Morada de casas: cultura material, domesticidades e mudanças sociais (Minas Gerais, Sabará - século XVIII)*. Tese (Doutorado) – FAFICH/UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019.

ROSEBERRY, William (ed). *Coffee, Society, and Power in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

SAES, Alexandre; CONSENTINO, Daniel do Val; FONTELAS, Thiago. Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos (orgs.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru: EDUSC, 2012.

SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato. GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Orgs) *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

\_\_\_\_\_; CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. A dinâmica econômica do Sul de Minas: um estudo sobre a cafeicultura em São Sebastião do Paraíso e região em 1902 e 1920. *Revista Debate Econômico*, v.2, n.1, p. 48-73, jan/jun 2014.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLUM JR., Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura*. Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Appendix: Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960. In: CALRENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2001.

SOBOUL, Albert. Descrição e medida em história social. In: LABROUSSE, E. (org). *História social: problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Cosmos, 1967.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Marcel Pereira da. *De Gado a Café: as ferrovias no sul de minas gerais (1874-1910) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012*.

\_\_\_\_\_. *Nos Trilhos Da Incerteza: A Rede Sul Mineira no contexto ferroviário brasileiro (1910-1934)*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018,

SILVA, Henry Marcelo Martins. Nos trilhos do capital: “engenheiros industriais” e ferrovias em São Paulo no início do século XX. *História Unisinos*, vol. 22, núm. 4, pp. 547-565, 2018.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: AlfaÔmega, 1976.

SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História, Stanford, Sanford University, 1976.

\_\_\_\_\_. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH UNICAMP*, v. 17, jun. 1985.

SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

STEFANI, Celia Regina Baider. *O Sistema Ferroviário Paulista: um estudo sobre evolução do transporte de passageiros sobre trilhos*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

STEIN, S. J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, 6, 1984, pp. 80-120.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. *Reprodução e famílias escravas de Mariana (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914*. Dissertação (Mestrado) – IE/UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para a colheita. Sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. São Paulo: Alameda, 2012.

TOMICCH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

TOSI, P.G. FALEIROS, R.N. Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). *Economia e Sociedade*, Campinas, v.20, n.2, 2011.

TOPIK, Steven; SAMPER, Mario. La cadena de mercancías del café Latinoamericano: Brasil y Costa Rica. In: MARICHAL, Carlos; TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr. *De la plata a la cocaína. Cinco siglos de historia económica de América Latina, 1500-2000*. México: Fondo de Cultura Económica-El Colegio de México, 2017.

VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

VITTORETTO, Bruno Novelino. *Fronteiras do café na Zona da Mata mineira (1870-1940)*. Tese (doutorado) – ICH/UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOODRUFF, Wiliam. La aparición de una economía internacional, 1700 -1914. In: CIPOLLA, Carlo M (ed.). *Historia económica de Europa: el nacimiento de las sociedades industriales. (Parte 2)*. Barcelona: Ariel, 1982.

YOUSSEF, Alain El. *O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

**ANEXO - SALÁRIO DOS COLONOS DA FAZENDA NOVA  
FLORESTA (1925-1926)**

<b>NOMES DOS TRABALHADORES</b>	<b>COLHEITA (1.500 por alqueire)</b>	<b>MAIO - DIÁRIAS</b>	<b>COLHEITA (1.500 por alqueire)</b>	<b>COLHEITA (2.000 por alqueires)</b>	<b>JUNHO - DIÁRIAS</b>	<b>JUNHO - 5º CARPA-CAFÉ NOVO</b>
Antonio Machado		224000			224000	
Benedito Costa	130500		184000	166000	14000	
Bráulio José do Nascimento	27000	140000	201000	160000	560000	
Cesário Bontempo			58500	204000		
Cesário Marinelli	66000		148500	100000		
Domingos Alcorinti	108000	14000	460500	182000	52500	32500
Domingos Sette	12000	7000	183000	152000	7000	30000
Emídio Carvalho	88500	28000	108000		24500	
Ernesto Generole	9000	28000	127300	66000	70000	22500
Francisco Borba	42000	7000	60000	74000	28000	15200
Francisco Carlos						
Francisco Graziote	12000	7000	222000	154000		30000
Horácio Fernandes			84000	52000		
João Camillo	9000	7000		68000	28000	
João Duca						
João dos Passos	81000	120000	121500	78000	69000	
João Joaquim	78000	3500	91500	76000		
João Pereira				340000		
João Rosssi	9000		201000	142000		
Joaquim Batista	69000		111000	60000	26100	
Joaquim Carvalho		42000	177000	182000	70000	12500
Joaquim Ferreira			6000	36000		
Joaquim Machado						
Joaquim Marsilino Filho						
Joaquim Marsillino Neves	66000		127500	232000		26800
Joaquim Raymundo		7000	85500	82000	21000	15000
Joaquim Tumico						
Joaquim Vicente						
Joarez Miranda	58500		96000	30000	10500	
José Omore	67500	7000	30000	64000	7000	30000
José B Machado	52500	141000	78000	106000	168000	22000
José Batista Vicente	90000		100500		7000	16200
José Bontempo	13500		142500	258000		
José Candido	39000	14000	141000	50000		
José Diminiano Rosa	69000	7000	81000	40000	7000	15000
José Eugênio			171000	112000		
José Francisco dos Santos	169500	903000	280500	944000		
José Geronimo	72000	7000	237000	112000		18750
José Loyso	45000	700	130500	112000	28000	25100
José Marreira	117000	14000	237000	132000	38500	30000
José Marssilino		189000		42000	203000	
José Trivellini	21000	28000	312000	230000	31500	62200
José Vicente		7000		74000		
Júlio Alves						
Júlio do Nascimento	7500		285000	104000		
Ladislão Machado	49500		180000	62000		
Loureço Penna				64000		
Lorinelo Carneiro	21000	133000	84000	142000	189000	
Luiz Henriques	52500		187500	104000		
Luiz Pascolins						
Luiz Rodrigues	42000	7000	112500	76000	14000	21000
Manoel Borba			22500	66000		
Manoel Guijo	12000	10500	231000	164000	7000	38000
Miguel Marinelli	16500	10500	201000	154000		35000
Militão Pinheiro	91500	7000	27000	62000	140000	13200
Nicolão Marinelli	28500	17500	420000	214000	12100	70000
Pedro Bontempo						
Pedro Telles	85500	7000	267000	220000		27500
Paolo Delphino	49500	63000	118500	60000	21000	
Rufino Marques	102000	21000	255000	126000		
Urias Domingues	63000	7000	106500	58000	7000	13700

NOMES DOS TRABALHADORES	JUNHO - SERVIÇO AVULSO	JULHO - COLHEITA (1.500 por alqueires)		JULHO - DÍARIA	JULHO - SERVIÇO AVULSO	REPOSIÇÃO - COLHEITA- MAIO, JUNHO E AGOSTO - COLHEITA (2000 por alqueire)		AGOSTO - DÍARIA
						JULHO (500 réis o alqueire)		
Antonio Machado				196000				189000
Benedito Costa		192000	73500			169000	292000	38500
Bráulio José do Nascimento		685500	203000		600000	404500	1234000	296000
Cesário Bontempo						19500		
Cesário Marinelli		183000	12200			132500	234000	10500
Domingos Alcorinti	275000	370500	134700			313000	604000	45500
Domingos Sette	50000	226500	49000			140500	276000	28000
Emídio Carvalho	150000	60000	10500			95500		217000
Ernesto Generole		129000	38500			88500	130000	7000
Francisco Borba		58500	38500			53500	148000	14000
Francisco Carlos								
Francisco Graziote	89000	312000	147000			182000	350000	28000
Horácio Fernandes		141000	59500			75000	148000	21000
João Camillo		24000	22700			44500	226000	700
João Duca								
João dos Passos		96000	66500			99500	150000	17500
João Joaquim		133500	24500			101000	148000	
João Pereira		451500				150500	604000	56000
João Rossi		270000				160000	278000	
Joaquim Batista		94500	49000			91500	132000	21000
Joaquim Carvalho	1212000	216000	33200			133000	372000	21000
Joaquim Ferreira		66000				24000	148000	
Joaquim Machado								
Joaquim Marsilino Filho								
Joaquim Marsillino Neves	60000	307500			20000	167000	312000	
Joaquim Raymundo		145500	7000			77000	222000	7000
Joaquim Tumico								
Joaquim Vicente								
Joarez Miranda		79500	14000			78000	120000	
José Omore		132000	45000			76500	160000	24500
José B Machado		108500	56000			84000	162000	17500
José Batista Vicente		157500	35000				222000	
José Bontempo		283500			540000	146500	394000	
José Candido		117000	54200			99000	110000	54200
José Diminiano Rosa		81000	22700			77000	48000	14000
José Eugênio		157500				109000	754000	
José Francisco dos Santos		82500	460000	675100		177500	334000	
José Geronimo		175500	47200			161500	274000	28000
José Loysa		171000	31500			115500	244000	21000
José Marreira		282000	87500			212000	368000	10500
José Marssilino			199500				80000	175000
José Trivellini		450000	78700			261000	484000	31000
José Vicente						116000		17500
Júlio Alves								
Júlio do Nascimento		256500				185500	238000	
Ladislão Machado	116500	136500				122000	184000	21000
Loureço Penna		91500	45500			30500		14000
Lorinelso Carneiro		189000	71700			98000	244000	17500
Luiz Henriques		141000				127000	230000	21000
Luiz Pascolins								
Luiz Rodrigues		153000	43700			102500	206000	
Manoel Borba		121500	50200			48000	168000	17500
Manoel Guijo		228000	131200			151000	344000	35000
Miguel Marinelli		210000	59500			142500	256000	28000
Militão Pinheiro		58500	161000			59000	92000	175000
Nicolão Marinelli	60000	510000	110200			319500	490000	21000
Pedro Bontempo								
Pedro Telles		217500	66500			190000	364000	3500
Paolo Delphino		133500	84000			95500	182000	10500
Rufino Marques		245500	68200			201500	308000	14000
Urias Domingues		88500	45500			86000	158000	17500

NOMES DOS TRABALHADORES	COLONO -			AGOSTO, SETEMBRO E		OUTUBRO - DIÁRIA	NOVEMBRO - DIÁRIA
	SETEMBRO - DIÁRIA	ESPARRAMA ÇÃO (35 por pé)	COLONO - CAFÉNOVO - 6ª CARPA	CARPIDO AVULSO (60 réis por pé)	SERVIÇO AVULSO		
Antonio Machado	154000	80800	27500				
Benedito Costa		230000		27000			
Bráulio José do Nascimento		263900		132000	1520000	216000	160000
Cesário Bontempo				174000			
Cesário Marinelli		145900					
Domingos Alcorinti		108600	32000	307800	1094600		
Domingos Sette		135000					
Emídio Carvalho	196000				50400	126000	
Ernesto Generole	1700		22500				
Francisco Borba		117600				7000	
Francisco Carlos							
Francisco Graziote		117700	30000		61700	7000	
Horácio Fernandes	19100			295200			
João Camillo		78700		43200		7000	
João Duca							
João dos Passos	33100					35000	
João Joaquim		79800				7000	
João Pereira	72000				549000		
João Rossi							
Joaquim Batista	1700					7000	
Joaquim Carvalho		118800	12500	36000	50400	7000	
Joaquim Ferreira				21600		7000	
Joaquim Machado							
Joaquim Marsilino Filho							
Joaquim Marsillino Neves		153600		60000		7000	
Joaquim Raymundo	24500	172200					
Joaquim Tumico							
Joaquim Vicente							
Joarez Miranda				126000	315000		7000
José Omore	17500	114000	30000			7000	
José B Machado	17500	105300	27500				
José Batista Vicente							
José Bontempo					35000		
José Candido		87500					
José Diminiano Rosa		87500					
José Eugênio		164500					
José Francisco dos Santos				1429400		176000	
José Geronimo		127400				7000	
José Loyso		128300	25100			7000	
José Marreira	35000	136000	30000			14000	
José Marssilino	154000					175000	
José Trivellini	12100	315000	62200	150000			
José Vicente		131600	16250				
Júlio Alves							
Júlio do Nascimento		190900				7000	
Ladislão Machado		96200					12000
Loureço Penna				179200		7000	
Lorinelino Carneiro	28000			674400		28000	
Luiz Henriques	14000						
Luiz Pascolins							
Luiz Rodrigues		89600	21000	81000		7000	
Manoel Borba				399000		7000	
Manoel Guijo		140900	38000			14000	
Miguel Marinelli	8700	133000		586500			
Militão Pinheiro	157500	77000				175000	18000
Nicolão Marinelli	64700	285700					
Pedro Bontempo							
Pedro Telles		70000	27500			14000	
Paolo Delphino				90000		7000	
Rufino Marques				557500	263000		14000
Urias Domingues		88900					

NOMES DOS TRABALHADORES	NOVEMBRO E DEZEMBRO - CAFÉ						
	NOVEMBRO - SERVIÇO AVULSO	COLONO - 1º CARPA	CARPIDO AVULSO (60 por pé)	NOVO -1º CARPA (25 por pé)	COLONO -2º CARPA	CARPIDO AVULSO (60 por pé)2	DEZEMBRO - DIÁRIA
Antonio Machado		130900			130900		57000
Benedito Costa		287500	150000	32500	287500		
Bráulio José do Nascimento	184000	250000	674400		250000	300000	226000
Cesário Bontempo		387600		62500	387600		
Cesário Marinelli							
Domingos Alcorinti	904000	124200	336	32500	124200		
Domingos Sette		131200			136500		
Emídio Carvalho	1507000						
Ernesto Generole		80200		22500	80200	60000	
Francisco Borba		134400			134400		36000
Francisco Carlos		205000			205000		
Francisco Graziote		136800		32500	136800		27000
Horácio Fernandes		92900	132000	17500	224900		12000
João Camillo		100000	90000		100000		
João Duca		128000			128000	570000	36000
João dos Passos						90000	
João Joaquim		90000		15000	90000		12000
João Pereira	387000		1204600				
João Rossi							
Joaquim Batista			480000		210000		
Joaquim Carvalho	200000	135800	126000		135800		57000
Joaquim Ferreira						600000	7000
Joaquim Machado	150000	325500	91500		325500		30000
Joaquim Marsilino Filho		152000			225000		24000
Joaquim Marsillino Neves		127600	60000		127500		24000
Joaquim Raymundo			353100			185700	
Joaquim Tumico	52500	162500			162500	30000	36000
Joaquim Vicente							
Joarez Miranda	32000		124000				
José Omore		127300		52500	127300		
José B Machado			368000		300000		7000
José Batista Vicente			111000	17500	142500		
José Bontempo		462400			462400		
José Candido		144000		17500	137500		
José Diminiano Rosa		100000		15000	100000		24000
José Eugênio		250000			250000		
José Francisco dos Santos			2043700			360000	
José Geronimo		197800					42000
José Loyso		108900		25100	154900		30000
José Marreira		175000	76200	38700	175000		24000
José Marssillino							
José Trivellini							
José Vicente		142500					
Júlio Alves			154800		154800		
Júlio do Nascimento		316400			356000		
Ladislão Machado		110000			110000		
Loureço Penna			147600				18000
Lorinelso Carneiro		99100	90000	22500	99100		36000
Luiz Henriques			240000		222000		35000
Luiz Pascolins		277200		70000	277200		36000
Luiz Rodrigues		92000		21000	92000		12000
Manoel Borba		195000		33700	195000		12000
Manoel Guijo		226900		35000	226900		42000
Miguel Marinelli							
Militão Pinheiro		156100			156100		48000
Nicolão Marinelli	543700		580200			108000	
Pedro Bontempo			121800		390000		
Pedro Telles		118500			118500		18000
Paolo Delphino		114300			114300	62100	6000
Rufino Marques	121000		159000				8000
Urias Domingues		100000			100000		18000



NOMES DOS TRABALHADORES	DEZEMBRO E DEZEMBRO E		DEZEMBRO E JANEIRO - SERVIÇO AVULSO	1926 - JANEIRO - DIÁRIA	JANEIRO - COLONO - 3º CARPA	CARPIDO AVULSO (60 por pé)3
	JANEIRO - CAFÉ NOVO - 2º CARPA (25 por pé)	JANEIRO - CAFÉ NOVO - 3º CARPA (25 por pé)				
Antonio Machado					130900	
Benedito Costa	32500	32500			287500	
Bráulio José do Nascimento			1283000		250000	628800
Cesário Bontempo	62200	62200			387600	
Cesário Marinelli				6000		150000
Domingos Alcorinti	32500	32500	1731200	6000	124200	564000
Domingos Sette			135000	1500	136500	
Emídio Carvalho						
Ernesto Generole	22500	22500			80200	60000
Francisco Borba					134400	
Francisco Carlos					265000	
Francisco Graziote	32500	32500	184300		136800	60000
Horácio Fernandes	17500	17500			92900	
João Camillo					100000	42000
João Duca					128000	
João dos Passos						90000
João Joaquim	30000	30000		15000	90000	
João Pereira						
João Rosssi						
Joaquim Batista					210000	120000
Joaquim Carvalho	25000	25000	204000		135800	
Joaquim Ferreira			150000	52500		600000
Joaquim Machado				3000	325500	
Joaquim Marsilino Filho					225000	
Joaquim Marsillino Neves	17500	17500			127500	
Joaquim Raymundo						480000
Joaquim Tumico				9000	162500	
Joaquim Vicente					456000	456000
Joarez Miranda						
José Omore	52500	52500			127300	
José B Machado					300000	
José Batista Vicente					142500	
José Bontempo					462400	
José Candido	17500	17500			137500	
José Diminiano Rosa	15000	15000			100000	
José Eugênio			472600		250000	
José Francisco dos Santos				110000		
José Geronimo						
José Loysso	25100	25100		30000	154900	
José Marreira	38700	38700			175000	141400
José Marssilino						
José Trivellini						
José Vicente	17500	17500		6000	142500	
Júlio Alves					154800	
Júlio do Nascimento					356000	
Ladislão Machado					110000	
Loureço Penna					355200	
Lorinelso Carneiro	22500	22500		24000	99100	212400
Luiz Henriques					222000	
Luiz Pascolins	70000	70000		3000	277200	436800
Luiz Rodrigues	21000	21000			92000	
Manoel Borba	33700	33700			195000	
Manoel Guijo	35000	35000		9000	226900	
Miguel Marinelli						
Militão Pinheiro				54000	156100	
Nicolão Marinelli			2289000	380000		1304600
Pedro Bontempo					390000	
Pedro Telles					118500	
Paolo Delphino				3000	114300	
Rufino Marques			1216500			1115700
Urias Domingues					100000	

NOMES DOS TRABALHADORES	FEVEREIRO -			MARÇO -		
	FEVEREIRO - DIÁRIA	FEVEREIRO - COLONO - 4º CARPA	FEVEREIRO - CARPIDO AVULSO (60 por pé)	FEVEREIRO - CAFÉ NOVO - 4º CARPA	COLONO -5º CARPA (RUAÇÃO)	MARÇO - DIÁRIA
Antonio Machado		130900			130900	9000
Benedito Costa	6000	287500		32500	287500	6000
Bráulio José do Nascimento	488000	250000	866400		250000	
Cesário Bontempo		387600		62200	387600	
Cesário Marinelli	6000	172000			172000	26000
Domingos Alcorinti	6000	124200	267100	32500	124200	18000
Domingos Sette	6000	136500			136500	6000
Emídio Carvalho						88000
Ernesto Generole	6000	80200		22500	80200	15000
Francisco Borba	6000	134400			134400	12000
Francisco Carlos	6000	205000			205000	12000
Francisco Grazirole	9000	136800		32500	136800	18000
Horácio Fernandes		132000	302400	17500	132000	18000
João Camillo	6000	100000			100000	12000
João Duca	6000	128000			128000	12000
João dos Passos	7000		30500			
João Joaquim		90000		30000	90000	12000
João Pereira						
João Rosssi						
Joaquim Batista		210000			210000	
Joaquim Carvalho	18000	135800		25000	135800	26000
Joaquim Ferreira			145800			
Joaquim Machado	12000	325500			325500	12000
Joaquim Marsilino Filho		225000		17500	225000	6000
Joaquim Marsillino Neves	6000	127500	159000		127500	6000
Joaquim Raymundo						
Joaquim Tumico	6000	162500			162500	6000
Joaquim Vicente	6000	456000	75000		456000	
Joarez Miranda						
José Omore		127300		52000	127300	6000
José B Machado		300000			150000	7000
José Batista Vicente		142500			142500	6000
José Bontempo		462400			462400	18000
José Candido	6000	137500		17500	137500	12000
José Diminiano Rosa		100000		15000	100000	12000
José Eugênio		250000			250000	
José Francisco dos Santos	140000		900000			
José Geronimo						
José Loysso	12000	154900		25100	154900	9000
José Marreira	12000	175000		38700	175000	
José Marssilino						
José Trivellini						
José Vicente		142500		17500	142500	
Júlio Alves		154800			154800	7000
Júlio do Nascimento	6000	356000			356000	12000
Ladislão Machado	9000	110000	30000		110000	6000
Loureço Penna	7000	98400			98400	6000
Lorinelso Carneiro	6000	99100		25000	99100	12000
Luiz Henriques		222000			92000	
Luiz Pascolins		277200		70000	277200	6000
Luiz Rodrigues	6000	92000		21000	92000	18000
Manoel Borba	12000	195000		35700	195000	9000
Manoel Guijo	12000	226900		35000	226900	12000
Miguel Marinelli						
Militão Pinheiro	30000	156100			156100	10500
Nicolão Marinelli	200000					
Pedro Bontempo		180000			180000	14000
Pedro Telles	12000	118500			118500	12000
Paolo Delphino	6000	114300			114300	12000
Rufino Marques	312000		596000			
Urias Domingues	6000	100000			100000	6000

NOMES DOS TRABALHADORES	MARÇO-	FEVEREIRO E	FEVEREIRO E			
	CARPIDO AVULSO - RUAÇÃO(60 por pé)	MARÇO - SERVIÇO AVULSO	MARÇO - CAFÉ NOVO - 5ª CARPA	MARÇO - LIMPA DE PASTO	ABRIL - DIÁRIA	ABRIL - SERVIÇO AVULSO
Antonio Machado						
Benedito Costa			32500			
Bráulio José do Nascimento	420000	1216000			460000	285000
Cesário Bontempo			62200			
Cesário Marinelli		450000			315000	
Domingos Alcorinti	239700	2536500				500000
Domingos Sette						
Emídio Carvalho					224000	
Ernesto Generole	120000					
Francisco Borba						
Francisco Carlos						
Francisco Graziote		150000			30000	
Horácio Fernandes	290100		15000		112000	
João Camillo	81100				35000	
João Duca					24000	
João dos Passos						
João Joaquim			30000			
João Pereira						
João Rosssi						
Joaquim Batista						
Joaquim Carvalho	615000	120000			36000	
Joaquim Ferreira						
Joaquim Machado					252000	
Joaquim Marsilino Filho		517500				
Joaquim Marsillino Neves	60000					
Joaquim Raymundo						
Joaquim Tumico					54000	
Joaquim Vicente						
Joarez Miranda						
José Omore	240000					
José B Machado						
José Batista Vicente						
José Bontempo				280000		
José Candido	112200		17500			
José Diminiano Rosa						
José Eugênio		475000				
José Francisco dos Santos	1815500	480000				
José Geronimo						
José Loysso	108600					
José Marreira	86700					
José Marssilino						
José Trivellini						
José Vicente	90000	90800				
Júlio Alves						
Júlio do Nascimento		21000				
Ladislão Machado	30000			199500		
Loureço Penna		98400			49000	
Lorinelso Carneiro	597600		22500		24000	
Luiz Henriques						
Luiz Pascolins	253200	42000			60000	
Luiz Rodrigues	60000					
Manoel Borba			25000			
Manoel Guijo		50000	35000			
Miguel Marinelli						
Militão Pinheiro	116300					
Nicolão Marinelli	304800	974400		1085000	206500	125000
Pedro Bontempo				210000		250000
Pedro Telles	83760				150000	
Paolo Delphino						
Rufino Marques	977400	75000			480000	
Urias Domingues						

<b>NOMES DOS TRABALHADORES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>DESCONTOS</b>	<b>REMUNERAÇÃO FINAL</b>
Antonio Machado	1815800	86000	1729800
Benedito Costa	3278500	15000	3263500
Bráulio José do Nascimento	15084500	140000	14944500
Cesário Bontempo	2705300	385600	2319700
Cesário Marinelli	2329600	74000	2255600
Domingos Alcorinti	11659036	126000	11533036
Domingos Sette	2121700	45700	2076000
Emídio Carvalho	2973400		2973400
Ernesto Generole	1492000	28000	1464000
Francisco Borba	1389300	14500	1374800
Francisco Carlos	1103000		1103000
Francisco Graziote	3041700	76000	2965700
Horácio Fernandes	2521000	42000	2479000
João Camillo	1324900	53000	1271900
João Duca	1288000	120000	1168000
João dos Passos	1184600		1184600
João Joaquim	1366800	64000	1302800
João Pereira	3814600		3814600
João Rosssi	1060000	69000	991000
Joaquim Batista	2102800	12000	2090800
Joaquim Carvalho	4851400	10000	4841400
Joaquim Ferreira	1863900	25000	1838900
Joaquim Machado	2178000	10000	2168000
Joaquim Marsilino Filho	1617000	2000	1615000
Joaquim Marsillino Neves	2527000	10000	2517000
Joaquim Raymundo	1884500	28000	1856500
Joaquim Tumico	1006000		1006000
Joaquim Vicente	1905000	456000	1449000
Joarez Miranda	1090500	6000	1084500
José Omore	1904000	35000	1869000
José B Machado	2577800	11000	2566800
José Batista Vicente	1332700	42000	1290700
José Bontempo	4423000	727000	3696000
José Candido	1677600	85000	1592600
José Diminiano Rosa	1145200	24500	1120700
José Eugênio	3665600	10000	3655600
José Francisco dos Santos	11480700	321700	11159000
José Geronimo	1507150	35000	1472150
José Loyso	2103200	157000	1946200
José Marreira	3113600	78000	3035600
José Marsillino	1217500	15000	1202500
José Trivellini	2528700	44500	2484200
José Vicente	1171650	8000	1163650
Júlio Alves	781000		781000
Júlio do Nascimento	3053800	482500	2571300
Ladislão Machado	1804200	250400	1553800
Loureço Penna	1309700	20000	1289700
Lorinelso Carneiro	3532100	36000	3496100
Luiz Henriques	1910000	20000	1890000
Luiz Pascolins	2503000	12000	2491000
Luiz Rodrigues	1616300	2000	1614300
Manoel Borba	2069500	10000	2059500
Manoel Guijo	2979100	34000	2945100
Miguel Marinelli	1841200	55000	1786200
Militão Pinheiro	2353000	76000	2277000
Nicolão Marinelli	10724400	79500	10644900
Pedro Bontempo	1735800	10000	1725800
Pedro Telles	2428260	19500	2408760
Paolo Delphino	1575100	15000	1560100
Rufino Marques	7236300	18000	7218300
Urias Domingues	1269600	18000	1251600